UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TATHIANNI CRISTINI DA SILVA

**UM INTELECTUAL CAIPIRA NA CIDADE:
A TRAJETÓRIA DE MÁRIO NEME E SUA GESTÃO NO MUSEU
PAULISTA**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2014

TATHIANNI CRISTINI DA SILVA

UM INTELLECTUAL CAIPIRA NA CIDADE:
A TRAJETÓRIA DE MÁRIO NEME E SUA GESTÃO NO MUSEU PAULISTA
VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira
Iumatti

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Si Silva, Tathianni Cristini da
Um intelectual caipira na cidade: a trajetória de
Mário Neme esua gestão no Museu Paulista / Tathianni
Cristini da Silva ; orientador Paulo Teixeira
Iumatti. - São Paulo, 2014.
389 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Mário Neme. 2. Intelectual. 3. Museu Paulista.
4. Museologia. 5. Trajetória Intelectual. I. Iumatti,
Paulo Teixeira, orient. II. Título.

Tathianni Cristini da Silva

Um intelectual caipira na cidade:

A trajetória de Mário Neme e sua gestão no Museu Paulista

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Aprovada em: 07/08/2014

Banca examinadora

Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti IEB/USP
Julgamento: _____ Assinatura:

Profa. Dra. Aline Montenegro Magalhães UNESA
Julgamento: _____ Assinatura:

Profa. Dra. Ana Lucia Duarte Lanna FAU/USP
Julgamento: _____ Assinatura:

Profa. Dra. Heloisa Maria Silveira Barbuy MP/USP
Julgamento: _____ Assinatura:

Profa. Dra. Sara Albieri FFLCH/USP
Julgamento: _____ Assinatura:

*Dedico esta tese aos meus pais Mário e Tânia,
que com toda sua sabedoria e simplicidade, sempre
estiveram ao meu lado no incentivo de novos desafios.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese é uma atividade extremamente solitária - frase recorrente entre os alunos em doutoramento, mas verdadeira! - e no meu caso muito dolorosa, por ter me privado do convívio de inúmeras pessoas, devido a minha necessidade de reclusão para elaborar meus pensamentos e a escrita desses. Mas, para que esse trabalho viesse a ter existência material, e não somente em meus devaneios de pesquisa, muitas pessoas foram fundamentais, e faço os agradecimentos na esperança - mesmo sabendo de sua impossibilidade - de não esquecer alguém.

Ao professor Paulo Teixeira Lumatti por sua paciência, confiança e generosidade durante estes anos de orientação.

À professora Sara Albieri que me orientou no mestrado e me pôs em contato com meu orientador, sendo presença amiga e constante em minha trajetória.

À professora Heloisa Barbuy pela indicação do tema, pela presença na banca de qualificação com ótimas orientações e por sua presença na banca derradeira.

Às professoras Aline Montenegro Magalhães e Ana Lucia Duarte Lanna por suas participações na banca final.

Aos professores Antonio Candido, Emília Viotti da Costa e Maria José Elias por terem concedido seu tempo para conversas sobre Mário Neme, dando vida e humanidade a quem só conheci por papéis.

À professora Vera Lucia Amaral Ferlini por sua confiança e incentivo, bem como por ter me mostrado como se dá o funcionamento de uma universidade, e com suas atitudes auxiliado minha compreensão na passagem de Mário Neme pelo Museu Paulista. Também agradeço pelo convívio na Cátedra Jaime Cortesão.

Ao professor José Antônio Vasconcelos com quem tive a felicidade de conviver sendo sua estagiária em sala de aula, oportunidade que aproveitei para aprender muito, e estabelecer ótimas conversas.

Agradeço também pelo grupo de estudos *História, Memória e Literatura*, no qual realizamos ótimas leituras que auxiliaram nesta pesquisa.

À professora Maria de Lourdes Mônaco Janotti por sua generosidade intelectual e amizade, sempre nos incentivando a seguir em frente. Agradeço também pelo grupo de estudos de *História e Historiografia* que tanto nos auxilia em nossas leituras diárias.

Às gentis Tatiana Vasconcelos dos Santos e Shirley Ribeiro da Silva funcionárias da Museu Paulista, do Serviço de Documentação Textual e Iconografia que sempre foram solícitas, eficientes e simpáticas em minhas muitas horas no MP.

À querida amiga Patrícia Perez Cardoso Machado, secretária da Cátedra Jaime Cortesão, sempre disposta a ajudar, conhecedora de informática para salvar pessoas desesperadas, buscando soluções para problemas inclusive quando você já estava desistindo de tentar, e ótima parceira de longas conversas.

Ao amigo Osvaldo Medeiros, funcionário da secretaria de Pós-Graduação em História, por auxiliar com as dúvidas mais insanas e ainda nos fazer rir de nossas crises de pós-graduandos.

À Capes pela bolsa de doutoramento.

À todos funcionários de bibliotecas, centros de pesquisa e museus que dispensaram atenção e seriedade quando estive a pesquisar, seja aqui no Brasil ou em Portugal.

Aos funcionários da Coseas que nos ajudam em nosso cotidiano no Crusp.

Aos que são e foram bolsistas, monitores e estagiários na Cátedra Jaime Cortesão e que se tornaram pessoas muito queridas em minha vida. Em especial, lembro do meu querido amigo de inúmeras conversas, Ronaldo Pauletto.

À Orange Feitosa amiga de doutorado e de muitas viagens.

Aos companheiros de Crusp que se tornaram queridos amigos: Hirdan Catarina, Renata Diório, Mariana Macedo, Sara Freitas, Paulo Rogers e Fran Alavina.

À Maria Amélia Amaral que me recebeu em sua casa em Portugal e tornou-se uma querida amiga.

À Márcia Isaco que foi muito importante não me deixando enlouquecer!!

Ao Marcos Rafael amigo de longa data que esteve ao meu lado em momentos muito difíceis e em outros de muitas gargalhadas. Obrigada pela parceira, amizade e sorrisos sempre lindos!!

À Mirian Branco amiga de décadas e parceira de tantas horas.

À minha família que mesmo sentindo minha falta sempre me incentivou a seguir em frente. Em especial agradeço ao amor das minhas sobrinhas Gabrielle, Lara e Sarah que sempre me perguntavam quando minha "escola" iria ter fim. Agora já posso responder!

RESUMO

SILVA, T. C. da. Um intelectual caipira na cidade: a trajetória de Mário Neme e sua gestão no Museu Paulista. 2014. 389 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Com este trabalho se pretende traçar a *trajetória intelectual* de Mário Neme (1912-1973), dando destaque para sua atuação como diretor do Museu Paulista, entre 1960 e 1973. *Intelectual* autodidata de Piracicaba, que na capital, São Paulo, construiu sua história de sucesso profissional e militância a favor da cultura e da liberdade política, Neme foi jornalista durante praticamente toda sua vida, escrevendo para diversos periódicos. Sempre inconformado e ativo, ajudou a criar a Associação Brasileira de Escritores, figurando na luta pela profissionalização do escritor, bem como no movimento opositor ao Estado Novo. Foi também contista, autor de peça teatral e historiador, obtendo reconhecimento em suas atividades. Como funcionário público, iniciou carreira concursado para a Câmara, mas devido ao golpe de 1937, foi trabalhar no Departamento de Cultura, assumindo a Revista do Arquivo Municipal. Passou por muitos outros cargos, até chegar ao Museu Paulista, como seu diretor. Foi na direção do museu que escreveu suas obras maduras, mas lá sofreu novo revés ao ver instalado novamente um golpe contra o governo, desta vez, pelos militares. Explorando o estudo de sua vasta rede de sociabilidade, argumenta-se aqui que Mário Neme foi um *intelectual de transição*, entre aqueles sem formação universitária e os "moços" que vivenciaram uma das primeiras universidades do país, a Universidade de São Paulo. Assim, esta tese trata da trajetória de um **intelectual em processo complexo de "desaparecimento"**, mas que se torna diretor, entre os anos 1960 e 1970, de uma das maiores instituições culturais de uma cidade transformada em metrópole pelo trabalho de seus imigrantes e migrantes, fossem eles operários da construção civil ou operários das letras que vinham do interior do estado, dentre muitos outros. Demonstra-se aqui que Mário Neme foi, como diretor, decisivo para o processo de renovação museológica do Museu Paulista.

PALAVRAS-CHAVE: Mário Neme, intelectual, Museu Paulista, trajetória intelectual, museologia.

ABSTRACT

SILVA, T. C. da. Um intelectual caipira na cidade: a trajetória de Mário Neme e sua gestão no Museu Paulista. 2014. 389 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This study investigates the intellectual trajectory of Mário Neme (1912-1973), with special reference to the period when he assumed the position of principal at the Museu Paulista, between 1960 and 1973. He was a self-taught intellectual from Piracicaba, who moved to São Paulo and built a successful story of militancy in favor of culture and political **freedom, being an oppositionist of president Vargas' government.** Neme worked as a journalist along his life, writing to many different newspapers. An active man, he helped to found the Associação Brasileira de Escritores (Brazilian Writers Association), which aimed to give support to writers.. He was a writer, theater writer and historian, being an acknowledged intellectual during his multifaceted career. He began his career as employee in the municipal chamber (Câmara dos Vereadores), but during the 1937 coup he suffered political persecution and moved to the Departamento de Cultura, editing there the Revista do Arquivo Municipal. After that he moved to a number of positions until he assumed the Museu Paulista as its principal. In this position he wrote his mature works, but suffered again with political persecution after the military coup of 1964. Neme saw the birth of the Universidade de São Paulo (São Paulo Universty – USP), one of the first universities in Brazil. He is thus regarded as a transitional intellectual, between those self-taught and those who have had the opportunity to study in the newborn USP. This thesis focus on the intellectual development of Mário Neme, who was director of one of the main museums of Brazil during a singular period of São Paulo history, when the city grew enormously with the Brazilian industrial development, what attracted thousands of migrants to the city. We argue that Mário Neme was a decisive personality to restructure the Museu Paulista during his time.

Keywords: Mário Neme, intellectual, Museu Paulista, intellectual trajectory, museology.

RÉSUMÉ

SILVA, T.C. da. Un intellectuel *caipira* dans la ville : la trajectoire de Mario Neme et son leadership dans le Musée Paulista. 2014. 389 f. Thèse (Doctorat) – Faculté de Philosophie, Lettre et Sciences Humaines, Université de Sao Paulo, Sao Paulo, 2014.

D'abord, cette recherche trace la *trajectoire intellectuelle* de Mario Neme (1912-1973) à partir de ses engagements comme directeur du Musée Paulista de 1960 à 1973. Neme fut un *intellectuel* autodidacte né à Piracicaba, SP, Brésil, mais c'est à Sao Paulo (la capitale d'État de Sao Paulo) qu'il va construire son histoire de succès professionnel, son leadership, en embarquant par la suite dans la voie de la militance à faveur de la culture et de la liberté politique. Il fut journaliste pendant une bonne partie de sa vie comme collaborateur de divers journaux. Toujours inquiet et bien actif, Neme a participé de la fondation de *l'Associação Brasileira de Escritores*. À ce moment-là, il s'engage dans la lutte pour la professionnalisation d'écrivain ainsi que dans le mouvement d'opposition à l'*Estado Novo*. De plus, il fut conteur, l'auteur de pièces de théâtre et historien. Dans la fonction publique, il a commencé sa carrière professionnelle dans la *Câmera*, mais à cause du coup d'État en 1937, il a changé d'emploi, il va travailler dans le Département de la Culture comme directeur de la *Revista do Arquivo Municipal*. Durant sa carrière de leadership, on ajointe qu'il a exercé d'autres fonctions administratives avant d'accéder au poste de directeur du Musée Paulista. C'est donc dans le Musée qu'il a écrit ses ouvrages les plus solides. Mais là encore, il est touché par un nouveau coup d'État, cette fois-ci mis en charge par les forces armées brésiliennes. Tenant en compte ce parcours politique et historique de Mario Neme, cette thèse va fait un choix : nous nous concentrerons sur une étude approfondie du grand réseau de sociabilité de Mario Neme à partir de la constatation que cet auteur en particulier fut un *intellectuel de transition* parmi ceux qui n'avaient pas formation universitaire et les « jeunes » intellectuels qui entraient dans la récemment inaugurée Université de Sao Paulo. Ceci étant, cette thèse trace la trajectoire d'un intellectuel en processus de « disparaître » de l'historiographie intellectuelle brésilienne du XX^e siècle, au même temps qu'il fut directeur de l'une des plus importantes institutions culturelles de Sao Paulo, soit le Musée Paulista. Bref, on démontre par les biais de la trajectoire intellectuelle de Mario Neme qu'il fut la pierre d'assise pour le processus de renouvellement muséologique du Musée Paulista.

MOTS-CLÉS: Mario Neme, Intellectuel, Musée Paulista, trajectoire intellectuelle, muséologie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nanquim sobre papel de Luis Caetano Martins, sem data. Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo

Figura 2 - Nanquim sobre papel de Aldemir Martins, 1941. Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo

Figura 3 – Capa do Livro Donana Sofredora

Figura 4 – Capa do Livro Mulher que sabe latim

Figura 5 – Imagem do Conto Marta Maria Enxovalhada (NEME, 1941, p. 49)

Figura 6 – Imagem do Conto Marta Maria Enxovalhada (NEME, 1941, p. 47)

Figura 7 - Imagem do conto história de Assombração (NEME, 1941, p. 90)

Figura 8 - Imagem do conto história de Assombração (NEME, 1941, p. 88).

Figura 9 - Capa e contracapa do livro Fórmulas Políticas no Brasil Holandês, de Mário Neme, 1971.

Figura 10 - Capa e contracapa do livro Notas de Revisão da História de São Paulo, de Mário Neme, 1959.

Figura 11 - Nanquim sobre papel de João Amoroso Neto, 1948. Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo.

Figura 12 - Óleo sobre tela, ***Independência ou Morte!*** (1888), de Pedro Américo. Dimensões: 415 × 760 cm. Acervo Museu Paulista

Figura 13 - Imagem da capa do livro *Difícil África Negra*

Figura 14 - Imagem da orelha do livro

Figura 15 – Fotografia de Mário Neme retirada da contracapa do livro ***Difícil África Negra*** de 1966.

Figura 16 - Cadavre exquis, nanquim sobre papel, 1959. Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1– Publicações de Mário Neme na Revista do Arquivo Público Municipal.
- Quadro 2– Títulos dos Contos do livro Donana Sofredora, de 1941.
- Quadro 3– Título dos contos do livro Mulher que sabe latim..., de 1944.
- Quadro 4– Esquema da organização das Seções do Museu Paulista
- Quadro 5– Proposta de reorganização das secções do Museu Paulista em 1956
- Quadro 6– Grade curricular dos cursos de Museologia para Museu Histórico e Museu de Zoologia
- Quadro 7- Estrutura curricular do Curso de Museus - Museu Histórico Nacional - Rio de Janeiro
- Quadro 8- Curso de Museologia oferecido por João Couto no Museu de Arte Antiga - Década de 1950
- Quadro 9– Itens do texto Utilização Cultural de Material de Museu.
- Quadro 10- Organização interna do livro Difícil África Negra

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Publicações nos Anais do Museu Paulista (1961 - 1974)

LISTA DE SIGLAS

ABDE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES
DPHAN	DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
FAPESP	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FFCL	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
FLIP	FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY
ICOM	CONSELHO INTERNACIONAL PARA MUSEUS
IEB	INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
IHGSP	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO
IHGB	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
IPH	INSTITUTO DE PRÉ-HISTÓRIA
MAA	MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA
MAC	MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA
MAE	MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
MAM	MUSEU DE ARTE MODERNA
MASP	MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO
MHP	MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO
MHN	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
MNAA	MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA
MP	MUSEU PAULISTA

OIM	L'OFFICE INTERNATIONAL DES MUSÉES
RAMSP	REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
RMP	REVISTA DO MUSEU PAULISTA
SPHAN	SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sumário

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1	
DE PIRACICABA À SÃO PAULO: O INTELLECTUAL CAIPIRA.....	50
1.1 VIDA LITERÁRIA E JORNALÍSTICA	57
1.2 EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO	78
1.3 O HISTORIADOR	86
CAPÍTULO 2	
MÁRIO NEME: HISTORIADOR E DIRETOR DO MUSEU PAULISTA	96
2.1 OS ESCOLARES	124
2.2 MUSEU PAULISTA DA USP	131
2.3 OS ANAIS DO MUSEU PAULISTA.....	135
2.4 O GOLPE MILITAR E OS MUSEUS.....	141
2.5 AQUISIÇÃO DE ACERVOS	144
CAPÍTULO 3	
DOIS LADOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE MÁRIO NEME	
O MUSEÓLOGO EM <i>UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU</i>, E O JORNALISTA EM <i>DIFÍCIL ÁFRICA NEGRA</i>.....	160
3.1 O MUSEÓLOGO EM <i>UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU</i>	162
3.1.2 A MUSEOLOGIA PORTUGUESA INFLUENCIA MÁRIO NEME	170
3.1.3 O TEXTO <i>UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU</i>	183
3.2 O JORNALISTA DE <i>DIFÍCIL ÁFRICA NEGRA</i>	209
3.2.1 O LIVRO <i>DIFÍCIL ÁFRICA NEGRA</i>	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
FONTES.....	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	263
APÊNDICES.....	279
APÊNDICE A	
Biografia	279
APÊNDICE B	

Produção Textual	282
APÊNDICE C	
Quadro Resumo de Atividades Museu Paulista – 1960/1971	287
ANEXOS	292
ANEXO A	
Relatórios do MP – 1960-1971	293
ANEXO B	
Conto Donana Sofredora	352
ANEXO C	
Conto Mulher que sabe latim... ..	361
ANEXO D	
Texto Utilização Cultural de Material de Museu	376

Figura 1 - Nanquim sobre papel de Luis Caetano Martins, sem data. Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo.

INTRODUÇÃO

*O poeta municipal
discute com o poeta estadual
qual deles é capaz de bater o poeta federal.*

*Enquanto isso o poeta federal
tira ouro do nariz.¹*

Carlos Drummond de Andrade

Em 2009, quando dei início a esta pesquisa, pensando em um projeto de doutorado que envolvesse o estudo do Museu Paulista, Mário Neme era meu ilustre desconhecido. Passei a interessar-me por sua trajetória quando li seus relatórios de atividades naquele Museu. Na medida em que me aprofundei em seu estudo, compreendi ter encontrado nele uma figura que dedicou longos treze anos de sua vida para fazer daquele espaço um centro de pesquisas, integrado à Universidade de São Paulo, e aberto permanentemente ao público.

Para entender tal trajetória, fui em busca de seus escritos, e me surpreendi com uma variada gama de publicações: contos, peça de teatro, livros de história, entrevistas polêmicas, geralmente regadas à um ótimo humor. Envolvido politicamente com as questões do seu tempo Mário Neme foi secretário da Associação Brasileira de

¹ Poema: Política Literária, dedicado a Manuel Bandeira por Carlos Drummond de Andrade. In: ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.39.

Escritores (ABDE), reivindicando o direito de inúmeros trabalhadores de serem pagos e respeitados por sua profissão, mas antes de qualquer outro motivo, secretário de uma associação que se colocava contra os desmandos de uma ditadura. Descobri, igualmente, uma imensa rede de sociabilidades na qual Neme estava inserido. Com muitos agradecimentos aos amigos, e referências a estes, quanto a propostas de atividades que tinham por origem as conversas com os mesmos. Rede de pessoas com muitos trabalhos a fazer, empenhadas em tornar São Paulo a cidade que temos hoje, repleta de possibilidades culturais, mas também permeada por desigualdades denunciadas desde muito tempo em seus escritos.

Assim, esta pesquisa trata da trajetória intelectual de Mário Neme, de sua produção intelectual e de seu percurso profissional de homem de letras – que se desdobra na carreira de jornalista e nos escritos de historiador, bem como nas atividades como funcionário público e museólogo. Mantendo, porém, o nosso interesse inicial, centrado na questão dos museus, e, além disso, sem podermos neste espaço nos debruçar sobre o conjunto de tal trajetória, privilegiamos na tese a atuação de Neme à frente do Museu Paulista, terreno em que acreditamos poder dar uma contribuição original à bibliografia. Veremos, ao longo do trabalho, que, por uma série de razões, tal atuação foi fundamental para a história do Museu, tendo permanecido, porém, até hoje, praticamente esquecida.

Com uma obra modesta em volumes, mas representativa das modificações de São Paulo, de cidade pacata à metrópole da cultura e das finanças do Brasil, e tendo publicado inicialmente livros de contos, que chegaram a ser comentados por críticos como Sérgio Milliet, Mário Neme traçou carreira proeminente como funcionário público, passando de concursado como escriturário da Câmara Municipal a diretor do Museu Paulista. Sem deixar de privilegiar o estudo do período em que dirigiu o Museu, pretende-se, porém, aqui, situá-lo em perspectiva abrangente, compreendendo a trajetória de Neme entre os anos de 1936 a 1973, quando o autor estava fixado no município de São Paulo e atuando em diferentes frentes, conforme mencionado.

Mario Abdo Neme nasceu em Piracicaba, interior paulista, em 02 de maio de 1912. Seus pais Abdo Neme e Missera Miguel Neme eram de ascendência libanesa. Frequentou diversas escolas², mas não concluiu curso superior. Foi bedel na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, e em 1931 foi aprovado como Guardalivros prático no Ginásio Municipal de Limeira. Desde muito jovem dedicou-se ao jornalismo, sob o pseudônimo de Dr. Salim, em jornais como Gazeta de Piracicaba e O Momento. Aos 24 anos, mudou-se para a capital e passou a trabalhar em periódicos como Jornal da Manhã, Última Hora, O Correio de São Paulo e, por fim em O Estado

² Segundo Samuel Pfromm Netto, Neme fez o curso primário no Grupo Escolar Moraes de Barros, frequentou o Ateneu Piracicabano, a Escola de Comércio Moraes de Barros e a Escola de Comércio Cristóvão Colombo.

de São Paulo, no qual permaneceu por toda sua vida, compondo a famosa "Turma de Piracicaba" que agitou e produziu o jornal durante um longo período.³

Sua vida como funcionário público teve início com o concurso para escriturário da Câmara Municipal da capital, no entanto, com o golpe de 1937, quando a Câmara foi fechada, acabou assumindo seu posto na Divisão de Documentação Histórica e Social da Prefeitura, trabalhando na Revista do Arquivo Municipal⁴. Em 1943 passou a dedicar-se também ao Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal de São Paulo.⁵ À frente destas instituições estavam os intelectuais Paulo Duarte, Diretor do Departamento de Cultura, Mário de Andrade, no Setor de Expansão Cultural, e Sérgio Milliet, na Divisão de Documentação Histórica e Social. Assim nos diz Patrícia Raffaini (2001, p. 41):

... o recém-criado Departamento de Cultura foi quase totalmente ocupado pelo grupo de amigos ligado a Paulo Duarte e Mario de Andrade. Efetivamente, essa peculiaridade mostra o quanto o universo cultural da cidade de São Paulo era reduzido a poucos que se conheciam, visitavam-se, e projetavam em conjunto

³ Cf. ELIAS, Maria José. A morte de um liberal: uma louvação tardia. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXVIII, São Paulo, 1977/1978, USP, p. 101-117. E, PFROMM NETO, Samuel. O gigante piracicabano: Mário Neme. In: *Piracicaba de outros tempos*. Campinas/SP: Ed. Átomo, Ed. PNA, 2001, p. 67-73.

⁴ Enquanto esteve trabalhando na revista, publicou os seguintes artigos: Piracicaba no século XVIII, de março de 1938; Um município agrícola. Aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba, de maio 1939; Pedro Luís. Notas para uma biografia, datada de janeiro 1940; Fundação de Piracicaba, de abril e maio 1940; A acentuação na ortografia simplificada, datado de janeiro de 1941; Linguagem de Mário de Andrade, em separata da revista de 1946. A história, sua paixão desde Piracicaba, já estava presente em seus primeiros artigos.

⁵ Cf. PFROMM NETO, Samuel. O gigante piracicabano: Mário Neme. In: *Piracicaba de outros tempos*. Campinas/SP: Ed. Átomo, Ed. PNA, 2001, p. 67-73.

uma política cultural a ser desenvolvida em um órgão municipal.

Desta maneira, uma *rede de sociabilidades* estava configurada entre estes intelectuais, dentre os quais foi se inserindo Neme. Em 1942, ocorre a fundação da *Associação Brasileira de Escritores*, mais tarde *União Brasileira de Escritores*. Neme, um de seus fundadores, assumiu a secretaria da entidade por anos. A entidade foi pensada, **segundo Antonio Candido, com a finalidade de “estabelecer uma** agremiação que organizasse os escritores e intelectuais em geral para a oposição à ditadura do Estado Novo. Tanto assim que da ABDE [...] **não faziam parte os mais ou menos chegados ao governo [...]”** (1992, p.98). Faziam parte do grupo envolvido com a associação Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Mendes de Almeida, Antonio Candido, Caio Prado Junior, Oswald de Andrade, entre tantos outros intelectuais. Foram organizados encontros regionais e **nacionais de escritores, para a discussão “dos problemas que enfrenta o escritor no Brasil” (Anais, 1952, p. 11), e para uma crítica dos tempos vividos.** ⁶ Segundo Felipe Victor Lima (2010, p.12)

O *Primeiro Congresso de Escritores* ... longe de privilegiar os dilemas do escritor por um aspecto meramente político, ou dedicar-se exclusivamente à causa dos direitos autorais, agregará ambos os níveis de interesse, trabalhando em favor de uma vida intelectual mais digna, onde aquele que se dedicava ao pensamento poderia exercer sua atividade livre de todo e qualquer tipo de restrição.

⁶ Cf. os Anais dos Congressos de Escritores de 1945 a 1955.

Assim o Primeiro Congresso de Escritores foi utilizado pela intelectualidade para marcar seu lugar contra as políticas de Vargas de cerceamento e coerção. Neme realizou uma luta árdua pelo reconhecimento desse grupo de homens de letras, dedicando parte importante de seu tempo à associação no papel de tesoureiro, secretário, divulgador... Foi, portanto, um homem empenhado e obstinado pelas causas em que acreditava, como é possível perceber no desenrolar de suas atividades e produção escrita.

A década de 40 foi promissora para Neme. Nesse período, além da atuação na associação de escritores, esteve envolvido com revistas de vida efêmera, mas com alto poder de repercussão, tais como Planalto⁷ e Clima⁸. Realizou, também, a Plataforma da Nova Geração, série de 29 entrevistas com a "geração dos moços", publicada em livro em 1945, e que se tornou fonte de inúmeros trabalhos sobre o período. Estas entrevistas com forte apelo à realidade política vivida tornaram-se, segundo as palavras engajadas do próprio Neme,

um verdadeiro pronunciamento, uma espécie de definição dos princípios, das ideias e dos pontos de vista pelos quais se batem e se norteiam os moços escritores brasileiros, num momento da História em

⁷ Títulos dos artigos publicados por Neme na revista: "Caderno Azul" e outras cores também. 15/06/1941. Pra começo de conversa. 01/07/1941. Teorismo, realidade e língua brasileira. 15/07/1941. Donana Sofredora. 15/09/1941. Infância e juventude de Prudente de Moraes. 15/10/1941. A mui infeliz senhora Amélia ou aquela que morreu de amor. 01/11/1941. Bilhetinho a Mário Donato acerca de língua brasileira e outras línguas. 15/11/1941. Cururu dos Paulistas. 15/12/1941. Dona Marta e aquelas crianças com fome...01/02/1942.

⁸ Textos publicados pelo autor no periódico: Ensaio sobre a comadre, jul. 1941. Carta de Mário Neme a Antonio Candido (20/01/1942), abr. 1942. Mula que faz him. Mulher que sabe latim, abr. 1942. Dona Adelaide, como o nome indica, jul./ago. 1942.

que quase todos os povos do mundo se batem numa luta decisiva." (NEME, 1945, p. 07).

Pesquisar a produção intelectual de Mário Neme é conhecer uma gama imensa de indivíduos que formavam **redes** cujas vidas refletiam muito do que foi esse momento entre o Estado Novo e o Golpe Militar de 1964. Contexto balizado por duas ditaduras, por intensas transformações sociais e culturais pelo país, que propiciaram a mudança do eixo econômico e cultural de sua antiga capital federal, então o Rio de Janeiro, para São Paulo. Estamos falando portanto da criação – **e, também, da "invenção"** – de São Paulo enquanto cidade de cultura e de conhecimento em escala nacional. Assim, um novo eixo de importância foi construído no país, por meio de homens com ideias inovadoras, e numa ocasião propícia. Quando buscamos a história desses sujeitos e seus lugares, compreendemos aspectos importantes do modo como ocorreu a criação da metrópole de São Paulo e de sua intensa vida cultural.

Mário Neme saiu de Piracicaba e veio para São Paulo quando a cidade fervilhava de novidades como a criação da Universidade de São Paulo e do Departamento de Cultura, além do auge de algumas instituições já conhecidas, como o Museu Paulista. A modernização da cidade, com reformulação de sua estrutura física, tornava visíveis e palpáveis as mudanças que eram percebidas por sua população, com a construção de edifícios de apartamentos ou arranha-céus, com a

presença mais constante das ferrovias, dos bondes, das rodovias, dos automóveis, da eletricidade e do telefone, todos estes elementos que impactaram profundamente o modo de viver da sociedade. Essa nova cultura material trouxe à cidade uma dinâmica moderna, de movimento e circulação muito mais rápidos que aqueles do século XIX, ou mesmo do início do século XX, quando as novidades são muito mais lentas, dentre outros motivos, em decorrência de fatores concretos como um incipiente sistema de comunicações. Há, nos intelectuais identificados com esse processo, como veremos, um desejo de agir e de ver acontecer transformações por meio de suas ações, que se multiplicam em diferentes e diversas frentes de atuação.⁹

Obviamente essa urgência em transformar a vida da cidade também passa pela chegada de uma ampla gama de distintos imigrantes/migrantes, que trazem um leque imenso de possibilidades culturais, sociais e políticas, que vão se fundindo com a cultura local e provocando a instabilidade em tudo aquilo que se conhecia como certo. Essa urgência pela transformação da cidade pode ser traduzida como a materialidade do desejo de mudança da sociedade que a geração de Mário Neme expôs ao olhar, e fez enxergar seus

⁹ Entre os diversos trabalhos sobre o período, apoiamo-nos em: ARRUDA, M. A. do N. *Metrópole e Cultura*. São Paulo no meio do século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2001; SEVCENKO, N. *Pindorama revisitada*. Cultura e Sociedade em tempos de virada. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Brasil Cidadão); SEVCENKO, N. *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

problemas por meio de contos como *Mulher que sabe latim*¹⁰. Neme, moço de origem libanesa, também é o migrante que vem do interior do estado para a próspera capital, para dar asas a seus sonhos, apresentando em seus primeiros livros a cidade que encontra.

No texto citado, nosso intelectual reconstrói o cotidiano de uma pensão, em uma história narrada em primeira pessoa, por um homem que tem como foco central uma mulher, Ernestina. Esta afronta e desestabiliza a todos com seus diversos comportamentos reprováveis, entre eles achincalhar a empregada doméstica que serve a todos, utilizar de serviços de vendedores de porta, bem como trair seu marido com outros homens. Enquanto nos conduz pelas atividades de Ernestina, o narrador apresenta seus sentimentos frente às situações que vivencia. Neme denuncia, no conto, a mesquinhez humana, os pesos de cada decisão e os pensamentos por detrás das ações tomadas. Assim, ele humaniza a personagem e busca demonstrar a fragilidade das relações que são estabelecidas por interesses inúmeros. Descrever a pensão, neste caso, é falar de casais que dividem o mesmo espaço, por questões econômicas, abordando a ausência de meios para a compra da casa própria e a promiscuidade e falta de privacidade geradas pelo pouco espaço de que cada família dispõe; é descrever, também, a cidade que cresce, mas que ainda não sabe o que fazer com a imensa população que chega. Assim, o conto não é um fim em si mesmo, mas uma forma

¹⁰ NEME, Mário. *Mulher que sabe latim*. São Paulo/SP: Ed. Flama, 1944, 158 págs.

de mostrar aquilo que o intelectual está a ver e sentir, elaborando em termos ficcionais a vivência da metrópole.

Ao longo de sua trajetória, Neme não procurará apenas escrever sobre aquilo que experimenta, mas, de alguma maneira, pretenderá agir sobre a realidade que o angustia, dos anos 40 aos anos 60. Os meios para essa atuação serão seus textos e sua participação em associações e instituições públicas, onde criará condições para diversos tipos de manifestações, inclusive artísticas.

A Universidade de São Paulo será um elemento forte no **desenvolvimento deste "intelectual engajado" nas estruturas** institucionais e extremamente atuante. Embora não tenha frequentado a USP, ou qualquer outra universidade, Neme absorveu o "caldo cultural" desenvolvido naquele espaço por meio de suas relações sociais, em grande parte relacionadas à universidade. O universo de circulação de pessoas e de ideias do qual participava era composto de um grupo não tão grande, mas que, como veremos, era grupo que se intercambiava e metamorfoseava repetidamente, fazendo suas ações tomarem novas formas e adeptos.

Esse círculo de pessoas recebeu diversos nomes. Parte dele foi **chamado de "Movimento Modernista", com sua primeira e segunda** gerações. Embora este seja um nome de expressão e ao qual relacionamos usualmente alguns conteúdos, ele oculta, talvez, o fato de tratar-se de escritores e artistas com ideias muito diferentes entre

si, e que se dividiam em muitos subgrupos. Portanto, não se trata de um grupo coeso e igualitário. Além disso, suas ideias foram naturalmente sofrendo mudanças, tendo os seus participantes assumido, ao longo do tempo, novas posições em diferentes publicações, em sua maioria de vida efêmera. Revistas como Planalto e Verde nasceram neste contexto, junto a alunos e professores da USP, bem como *a intelectuais sem formação universitária*. Mas a universidade começava a assumir um papel de relevância para a comunidade intelectual da cidade, com a presença de professores estrangeiros e como um lugar autorizado a trazer a modernidade e o desenvolvimento para o estado.¹¹

Getúlio Vargas, nesse período, soube como utilizar a cultura modernista a seu favor, como verificaremos, utilizando o trabalho de intelectuais como Mário de Andrade para a criação do SPHAN; de Candido Portinari e seus enormes painéis para dar identidade aos prédios estatais; de Carlos Drummond junto a Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde etc. Trouxe, assim, para o Estado a ânsia pela inovação, tão pulsante nesses intelectuais, mas mantendo-os sob certo controle, e criando, de acordo com sua política, um outro país.

Ele [Getúlio Vargas] soube, porém galvanizar para si o prestígio da cultura modernista sediada em São Paulo. Assim que assumiu o poder federal, em seu discurso de

¹¹ C. f. LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 1999. 274p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999

posse, afirmou seu empenho em incorporar a plataforma do modernismo paulista em seu projeto de governo. A realidade, no entanto, foi bem outra. Sua obsessão de um nacionalismo centralista, posta em prática sobretudo após novo golpe em 1937, por meio do qual impôs um governo ditatorial de recorte fascista, procurou forjar um modelo de cultura nacional abstrata, infligida de cima para baixo e determinada em todas as suas instancias pelas autoridades do Rio de Janeiro. (SEVCENKO, 2000, p. 98).

No plano da cultura, esse novo Brasil tinha por eixo o desenvolvimento da ideia de que o Barroco havia sido o grande momento da arte nacional, tendo à sua frente Minas Gerais e suas cidades coloniais. Assim, a primeira cidade tombada pelo SPHAN foi Ouro Preto, em 20 de janeiro de 1938. Obviamente, esse movimento artístico já era pensado pelos modernistas, como o ato inaugural de uma arte brasileira.¹² Em consonância, a nova política não tratava mais de uma “arte mineira” ou de uma “arte carioca”, mas sim de uma “arte nacional”. Há um ensejo fortíssimo para que se assuma uma identidade brasileira em plena criação, algo de extrema violência para as colônias de imigrantes, algumas recém criadas.

Heitor Villa Lobos, o compositor modernista, saudado por sua apresentação durante a Semana de Arte Moderna, concebeu o canto orfeônico e seus gigantescos espetáculos em estádios de futebol a fim

¹² Sobre o SPHAN, modernistas e arte, ver: CHAGAS, M. *Há uma gota de sangue em cada museu*. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006. CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. CHUVA, M. (org.). História e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012. FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2005. PINHEIRO, M. L. B. Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

de auxiliar na “educação da juventude”.¹³ De forma semelhante, houve a tentativa de criação de um cinema nacional, de um teatro nacional e de uma música nacional. Para tanto, “era preciso fazer tabula rasa de todos os localismos, de fato extinguindo com a experiência republicana, mandando queimar publicamente todos os símbolos e insígnias de autonomia local de Estados e Municípios.” (SEVCENKO, 2000, p. 99). Deste modo, “a ausência conspícua era a de qualquer referência a São Paulo, cujo surto industrial, comandado em grande parte por empresários de origem imigrante estrangeira, a estigmatizava como sendo uma ameaça potencial à unidade e cristalização da nova consciência nacional”, embora fosse o local de origem de muitos modernistas que atuavam junto ao Estado. (SEVCENKO, 2000, p. 99).

Enquanto isso, outros “estrangeiros” (imigrantes, filhos de imigrantes e migrantes) chegavam a São Paulo junto da celebrada Missão Francesa (com Roger Batisde, Jean Mauguë, Fernand Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig...), que viera para auxiliar na formação dos primeiros alunos da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. É essa nova **geração** ligada à universidade que deseja se contrapor aos antigos

¹³ Para estas questões, os seguintes livros tratam dos assuntos mencionados: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. LENHARO, A. *Sacralização da Política*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1986. SCHWARTZMAN, S.; BOMENY; H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1984. SILVA, T. C. da. *Série Fontes e a (re)atualização das condutas masculinas*. Florianópolis, 1999. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de Santa Catarina.

intelectuais *protegidos* por seus mecenas. Surge aqui um período de transição nos quais o trabalho do intelectual deverá ser “**profissionalizado**”, sendo “necessário superar, a qualquer custo, a figura do intelectual autodidata, amante do ensaísmo e sem formação profissional específica.” (LAHUERTA, 1999, p. 12). Seria notável, portanto, a ânsia pelo rompimento com o antigo, com modelos pré-estabelecidos sejam eles políticos ou conceituais, e o desejo de construção de uma nova realidade sociocultural do porvir. Neste momento de quebra de modelos, nasce o *intelectual de transição*, que terá trânsito em diferentes grupos, e que não estará preso a apenas uma situação.

Segundo Lahuerta, logo nos primeiros anos de funcionamento da Universidade de São Paulo, essa mesma geração que pretendia dividir fronteiras, entre o nós, os *intelectuais universitários* (com uma formação científica moderna), e o eles, os *intelectuais autodidatas não acadêmicos* (intelectuais com engajamento político), foram buscar o reconhecimento, e o apoio, no grupo de intelectuais por eles criticado. Pois que, estes *intelectuais* da velha *geração* possuíam as normas de sociabilidade, e conhecimentos políticos necessários à inserção destes jovens, tanto nas discussões veiculadas em periódicos diversos, quanto no mercado de trabalho intelectual.

Sem dúvida, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Sérgio Milliet personificam, cada um a seu modo, uma espécie de ponte entre a velha geração modernista e as novas gerações. Isso é possível porque esses velhos modernistas expressam, cada um a seu

modo, os dilemas éticos de uma intelectualidade que vivencia um processo no qual a institucionalização de suas atividades se dá, *vis-à-vis*, à exigência de uma maior participação e de um maior engajamento. No **entanto, a ambiguidade que marcaria essa 'novíssima geração'** – entre a política e a profissão – não é percebida, por exemplo, por Oswald de Andrade (...) quando os chamava (...) de chato-boys por sua excessiva preocupação com o rigor intelectual. (LAHUERTA, 1999, p. 15).

Paulo Martinez (2002, p. 17) realiza uma interessante observação sobre o período dessas duas primeiras décadas de funcionamento da Universidade de São Paulo, em que "inúmeras obras de síntese e monográficas sobre o passado brasileiro foram produzidas à margem dos estudos realizados no circuito universitário", localizadas "em distintos pontos do país e com variado grau de relevância historiográfica". Figuram entre elas, as obras de *Sérgio Buarque de Holanda, Ernani Silva Bruno, Mário Neme, Heitor Ferreira Lima e Maurício Goulart*. Neste contexto de mudanças, o lugar ocupado por estes mesmos intelectuais também sofrerá alterações, caso de Sérgio Buarque, que se tornou professor da universidade, na Cadeira de História da Civilização Brasileira, tendo "à frente daquela cadeira impulsionado o distanciamento em relação a um padrão de trabalho intelectual dissonante daquele existente em outras cadeiras, marcadas pela presença dos professores estrangeiros." (p. 18). Colaborando para a consolidação de um padrão de trabalho acadêmico.

Mário Neme compôs o grupo desses *intelectuais de transição*, que conseguiram trabalhar e produzir intelectualmente integrando os grupos que possuíam interesses tão dispares inicialmente. O intelectual pertencente a tal grupo, segundo o entendemos nesta tese, foi uma personagem que compôs a cidade e se empenhou em projetos, muitas vezes grandiosos, dando início a um outro Brasil, muito distinto daquele do século XIX, privilegiando em suas ações e debates a democracia, a história e a cultura, que relacionadas originaram novas identidades.

Longe de partirmos de uma definição unânime para o que seja o *intelectual*, observamos, inicialmente, que o conceito tem gerado uma série de estudos com debates efervescentes. Edgar Morin e Pierre Bourdieu, teóricos que participam desses debates, apresentam algumas concepções importantes do que seria o *intelectual* e seu papel, e que nos foram bastante úteis para a definição do caminho percorrido neste trabalho.

Morin (1986, p. 232) afirma que o "intelectual define-se (...), por seu trabalho com as ideias, pelas ideias, para as ideias: ele trabalha as ideias." Sob esta perspectiva, o "intelectual descende de uma tradição muito antiga: a dos sacerdotes-magos, encarregados de anunciar a verdade sagrada, produtores/guardiães dos mitos." O autor afirma ainda que "foi na ruptura dessa tradição que se

constituiu o intelectual moderno, a começar pelo filósofo do Século das Luzes. Este submete toda verdade sagrada, todo mito à prova da crítica racional." Então, para ele, o *intelectual* é aquele que questiona, discute, duvida de tudo aquilo que o cerca, e que é possível de ser percebido pelo homem. Contudo, se isso ocorre, este mesmo grupo gera contradições em sua atividade, pois, como explica Morin: primeiro ocorre a "produção de mitos e ideologias de função cultural, social e política; e em circunstância posterior, se desenvolve a crítica a esses mesmos mitos e ideologias." (MORIN, 1986, p. 232).

Afirmando ainda que, se "o modo de produção define uma classe social, então se pode dizer que os intelectuais constituem uma classe social." (MORIN, 1986, p. 232). Dessa forma, como em qualquer grupo com interesses comuns, temos divergências e a criação de subclasses concorrentes entre si, cujos posicionamentos serão fundamentais, num jogo contínuo de tensões e forças. Morin define duas variantes nesta classe, o *intelectual de direita* e o *intelectual de esquerda*.

Por um lado, a direita intelectual outorga-se a missão de relegitimar e restaurar os valores da tradição, da ordem, da nação. Por outro, a esquerda intelectual toma a seu cargo, ativamente, o universalismo humanista, os valores da democracia, da liberdade, da justiça, dos direitos do homem, e suas vanguardas chegam à ideia socialista revolucionária. (1986, p. 236).

Embora lados opostos sejam criados, existe uma complementaridade entre cada escolha:

- a conformidade / o desvio social
- a função crítica / a função ideológica e mitopoética (...);
- a ideia soberana / a ideia subalterna;
- a intelectualidade de esquerda (povo soberano, ideias universais) / a intelectualidade de direita (nação soberana, ideias enraizadas no solo e no sangue);
- a intelectualidade / a antiintelectualidade. (MORIN, 1986, p. 236).

Por isso, embora os intelectuais constituam a classe dos trabalhadores das/para as ideias, eles internamente dividem-se com seus posicionamentos diferenciados, fazendo com que os subgrupos surgidos congreguem indivíduos com ideários aproximados. Estabelecidas as distinções, estes intelectuais filiam-se a grupos específicos, e para divulgar suas concepções, criam revistas, jornais e livros, seus porta-vozes nas lutas.

Em outra corrente de estudos sobre a intelectualidade, temos Pierre Bourdieu, que desenvolve o conceito de **campo** para explicar os espaços dos embates entre **intelectuais** e suas ideias sob uma perspectiva própria, em que a vinculação com as **regras sociais gerais** são postas à margem, por não definirem claramente a relação de forças existente no **campo científico e intelectual**. O autor afirma que, "quanto mais os campos científicos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas." (2004, p. 30). Assim, cria uma teoria em que o "campo constitui um universo intermediário, entre o

texto e o contexto." Discordando das leituras *internalistas*¹⁴ e *externalistas*¹⁵ acerca do meio intelectual, contudo compreendendo que ambas corroboram para o desenvolvimento do *campo* específico.

Descartei, de início, uma forma de reducionismo que consiste em reduzir as leis segundo as quais o campo funciona pelas leis sociais exteriores, o que chamei de erro de curto-circuito.

Há, no entanto, uma segunda forma de reducionismo, mais sutil: é o que se chama o "grande programa" em sociologia das ciências, "radicalização" indevida de posições que defendo e que consiste em reduzir as estratégias sociais das quais sempre são um aspecto e a seus determinantes sociais e em ignorar a sublimação dos interesses externos, políticos – isso é óbvio – ou internos, ligados à luta no campo e que se impõem pelas leis sociais do campo (e em particular pelas pressões inerentes ao fato de que cada um tem por clientes os seus próprios concorrentes). (2004, p. 30).

Por conseguinte, o "universo de agentes e instituições constrói um mundo social específico", no qual "a noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias." (BOURDIEU, 2004, p. 20). De modo igual, tentar uma leitura do *campo intelectual* sem levar em conta

¹⁴Grosso modo, há, de um lado, os que sustentam que, para compreender a literatura ou a filosofia, basta ler os textos. Para os defensores desse fetichismo do texto automatizado que floresceu na França com a semiologia e que refloresce hoje em todos os lugares do mundo com o que se chama de pós-modernismo, o texto é o alfa e o ômega e nada mais há para ser conhecido, quer se trate de um texto filosófico, de um código jurídico ou de um poema, a não ser a letra do texto. (BOURDIEU, 2004, p. 19).

Ver também as obras de GOLDSCHMIDT, V. Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos, *in*: A religião de Platão; LOVEJOY, A. O. Reflexiones sobre la historia de las ideas, *in*: Prismas, Revista de historia intelectual.

¹⁵(...) frequentemente representada por pessoas que se filiam ao marxismo, quer relacionar o texto ao contexto e propõem-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou o mundo econômico. (BOURDIEU, 2004, p. 19).

Cf. LACAPRA, D. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ. Elias José. "Giro Lingüístico" e historia intelectual. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

que este é um *mundo social*, significa jogar fora a possibilidade de entendimento do *jogo de forças* presente naquela situação. Quantas perguntas surgem no decorrer da pesquisa acadêmica, em que a resposta está numa ordem completamente desconhecida do investigador, exatamente por pertencer a um *mundo social*, até então oculto, para quem realizava os questionamentos.

Bourdieu define o *intelectual* a partir da ação de Zola, enquanto escritor, que por meio de seus textos, com posicionamentos políticos próprios, e arrojados, denuncia e atua frente aos problemas políticos e sociais da França do século XIX. Émile Zola escreveu *J'accuse* (1898), texto em que declara os desmandos sobre o caso Dreyfus, oficial/judeu injustamente acusado de traição pelo exército francês. O artigo foi uma reviravolta para o caso, e uma novidade quando foi escrito, devido ao posicionamento marcado do artista, que posteriormente contribuiu para revisão do caso, e a absolvição de Dreyfus. Este novo indivíduo que influi sobre os atos sociais por meio de sua obra é o *intelectual*, que

inventando para o artista uma missão de subversão profética, inseparavelmente intelectual e política, capaz de fazer aparecer como um partido estético, ético e político, feito para encontrar defensores militantes, tudo que seus adversários descreviam como o resultado de um gosto vulgar ou depravado. Levando a seu termo a evolução do campo literário no sentido da autonomia, ele tenta impor até em política os próprios valores de independência que se afirmam no campo literário. É bem isso que consegue quando, por ocasião do caso Dreyfus, chega a introduzir no campo político um problema construído segundo os princípios de divisão característicos do campo intelectual e a impor ao universo social inteiro as leis não escritas desse mundo

particular, mas que tem por particularidade valer-se do universal.

Assim, paradoxalmente, é a autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se, assim, como intelectual. (2010, p.150).

O *intelectual* seria assim o indivíduo que interfere publicamente, de maneira enfática, sobre o cotidiano e a vida das pessoas, realizando críticas, apontando problemas. São figuras que atuam na vida social da comunidade, e não mais, como os artistas que ficavam à parte, em um mundo descolado da realidade e das suas necessidades urgentes. Esse *intelectual* pode inferir a respeito de qualquer assunto, pois para tanto possui certa *autonomia*¹⁶ em seu *campo* específico.

Ambos teóricos, Morin e Bourdieu, concordam que os intelectuais são de alguma forma questionadores da sociedade, aparecendo em seus primeiros momentos com a personagem de Émile Zola, subvertendo a ordem estabelecida.

¹⁶A autonomia dos campos de produção cultural, fator estrutural que comanda a forma das lutas internas ao campo, varia consideravelmente não só de acordo com as épocas de uma mesma sociedade, mas também de acordo com as sociedades. E, concomitantemente, variam a força relativa dos dois polos no interior do campo e o peso relativo dos papéis atribuídos ao artista e ao intelectual. De um lado, num extremo, com a função de *expert*, ou de técnico, que oferece seus serviços simbólicos aos dominantes, (...), e do outro extremo, o papel, conquistado e definido contra os dominantes, de pensador livre e crítico, de intelectual que usa seu capital específico, conquistado por meio da autonomia e garantido pela própria autonomia do campo, para intervir no terreno da política, conforme o modelo de Zola e Sartre. (BOURDIEU, 2009, p 175).

Procuraremos, nesta pesquisa, utilizar essas reflexões e conceitos para a compreensão de aspectos do percurso do *intelectual* Mario Neme, que, embora não corresponda totalmente a esse modelo de intelectual que se coloca combativamente em instâncias como a da imprensa, consegue, por seu engajamento institucional, atuação nos bastidores e suporte a grandes figuras como Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Sérgio Milliet etc., dar sustentação a intervenções cujo sentido último é questionar as hierarquias sociais, participando de um movimento de renovação da cultura. Com efeito, esta pesquisa busca empreender a *trajetória* de Mário Abdo Neme (1912-1973), um intelectual hoje obscuro, que não teve formação universitária, e que construiu seu caminho e formação de maneira empírica, pelas redações de inúmeros jornais da capital de São Paulo e de seu interior. Tornou-se personalidade reconhecida na metrópole, embora saído de Piracicaba. Foi funcionário público, passando por diversas instituições do estado, até chegar à direção do Museu Paulista, seu último cargo.

Mário Neme deixou um interessante conjunto de obras escritas, que vão desde contos e biografias a livros de história. Contudo, são raras as informações acerca de sua pessoa em âmbito privado. Além da obra, as informações e materiais disponíveis para pesquisa referem-se a sua vida pública, desde locais de trabalho até círculos de amizades. Tais fontes permitem que façamos uma abordagem de

sua trajetória *intelectual* - esta entendida nos termos de Bourdieu (2011- A, p. 81)

como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a **vinculação a um "sujeito" cuja única constância é a do nome próprio**, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações.

Assim, entender a *trajetória intelectual* de Mário Neme é perceber, também, as mudanças por que passou o estado de São Paulo e o Brasil, com a formação de uma intelectualidade que trabalhou no serviço público para garantir sua subsistência, mas que, por outro lado, também lutou contra os desmandos políticos desse mesmo Estado; que vivenciou um período no qual o país passava por uma nova configuração das relações campo /cidade, bem como pelo impacto decorrente do nascimento das primeiras universidades e pelas discussões em torno da proteção de seu patrimônio e acerca da identidade nacional.

Sobre a delicada relação entre *intelectuais* e Estado, Antonio Candido, no prefácio do livro: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*¹⁷, tece algumas considerações que pensamos ser

¹⁷Livro de Sérgio Miceli, publicado em 1979, atualmente reunido na coletânea: *Intelectuais à Brasileira*, Companhia das Letras, 2008.

particularmente pertinentes para entendermos a *trajetória intelectual*

de Mario Neme:

Mas o fato é que no processo estão envolvidos os homens, com a sua carne e a sua alma, de modo que conviria acentuar mais que um Carlos Drummond de **Andrade "serviu" o Estado Novo como funcionário** que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que as suas ideias contrárias eram patentes e foi como membro do gabinete do ministro Capanema que publicou os versos políticos revolucionários de *Sentimento do mundo* e compôs os de *Rosa do povo*¹⁸. Já um Cassiano Ricardo se enquadrou ideologicamente e apoio pela palavra e pela ação, porque o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista (...). Outros que nem vale a pena nomear, para poderem repousar com menos infelicidade no seio de Deus, eram pura e simplesmente escribas vendidos, sem alma nem fé. (CANDIDO, *in*, MICELI, 2008, p. 74).

Estes intelectuais comentados por Antonio Candido, como elementos extremamente diferentes entre si, devido a sua postura assumida, também são marcados pelas inúmeras funções que

¹⁸ Esse livro é considerado pela crítica como um dos melhores de Drummond, tanto por sua força, quanto por seu posicionamento político. Foi escrito entre 1943-1945, fim da Segunda Grande Guerra. Segue um trecho de *A Flor e a Náusea*:

Preso à minha classe e a algumas roupas,

Vou de branco pela rua cinzenta

Melancolias, mercadorias espreitam-me.

Devo seguir até o enjoo?

Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:

Não, o tempo não chegou de completa justiça.

O tempo é ainda de fezes, meus poemas, alucinações e espera.

O tempo pobre, o poeta pobre

Fundem-se no mesmo impasse.

...

(DRUMMOND, 2011, p. 27).

ocupam profissionalmente, exercendo muitas vezes atividades concomitantes e escrevendo sobre os mais variados assuntos. Tais características nos levam a um outro conceito pelo qual os intelectuais da primeira metade do século XX são conhecidos: o de *intelectuais*¹⁹ *polígrafos*. Tais intelectuais caracterizavam, com efeito, a *cultura intelectual*²⁰ desse período.

Sérgio Miceli utiliza o termo *polígrafo* para descrever o *intelectual* que desempenhava uma multiplicidade de tarefas, caso de Olegário Mariano,

(...) cronista, poeta, declamador, letrista, escritor de revistas de *music hall*, eminência parda na concessão dos prêmios de viagens do Salão de Artes Plásticas, astro dos salões mundanos, conferencista, acadêmico, dramaturgo, afora o rendoso emprego na administração da ilha das Cobras, que perdeu com a Revolução de 1930, a sinecura de inspetor escolar, assíduo colaborador das revistas ilustradas, e colunista do *Correio da Manhã*. (2001, p.57).

¹⁹ Existem inúmeros célebres trabalhos sobre os intelectuais da primeira metade do século, entre eles estão: Cândido, com *Teresina e etc.*, *Literatura e sociedade*, entre outros; Iglesias, com *História e Literatura*; Lahuerta, com *Intelectuais e transição*; Miceli, com *Intelectuais à brasileira, Estado e Cultura no Brasil e História das Ciências Sociais no Brasil* volumes 1 e 2; Mota, com *Intelectuais e a cultura brasileira, Ideologia da cultura brasileira*; Ortiz, com *Cultura brasileira e identidade nacional*; Pecaut, com *Os intelectuais e a política no Brasil*; Pontes, com *Destinos mistos*; Sevcenko, com *Literatura como missão*; Veloso e Madeira, com *Leituras brasileiras*; Luca, com *A Revista do Brasil*; Velloso, com *A brasilidade verde-amarela*; Martins, em seus 7 volumes de *História da inteligência brasileira*; Schwartzman, Bomeny e Costa, em *Tempos de Capanema*; Oliveira, em *Estado Novo, ideologia e poder*. Entre muitos outros que não é possível elencar aqui.

²⁰ A expressão “cultura intelectual” e “História da cultura intelectual” vem sendo debatida pela Profa. Dra. Sara Albieri, em sua disciplina na pós-graduação em História Social/FFLCH/USP: História da Cultura Intelectual: ideias, conceitos e contextos. J. L. Austin, em seu livro *Quando dizer é fazer*, R. Koselleck, com *Futuro Passado*, J. Le Goff, em *As Mentalidades*, J. G. Pocock, com a obra *Linguagens do ideário político*, Robert Darnton, com *O Beijo de Lamourette*, são alguns autores que permeiam essas discussões.

Assim como o *intelectual* acima citado, Mario Neme possuía um currículo preenchido por atividades que passavam pela escrita de peças para teatro, biografias e colunas em jornais diversos. Além disso, desempenhou, em diferentes momentos, as atividades de redator e editor de revistas, funcionário do Departamento de Cultura do Município de São Paulo e secretário da Associação Brasileira de Escritores, tendo sido responsável pela montagem de inúmeras exposições, entre elas a comemorativa ao IV Centenário da Cidade de São Paulo.

A vida cultural de São Paulo sofreu uma grande mudança com as atividades desses intelectuais, pois com sua imensa produção que perpassava os diversos tipos de suportes, os espaços para a arte tornaram-se cada vez mais desejados e necessários (além de **servirem para dar um ar “cosmopolita” à nova capital cultural do país**). E assim bibliotecas, teatros e museus foram criados, tendo nascido, em 1947, por exemplo, o Museu de Arte de São Paulo (MASP), pelas mãos de Assis Chateaubriand e Pietro Maria Bardi, um nordestino e um italiano que comporiam uma das melhores coleções latino-americanas de telas de arte ocidental para o Brasil. Em 1948, foi a vez da arte moderna ter seu espaço, com o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP), criado por Francisco Matarazzo Sobrinho (Ciccillo) e Yolanda Penteado, e cuja coleção foi doada à Universidade de São Paulo em 1963. Neste mesmo ano, ocorreu a inauguração do Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC/USP)

composto pela coleção do MAM, pelas coleções particulares de Ciccillo Matarazzo e de sua esposa, Yolanda Penteado, bem como por doações de obras da Fundação Nelson Rockefeller e pelos Prêmios das Bienais Internacionais de São Paulo, tornando-se o museu uma grande referência em arte contemporânea no país. Desta maneira, a Universidade de São Paulo agregava um importante espaço de cultura ao seu patrimônio. Também em 1963, o Museu Paulista passou a ser uma instituição dirigida pela universidade, tendo por diretor responsável pela transição Mário Neme.

Assim, procurando inseri-la neste contexto, e privilegiando o período de atuação de Mário Neme no Museu, esta tese apresenta a trajetória intelectual de Mário Neme em três capítulos:

No primeiro, temos os anos iniciais do jovem Mário Neme em São Paulo, em meio ao golpe de Getúlio Vargas e a criação do Estado Novo (1937), atuando nos jornais e revistas do período, escrevendo artigos sobre a língua nacional, o folclore, e levantando questões políticas importantes com as célebres entrevistas da Plataforma da Nova Geração; passando por seus contos e peça de teatro, além de suas funções enquanto funcionário público, atuante na Exposição Histórica comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954.

O Museu Paulista e sua nova configuração dos anos 1960, posta em prática por Mário Neme, é o assunto do segundo capítulo. Neste é

debatida a visão do intelectual quanto à museologia e a ligação deste espaço com a Universidade de São Paulo. Constatam-se, aí, a eficiência e seriedade profissional de Neme na busca por soluções para o museu que encontrara fechado, com pouquíssimas condições de acesso pelo público, seja para a visita, seja para a pesquisa.

Por fim, no terceiro capítulo são analisadas duas obras escritas por Neme. A primeira é *Utilização Cultural de Material de Museu*, que trata da nova museologia²¹ aplicada por este no MP, realizada com base em suas pesquisas em Portugal, e na sua experiência em outras exposições, como a do IV Centenário da Cidade de São Paulo. A segunda obra, esta de veia jornalística, é *Difícil África Negra*, escrita após sua viagem ao continente africano, e fruto de muitos estudos. Obras escritas em 1960, quando o intelectual vê novamente o Brasil envolto numa crise política por conta do Golpe Militar de 1964.

²¹ A expressão Nova Museologia, utilizada nesta tese, se refere à museologia praticada durante as décadas de 1950 e 1960, que se diferenciava daquela do início do século. Os próprios autores do período costumavam utilizar este qualitativo. Não se trata, portanto, do Movimento Internacional da Nova Museologia dos anos de 1980.

**Figura 2 - Nanquim sobre papel de Aldemir Martins, 1941.
Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo.**

CAPÍTULO 1

DE PIRACICABA À SÃO PAULO: O INTELLECTUAL CAIPIRA

...
*Mas vêm o tempo e a ideia de passado
visitar-te na curva de um jardim.*

...
*E depois das memórias vem o tempo
trazer novo sortimento de memórias,
até que, fatigado, te recuses
e não saibas se a vida é ou foi.*²²

...
Carlos Drummond de Andrade

Apresenta-se neste primeiro capítulo, o jovem Mário Neme e sua fixação na cidade de São Paulo, momento em que ocorre sua formação enquanto intelectual. Para tanto, buscar-se-á traçar sua trajetória profissional que demonstra, como se verá, um intelectual determinado e coerente com seus ideais, expressos em seus escritos. Neme escreveu para diversos periódicos, durante o tempo em que atuava também como funcionário público, como grande parte dos intelectuais do período. Significativamente, neste período de formação o intelectual já estava envolvido com os principais eventos

²² Trecho do poema Versos à boca da noite. In: ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.39.

políticos e culturais locais, num trabalho de criação de associações e museus ou em sua atividade em órgãos como a Revista do Arquivo Municipal.

Desde antes de sua chegada à São Paulo, quando estava em Piracicaba, surgem as primeiras notícias do jovem Mário Neme, militante no então Partido Constitucionalista²³, em 1934. Seu nome consta de duas listas²⁴ de acadêmicos da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, que discursaram pelo interior do estado em comícios pelo partido. Dessas reuniões nasceu o ***Grêmio Estudantino do Partido Constitucionalista*** no interior do estado, primeira referência de associação ao qual Neme esteve envolvido, desde sua criação, militando politicamente. Cumpre ressaltar que embora conste como aluno da referida escola, Mário Neme não concluiu sua formação acadêmica²⁵.

Por outro lado, esse era o tempo em que a produção universitária se afirmava no país, assim como em São Paulo, com a criação da USP. No decorrer dos anos 1930²⁶, segundo diferentes

²³ Segundo Carolina Soares Sousa, *poucos meses após sua posse, Armando de Salles Oliveira funda o Partido Constitucionalista, que nasceu composto pela Ação Nacional, a Federação dos Voluntários e o Partido Democrático. O partido congregava elementos da antiga situação (o PRP), e os “pioneiros” do voto secreto (PD). A esse núcleo imediatamente se aliaram grandes forças da sociedade paulista que antes não se envolviam em competições políticas. (OESP, 16/09/1934). Ao se fundir ao novo partido, a Ação Nacional termina por efetivar a cisão dentro do PRP O “velho partido” perde o prestígio que passa a ser conferido ao Partido Constitucionalista, pois atuava na ala moça, políticos de expressão como Alcântara Machado e Abelardo Vergueiro César. (2010, p. 04).*

²⁴ O Estado de S. Paulo de 26/07/1934, p. 05, e a edição de 31/07/1934, p. 11.

²⁵ Conta, também, que Mário Neme teria abandonado o Ginásio Municipal de Limeira.

²⁶ Os embates intelectuais entre os diversos estados da União, como São Paulo e o Distrito Federal/RJ, obviamente remontam a um período bastante anterior ao aqui citado, para tanto

autores, São Paulo e Rio de Janeiro concentrariam em si polos opostos de compreensão e atuação dos diversos grupos de intelectuais. Os intelectuais do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, possuiriam uma maior proximidade com a política e com os programas de reformas nacionais por estarem junto ao poder central; do outro lado estaria São Paulo, em que teriam ocorrido a profissionalização do trabalho intelectual e seu fortalecimento. Assim, "num modelo prevaleceria a ênfase na intervenção pública como critério para definir o intelectual; no outro, a ênfase recairia na profissionalização e na construção de padrões de excelência acadêmica e científica." (LAHUERTA, 1999, p. 09).

Neste contexto, a *trajetória intelectual* de Mário Neme nos mostra que esse processo de transição entre a fixação da universidade e os escritos dos intelectuais autoditadas foi bastante complexo, e esteve longe de seguir um percurso linear. Neme esteve na maior parte de sua carreira ligado a intelectuais renomados, que já eram reconhecidos quando a universidade foi criada e não possuíam relação direta com esta. Provavelmente, por sua postura ativa, mas não preocupada em ocupar o centro da cena nas discussões, e, por outro lado, por revelar-se interessado em dialogar com estes intelectuais e construir mecanismos que favorecessem

uma boa leitura é o artigo de José Murilo de Carvalho, *D. João e as histórias dos Brasil*, no qual o autor aponta, por exemplo, porque o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro só poderia ser pensado numa capital, pois entre suas funções estava a de "valorizar a unidade do país" (2008, p. 560), assim já no século XIX a capital não era a região mais estimada do país devido a seu caráter "agregador" de identidades tão díspares quanto as presentes no Brasil. (Ortiz, 2009).

suas atuações, Mário Neme não deve ter sentido falta da formação acadêmica específica para a construção de sua carreira. Mais do que isso: havia muitas posições a serem ocupadas no campo intelectual para as quais tal formação não era condição *sine qua non*.

Desta maneira, Neme não seguiu a tendência de sua geração²⁷ de intelectuais de possuir alguma formação específica, realizada na nova universidade; pelo contrário, acompanhou a tradição dos antigos intelectuais autodidatas, contudo mantendo o diálogo com o meio universitário.

Uma das atividades características de Neme, enquanto intelectual autodidata era a atuação na imprensa. A carreira jornalística de Mário Neme teve início em 1927, quando assinava como Dr. Salim, no periódico **A Gazeta**. Escreveu também em outros pequenos jornais e participou da criação de novos veículos de comunicação. Em 1936, tendo se mudado para a capital do estado, passou a circular em importantes periódicos da época, como: O Correio de São Paulo, Revista de São Paulo, Última Hora e Jornal da Manhã. Acabou por fixar-se como colaborador em O Estado de S. Paulo, assim permanecendo até 1972, por exatos 32 anos de trabalho – o que revela, junto à participação no movimento constitucionalista,

²⁷ Segundo Sirinelli, o termo *geração* compreende a união de um estrato demográfico por meio de um *acontecimento fundador* que por isso mesmo adquiriu uma *existência autônoma*. Por certo, as *repercussões do acontecimento fundador* não são eternas e referem-se, por definição, à *gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência*. (2003, p.255).

alguma afinidade política com certa perspectiva ideológica democrática e liberal.

Ao que parece, a atividade como jornalista não lhe era suficiente para garantir a sobrevivência. Assim, ao chegar em São Paulo, Neme também prestou concurso para a vaga de Escriurário da Câmara Municipal Paulistana. Com o desenrolar do Golpe de 1937, foi requisitado para a Divisão de Documentação Histórica e Social da Prefeitura. Enquanto funcionário desse setor encarregou-se da *Revista do Arquivo Municipal*, bem como do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal de São Paulo*. (ELIAS, 1977/78). "Quando se tratava de ganhar a vida, no entanto, o maior grupo de escritores dependia do que poderia ser chamado de atividade intelectual, que seriam os trabalhos como jornalista, (...) secretários (...)." (DARNTON, 2001, P.200). Embora essa seja uma afirmação acerca do século XVIII de Darnton, ela permanece fiel ao Brasil do período estudado, no qual, além da escrita, outras funções deveriam ser desempenhadas como *atividades intelectuais* para a subsistência do próprio intelectual. Nesse sentido, destaque-se que Neme atuou sempre como funcionário junto a órgãos ligados à educação e à cultura, suas áreas de interesse.

Quando Neme passou a fazer parte da Divisão de Documentação Histórica e Social da Prefeitura, a *Revista do Arquivo Público Municipal* era dirigida por Mário de Andrade e secretariada por Sérgio Milliet, desde junho de 1935. A revista, criada em 1934 pela

Diretoria do Protocolo e Arquivo da Prefeitura, publicava sobretudo artigos de História de São Paulo e do Brasil, tendo surgido para divulgar sobretudo documentos referentes ao período colonial e imperial, pertencentes ao Arquivo Público Municipal de São Paulo. No ano seguinte, ela passou para o novo Departamento de Cultura e Recreação:

Publicam-se então vários artigos sobre a atuação e as pesquisas realizadas pelo Departamento e artigos de intelectuais e professores da Universidade de São Paulo. A partir do 22º volume da revista, em abril de 1936, temos o aparecimento de fotos de monumentos arquitetônicos de todo o país, que deveriam ser preservados, reproduções de gravuras de viajantes, como Rugendas, Debret, além de fotografias de algumas iniciativas do Departamento, como as dos Parques Infantis. (RAFFAINI, 2001, p. 88).

Nas palavras de Paulo Duarte²⁸:

"A Revista do Arquivo" está ficando um primor. Dirigida por Mário de Andrade e secretariada por Sérgio Milliet, mudou completamente de feição. Está saindo com uma média de 250 paginas, publica todas as atividades do Departamento de Cultura e de outros Departamentos, metodicamente dividida por assunto. Assim, um capítulo é da Documentação Histórica, outro da Social, outro da Expansão Cultural e assim por diante, sem prejuízo de outras colaborações de qualidade, como dos professores estrangeiros da Universidade... (1976, p. 97).

Após iniciar os trabalhos na revista, Neme não se desligou mais do setor de cultura e patrimônio de São Paulo, seja no Arquivo

²⁸Importante intelectual que colaborou intensamente com a criação do Departamento de Cultura de São Paulo e da Universidade de São Paulo, além de diversos outros espaços de cultura da cidade. Amigo íntimo de Mário Neme e do grupo próximo a ele, entre os anos 1930 a 1960, de que faziam parte Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Júlio de Mesquita Filho, etc. (MENDES, 1994; DUARTE, 1976).

Público do Município, na Casa do Bandeirante, na Junta Coordenadora dos Museus Municipais, bem como na participação junto à criação de diversos museus, como o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arte e Arqueologia, como veremos mais à frente.

Mário Neme também escreveu artigos para a *Revista do Arquivo Municipal* (RAM). Tais artigos foram direcionados para a RAM pela Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, da qual ele era funcionário. Geralmente, estes textos tratavam de questões relacionadas à história de sua terra natal, e baseavam-se em seu primeiro livro de história, intitulado: *Piracicaba, documentário*, de 1936. Esses artigos são análises de documentos que evidenciam o crescimento de Piracicaba e suas peculiaridades agrícolas, procurando mostrar a importância da geografia para a compreensão da história da região, e explorando, em perspectiva empírica e detalhista, as fontes primárias e a literatura produzida sobre o assunto.

Quadro 1 – Publicações de Mário Neme na Revista do Arquivo Público Municipal.

Título do artigo	Ano de publicação	Assunto	Setor
Piracicaba no século XVIII, 55 páginas.	1938	História de Piracicaba	Documentação o Histórica
Um município agrícola, 92 páginas.	1939	História agrária de Piracicaba	Documentação o Social
Pedro Luís, 41 páginas.	1940	Biografia	Documentação o Histórica/ Social

continua...

Fundação de Piracicaba, 50 páginas.	1940	História de Piracicaba	Documentação o Histórica/Social
A acentuação na ortografia simplificada, 42 páginas.	1941	Ortografia brasileira	Expansão Cultural
Linguagem de Mário de Andrade, 07 páginas.	1946	Literatura	

Fonte: Revistas do Arquivo Público Municipal de São Paulo.

1.1 VIDA LITERÁRIA E JORNALÍSTICA

Como um típico intelectual polígrafo, enquanto escrevia textos históricos com a análise de documentos do Arquivo Municipal, Mário Neme também escrevia contos. Estes foram publicados, primeiramente, em dois livros: o primeiro, *Donana sofredora*, em 1941, e o segundo, *Mulher que sabe latim...*, em 1944. Posteriormente, parte dos contos foi publicada separadamente, em periódicos da época. Assim, Mário Neme desenvolvia simultaneamente a escrita da história e da literatura.

Figura 3 – Capa do Livro Donana Sofredora.

Figura 4 – Capa do Livro Mulher que sabe latim...

A escrita de contos favoreceu a circulação do nome de Mário Neme no meio intelectual paulista dos anos 1940. Os textos foram comentados nas principais revistas e jornais de São Paulo pelos principais críticos da cidade, tais como: Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Antonio Candido, Edgar Cavalheiro, entre tantos outros. A estratégia de publicar os livros e depois fragmentá-los, publicando os mesmos contos em periódicos, tornou possível um maior acesso aos mesmos, colaborando, por outro lado, para fazer a publicidade dos livros.

Donana Sofredora ajudou a compor a *Coleção Caderno Azul*, da Editora Guaíra, sendo o terceiro título da mesma, que teve por

primeiro título *Música no Brasil*, de Mário de Andrade; por segundo, *Psicanálise do Cafuné*, de Roger Bastide; e por quarto título, *Duas Cartas no meu Destino*, de Sérgio Milliet. O jovem contista estreava, portanto, em meio a nomes consagrados, que ocupavam posições estratégicas no campo intelectual. Note-se que a própria coleção era dirigida por Sérgio Milliet, Luís Martins e Plácido e Silva, apresentados como "nomes consagrados nas letras pátrias." Ao que dizia a apresentação dos editores, presente na "orelha" do livro, os "Cadernos Azuis" colecionariam "tudo o que de mais significativo existe na cultura brasileira presente." (NEME, 1941). Em meio a essa proposta, a apresentação referia-se à notoriedade de Mário Neme como jornalista: "livro de estreia do vitorioso intelectual bandeirante, que já impôs seu talento pelas páginas da imprensa." (NEME, 1941).

Quadro 2: Títulos dos Contos do livro *Donana Sofredora*, de 1941.

Contos do livro <i>Donana Sofredora</i> (1941)	
Donana sofredora	
Já é tarde, não?	
Com curruira perto	
E o dr. Moreira sorrindo por cima	
Marta Maria enxovalhada	
Setembrino com a Lazinha morta	
Um covarde soletrado e outras sutilezas do espírito	
Braço é braço!	continua...

<i>Post scriptum da covardia</i>
História de assombração

Fonte: NEME, M. Donana Sofredora. Curitiba/PR: Ed. Guaíra Ltda, 1941.
(Coleção Caderno Azul, vol. 03).

De caráter claramente autobiográfico, o pequeno livro *Donana Sofredora* é composto de dez contos, divididos em 91 páginas, com ilustrações de Noêmia (Figuras 5 a 8). Todos os contos primavam pelo tom humorístico²⁹. Os contos também estabeleciam um fino e delicado diálogo crítico entre a cidade em construção (São Paulo) e o interior do estado. Assim, logo em seus primeiros contos percebe-se a tematização da migração, da cultura e da linguagem do interior. Além dessa tematização, outro fato interessante é que o autor aparece como personagem na maioria de seus contos. Compareciam, neles, também, outros temas relativos ao cotidiano das grandes cidades, mormente relacionados aos migrantes, como a fome, as distâncias físicas que aumentavam, as precárias condições de vida nas pensões etc. Desta maneira, Neme participa da vida da cidade por meio de denúncias, enquanto um *intelectual engajado*,³⁰ pois está envolvido na "vida da cidade como ator, testemunha e consciência dos fatos." (SIRINELLI, 2003, p. 243).

²⁹ Transcrevemos, no anexo desta tese, o conto *Donana Sofredora*, que abre o livro.

³⁰ Sirinelli (2003, p. 243).

Figura 5 – Imagem do Conto Marta Maria Enxovalhada (NEME, 1941, p. 49)

Figura 6 – Imagem do Conto Marta Maria Enxovalhada (NEME, 1941, p. 47)

Figura 7 - Imagem do conto história de Assombração (NEME, 1941, p. 90).

Figura 8 - Imagem do conto história de Assombração (NEME, 1941, p. 88).

No primeiro conto, que dá origem ao nome do livro e se passa na cidade de São Paulo, Donana é uma dona de casa que vive às voltas com a preparação do jantar, e as implicâncias da filha com sua maneira popular de falar. Enquanto fica imaginando as preferências do marido para o cardápio da refeição, sua filha fica corrigindo sua fala repleta de "vícios e erros", acusando a mãe de fazê-la passar

vergonha frente às demais pessoas. Embora Nicota, a filha, cause sofrimento à mãe, seu grande sofrimento está em pensar no que Chiquinho (o marido) desejaria jantar. Com este episódio, Mário Neme ilustra o preconceito contra o falar interiorano no cotidiano de São Paulo, retratando ainda a maneira "popular" de se expressar.

Com efeito, em *Donana Sofredora* surge com força o enfoque na linguagem ordinária da população, como podemos constatar no trecho que segue do conto que dá nome ao livro:

Donana botou a fatia de pão velho na tigela de leite, foi fazendo carinho com os dedos, depois que estava bem papadinho tirou do leite, passou no ovo batido, despejou na frigideira... Ah! Meu Deus, que eu não sei o que vou fazer... Quéde o açúcar, Nicota?

E depois se lastimando sem fim, ah! Meu Deus, que daqui a pouco já é hora da janta...

- Mas não é janta, mamãe, quantas vezes eu já disse, também! É jantar, jantar! (1941, p. 09).³¹

É a linguagem falada, como escreveu Mário de Andrade³², que interessava ao autor. Assim, analisando a obra, observa-se que as conjunções e os qualitativos seriam (re)arranjados no modo comum de falar. Neme não pretendia representar uma língua caricata, mas aquela que ouvia e falava, diferentemente da utilizada por outros intelectuais que criavam uma língua caricata para representar o

³¹ A ortografia dos textos foi atualizada de acordo com as novas regras ortográficas, bem como os relatórios anexos à tese.

³² No ano de 1942, Mário de Andrade escreve o texto "Uma estreia", no qual faz uma análise da obra *Donana Sofredora*, demonstrando particularidades da mesma.

popular em seus contos³³. Estas mesmas preocupações com a linguagem e a cultura estão presentes em seu livro *Estudinhos Brasileiros*³⁴ de 1947, também publicado pela editora Guaíra, na coleção Caderno Azul, nº 28, e na obra *Mulher que sabe Latim...*³⁵. Nos *Estudinhos Brasileiros*, publicados inicialmente na revista Planalto, Neme defendeu a existência de uma língua brasileira, separada e distinta da língua portuguesa. Neles, procurou contemplar **a complexidade da "língua nacional", em suas diversas manifestações regionais**, as quais defendia com afinco. Revela-se, neles, assim, a sua filiação a uma perspectiva a um só tempo regionalista e nacionalista.

Em *Mulher que sabe latim...*, livro mais robusto que o primeiro, não apenas pela maior quantidade de páginas, Neme nos leva para a São Paulo da primeira metade do século, em dez contos ambientados na capital, retratando os dilemas da cidade que crescia. Segundo suas próprias palavras, este livro era, "antes de tudo, uma tentativa de estilização da sintaxe popular do Brasil, estilização no sentido de aplicação da sintaxe popular a uma linguagem literária." (NEME, 1944, p. 07).

³³Diversos debates sobre a linguagem estavam ocorrendo naquele momento, como podemos observar nas edições da Revista Planalto (1941-1942) entre Mário Neme e Mário Donato, bem como na Revista do Brasil (década de 1930 e 1940) com Mário de Andrade, por exemplo. Para os debates acerca da língua e sua escrita no início do século XX, ver o trabalho de Tânia Regina de Luca. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação.

³⁴ O livro *Estudinhos Brasileiros* está dividido em três partes: Língua do Brasil, Literatura popular do Brasil e Achegas ao Folclore.

³⁵ Desse livro, selecionamos transcrever o conto Mula que faz him, mulher que sabe latim...(vide anexo).

Quadro 3: Título dos contos do livro Mulher que sabe latim..., de 1944.

Contos do livro Mulher que sabe latim... (1944)
Mula que faz him, mulher que sabe latim
Ensaio sobre a comadre
Cemedocéia e o poder da ficção
Dona Adelaide, como o nome indica
No fundo eu era contra a tradição do "Flor de maio"
Meu filho prócer
Aniceto, a vida desgraçada dele
Dona Marta e aquelas crianças com fome
Pedro Marques, lobishomem inteligente
A mui infeliz senhora Amélia ou Aquela que morreu de amor

Fonte: NEME, Mário. Mulher que sabe latim. São Paulo/SP: Ed. Flama, 1944, 158 págs.

Mário Neme possuiu bons interlocutores quando publicou suas obras, entre eles Sérgio Milliet e Mário de Andrade. Ambos escreveram críticas às obras do autor em jornais e revistas, convidando o leitor a conhecê-las. Mário de Andrade, embora destacasse as deficiências do livro, viu também, no autor, grande potencial:

A coleção do "Caderno Azul" teve a ideia excelente de apresentar em livro o contista Mário Neme. Com **Donana Sofredora** (...), apesar de sua importância, estamos diante de um livro tipicamente de estreia. O que não deixa de me agradar. Tenho certa desconfiança dos escritores que estreiam com livros deslumbrantes de realização humana e artística, como se fossem já

destinos amadurecidos. No geral essas mocidades se estiolam no fogo vivo dessa primeira brilhação. **Donana Sofredora** está longe de ser um livro admirável, as suas deficiências são grandes, e não raro hesitantes as soluções dadas por Mário Neme aos problemas que topou em caminho. Mas a sinceridade e a coragem com que ele se decidiu diante dos problemas de que estava mais consciente, assim como as qualidades patenteadas no livro, prometem ao artista um futuro capaz de grandeza muita. (1942, p. 52).

Em seu segundo livro, Mário Neme recebeu críticas em que se vê seu reconhecimento como contista já mais consolidado, como se vê nas seguintes palavras de Sérgio Milliet:

Às qualidades de contista de Mário Neme, já me referi varias vezes e o autor as confirma em seu novo livro **"Mulher que sabe latim..."** Entretanto, por muitos aspectos a coletânea atual aparece de maior importância que a primeira, editada na coleção **"Caderno Azul"**, sob o título de **"Donana Sofredora"**. É de maior importância tanto pela língua e pelo estilo como pelas limitações de gênero. (1981-B, p.305).

No *Diário crítico* de Sérgio Milliet, há vários momentos em que nossa personagem surge. Em outro trecho do texto acima, do volume referente às críticas escritas no ano de 1944, não somente há a apresentação do contista, mas também um interessante estudo sobre o objeto de análise dos contos de *Mulher que sabe latim...* acerca dos aspectos psicológicos peculiares aos indivíduos que lá são apresentados, como a sua covardia e pequenez num contexto localizado (São Paulo Capital) que são ressaltados como um dos pontos altos da leitura dos contos.

Os contos de Mário Neme, deliciosos aliás, se ressentem desses limites.³⁶ Não ultrapassam jamais o nível de uma psicologia peculiar ao meio pequeno-burguês, e não exprimem nunca mais do que os sentimentos e emoções mesquinhos desse meio. Nenhuma grande tragédia, nem tão pouco grande comédia, nasce das personagens miúdas que vivem nos casos pequeninos de seus contos. O que deles ressalta, não com vigor "universal" mas com "graça" quase esotérica, dada a língua em que é dita, é a anedota. Para felicidade do leitor essa anedota surge admiravelmente bem contada, com uma dose discreta de traços caricaturais. Beira o grotesco não raro, mas nele não cai em virtude de certo pudor bem paulista, de certa timidez também, de uma vaga insegurança do autor que o leva a evitar cuidadosamente os pontos cruciais psicológicos, a escapar pela tangente do estilo pelo estilo. (...)

A grande novidade desses contos de Mário Neme está em se oporem, exatamente por esse lado pequeno-burguês, á literatura da terra, dos nordestinos, heroica e lírica, ou a da grande burguesia, do Sr. Otavio de Faria, pesada e realística. O gênero tem precursores, alguns de grande fôlego, como Aluísio Azevedo, outros menos importantes, mas todos presos ainda aos preconceitos da língua literária. Mário Neme se liberta desses prejuízos e renova a língua, prosseguindo nas tentativas de Mário de Andrade e Antonio Alcântara Machado. Das duas inovações, de língua e de fundo, tira pequenas obras primas de alcance limitado, mas pequenas obras primas assim mesmo. (1981-B, p.305).

Mário de Andrade, em sua análise de *Donana sofredora*, observara o quão caro era para Neme a observação da covardia em seus contos, afirmando que esta característica deveria ser do próprio autor que, marginalizado, em suas palavras, por ser

Sírio de origem, carregando um rosto abusivamente siriesco, e ainda por cima caipira inveterado, caçoado

³⁶ Os sentimentos e a cultura limitam a língua, mas, do mesmo modo, a língua limitada não é instrumento capaz de exprimir sentimentos e cultura limitados. (MILLIET, 1981-B, p.305).

na sua pronuncia botocuda: mais que nenhum outro escritor seminacional de origem, Mário Neme demonstra ruminar o complexo de afirmação brasileira. Mas se os próprios brasileiros caçoam dele... Mas se ao mesmo tempo o aceitam de braços abertos... (1942, p.55).

Para nosso crítico, o problema estaria no próprio autor do conto, como um problema de afirmação. Neme enfrentava as piadinhas preconceituosas, escrevendo sobre as mesmas. Um exemplo do tipo de comentário desmerecedor que o intelectual recebia foi lembrado por Antonio Candido, durante a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) de 2011, ao mencionar o comportamento de Oswald de Andrade durante o Segundo Congresso Brasileiro de Escritores, em Belo Horizonte, quando Oswald não foi incluído na delegação paulista de escritores por Mário Neme, tendo passado a chamar este, então presidente da mesma delegação, de ***Grão Turco de Piracicaba***, ou seja, o tirano do interior.

Já para Milliet, a questão era a do estabelecimento e amadurecimento do escritor, que livro a livro ele percebia. O crítico acreditava que o problema de abertura de espaços no campo literário para Neme não viria de sua origem libanesa, mas dos debates sobre os regionalismos que estavam a se acirrar, em especial após as críticas a Neme vindas do Rio de Janeiro, posto que "visse nelas alguma hostilidade nascida da influencia preponderante de outros regionalismos ansiosos por se imporem também e nortear a nacionalidade." (1981-B, p. 306).

Mário Neme, em resposta a uma crítica de Antonio Candido a *Donana Sofredora*, publicada, ainda em 1941, na revista *Clima* (nº 7 de dezembro de 1941), expôs a seguinte explicação para suas escolhas:

(...) também na própria "mentalidade" das histórias que eu contei, bem dizendo no nível mental do escritor. Se não há ali uma certa sutileza com a qual nos acostumamos por habito de uma literatura de imagens culturais - nascidas do conhecimento das ciências, das artes, da técnica - e também buscadas por um imperativo que vem desse mesmo conhecimento, da busca dele - é porque a mentalidade do contador dos casos foi forçada no interesse mesmo de uma nova experiência - a descer ao nível mental do homem não intelectualizado, do homem do povo. O que não inclui necessariamente a presença do artista.

O que choca, em "Donana", a vocês todos - e o próprio Mário Neme desprevenido - é essa diferença de nível mental, é a ausência de intelectualismo, são as correlações primárias que o livro contém. (NEME, 1942, p. 132).

Na carta acima, publicada na revista *Clima*, assim como em outros textos, publicados tanto em *Clima* como em outra importante revista dos anos 1940, *Planalto*, Neme explicou seus motivos e convidou seus leitores a pensar a "língua nacional" e o universo do "homem não intelectualizado".

Aproveitaremos o comentário de Neme publicado na revista *Clima* para abordar sua relação com o periódico, que tem sido bastante comentada e estudada em vários trabalhos acadêmicos, entre os quais se destaca o livro de Heloisa Pontes, *Destinos Mistos*. Neste, a autora explica quem compõe, e como está situado no meio

intelectual este grupo de "moços" e "moças" que viriam pouco tempo depois a se tornar importantes críticos em diferentes áreas.

Situados entre os literatos, os modernistas, os jornalistas polígrafos e os cientistas sociais, construíram seu espaço de atuação por meio da crítica, exercida em moldes ensaísticos mas pautada por preocupações e critérios acadêmicos de avaliação. Como críticos, inseriram-se na grande imprensa, nos projetos editoriais, nos empreendimentos culturais mais amplos da cidade de São Paulo. Como intelectuais acadêmicos, profissionalizaram-se na Universidade de São Paulo e formularam um dos mais bem-sucedidos projetos de análise da cultura brasileira. (PONTES, 1998, p. 14).

Mário Neme esteve ligado a este grupo de jovens intelectuais promissores, estabelecendo sempre que possível a ligação destes com os intelectuais já reconhecidos. Segundo entrevista concedida por Antonio Candido³⁷, Mário Neme esteve na reunião de fundação da revista *Clima*, quando provavelmente se conheceram. Nessa ocasião, Neme estava junto de Mário de Andrade e Sérgio Milliet, entre outros intelectuais renomados, além de Lourival Gomes Machado (responsável pela ideia da revista) e também do jovem Antonio Candido. Este último aponta que Neme logo chamou atenção para os problemas financeiros da revista, e indicou Alexandrino de Almeida Prado Sampaio para tratar de suas finanças. Desta maneira, com sua experiência como secretário da Revista do Arquivo Municipal deste 1938, auxiliando e indicando caminhos, Neme estabeleceu uma boa relação com este grupo de "moços". Com a revista em atividade,

³⁷ CANDIDO, Antonio. Entrevista concedida a Tathiani Cristini da Silva. São Paulo, 16/04/2014.

Neme publicou nela alguns de seus contos. A atuação do intelectual demonstra seu papel de integração entre os grupos, agindo como um intelectual mediador, entre os velhos e novos intelectuais, ou, nas palavras de Antonio Candido, "Mário Neme teve um papel fundamental de intermediador entre os intelectuais da Faculdade de Filosofia e os intelectuais da cidade." ³⁸

Se a revista *Clima* ganhou notoriedade e diversos estudos a seu respeito, o mesmo não aconteceu com a revista *Planalto*. *Planalto - Quinzenário de Cultura* teve seu primeiro número lançado em quinze de maio de 1941. Administrativamente, possuía a seguinte composição:

- Orígenes Lessa - Diretor
- Wilson Velloso - Secretário
- Carlos B. Teixeira - Gerente

Conselho Diretor

- Cassiano Ricardo
- Menotti del Picchia
- Oswald de Andrade
- Sérgio Milliet, entre outros...

Colaboradores Efetivos

- Almeida Salles
- Edgar Cavalheiro
- Edmundo Rossi, entre outros... (PLANALTO, 15/05/1941, p. 02).

³⁸ CANDIDO, Antonio. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva. São Paulo, 16/04/2014.

Com este grupo de renomados intelectuais, todos de fora da universidade, nascia a revista que pretendia integrar grupos e realizar discussões culturais diversas, conforme é possível ler em seu primeiro editorial.

Planalto não tem um sentido regional. Planalto é para nós o símbolo da integração dos homens de S. Paulo no Brasil, construindo o Brasil. (...)

Planalto quer ser apenas uma palavra de colaboração, de compreensão, de fraternidade (...).

Nesta hora amarga do mundo, Planalto, como ser uma palavra de brasilidade, não quer e não pode ser, porém, uma voz exclusivista e fechada. E nisto reflete apenas uma tradição mais de nossa terra. É pensamento que orienta esta publicação levar adiante uma obra de aproximação e de intercâmbio. Com gente de todas as terras, com gente especialmente das Américas.

Planalto

Colunas abertas para esta campanha. Contribuição modesta embora, para essa volta a uma fraternidade que precisa reerguer-se, como condição para a sobrevivência.

Façamos um esforço para acreditar ainda nos destinos do homem. (PLANALTO, 15/05/1941, p. 02).

Com aproximadamente vinte e dois números, ela circulou nos mesmos anos de *Clima* (1941-1942), mas se distinguia por ser uma revista gerenciada por antigos intelectuais, enquanto a outra era comandada pelos "moços" da USP. Em grande formato (A3) e páginas coloridas, possuía matérias que discutiam a produção intelectual em São Paulo e no Brasil, com textos de repercussão com direito à réplica e tréplica. Mário Neme escreveu muito para esta revista, abordando assuntos como o folclore e a língua nacional, destacando-

se, em particular, sua polêmica com Mário Donato, que dele discordava quanto à existência de uma “língua brasileira” distinta da portuguesa.³⁹

Assim, Mário Neme gravitava entre um extenso círculo de amizades e desenvolvia muitas atividades diferentes como o jornalismo, a escrita de contos e a escrita de textos históricos, tendo, nesse mesmo período, assumido uma nova função: a secretaria geral da ABDE Secção de São Paulo, dirigida por Sérgio Milliet. Segundo Antonio Candido⁴⁰, o intelectual piracicabano trabalhava diariamente na ABDE, saindo do jornal O Estado de São Paulo e lá indo para dar andamento às necessidades de uma associação então recente no estado. Neme concentrava em si todos os contatos, negociações e criações de associações pelo interior. Sua dedicação o tornou reconhecido pelo interior, bem como na capital. Conforme explicado anteriormente, a ABDE lutava por questões específicas relativas à **profissionalização e à missão social dos “homens de letras”**, bem como travava seu embate político contra o governo Vargas.

A entidade conseguiu realizar alguns importantes encontros: os Congressos Paulistas de Escritores⁴¹ de 1946 e 1952, e o Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais, de 1954. No

³⁹ Ver apêndice.

⁴⁰ CANDIDO, Antonio. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva. São Paulo, 16/04/2014.

⁴¹ Sobre o Primeiro Congresso de Escritores, ver: LIMA, F. V. O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

congresso de 1946, foram discutidos, em particular, os direitos autorais dos escritores, e com isto, nasceu uma Declaração de Princípios⁴² que os reivindicou. Quando a declaração estava pronta e nenhum jornal queria realizar sua divulgação, várias delas foram impressas e distribuídas por São Paulo, bem como pelo país. Assim, mesmo a contragosto, os jornais foram obrigados a tomar conhecimento de seu conteúdo, o que foi lembrado por Antonio Candido como uma grande vitória da ABDE.⁴³

Neste período de trabalho na ABDE e no jornal O Estado de S. Paulo, Mário Neme dirigiu o trabalho que maior visibilidade lhe deu até nossos dias, a *Plataforma da Nova Geração*. Esta foi uma série de entrevistas para o jornal O Estado de São Paulo, posteriormente transformada em livro, com a então chamada *geração dos moços*. Nessas entrevistas, os jovens intelectuais de então discutiam, em meio ao declínio do Estado Novo, política e cultura, à luz das principais questões do momento. É evidente nas entrevistas a oposição ao Estado Novo, e aos acontecimentos que se desenrolavam na Europa em guerra. Ou como o próprio diretor a define:

Não foi, a rigor, um inocente inquérito, no sentido que essa palavra tem atualmente para os leitores de jornais, mas sim um verdadeiro pronunciamento, uma espécie de definição dos princípios, das ideias e dos pontos de vista pelos quais se batem e se norteiam os

⁴² CANDIDO, A. Teresina etc. São Paulo: Paz e Terra, 1992. (Clássicos Latino-americanos).

⁴³ CANDIDO, Antonio. Entrevista concedida a Tathiani Cristini da Silva. São Paulo, 16/04/2014; e Teresina etc. São Paulo: Paz e Terra, 1992. (Clássicos Latino-americanos).

moços escritores brasileiros, num momento da História em que quase todos os povos do mundo se batem numa luta decisiva. (...).

Convém assinalar, no entanto, antes de mais nada, que esse pronunciamento teve de limitar-se aquilo que os rapazes julgaram dizer então.

Isso, inegavelmente, prejudicou em parte o interesse deste inquérito, cuja condição primeira teria que ser forçosamente a mais irrestrita e até desordenada liberdade de dizer as coisas. Mas o leitor inteligente acabará entendendo a fala de cada um, e no meio de todas elas o que não foi dito, por carência de espaço e outras limitações acidentais. (NEME, 1945, p. 07).

Neste célebre pronunciamento de um inquérito, reconhecido pelos contemporâneos como possuindo um tom provocativo, estavam inseridos: Lourival Gomes Machado, Antonio Candido, Heraldo Barbuy, Paulo Emilio Sales Gomes, Rubem Braga, Mário Donato, Ciro Tessara de Pádua, Edmundo Rossi, Otávio de Freitas Jr., Alphonsus de Guimaraens Filho, Jamil Almansur Haddad, Rubem Braga, Mário Schenberg, Edgar Cavalheiro, Arnaldo Pedroso D´Horta, Lauro Scorel Rodrigues de Moraes, João de Araújo Nabuco, Tito Vezio Batini, Fernando Ferreira de Góes, Ernani Silva Bruno, Maria Eugenia Franco, Luiz Saia, Miroel Silveira, Afranio Zuccolotto, José Almiro Rolmes Barbosa, Rui Galvão de Andrada Coelho, Hovanir Alcântara Silveira, Paulo Zingg, e Edgar de Godói da Mata-Machado.

O seguinte trecho da entrevista de Lourival Gomes Machado é um bom exemplo dos dilemas e angústias que permeavam o conjunto dos depoimentos dessa geração, marcada pelas incertezas da guerra e a necessidade de engajamento :

O mundo, para nós que nos espichamos como seres humanos entre as duas guerras, não é simples. Essa complexidade, além de afastar possíveis indiferenças platônicas e preocupações formalistas de parnasianos, nos oferece um tal contingente de dúvidas e de lutas que só não terão existências férteis e sofridas os aleijões da inteligência. Um pouco de normalidade intelectual já garante uma quota formidável de participação nas dores do mundo. (...). Qualquer problema, desde os famosos movimentos sociais que já vem de um século, até as diferenças municipais ou estaduais em matéria de estética, continuam a ser gostosos sacos de gatos. (...).

Se minha geração encontrou o caos de sempre e, muito provavelmente, não passará o bastão em melhores condições, como poderá ficar marcada no meio de tantas gerações? Boa ou má, ela precisa fazer traço. (1945, p. 24).

Neme havia solicitado, em suas perguntas gerais, definições e posicionamentos que de forma objetiva os entrevistados não poderiam responder, devido às represálias que talvez recebessem, e ele, obviamente, disso estava ciente. Contudo, vale lembrar que o incitamento gerava tanto a expectativa nos leitores a busca de soluções pelos entrevistados. Cada intelectual respondeu a seu modo um conjunto de seis itens, que respondiam a um eixo de quatro dúvidas centrais. Esses eixos centrais eram, segundo Neme: primeiro, "se os escritores moços do Brasil de hoje tem ou não consciência dos problemas mais orgânicos da cultura brasileira"; segundo, "qual o nível e o clima intelectual em que se colocam suas preocupações mais sérias"; terceiro, qual "a qualidade de sua formação cultural, já universitária, já autodidática"; e por fim, "o que se pode esperar dos

moços de hoje no campo da arte, da ciência e das ideias." (1945, p. 08).

O trecho citado anteriormente, de Lourival Gomes Machado, é referente ao primeiro grupo de questões, levantadas, no inquérito, da seguinte forma:

Encontrou a nova geração grandes problemas não solucionados pelas gerações passadas? Esses problemas foram ou são de molde a dificultar e impedir a atividade intelectual da nova geração brasileira? Há qualquer desajustamento entre a produção das gerações passadas e os problemas que atingiram os moços intelectuais de hoje? Qual o papel que incumbe à nova geração em fase da confusão de valores e das falhas que vem do passado? (p. 08-09).

Deste modo, em tom provocativo, as perguntas foram encaminhadas e as respostas chegaram de maneiras diversas, sendo que as palavras de Antonio Candido tornaram-se as mais conhecidas, por seu tom irônico ao dizer que nada poderia ser dito do modo como gostaria, e que portanto falaria por alto de algumas questões. Sagazmente, Candido falou muito do que pensava, utilizando como exemplo Drummond:

Um dos sinais mais significativos do período de desorganização social que atravessamos é esta tendência para questionar todo mundo, numa ânsia desesperada de entender a confusão. Num período normal, é claro que você estaria fazendo os seus contos na paz do Senhor, e não nos amolando com essa história de Plataforma. E nós, do nosso lado, jogaríamos na cesta de papel a sua carta-pedido, caso ela viesse.

Mas eis que o tempo é de inquietude e de melancolia; de entusiasmos nervosos que se gastam por nada; de desesperos bruscos que quebram uma vida. E você quer saber o que pensamos de tudo isso!

Francamente, preferia que você fosse ler algumas poesias de Carlos Drummond de Andrade; sobretudo umas inéditas. Carlos Drummond de Andrade é um **homem da 'outra geração'**, da tal que você quer que nós julguemos. No entanto, não há moço algum que possua e realize o sentido do momento como ele. Carlos Drummond representa essa coisa invejável que é o amadurecimento paralelo aos fatos; o amadurecimento que significa riqueza progressiva, e não redução palatina a princípios afastados do Tempo. Por isso, Mário, eu acho que tem mais sentido a maturidade de um homem como Drummond do que o verde quase sempre desnorteado e não raro faroleiro de todos nós. (p. 31-32).

Como mencionado anteriormente, o intelectual Drummond foi funcionário público, trabalhando ao lado do ministro Capanema, tendo sido também jornalista, partidário da esquerda política, poeta e crítico da sociedade brasileira exatamente quando estava no Ministério da Educação, encontrando seu caminho pessoal em meio a situações conturbadas, que exigiam sacrifícios e resignações momentâneas. A propósito, Simon Schwartzman (1997) realizou uma interessante análise no papel do intelectual neste período dos anos 1930 a 40:

Os tempos com Capanema devem ter sido difíceis não só pela proximidade do governo Vargas com as ideologias fascistas como também pelo extremo conservadorismo e clericalismo com que Capanema tratava de conduzir seu Ministério. Explicar a presença incomoda de Drummond nesse ministério por simples razões de amizade ou dizer que sua atuação foi simplesmente burocrática e administrativa é fazer pouco de sua inteligência e de seus valores. Pelo que sabemos, Drummond tratou, naqueles anos, de manter aberto o espaço para o lado mais criativo e moderno do Ministério Capanema e do país, o da cultura, do patrimônio histórico e das artes, e dessa maneira talvez se tenha resignado a assistir impotente ao que ocorria na área da educação. Seu engajamento político nos anos seguintes, junto aos grupos de esquerda, sugere

uma busca de expiação daqueles anos difíceis e ambíguos, em troca de um engajamento mais definido e claro. (p.14)

Assim, tomando as palavras de Sirinelli, os *intelectuais* como Drummond, Candido, Lourival, Neme e muitos outros engajaram-se na vida do país, do estado, da cidade como atores, testemunhando através de seus escritos o que se passava em sua conturbada vida social e política. (2003, p. 243). Agiram, por vezes, porém - como Drummond no Ministério Capanema e o próprio Neme, como funcionário público em nível municipal -, no interior das instituições, valendo-se de possibilidades de atuação a que de outra forma não teriam acesso.

Do ponto de vista de sua carreira, o papel central desempenhado por Neme em *Plataforma de uma geração* foi um divisor de águas, propiciando-lhe um grande poder de atuação em meio à *geração* nascente de *intelectuais*, e colocando seu nome em evidência como *intelectual*, entre todos aqueles que tinham interesse no assunto (inclusive a velha *geração*), além de estender seu já amplo círculo de atuação e relações.

1.2 EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Assim como participação na elaboração de *Plataforma da nova geração*, embora em outro plano, mais ligado à vida cultural do ponto

de vista institucional, e em outro momento, os anos 1950, a participação de Neme na Exposição Histórica das Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo⁴⁴, em 1954, foi fundamental para a sua projeção como intelectual de destaque na área da história, o que se dará no debate acerca da história da cidade de São Paulo.

Comemorar o IV Centenário da Cidade de São Paulo foi um verdadeiro empreendimento sociocultural desenvolvido pela prefeitura do município, e acompanhado por alguns de seus mais renomados intelectuais. As comemorações foram diversas, desde espetáculos de balé e teatro, chuva de prata pela cidade, criação do parque do Ibirapuera⁴⁵ e uma grande exposição histórica. Comentaremos, neste item, a participação de Mário Neme na Exposição Histórica, que teve lugar no parque do Ibirapuera, inaugurando a tradição das grandes exposições naquele espaço, e o campo em que estavam imersos os intelectuais responsáveis pela mesma.

No dia 13 de setembro de 1954, foi inaugurada a Exposição Histórica Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Os

⁴⁴ Para compreender a organização e o evento IV Centenário da Cidade de São Paulo, ver: LOFEGO, S. L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

⁴⁵ Muitos textos abordam a criação do parque do Ibirapuera e sua importância para São Paulo, entre eles destacamos: ANDRADE, M. M. O processo de formação do Parque do Ibirapuera. *Revista do Arquivo Municipal*, 30 anos de DPH, 1975-2005, São Paulo, v. 204, p.49-65, 2006. BARONE, A. C. C. A oposição aos pavilhões do parque Ibirapuera (1950-1954). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v. 17, p. 295-316, jul. -dez. 2009. INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Cadernos da Cidade de São Paulo: parque do Ibirapuera*. São Paulo: ICI, 1997. MARINS, P. C. G. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista, história e cultura material*, São Paulo, v. 6-7, p. 9-36, 1998-1999.

trabalhos tiveram início muito antes, em 1951, quando a Comissão criada para gerir os trabalhos já havia sido implantada. Cicilo Matarazzo, então presidente da comissão organizadora dos festejos, chamou para curador chefe da exposição o português Jaime Cortesão, que se encontrava exilado no Brasil, residindo no Rio de Janeiro. Segundo Silvio Luiz Lofego, as comemorações foram idealizadas em dois núcleos: "O primeiro seria a construção da história de São Paulo, tanto nas reedições quanto em novas produções que atendessem às expectativas da Comissão." E, para o segundo, "seria a propaganda ancorada nessa produção histórica, que por sua vez legitimaria todo o empenho dispensado para a realização dos festejos." (LOFEGO, 2004, p. 44-45). Assim, a história deveria ser a dona da festa.

Para organizar a exposição histórica, além de Jaime Cortesão, em 1952 Mário Neme foi designado a participar Comissão, pois era funcionário público municipal e essa comissão necessitava de um elo direto com a administração pública, tornando-se assistente direto de Jaime Cortesão. No ano de 1953, o historiador português seguiu viagem para a Europa, afim de levantar obras diversas que pudessem compor a Exposição Histórica. Além das funções administrativas burocráticas executadas por Neme, ele passou a pensar e a organizar juntamente com Cortesão os trabalhos da exposição. Para tanto, dialogava com Francisco Matarazzo Sobrinho (Cicilo) Presidente da Comissão, com seu chefe português, e para auxiliar em suas funções

chamou dois historiadores locais: Hédio Damante e Ernani da Silva Bruno. Percebe-se no decorrer das atividades, que estes três formaram um time extremamente empenhado em suas atividades, dada a quantidade de livros de história publicados após a Exposição. Constata-se, no transcorrer das cartas, a evolução dos trabalhos e a integração do grupo. Os textos escritos geralmente a oito mãos cruzavam o Atlântico semanalmente, quando não quase que diariamente.

As correspondências trocadas entre Cortesão e Neme nos dão a dimensão cuidadosa das atividades desenvolvidas entre os anos de 1952 a 1954. Enquanto o brasileiro prestava contas em relatórios semanais dos acontecimentos no Brasil, Cortesão encaminhava notícias e relatórios a serem enviados ao Presidente da Comissão, em alguns momentos, mais de uma vez por semana. Essas cartas revelam o dia a dia da comissão organizadora da Exposição Histórica, desde a verba disponível para cada item ou setor a ser empregado, bem como as redes de sociabilidade em que estavam inseridos estes intelectuais. Uma rede ampla, que perpassa o continente europeu e suas diversas ramificações no Brasil. É nítida a presença portuguesa numa ampla rede de comunicação que parece pretender controlar o que está sendo discutido pelo grupo, no sentido de não macular a imagem de Portugal. A verificação de notícias não passa despercebida.

Em carta de 05 de julho de 1952, Cortesão apresenta sua lista de atividades ao presidente da comissão, iniciando as atividades com uma viagem a Portugal para "fazer nos arquivos de Lisboa e de outras cidades de Portugal uma conscienciosa pesquisa afim de conhecer todas as plantas e mapas ali existentes e que se refiram ao Estado de São Paulo e sua Capital."⁴⁶ Temos notícia, também na correspondência de Jaime Cortesão, do início dos trabalhos para uma exposição de cunho documental histórico, cuja proposta central estaria na história do estado de São Paulo e da capital, mas cuja **relação que se estabelecerá com a "História Nacional" ainda não** estava clara. Em seguida, a notícia de publicação sobre o tema pesquisado é apresentada, quando visa "selecionar esse material para separar aqueles que devem figurar na Exposição Cartográfica e da publicação do álbum de cartografia paulista." Vemos, pois, que os trabalhos previam a cartografia como importante fonte de informações.⁴⁷

Essas breves trocas de comentários presentes na correspondência entre os organizadores do evento, que localizamos na Biblioteca Nacional de Lisboa, apresentam a simplicidade das ideias originais, nas quais a grande exposição ainda não estava articulada. Esta vem a ser noticiada, nos jornais da época, em abril

⁴⁶ Carta de Jaime Cortesão a Francisco Matarazzo Sobrinho, 05/07/1952. Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁴⁷ Carta de Jaime Cortesão a Francisco Matarazzo Sobrinho, 05/07/1952. Biblioteca Nacional de Lisboa.

de 1953, já com o título de *Exposição Histórica de S. Paulo dentro do quadro da História do Brasil*, dividida em dez secções por Jaime Cortesão. Diante da "grandeza" da exposição, este último, seu diretor, propõe um Conselho Consultivo "composto pelas seguintes personalidades: em S. Paulo, Dr. Américo de Moura, Dr. Aureliano Leite, Frei Bienvenuto, Prof. Oliveira França e Sérgio Buarque de Holanda";⁴⁸ neste grupo destacam-se Eduardo d'Oliveira França, professor da Faculdade de Filosofia e Letras da USP, e Sérgio Buarque de Holanda, então diretor do Museu Paulista, afastado até 1955, por se encontrar na Itália ministrando um curso de História do Brasil na Universidade de Roma; enquanto do "Rio de Janeiro, o Prof. Pedro Calmon, Reitor da Universidade Federal, o Dr. Vilhena de Moraes, Diretor do Arquivo Histórico Nacional, o Dr. Virgílio Correia Filho, Secretário do IHGB",⁴⁹ devidamente identificados, justificando a presença de membros da Capital do país no Conselho. É possível que estes últimos membros tenham sido pensados por Cortesão a partir de seu círculo de relações na capital federal, onde trabalhou junto ao Itamarati e posteriormente na Universidade do Brasil.

Na prática, tal conselho parece ter sido pouco atuante. Significativamente, os intelectuais mais intrinsecamente ligados à universidade, como Eduardo d'Oliveira França e Sérgio Buarque de

⁴⁸ Carta de Jaime Cortesão a Francisco Matarazzo Sobrinho, 10/04/1953. Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁴⁹ Carta de Jaime Cortesão a Francisco Matarazzo Sobrinho, 10/04/1953. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Holanda, não participaram. Também Alice Canabrava foi procurada sem sucesso, ao passo que intelectuais com inserção mais ambígua, como Cruz Costa (embora fosse professor de Filosofia na USP), ou outros com perfil mais tradicional predominaram na organização do evento. Assim, Hélio Damante juntou-se ao grupo, tornando-se extremamente ativo. Já o português Agostinho da Silva, professor, editor e escritor, participou sobretudo fazendo as ligações com o Rio de Janeiro e com a comunidade portuguesa no Brasil.

Com este grupo, foi elaborada a Exposição de história de São Paulo no quadro da história do Brasil, com nove seções temáticas.

A Exposição de história de São Paulo no quadro da história do Brasil - homenagem ao IV Centenário da Fundação de São Paulo e aos homens que construíram a grandeza de nossa pátria - divide-se em nove seções e em cada uma delas mostram-se os principais acontecimentos e vultos das várias fases da formação do nosso povo.

(SILVA; BRUNO; DAMANTE; NEME, 1954 apud LEMOS; LEITE 2003, p. 175).

Assim, com nove, e não dez seções como havia imaginado Cortesão, é inaugurada a exposição, realizada por um grupo extenso de intelectuais do período. As seções eram as seguintes:

1. Primeira Seção - abertura *dedicada aos descobrimentos*.
2. Segunda Seção - *agrupam-se os elementos representativos das três culturas que, fundindo-se, deram origem ao povo brasileiro: do índio, do europeu e do negro*.

3. Terceira Seção - *é dedicada à Fundação de São Paulo, aos seus antecedentes e ao pré-bandeirismo.*
4. Quarta Seção - *consagrada a São Paulo e à formação do bandeirismo, mostra como se constituíram as primeiras bandeiras e o caráter militar de que se revestiam de início.*
5. Quinta Seção - *ilustra a expansão mineradora dos paulistas.*
6. Sexta Seção - *São Paulo e a Formação dos Limites do Brasil.*
7. Sétima Seção - trata de *São Paulo e da Independência do Brasil.*
8. Oitava Seção - *São Paulo no Império.*
9. Nona Seção - *São Paulo na República.* (SILVA; BRUNO; DAMANTE; NEME, 1954 apud LEMOS; LEITE 2003, p. 175 - 179).

Com a organização desta exposição os intelectuais envolvidos tiveram contato com muitas fontes inéditas e puderam produzir uma série de livros editados pela Comissão do IV Centenário. Para Mário Neme, além do contato com fontes que posteriormente são utilizadas em seus livros de história, ficou o reconhecimento enquanto um dos mais ativos, dedicados e sérios organizadores da exposição. As reflexões de Neme, publicadas nessa ocasião da Exposição, seguiram a perspectiva da história de São Paulo como porta voz da história nacional.

A projeção conseguida por Mário Neme na Exposição foi essencial para os rumos de sua carreira de intelectual polígrafo, pois, após as atividades junto à Comissão (1953-1956), ele se tornou diretor da Casa do Bandeirante, e em 1960 foi nomeado Diretor do Museu Paulista.

1.3 O HISTORIADOR

A pesquisa histórica e sua escrita foram desde o início da carreira de Mário Neme seu maior interesse. Tanto assim que um de seus primeiros trabalhos é *Piracicaba: documentário*, de 1936. O intelectual inicia suas pesquisas trabalhando na perspectiva da história “tradicional”, mas no desenvolvimento de sua trajetória, com o alargamento de suas leituras e contatos com historiadores, sociólogos, etnólogos e filósofos que realizam estudos dentro de perspectivas contemporâneas em suas áreas, como a Nova História no caso dos historiadores, sua maneira de entender essa disciplina também muda. Exemplo disso é o artigo *A Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais no tempo do domínio Holandês no Brasil*, editado em 1968, nos Anais do Museu Paulista, quando o autor busca dialogar com a história das ideias. Inspiração nascida de suas conversas com Sérgio Buarque de Holanda e João Cruz Costa.

Neste trabalho procuramos examinar, do ponto de vista da história das ideias, o que era a Holanda, ou mais propriamente dizendo as Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, na época da fundação da Companhia das Índias Ocidentais; o que era essa Companhia e o que ela representou para a própria Holanda, bem como para os demais países do Ocidente que participavam do comércio colonial.

Interessando-nos pelo reexame da história do Brasil Holandês por um prisma ainda não aplicado ao tema, entendemos que tal estudo só teria consistência se precedido de uma análise da estrutura, do caráter e da forma de ação da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, cometimento que por sua vez pressupunha

o estudo das contingências políticas, sociais e econômicas então imperantes nas chamadas Províncias Unidas dos Países Baixos e que iriam determinar o aparecimento daquela Companhia (...). (NEME, 1968, p. 13).

Para a escrita deste trabalho, nosso intelectual teve contato com obras de pesquisadores que eram referência em sua época, bem como na atualidade, tais como: Max Weber, Henri Pirenne, Henri Hauser, Werner Sombart, Paul Hazard, Fernand Braudel, etc. "Já estava pronto este trabalho quando nos chegaram às mãos uma obra de Paul Zumthor, 'A Vida Quotidiana na Holanda no Tempo de Rembrandt'" (...), "e um livro de Arnold Wiznitzer, 'os judeus no Brasil Colonial', (...) dos quais só parcialmente nos pudemos utilizar." (NEME, 1968, p. 15). Com este texto, Neme se lança em uma nova compreensão da história, distanciando-se, em parte, dos estudos de história que havia publicado na RAM e em alguns outros livros.

O livro *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*, escrito em 1971, também está, de certa forma, ligado a esse artigo de 1968. Na realidade ambos os trabalhos foram escritos quase concomitantemente, e era desejo de Mário Neme que ambos fossem apresentados no formato de livro, o que não aconteceu por dificuldades financeiras da universidade (a USP era coeditora da coleção Corpo e Alma do Brasil, junto com a editora Difel⁵⁰). Ambos

⁵⁰A Coleção Corpo e Alma do Brasil da DIFEL, com primeira versão em 1936, consolidou-se como uma das melhores coleções de obras de intelectuais sobre o Brasil do período.

foram produzidos após viagens a Portugal para pesquisa e grande coleta de material. No entanto, enquanto o primeiro mostra uma ampliação do enfoque do historiador, que passa a enveredar-se pelo caminho da história das ideias, o livro *Fórmulas políticas no Brasil Holandês* revela sua adesão ainda a uma história política e administrativa de estilo mais tradicional, ligada a polêmicas comuns a historiadores dos institutos históricos, como aquela relativa ao período em que o governo holandês em Pernambuco "equivaleu à inauguração de um regime de liberdade, em confronto naturalmente com a forma que provinha da legislação portuguesa e luso-espanhola em vigor no resto do Brasil." (NEME, 1971, p. 11).

Figura 9 - Capa e contracapa do livro *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*, de Mário Neme, 1971.

Em seus trabalhos de pesquisa (principalmente nas décadas de 1940, 50 e início de 1960) Neme nunca deixou de referenciar e estudar o interior do estado de São Paulo, tanto que, em 1943, publicou *História da Fundação de Piracicaba*⁵¹, livro que se tornou referência para os estudos da região. A escrita do livro revela a preocupação em evidenciar a história local de maneira tradicional, buscando, nos elementos políticos e administrativos, os subsídios para a escrita da história de Piracicaba. Como é possível ler na abertura do livro:

Este livro é uma tentativa de reconstituição da história de um município paulista, desde o aparecimento de seu primeiro povoador até a criação da vila. Refere-se a um período que vai de 1725 a 1822, e procura ser trabalho sistemático, obedecendo, quanto foi possível, à mais completa sequência cronológica. Poderia ser classificado como "história sistemática" na falta de expressão melhor, que melhor exprima o que ele tem de contrário ao característico da maioria dos trabalhos desse ramo publicados no Brasil. Trabalhos que são episódicos - "capítulos de história parcelada", no dizer de Paulo Prado. (NEME, 1974, p. 21).

Entre os demais títulos publicados por Mário Neme, encontram-se *Notas de revisão da História de São Paulo*, de 1959, pela editora Anhambi⁵², fruto de suas pesquisas para as exposições de

⁵¹Primeira edição em 1943, editado por João Mendes Fonseca; segunda edição em 1974, edição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; terceira edição em 2010, edição da Equilíbrio Editora.

⁵²Editora criada por Paulo Duarte, que publicou livros de inúmeros intelectuais, e teve em sua Revista Anhambi, o exemplo material, das querelas assumidas por seu diretor.

comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, no recém-criado Parque do Ibirapuera; bem como muitos artigos publicados nos *Anais do Museu Paulista*, dentre os quais tiveram maior repercussão *Notas para uma teoria do comércio colonial Português* (1963); *Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo* (1969); e *Dados para a história dos índios Caiapó* (1969).⁵³

É difícil fazer um balanço de uma produção que, se não é imensa (totalizando algo perto de duas dezenas de trabalhos), é, por outro lado, bastante diversificada. Optaremos, aqui, por destacar brevemente algumas questões relativas à metodologia que nela é empregada – embora se verifiquem graus diferentes de adesão à nova historiografia universitária do ponto de vista das **temáticas** abordadas (história das ideias, história dos índios, história econômica, história administrativa etc.).

Já nos primeiros livros de história de Mario Neme, a questão da **cientificidade** é apresentada como importante, sendo debatida e argumentada em seus conteúdos, como bem podemos ler na obra *Notas de revisão da História de São Paulo*, já em suas primeiras linhas:

Mas nem só pela ausência de coisas fabulosas este livro é de leitura desagradável. Ele é desagradável também pelo que contém de mais positivo, pela soma de provas e indícios e argumentos e ponderações a que

⁵³ Ver apêndice.

tivemos de recorrer para bem fundamentar nossas dúvidas e conclusões. (NEME, 1959, p.11)

Assim ele apresenta ao leitor o texto como obra de pesquisa empírica e acuidade de análise. Continuando, ele afirma:

Fruto de dúvida, ele apresenta como ponto de partida uma atitude de negação em face de postulados aceitos e incorporados como verdades absolutas na literatura histórica brasileira. E se, apesar disso, não deixa de construir – pois como explica muito bem James Thomson Shotwell no seu magnífico '*Historia de la historia em el mundo antiguo*', a história tem exigido dos que a cultivam mais a negação do que a aceitação – este livro não pretende incluir-se no gênero literário da historiografia tão difundido entre nós; assim é que o leitor não encontrará nele senão uma linguagem simples e direta, sem rodeios, enxuta e desataviada de imagens literárias, de efeitos retóricos, de rasgos de eloquência. E também por isso ele será de leitura desagradável. (NEME, 1959, p. 11).

Figura 10 - Capa e contracapa do livro Notas de Revisão da História de São Paulo, de Mário Neme, 1959.

Com este pequeno exemplo, podemos vislumbrar a preocupação de Neme em escrever uma história com “base científica”, aparentemente afim com a *escola metódica*⁵⁴, como ele o faz apresentando primeiramente seus métodos de pesquisa e análise para depois deter-se na escrita da história propriamente. Exibe em seus textos amplo índice de fontes e a bibliografia consultada. Cuida

⁵⁴Segundo Bourdê e Martin: “A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão”. (p.97).

sempre em apresentar o material que comprova suas teses – e não apenas quando trata de assuntos polêmicos.

Neme escreveu, portanto, uma história fixada nas bases tradicionais da disciplina, de confrontação e crítica de documentos escritos, separando seu discurso do discurso literário, no que parece acompanhar o célebre manual de Langlois e Seignobos, bem como o resumo realizado por Taunay, em 1914 [1911], publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

Ainda sobre este período, Martinez, citando Novais, corrobora nosso pensamento, nos dizendo que "o conhecimento histórico sobre o Brasil era realizado nos moldes de uma historiografia de cunho predominantemente narrativo e descritivo, atenta aos acontecimentos e aos aspectos individuais, factuais, (...) da vida colonial e nacional." No qual, "as fontes primárias gozavam de um estatuto insuspeito de caráter comprobatório, resultando em uma intensa prospecção e edição de documentos históricos." Uma experiência que remontava aos estudos realizados no Museu Paulista e, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (2002, p. 19).

Neme se aproximava desta tendência, como podemos ler anteriormente, e agora em suas palavras que explicam o seu interesse em escrever uma história de São Paulo.

Não pensamos num 'revisionismo' gratuito ou iconoclasta, ou simplesmente demagógico, mas numa revisão a realizar-se na base de muita pesquisa, de muita, de exaustiva leitura, de atento exame, por um

método de análise e ponderação que diríamos científico naquilo que contém de objetividade, naquilo em que se dissocia de qualquer preocupação de ordem moral. (1959, p. 12).

Quando ocorreu a publicação de *Notas de Revisão da História de São Paulo*, o autor já havia organizado com Agostinho da Silva, Ernani da Silva Bruno e Hélio Damante a exposição de História de São Paulo, para as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, experiência importantíssima devido aos contatos com *intelectuais* e novas fontes de pesquisa. Assim, este livro representa um segundo momento na carreira de seu autor, o momento em que a pesquisa e seus contatos com historiadores tornam-se mais próximos. No ano seguinte a esta publicação, Mário Neme assumiu a direção do Museu Paulista, momento em que toma a história como principal elemento de suas pesquisas.

Figura 11 - Nanquim sobre papel de João Amoroso Neto, 1948. Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo.

CAPÍTULO 2

MÁRIO NEME: HISTORIADOR E DIRETOR DO MUSEU PAULISTA

*As ideias melhoram. O sentido das palavras entra em jogo.
O plágio é necessário. O progresso supõe o plágio.
Ele se aproxima à frase de um autor,
serve-se de suas expressões, apaga uma ideia errônea,
a substitui pela ideia correta.*⁵⁵

Guy Debord

Este capítulo apresenta as ações de Mário Neme no Museu Paulista, bem como as transformações por que vai passar esta instituição que vinha de uma história de sérios problemas estruturais e ausência de uma política museal. O intelectual implantou uma série de mudanças no local, trazendo profissionalismo e integração à universidade, fato que potencializou o poder de pesquisa e de atuação do museu. Assim, será apresentado o museu ao longo da gestão de Neme, e os significados dessas alterações realizadas para a criação de um pensamento museológico no MP.

Mário Neme tomou lugar na direção do Museu Paulista⁵⁶ com intuito de transformá-lo em um espaço pedagógico e científico

⁵⁵ DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. E. dos S. ABREU. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p.134.

⁵⁶ Criado em 1893 e inaugurado em 1895, o Museu Paulista, também conhecido como Museu do Ipiranga, foi, sobretudo, um museu de História Natural em seus primeiros anos, como boa

dinâmico. Com a visão da Nova Museologia passou a empreender diversas mudanças com a finalidade de torná-lo um museu de conceito contemporâneo sobre a História do Brasil, com ênfase no período colonial. Na mesma medida ele assumiu a direção enquanto um intelectual modernista que acreditava na educação como mediadora de conflitos sociais. (CANDIDO, 2008). A união desses dois aspectos fez do intelectual uma personagem especial, que construiu em torno de si um grande leque de possibilidades e contatos que lhe favoreceram intensamente durante sua gestão à frente do museu.

Quando da posse como diretor substituto do Museu Paulista, Neme recebeu um museu repleto de problemas a serem resolvidos que vinham se arrastando havia mais de uma década. Para a compreensão dessa situação nos reportamos ao período de transição da direção do museu de Afonso d'Escragnolle Taunay⁵⁷, em 1945

parte dos museus desse período. Sob a direção do zoólogo alemão Hermann Von Ihering (1895-1916) pesquisas na área de zoologia foram realizadas, formando uma vasta coleção, organizada e analisada, com resultados apresentados nos primeiros números da Revista do Museu Paulista. Embora a área forte do museu fosse à zoologia, outros campos do conhecimento como a História, a Etnografia e a Numismática compõem as coleções do museu desde seu início. (ALVES, 2001; BREFE, 2005; ELIAS, 1996; LOPES, 2009; MENESES, 1994).

No Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894, as linhas de atuação do museu foram apresentadas: *O caráter do Museu em geral será o de um Museu Sul-Americano, destinado ao estudo do reino animal, de sua história zoológica e da História Natural e cultural do homem. A pesquisa e a educação também estão contempladas no decreto: Serve o Museu de meio de instrução pública e também de instrumento científico para o estudo da natureza do Brasil e do Estado de São Paulo, em particular.* (REGULAMENTO DO MUSEU PAULISTA, art. 2º, 1894:4).

⁵⁷ Afonso d'Escragnolle Taunay, formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi professor na Escola Politécnica de São Paulo, no Colégio São Bento e na Universidade de São Paulo. Quando professor do São Bento ministrou aulas a Sérgio Buarque de Holanda, Rodrigo Melo Franco Andrade, entre outros intelectuais que passaram pelo colégio. Tornou-se diretor do Museu Paulista de 1917 a 1945. Possuía grande interesse pelo bandeirantismo, como vemos em seus estudos, imprimindo durante sua gestão, esta

para Sérgio Buarque de Holanda. Desde 1917, Taunay imprimiu as feições históricas daquele espaço, mormente tratando da história de São Paulo, como exemplo da História do Brasil. Um momento decisivo para isso foi a exposição montada para a comemoração do primeiro centenário de Independência do Brasil, em 1922. Na ordenação do acervo exposto

os acontecimentos estavam alinhados numa perspectiva teleológica, isto é, todo o oceano de imagens que começava no peristilo e se estendia até o salão de honra, passando pela escadaria monumental e por todas as salas anexas que contavam a saga dos paulistas na conquista do território brasileiro, tudo convergia para um único e previsível ponto de chegada prefixado: a nação brasileira fora fundada em solo paulista. A Independência brasileira aí proclamada vinha apenas confirmar esse fato. (BREFE, 2005, p. 81).

Além das exposições que enfatizavam o estado de São Paulo como a alma do país, a criação e publicação rotineira dos Anais do Museu Paulista⁵⁸, que, editado ano a ano, tratava de questões sobre povoação, território, cultura e sociedade na História do Brasil e de São Paulo, era mais um instrumento nesta campanha.⁵⁹ Também, durante a gestão de Taunay, partes significativas das coleções do museu foram separadas do mesmo: primeiro, em 1927 a Seção de

característica ao museu. (ALVES, 2001; BREFE, 2005; ELIAS, 1996; LOPES, 2009; MENESES, 1994).

⁵⁸ Criado em 1922 os Anais do Museu Paulista, publicação de destaque do museu, foi editada de forma regular até os anos 40, quando passou a ser editada de forma esporádica, voltando à regularidade nos anos 1960. Taunay publicou boa parte de seus estudos de história nesse periódico que se tornou um importante veículo para divulgação dos estudos sobre História do Brasil e São Paulo. A partir de 1993 desenvolveu-se uma nova série dos anais, agora como revista, com o subtítulo História e Cultura Material.

⁵⁹ Cf. em ALVES, 2001; BREFE, 2005; ELIAS, 1996; LOPES, 2009; MENESES, 1994.

Botânica foi incorporada pelo Instituto de Defesa Agrícola e Animal; num segundo momento foi criado o Departamento de Zoologia (1939) subordinado a Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio que anexou no início dos anos 40 a Seção de Zoologia do museu. Assim, continuaram no museu as coleções de História, Etnologia e Numismática que possibilitaram um remodelamento do museu, que gradativamente deixou de ser um Museu de História Natural para tornar-se um Museu de História.

Quadro 4 – Esquema da organização das Seções do Museu Paulista

Com a aposentadoria compulsória de Taunay em 1945⁶⁰, Sérgio Buarque de Holanda⁶¹ (1946-1956) foi empossado diretor da instituição. A perspectiva do novo diretor previa um museu que conversasse com maior frequência com outras áreas do conhecimento, que não só a história. O museu dialogou estreitamente com a etnologia na figura de Herbert Baldus⁶², recém-contratado pelo novo diretor. Baldus logo se tornou o apoio forte de Sérgio no museu, e ambos fizeram da etnologia a nova estrela daquele conhecido

⁶⁰ Embora aposentado, Taunay *ia toda quarta-feira ao Museu – desde que eu [Sérgio Buarque de Holanda] estava na Direção tinha uma sala para ele lá.* (HOLANDA, 2004, p. 13).

⁶¹ Sérgio Buarque de Holanda encontrava-se no Rio de Janeiro, antes de assumir a direção do Museu Paulista. Seu retorno a São Paulo ocorreu após um período (1944-1946) frente à Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional. (REVISTA DO BRASIL, 1987; HOLANDA, 02/06/1981).

⁶² O alemão Herbert Baldus foi um importante antropólogo para os estudos da etnologia dos grupos indígenas brasileiros. Primeiro fixou-se no Rio Grande do Sul, vindo em momento posterior para São Paulo. No Museu Paulista desenvolveu uma enormidade de pesquisas e coletas de materiais e informações, sobretudo no centro-oeste e norte brasileiros, junto de seu assessor Harald Schultz. Este segundo, um teuto-brasileiro de Porto Alegre, que foi aluno de Baldus, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELPS). (FRANÇOZO, 2005).

"templo" da história. A Revista do Museu Paulista⁶³ foi reeditada em uma Nova Série (1947), voltada, porém, para a etnologia, respeitadíssima logo em seus primeiros números.

A RMP [Revista do Museu Paulista] foi re(criada) para se tornar um espaço de publicação de trabalhos antropológicos, etnográficos e linguísticos, de produção latino-americana e internacional. Assim Sérgio Buarque de Holanda pretendia definir uma nova versão para a Revista e para os Anais, tangenciada pela demarcação de territórios e fronteiras epistemológicas no Brasil, nos anos 1940 e 1950. (VALENTE, 2009, p. 139).

O Museu Paulista entrava numa nova fase de diálogo estreito com as diferentes áreas das Ciências Humanas, fossem elas a antropologia ou a Nova História de Sérgio Buarque de Holanda. Esse contato com aquilo que havia de novo na academia trouxe perspectivas atuais para o museu, principalmente nos seus setores de pesquisa. E transformações ocorreram velozmente: as seções estabelecidas do passado foram realinhadas e criadas novas seções que trabalhando em conjunto configurariam um novo perfil ao museu. Nas palavras de Sérgio as novas seções técnico-**científicas foram "(a) de História do Brasil, especialmente de São Paulo, tendo como anexo o Museu de Itu; (b) de Etnologia; (c) de Numismática e Medalhística; (d) de Documentação Linguística"**.⁶⁴ A aquisição de coleções para as novas seções teve início imediato, por meio de compra e coleta em

⁶³ A Revista do Museu Paulista, com primeiro número em 1895 era voltada para História Natural. Von Ihering publicou ali a maioria de seus estudos acerca das coleções do museu, contribuindo para a grande notoriedade a publicação.

Em 1938, a Revista do Museu Paulista deixou de ser publicada.

⁶⁴ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, de 1955.

pesquisas de campo, além daquelas já depositadas no museu. Neste mesmo período foram publicados dois volumes dos Anais do Museu Paulista, um em 1949 e outro em 1950, já a revista teve edição anual a partir de 1947, não deixando mais de ser editada. É importante salientar que a revista foi um importante espaço de sociabilidade para os intelectuais do período, assumindo um papel de troca de **“possibilidades” para aqueles que a dirigiam, bem como, para aqueles que queriam ver seus trabalhos publicados nela.** (SIRINELLI, 2003).

Sérgio Buarque realizou diversas viagens enquanto era diretor da instituição, permanecendo longos períodos fora do museu. Entre 1952 a 1954, fixou-se na Itália, ministrando um curso de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma e realizando pesquisas. Nestas ausências, Baldus assumia a direção, e assim, em 1956 com a saída de Sérgio Buarque do museu para a cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo, ele tomou seu lugar na direção.⁶⁵ O cargo de direção não seria suave para Baldus (1957 a 1959), como não foi para Sérgio, que reclama do período em que esteve à frente da instituição: "minha letra ficou diferente de tanto assinar papel. E era um problema sempre que alguma coisa quebrava. O dinheiro chegava em junho, e quando vinha janeiro já tinha acabado. Tínhamos que pagar do próprio bolso." (HOLANDA, 2004, p. 12). Para ambos os diretores, a função não foi fácil, no entanto, para etnólogo a situação permaneceu bem mais difícil, num

⁶⁵ RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1946 a 1956.

período de pouca verba e por consequência de dificuldades de trabalho e de inovações. "Os trabalhos de reforma, iniciados em março de 1953 e empreendidos em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação, só em 1956 entraram em sua fase final." E, em 1959, continua o Diretor: "infelizmente, porém, não foram, até agora, inteiramente terminados."⁶⁶

Quadro 5 - Proposta de reorganização das secções do Museu Paulista em 1956

Década de 1950	Proposta de mudança	
Secção	Divisão	Serviços contemplados
História	História	<ul style="list-style-type: none"> História Paulista e História Brasileira Numismática Documentação Histórica e Coleta de Material Conservação Museu Republicano Convenção de Itu, <i>com dedicação especial a cultura luso-brasileira</i> Anais do Museu Paulista
Numismática		
Etnologia	Antropologia	<ul style="list-style-type: none"> Etnologia e Arqueologia Documentação Linguística Antropologia Física e Folclore Coleta de Material <i>procurará elucidar os problemas do índio e do caboclo de todo o nosso continente</i> Revista do Museu Paulista

Fonte: Relatórios de Atividades do Museu Paulista de 1954, 1955 e 1959.

⁶⁶ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1959, p. 01.

Assim de 1895 a 1959, o Museu Paulista havia passado por mudanças extremamente significativas que resultaram em um espaço de múltiplas possibilidades desagregadas, que precisavam ser trabalhadas para uma nova estruturação do espaço e de seus objetivos. Embora o número de diretores tenha permanecido pequeno, no entanto, devido ao longo período que cada um deles passou pela instituição suas personalidades e projetos permaneceram enraizados. Hermann Von Ihering imprimiu a pesquisa e o caráter de interesse internacional ao museu; Afonso d'Escragnolle Taunay trouxe a História de São Paulo, como exemplo de História do Brasil para o centro da produção; Sérgio Buarque de Holanda apresentou a etnologia como um grande potencial de pesquisa e acervo; Herbert Balbus estreitou os laços do museu com a antropologia, na presença cada vez mais forte da etnologia, da linguística e da arqueologia, fortalecendo os laços com o estrangeiro. 1960 apresentou-se como o momento para a união de todo esse potencial reunido na instituição ser ofertado ao público, e utilizado pela comunidade acadêmica e civil de forma mais viva.

O cargo de diretor do Museu Paulista surgiu para Mário Neme por intermédio de Paulo Duarte, diretor em exercício no museu em 1959/60. Segundo Marli Guimarães Hayashi (2001), "convidado por Jânio Quadros em dezembro de 1958, o jornalista [Paulo Duarte] pretendia transformar o órgão em um moderno instituto de cultura, sendo subdividido em dois museus o de História e o de Etnologia e

Pré-História." (HAYASHI, 2001, p. 137). Essa ideia pelo que já foi apresentado, não era uma grande novidade, mas para este intelectual a separação dos acervos surgia como uma interessante possibilidade para se pensar o fortalecimento do recém criado Instituto de Pré-História e Etnologia⁶⁷ (1959). Este vinha há algumas décadas lutando pela criação do instituto, mas devido às inúmeras disputas e inimizades envolvidas o projeto demorou demasiado a sair do papel. A autora nos explica que "Paulo Duarte aceitou tomar posse do cargo, mas sem assumir o exercício porque queria primeiro garantias de que receberia os recursos necessários às mudanças." E, "ele não aceitava ser diretor de um "depósito",⁶⁸ como supostamente seria o Museu Paulista." (HAYASHI, 2001, p. 137). Com esta exigência, acaba por não assumir efetivamente o MP. Este deixou a direção da instituição para dedicar-se a um cargo no Gabinete dos Negócios da Educação, em 1960.

No entanto, Paulo Duarte afirma indicar seu substituto. Ainda segundo Marli, este decide ajudar o amigo Mário Neme para sucedê-lo, mas em sua observação, este era um ilustre desconhecido como historiador, fato bastante contestável segundo o primeiro capítulo desta tese, bem como é sabida a fama de Paulo Duarte em reduzir os méritos alheios para enfatizar os seus.

⁶⁷ O Instituto de Pré-História e Etnologia de 1959, vinculado a Casa Civil, desenvolveu suas atividades com sucesso, e conseguiu grande visibilidade com seu trabalho de pesquisa e proteção na área. Em 17 de dezembro de 1962, com o decreto nº 41.222, foi criado na Universidade de São Paulo o Instituto de Pré-história (IPH), com Paulo Duarte como diretor. (HAYASHI, 2001).

⁶⁸ Grifo da autora.

Essa condição de Neme preocupou o secretário da Educação porque havia funcionários do Estado candidatos ao posto, "**que embora maus, pelo menos eram tidos como historiadores**". A fim de desfazer o argumento e ajudar o amigo, Paulo Duarte publicou por sua editora, a Anhembi, o livro de Mário Neme, **Notas de Revisão da História de São Paulo**. Para o jornalista, o lançamento da obra "**o consagrou como historiador**" e assim ele pode ocupar a função. (HAYASHI, 2001, p. 137-138).⁶⁹

Em 09 de fevereiro de 1960, Neme tornou-se diretor substituto do museu com a tarefa de reaviva-lo, pondo em prática antigos objetivos de torna-lo um dos mais importantes espaços de cultura da cidade. A tarefa não seria fácil, pois o museu se encontrava em meio a sérios problemas de verba e pessoal para as atividades cotidianas, como citado anteriormente. Mas, o intelectual já possuía uma vasta experiência com a administração pública e as dificuldades de verba e pessoal em instituições.

Contradizendo Paulo Duarte, o convite para direção do museu feito à Neme não foi por acaso, há muito ele vinha desenvolvendo atividades ligadas ao setor cultural, tornando-se notório pelo bom desempenho frente a desafios, como ele mesmo comenta:

(...) A nossa experiência profissional provem do trabalho desenvolvido na montagem e funcionamento da Exposição de História de São Paulo no quadro da História do Brasil, comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1953-1956), na instituição da Casa do Bandeirante, em São Paulo (1953), na remontagem e funcionamento da Exposição de Artes e Técnicas Populares (1956-57), na Junta Coordenadora dos Museus Municipais, da Secretaria de Educação e

⁶⁹ Grifos da autora.

Cultura da Municipalidade de São Paulo (1958-59) (...).
(NEME, 1964, p. 08).

Em sua descrição o autor dá notícia de sua formação para autorizá-lo a falar acerca da formação de acervos, bem como de sua conservação, restauro e a dirigir um museu. Isso é fundamental, pois devemos lembrar que ele não possuía formação universitária, o que o autorizou em suas atividades foi sua trajetória intelectual construída de forma empírica, iniciada no Departamento de Cultura, nos anos 30.

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de *envelhecimento social* que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representa a história de uma vida. (BOURDIEU, 1996, p. 292).

O *envelhecimento social* de Mário Neme ocorreu por seu deslocamento em diferentes instituições e a criação de *redes de sociabilidades* possíveis, desenvolvidas por trinta anos que lhe habilitaram para a direção do Museu Paulista, como um homem de notório saber, ou, um intelectual reconhecido por seus pares. Convocando Sirinelli para a discussão, talvez, Neme possa ser inserido em um grupo de "intelectuais intermediários, aqueles de menor notoriedade, [porém], exercendo uma influência cultural e

mesmo às vezes política." (2003, p. 246). Ele gravitava em meio aos *grandes intelectuais* do período, fato que como perceberemos no decorrer deste trabalho o auxiliou e influenciou em suas conquistas.

Suas primeiras ações durante a gestão do Museu demonstram um pouco da influência desses contatos. A proposta de modernização do Museu Paulista incluía a transformação das secções de História e Etnografia em duas Divisões que posteriormente seriam transformadas em dois institutos autônomos ao Museu Paulista e ligados a USP. Como vimos pela tabela acima, a proposta de revisão do organograma da instituição já era proposta e desejada desde meados dos anos 1940, por sua nova direção. A nova proposta surgiu junto a Comissão de Estudos dos Institutos Universitários e Anexos presidida por Paulo Duarte em que se discutiam a criação de diversos outros institutos dentro da universidade. Paulo Duarte estabeleceu desde sua passagem pela criação (1935) do Departamento de Cultura⁷⁰ de São Paulo uma ligação próxima com o Museu Paulista. Quando informado sobre arquivos de documentos históricos que necessitassem de cuidados e guarda, ele solicitava o encaminhamento ao museu. Assim como em seu texto sobre a documentação do Arquivo do Estado de São Paulo observava que neste, "ameaçado de destruição total, muitos pacotes de documentos preciosos apodreceram irremediavelmente." Afirmava por outro lado

⁷⁰ Para maiores informações sobre o Departamento de Cultura, verificar: RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a Cultura na forma Brasil*. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001; DUARTE, Paulo. *Memórias*. 9 vol. São Paulo: Hucitec, 1976.

que os que ainda estavam em condições de tratamento precisavam ter sua salvaguarda garantida, e que para tanto passariam pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo⁷¹ para organização, restauro e publicação. "Feito isso, os documentos seriam recolhidos ao Museu do Ipiranga⁷², encarregado da sua guarda e conservação." (DUARTE, 1976, p. 248). Diga-se a propósito, que este intelectual colaborou com a identificação do Museu como um espaço especial/ideal, para guarda da memória de São Paulo/Brasil, enquanto um estado republicano, diferentemente, do estado do Rio de Janeiro que permaneceria com a carga negativa de sede do Império. Simona Misan faz uma interessante observação sobre a atuação diferenciada do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e a criação dos museus históricos do estado, baseados nas figuras presidenciais republicanas.

Ao criar, em 1956, os MHP [Museus Históricos e Pedagógicos] dedicados à memória dos quatro presidentes⁷³ republicanos paulistas, Sólton Borges dos Reis, então há seis anos membro do IHGSP, parecia cumprir dupla missão: não somente procurava afirmar a participação do estado de São Paulo no imaginário

⁷¹ Segundo Lília M. Schwarcz era comum se ouvir nas reuniões do IHGSP, desde sua fundação, a frase "A História de São Paulo é a História do Brasil". Frase que seria uma provocação aos cariocas que se autodenominavam um Instituto Brasileiro. (2011, p. 126, 127). A presença dos institutos seria mais um dos elementos de disputa entre os intelectuais dos dois estados.

⁷² O Museu Paulista, também é conhecido popularmente como Museu do Ipiranga, referência à região em que está instalado.

⁷³ Sejam eles:

Os primeiros MHP foram designados à memória dos quatro primeiros presidentes republicanos civis e paulistas da primeira República (1890-1930): MHP Prudente de Moraes (1894-1898), em Piracicaba; MHP Campos Salles (1898-1902), em Campinas; MHP Rodrigues Alves (1902-1906), em Guaratinguetá; e MHP Washington Luís (1926-1930), em Batatais. Por serem os primeiros e por constituírem eles próprios uma matriz da rede, deve ser destacada certa singularidade no que se refere ao tratamento que lhes foi dado. (MISAN, 2008, p.05).

republicano (sobretudo no da oligarquia paulista), bem como buscava reforçar a identidade do IHGSP, como guardião e leal depositário desta memória. Ao tentar perpetuar a participação política dos presidentes republicanos paulistas, o IHGSP procurava não somente fixar os seus símbolos no imaginário republicano, como reforçava seu papel, contrapondo-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro (...). (MISAN, 2008, p. 05).

A disputa Rio de Janeiro X São Paulo no contexto de nosso estudo é fundamental, pois é um dos elementos definidores das tomadas de posição e direcionamento de políticas públicas nos setores culturais e sociais.⁷⁴ São Paulo era construída/imaginada como a cidade/estado⁷⁵ do futuro, o centro do progresso para o Brasil, então, o exemplo da República, por consequência, o Rio de Janeiro era o passado, o Império, ou seja, tudo aquilo que deveria ser superado em prol de um futuro ascendente. Segundo Arruda, quando em meados do século XX, São Paulo é alçada "à condição de metrópole, sua condição de cidade com ar cosmopolita e as mudanças econômicas e sociais que ocorriam, trouxeram formas novas de sociabilidade, traduzidas nas mudanças relativas à cultura." (2001, p. 20).

O experimentalismo vanguardista adquiriu em São Paulo inequívoca ambientação, uma vez que o

⁷⁴ Cf. SEVCENKO, 2009; ARRUDA, 2001; BARBUY, 2006.

⁷⁵ Misan ressalta também as disputas internas entre as oligarquias, que também representam uma forte tensão nas tomadas de decisões sobre o tipo de patrimônio cultural a ser alicerçado.

A criação dos MHP parecia, então, atender antigas reivindicações de representatividade de São Paulo no imaginário republicano. Outra particularidade a ser destacada, com relação a este primeiro conjunto de MHPs, é o fato de, além de disputarem seu quinhão no processo de construção da memória na República, os museus paulistas parecerem ainda, representar certas disputas entre antigos poderes das oligarquias regionais do estado em algumas cidades como Itu, Piracicaba, Campinas, Guaratinguetá e Batatais. (2008, p. 06).

concretismo na poesia teve na cidade a sua expressão mais acabada. O quadro não se fecha sem que se considere a institucionalização da vida universitária que acabou por alterar o estilo de reflexão, assim como a constituição das organizações de cultura, os museus, os teatros, o cinema, conferiram lastro material à divulgação das obras produzidas no exterior, adensando o processo de trocas culturais. (2001, p. 21).

Com estas mudanças e novos museus, um projeto antigo do Museu Paulista teve destaque. Iniciou-se a criação de um curso de Museologia, a ser ministrado nas dependências do museu. Embora pretendido por outras gestões, ele nunca foi completamente efetivado. Na gestão de Mário Neme ele se tornaria real, inclusive com as verbas federais, para o mesmo, já em andamento e garantidas pela direção do DPHAN⁷⁶. Essas medidas provinham de Neme, mas também, de um grupo no qual estava inserido, que pretendia a modernização do Museu e da USP. Entre os interessados figuravam Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Rodrigo Melo Franco Andrade, intelectuais que se lançaram a frente de projetos de mudanças significativas para a educação e cultura em São Paulo e no Brasil.

O curso que tinha por público alvo "alunos e licenciados das diversas cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras," foi caracterizado como "extensão universitária, visando capacitar o aluno

⁷⁶ Em 1946, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) fundado em 1937, foi transformado em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN. Sofreu alteração novamente em 1970, tornando-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN.

a resolver problemas de planificação, catalogação, conservação, restauração, exposição, etc. do material correspondente a cada gênero do museu."⁷⁷ A verba para o curso veio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigida por Rodrigo Melo Franco Andrade, e da Organização Internacional de Museus/UNESCO com representação brasileira, durante muito tempo, de Sérgio Buarque de Holanda. A verba foi solicitada pessoalmente por Paulo Duarte, enquanto era diretor do Museu, e as negociações seguiram-se com Mário Neme⁷⁸. É interessante notar as relações pessoais que permeavam estas quatro figuras, que eram amigos pessoais de longa data. Segundo Sirinelli (2003, p. 248), "o mundo intelectual constitui, **ao menos para seu núcleo central, um 'pequeno mundo estreito'**, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista," em nosso caso, em torno de um museu. Os laços de sociabilidade estabelecidos por Neme foram fundamentais, como neste caso, para sua atuação.

Em 1962, Neme deu notícias do curso de museologia que passou a ter lugar nas dependências no Museu. O curso tinha "duas séries de aulas, uma para Museu de História, outra para Museu de Zoologia." Sendo que, "aos professores [do curso] foi recomendado que imprimissem caráter prático ao ensino, com objetivo de transmitir os conhecimentos técnicos de organização e funcionamento

⁷⁷ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1960, p.08.

⁷⁸ Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1960 e 1962.

de museus.”⁷⁹ Frequentado por aproximadamente 50 alunos que constituíram a primeira turma de museólogos formados pelo MP. Abaixo a grade de disciplinas dos cursos.

Quadro 6 – Grade curricular dos cursos de Museologia para Museu Histórico e Museu de Zoologia

Museologia para Museu Histórico	Museologia para Museu de Zoologia
I. Organização e funcionamento	a. Objetivos: científico, educativo, popular. b. Estrutura e funcionamento
II. Classificação e catalogação Cerâmica/ mobiliário / arte sacra	c. Coleções de vertebrados (Pesquisa) C.1. Mamíferos e aves: coleções secas C.1.1. Curadoria, conservação, arrumação, rotulagem, catalogação. C.1.2. Coleta C.1.3. Preparo C.2. Répteis, anfíbios e peixes: coleções em via úmida. C.2.1. Curadoria, conservação, arrumação, rotulagem, catalogação. C.2.2. Coleta C.2.3. Preparo
III. Conservação e restauração Obras de arte / pintura / escultura em madeira / gesso / documentos	d. Coleções de invertebrados (Pesquisa) Dom1. Insetos (coleções secas) D.1.1. Curadoria D.1.2. Coleta D.1.3. Preparo Dom2. Coleções em via úmida D.2.1. Curadoria D.2.2. Coleta: terrestres, água doce, marinhos.

continua...

⁷⁹ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1962, p.05.

D.2.3. Preparo	
IV. Utilização cultural de material de museu Arquivismo / pesquisas e estudos / exposições didáticas e públicas / divulgação por: imprensa, fotografia, cinema, televisão.	e. Serviço de documentação E. 1. Biblioteca E. 1.1. Constituição E. 1.2. Parte referência E. 1.3. Uso E. 2. Desenho E. 3. Fotografia
V. Paleografia prática e tratamento de documentos históricos	f. Publicações F.1. Preparo de originais F.2. Parte gráfica F.3. Permuta
	g. Exposição pública G.1. Planejamento G.2. taxidermia G.3. Ambientes naturais G.4. Rotulagem
	h. Vivários

Fonte: Dados retirados do Relatório de Atividades do Museu Paulista de 1962, p. 05-06.

Com as grades apresentadas, houve a formação de profissionais para diversos museus de São Paulo e do Brasil. O país vivia um tempo de florescimento de museus em vários estados, por meio de incentivo federal através do DPHAN. Funcionários do Museu Paulista e do Museu de Zoologia, também fizeram o curso, que tinha em sua proposta inicial dar formação ao seu quadro de funcionários. As aulas foram ministradas no decorrer de um ano. O curso foi marcadamente técnico, focado nas questões práticas e cotidianas de

um museu dentro de suas especialidades, como se observa na grade curricular didática que passa da maneira como funciona um museu até a apresentação de uma exposição.

É importante lembrar que no Brasil já existia outro curso para museus⁸⁰, bastante antigo, sediado no Museu Histórico Nacional - MHN, no Rio de Janeiro, datado de 1932, tido como o primeiro das Américas. No entanto, embora tenha passado por diversas reformas esse curso era muito mais amplo e versava também sobre conhecimentos gerais acerca da história, da arte, da numismática, etc., pretendendo também uma análise de conteúdo do material apresentado. Organizado em dois anos, o Curso de Museus, como foi chamado, pretendia formar sobremaneira funcionários para o recém inaugurado MHN, de 02/08/1922, fruto das comemorações do centenário da independência do país, e do trabalho de Gustavo Barroso⁸¹. Com apenas uma disciplina técnica, como podemos ver abaixo na terceira proposta curricular⁸² que vigou até de 1944 a

⁸⁰ O Decreto nº 21.129, de 07 de Março de 1932, cria o Curso de Museus no MHN. Disponível em << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>>> Acesso em: 02/02/2014.

⁸¹ Gustavo Barroso dirigiu o MHN de sua criação em 1922 até 1959, quando veio a falecer. Tornou o museu num importante espaço para a história da nação, portanto de encontro com as políticas Vargasistas de então.

⁸² A primeira proposta curricular datada de 1932/33, contava em seu primeiro ano com as disciplinas de *Arqueologia Aplicada ao Brasil*, *História da Arte (especificamente do Brasil)*, *História Política e Administrativa do Brasil (ênfase no período colonial)* e *Numismática*. No seu segundo ano as matérias eram: *História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)*, *Numismática (brasileira)* e *Sigilografia*, e por fim a disciplina direcionada *Técnica de Museus com Epigrafia e Cronologia*.

Em 1935 um novo currículo foi implantado, com algumas poucas mudanças, como é possível perceber, mas que convergem com um novo entendimento acerca da história nacional como uma grande civilização/nação. Surgiu a disciplina *História da Civilização Brasileira (período colonial)* no primeiro ano, e com mesmo nome no segundo ano abarcando o período até a atualidade; *História da Arte Brasileira*, *Arqueologia Brasileira* e *Numismática (parte geral)* para

1965, há uma enorme carência de conteúdos que viabilizem o cotidiano de um museu, como conservação e restauro de objetos, técnicas de exposição, salvaguarda de obras, entre tantos outros itens essenciais a formação de pessoal para trabalho direto com o acervo. Em 1966 aconteceu uma nova reformulação da grade de disciplinas⁸³, e então o curso tornou-se verdadeiramente técnico, abrangendo uma série de disciplinas como comunicações museológicas, museologia teórica, etc., até então negligenciadas. Uma mudança substancial nesse curso foi a criação do seu terceiro ano, então direcionado para uma das seguintes áreas: Museus históricos, artísticos ou científicos⁸⁴. Essa transformação foi reflexo da proliferação desses museus pelo país, influenciado em grande parte pelo SPHAN e pela crescente necessidade de profissionalização desses

o primeiro ano; para o ano seguinte, havia ainda, *Numismática (parte brasileira) e Sigilografia, além de Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia*. (SIQUEIRA, 2009, 170-171).

⁸³ Reforma curricular de 1966/1970. 1º ano - 1º semestre: *Artes Menores, Estética, Comunicações Museológicas, Museologia Teórica, História da Civilização, Ciências Auxiliares da História - Noções Gerais, Antropologia, Cosmografia e Cartografia, Biogeografia, Geografia Física*. 2º semestre: *História da Arte, Estética, Comunicações Museológicas, Museologia Teórica, História da Civilização, Numismática, Antropologia, História Luso-brasileira, Moral e Cívica*.

2º ano - 1º semestre: *História da Arte, História Luso-brasileira, História da Arte Brasileira, Artes Menores, Vidros, Cristais e Vitrais, Heráldica e Genealogia, Numismática, História Geral*. 2º semestre: *Armaria, Cerâmica, Porcelanas e Mosaicos, Numismática, Moral e Cívica, História Luso-brasileira, História da Arte, História da Arte Brasileira*.

O terceiro ano estava dividido em 03 Seções distintas: *Seção de Museus Históricos, Seção de Museus Artísticos e Seção de Museus Científicos*. Desta maneira era possível oferecer uma formação diferenciada e de acordo com as necessidades específicas de cada órgão, denotando a profissionalização da área. (SIQUEIRA, 2009, 176-178).

⁸⁴ A Seção de Museus Históricos contava com as seguintes disciplinas no primeiro e segundo semestres: *História Militar e Naval do Brasil, Arqueologia (Folclore e Arte Popular no Brasil, Geologia, Arqueologia Geral e da Pré-história e Arqueologia do Brasil), Sigilografia e Filatelia, Técnica de Museus (Joalheria e Prataria, Indumentária, Rendas e Bordados, Mobiliário, Museografia, Tapeçarias e Bandeiras, Navios e Aeronaves, Viaturas terrestres), Metodologia de Pesquisas Museológicas e Moral e Cívica*.

conhecimentos. Infelizmente o curso não fugiu da reforma educacional promovida pelo Regime Militar, e passou a ter uma disciplina completamente alheia a suas necessidades, constante no decorrer dos dois anos de aulas, o curso de Moral e Cívica, sinal dos tempos agitados e de total intervenção militar que estavam por vir. O Curso de Museus permaneceu vinculado ao MHN até 1976, quando se tornou curso universitário primeiro sob as Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ. Depois transformada em 1979 em Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO, passando-se a ser chamado de Curso de Museologia. (SIQUEIRA, 2009).

Quadro 7 - Estrutura curricular do Curso de Museus - Museu Histórico Nacional - Rio de Janeiro

Grade curricular do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional/RJ de 1946	
Séries	Disciplinas
1ª Série - Parte Geral	<ul style="list-style-type: none"> • História da Arte (parte geral) • História do Brasil Colonial • Numismática (parte geral) • Etnografia • Técnica de Museus (parte geral)
2ª Série - Parte Geral	<ul style="list-style-type: none"> • História do Brasil Independente • História da Arte Brasileira • Numismática • Artes menores • Técnica de Museus (parte básica)
3ª Série - Parte Especial Seção de Museus Históricos	<ul style="list-style-type: none"> • História Militar e Naval do Brasil • Arqueologia Brasileira • Sigilografia e Filatelia

continua...

	<ul style="list-style-type: none"> • Técnica de Museus (parte aplicada)
<p>3ª Série - Parte Especial</p> <p>Seção de Museus Artísticos ou de Belas Artes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetura • Pintura e Gravura • Escultura • Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular • Técnica de Museus (parte aplicada)

Fonte: SIQUEIRA, G. K. *Curso de Museus - MHN, 1932-1978*. O perfil acadêmico profissional. Rio de Janeiro, 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, p. 175.

Desta maneira, o curso de museologia oferecido no Museu Paulista, no início dos anos 60, dialoga pouco com seu congênere fluminense. Embora tivesse duas de suas funcionárias, a senhora Marcelina Alves Brandão e a senhora Márcia Barreto, formadas naquela escola. Ele apresenta uma relação mais estreita com o curso de mesmo nome oferecido por João Couto⁸⁵, junto do Museu Nacional de Arte Antiga, de Portugal. A figura de João Couto será discutida mais a frente no texto. A partir dos anos 1950, este assumiu a cadeira de Museologia no curso para Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, organizado pelo Museu Nacional de

⁸⁵ Nascido João Rodrigues da Silva Couto (1892-1968) em Coimbra, realizou sua formação na Universidade de sua terra natal. Primeiramente como bacharel em Direito (1913) e posteriormente como licenciado em Ciências Histórico-Geográficas (1914-1915). Logo se tornou professor do Liceu e conservador do Museu em sua cidade. Em 1928, já em Lisboa, tornou-se conservador-adjunto do Museu Nacional de Arte Antiga. Em 1938 é elevado ao cargo de diretor do mesmo museu, função exercida até 1964. (COSTA, 2012, p.137).

Arte Antiga - MNAA, referência a partir do seu diretor neste assunto. A ementa é basicamente técnica e pretende através de exemplos com imagens e visitas técnicas, explicar o cotidiano de um museu e suas necessidades. Com aproximadamente 26 lições, o professor perpassa desde a criação de um museu com sua instalação física até a escolha e doação do acervo, chegando ao momento da pesquisa das peças por profissionais de cada área do conhecimento. Esse curso possui um fino diálogo com o oferecido no MP, no qual ambos pretendem a formação de pessoal que conheça efetivamente a realidade e o cotidiano de museus. Esses cursos tem por preocupação a criação de funcionários que possam atuar diretamente com o acervo e com o público, conversando no mesmo nível com seus visitantes, diferentemente, dos especialistas, que como será observado, não conseguirão dialogar com o público desses lugares.

Quando dispostas lado a lado as duas propostas, percebe-se a similaridade das ideias, ambas iniciam com a noção de museu, apresentam o que contempla esse espaço, suas necessidades e diversidades. Essa tendência no cuidado com o patrimônio, da salvaguarda dos objetos em museus e da criação de aparelhamentos para estes, se relaciona também com as grandes guerras e outros inúmeros distúrbios sociais que ocorreram no início do século XX, e que puseram em risco os referenciais de cultura dos cinco continentes.

As instabilidades sociais já haviam gerado um movimento de recuperação e guarda do patrimônio na França pós-revolução de 1789, quando grande parte dos suportes de sua história foram destruídos pelos revolucionários desejosos por construir uma nova história para o país. Como exemplo "temos o 18 Vindimário, ano II, [em que] a Convenção decreta que 'todos os sinais da realeza e da feudalidade' serão destruídos 'nos jardins, parques, tapadas e edifícios'." E a situação se enrijece quando o "decreto mais radical ordena no 1º de Novembro de 1792 que todos os monumentos da feudalidade sejam convertidos em 'canhões ou destruídos'." (CHOAY, 2000, p. 92). Diante de ações ideológicas tão brutais, um grupo de revolucionários (tidos como da ala mais conservadora) se apercebeu que o apagamento da memória não seria a melhor solução naquele caso. Pois se tudo fosse abaixo, quais testemunhos restariam para contar aquilo contra que se lutou às futuras gerações? Rapidamente se criou a Comissão dos Monumentos, encarregada de coletar e salvar aqueles objetos que contavam parte de sua história. E, assim que transferidas as obras confiscadas (sobretudo da Igreja, detentora de imensa riqueza) para os depósitos provisórios esse material deveria seguir para o seu "depósito definitivo aberto ao público, que consagra então a recente denominação de museum ou museu. Este tem por função servir a instrução da nação." (CHOAY, 2000, p. 88).

Desta maneira a França lançou-se numa tentativa de preservação de sua memória, tão logo a Revolução teve início.⁸⁶

Diante da escalada de destruição provocada pelas guerras no século XX, com suas inovações tecnológicas com grande poder de arrasamento como os aviões e tanques, e tendo alguns países como a França e a Alemanha já se preocupado em preservar seu patrimônio, começam a surgir organizações internacionais com este objetivo comum.

É assim criado em 1927 o *L'Office International des Musées* (OIM). Sediada em Paris, esta instituição, integrada no *International Institute of Intellectual Cooperation* (Sociedade das Nações), prosseguia a obra de estudo e análise que já se iniciara com as obras das grandes associações nacionais de museus: a britânica *The Museum's Association*, fundada em 1889, em York; a americana *American Association of Museum*; e a alemã *Deutsches Museum Bunde*, fundada em 1917. (ALONSO FERNÁNDEZ, 1993 apud BRAGA, 2012, p.17).

Então, como nos diz Ana Braga, após a Primeira Guerra ocorre a organização de uma entidade internacional com a finalidade de oferecer diretrizes sobre o patrimônio o *L'Office International des Musées* (OIM), não por acaso em Paris. A entidade organiza duas publicações, a primeira *Mouseion*, uma revista com informações acerca dos trabalhos técnicos de museu, como catalogação, modelos de fichas, etc.; a segunda publicação denominava-se *Muséographie*, resultado das atas do Congresso Internacional de Museologia, de 1934, que teve lugar em Madrid. Embora a OIM tentasse uniformizar

⁸⁶ Cf. CHOAY, 2000, p. 85-110.

os documentos de museus e sua apresentação, com o desenvolvimento da Segunda Grande Guerra a instituição acabou se enfraquecendo. Apenas com o fim da guerra em 1946, em Paris, ocorreu a criação do *International Council of Museum* - ICOM, ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. O ICOM ocupou e ocupa um espaço central nas discussões acerca da museologia, como órgão responsável pela gestão de políticas internacionais para museus.

Quadro 8 - Curso de Museologia oferecido por João Couto no Museu de Arte Antiga - Década de 1950

Curso de Museologia de João Couto do Museu Nacional de Arte Antiga/ Portugal	
Lição	Assunto
1ª Lição	<p>Noção de Museu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como nascem os museus • A instalação dos museus (o local, o programa, a construção, conservadores e arquitetos) • O problema da circulação nos Museus
2ª Lição e 3ª Lição	<p>Da instalação dos serviços num museu</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de exposição permanente • Salas de exposições temporárias • Serviços anexos, tais como: gabinetes de pessoal superior, secretaria, arquivos, salas de conferências, Laboratórios, etc.
4ª Lição	<p>De como se incorporam obras de arte nos museus</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundos antigos <div>continua...</div>

	<ul style="list-style-type: none"> • Compras • Transferências • Ofertas • Depósitos • Legados • Escavações • Colheitas
5ª Lição	Da exposição de obras de arte nos museus <ul style="list-style-type: none"> • Recintos para expor • Asseio dos recintos • Tipos de iluminação
6ª Lição	Da iluminação artificial
7ª Lição	Do problema do aquecimento e ventilação das salas dos Museus <ul style="list-style-type: none"> • Implicações na conservação das obras • Conforto dos visitantes e funcionários
8ª Lição e 9ª Lição	Do arranjo das paredes das salas <ul style="list-style-type: none"> • Arranjo dom biombos • Rebocos e forros • Sancas e rodapés • Material de exposição - tapeçaria
10ª Lição e 11ª Lição	Do material de exposição <ul style="list-style-type: none"> • Vitrines
12ª Lição/13ª Lição e 14ª Lição	Da classificação e estudo de objetos <ul style="list-style-type: none"> • Tabelas • Inventários e catálogos
15ª Lição e 16ª Lição	Da defesa de obras guardadas em museus <ul style="list-style-type: none"> • Métodos de defesa contra o fogo • Métodos de defesa contra roubo
17ª Lição	Da Climatização de museus <div>continua...</div>

18ª Lição/19ª Lição e 20ª Lição	Do aproveitamento didático dos museus <ul style="list-style-type: none"> • Baseado nas lições da UNESCO
21ª Lição	Visitas aos setores de arrecadações do MNAA
22ª Lição	Visitas as instalações dos setores de restauro
23ª Lição	Notícias de publicações e organização de visitas
24ª Lição	Visita ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro
25ª Lição	Visita ao Museu de Artilharia
26ª Lição	Leitura e discussão de textos legais acerca dos assuntos de interesse

Fonte: COUTO, J. Curso de Museologia a estagiários para conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. Separata de: *Revista Ocidente*, Lisboa, p. 01-23, 1965.

2.1 OS ESCOLARES

Outro fator de contribuição para transformações no cotidiano do museu ocorreu com a institucionalização de visitas monitoradas para as escolas. As preocupações com um melhor atendimento e o presente crescimento dos alunos no ambiente reforçaram o aspecto pedagógico que o museu adquiriu ao longo de sua trajetória. A presença de crianças e adolescentes circulando pelas exposições exigiu dos funcionários uma didática em suas explicações, mas, antes de qualquer outra coisa, a preocupação com uma museografia em que as peças expostas passaram a ser explicativas e um conjunto de ações teve que ser pensado para garantir a atenção e o interesse dos

alunos pelo acervo. Já em seu primeiro relatório para Neme, o historiógrafo, chefe da Secção de História, Francisco Rodrigues Leite, comenta acerca dos visitantes escolares ao museu:

De maneira geral, a não ser nas três últimas turmas do item a) [Escola de Artes Gráficas do SENAI (50 alunos); Instituto Nelson Fernandes (29 alunos); Ginásio e Liceu Eduardo Prado (150 alunos)], dispersivos, desinteressados e até pouco disciplinados, notou o Conservador nesses visitantes atitude receptiva e disposição de aproveitamento. Interesse pouco fora do comum foi demonstrado pelos representantes do **Colégio "Estella Maris"**, talvez por ser um grupo pequeno [oito alunos] e homogêneo. Mas em regra os que vieram de outras unidades do país estavam compenetrados de que estavam percorrendo uma exposição de que se podiam beneficiar. Situação inteiramente diferente das crianças de cursos primários. Sem exceção, era visível neles a falta de participação, como se nada estivesse no plano de sua mentalidade. (1960, p.5).

No plano de divisão de atividades proposto pelo diretor, um funcionário da Secção de História ficaria responsável pelo guiamento das visitas às salas de exposição histórica, e outro funcionário da Secção de Etnologia seria responsável pela visita às exposições relacionadas à antropologia. A divisão de tarefas devia-se à ausência de funcionários para todas as atividades do museu. Embora com a colaboração dos funcionários, não havia por parte deles interesse em manterem-se a frente da atividade por muito tempo, e logo, sugestões foram feitas:

Embora provisória essa atividade do Conservador, pois, quando o Museu estiver suficientemente aparelhado, certamente contará com monitores especializados para a função, mesmo assim indaga D. Maria Barreto se por ora o acompanhamento de nível primário não poderia

ser uma servente com algum treino para isso. Estando eu de acordo com a sugestão, submeto-a a consideração de V.S. (1960, p. 6).

A tarefa de manter as vistas escolares com o guiamento se tornou um grande problema a ser resolvido, permanecendo por muito tempo devido à constante falta de pessoal para as atividades básicas do museu. O acompanhamento de crianças às exposições com um trabalho de guiamento foi um processo bastante delicado e longo para conscientização de todo o núcleo que compunha as atividades da instituição. Segundo Edgar Sússekkind de Mendonça, em texto clássico de 1946, havia um apelo desde os anos 1936, com o Congresso da Museums Association, em Leeds, para que "fosse o museu considerado sócio solidário na tarefa educativa, e não apenas – honra de que ele declinava – sócio benfeitor." (p. 14). Percebemos um movimento de inserção dos museus nas escolas, com projetos claros e objetivos pedagógicos a cumprir.

Edgar Sússekkind de Mendonça elenca critérios que os museus devem seguir para estabelecerem um contato frutífero com as escolas: a) "**Comunicabilidade**", utilização de diferentes artifícios visuais para interação "entre o material exposto e o público, (...) tornando acessível à mentalidade dos observadores comuns o que outrora se reservava para o uso exclusivo dos especialistas"; b) "Ampliação da coleta de exemplares, transitando do raro e maravilhoso para o comum e familiar", favorecendo uma

aproximação com a cultura local/regional; c) "unificação do material pertencente a um mesmo conjunto natural ou social", a apresentação didática dos materiais pertencentes à instituição seja por meio de "quadros sinóticos, mapas, gráficos"; d) "ecologia dominando taxonomia", uma introdução do que será apresentado durante uma seção da exposição com mostruários explicativos; e) "renovação dos temas de visitas escolares", diferentes questionamentos acerca das possibilidades da coleção; f) "psicopedagogia aplicada aos museus", o contato diferenciado com cada público e suas diferentes necessidades e anseios. (1946, p.15-16).

As diretrizes traçadas por este autor são em grande medida as propostas por Mário Neme, para o museu. Em relatório de 1960, o diretor define as metas para aquele ano e os próximos, quanto às exposições:

Tendo tido oportunidade de verificar o nenhum aproveitamento das visitas de escolares ao Museu, por desconhecerem os professores acompanhantes, em geral, a significação de peças expostas ou de fatos históricos com elas relacionados, resolvemos instituir um serviço de monitores para esses grupos de estudantes, indicando-lhes de preferência os dias em que o Museu não estará franqueado ao público.⁸⁷

A importância de um público que entendesse o que estava exposto, já aparecia nos planos para o museu com a "montagem de exposições didáticas, periódicas, de História de São Paulo e do Brasil,

⁸⁷ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1960, p.05.

e de Etnografia⁸⁸, nas primeiras páginas do relatório de estreia do novo diretor. Percebemos o contato deste com as tendências contemporâneas apresentadas para a discussão da museologia e da museografia, assim como, um bom diálogo com seus contemporâneos.

Neme tinha a preocupação constante em suas decisões de fazer a produção intelectual, bem como o acervo do museu serem repassados de maneira inteligível ao público, em especial as escolas. Como ele não era um acadêmico de formação estrita, mas um intelectual que vinha de uma formação muito mais autônoma e com grande circulação no meio intelectual, talvez fosse mais fácil, devido a sua maleabilidade, imaginar o que as pessoas compreenderiam numa exposição e adequar sua linguagem para um aproveitamento mais dinâmico da mesma. Embora Neme não fosse um intelectual em **“torre de marfim”** (MORIN, 1986), ele os conhecia muito bem, e buscou tirar os intelectuais/funcionários do museu, distantes dos frequentadores do espaço, de suas salas, e intermediar pequenos contatos apresentando a produção acadêmica para uma gama ampla de público.

As visitas nunca cessaram e o número de escolares e demais visitantes cresceu vertiginosamente no decorrer do período estudado, como se observa no quadro que segue.

⁸⁸ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1960, p.02.

Quadro 9 – Número de visitantes ao Museu Paulista (1959 – 1971)

Ano	Número de visitantes no decorrer de um ano ao Museu Paulista
1959	345.452
1960	348.900
1961	348.910
1962	383.689
1963	772.728
1964	822.707
1965	832.372
1966	836.424
1967	836.624
1968	914.092
1969	911.389
1970	472.788
1971	477.563

Fonte: Dados retirados dos Relatórios de Atividades do Museu Paulista (1959 a 1971), não foram considerados os visitantes ao Museu Convenção de Itu⁸⁹.

O crescimento no número de visitantes ocorreu por um conjunto de fatores: primeiro, o museu passou a abrir todos os dias com exceção das segundas-feiras, dia utilizado para atividades internas; segundo, um atendimento que foi progressivamente personalizado no atendimento às escolas; em terceiro lugar muitas atividades da Faculdade de Ciências e Filosofia da Universidade de

⁸⁹ Consideramos o ano de 1959 o início da tabela, por encerrar o mandato de Herbert Baldus como Diretor em Exercício e por ser o período de entrada de Paulo Duarte como Diretor no museu, bem como para comparação de uma faixa de 10 anos de visitas com variações bastante sensíveis.

São Paulo passaram a acontecer nas dependências do museu. E, por fim, uma ampla divulgação dos trabalhos ali realizados em meios diversos, que contribuiu sobremaneira para a ampliação no número de visitantes. Os números descritos na tabela são vultosos e nos colocam a questionar sua veracidade, contudo a busca pela confrontação com documentos oficiais não foi possível, uma vez que não os encontramos. Uma possibilidade é que estejam computados nestes números também os números aproximados de visitantes ao parque e não somente ao museu.

A situação apresentada acima foi bem diferente da passada por Herbert Baldus, quando assumiu a direção do Museu Paulista, em 1956. Durante os anos cinquenta iniciou-se uma série de reformas no prédio do museu que ocasionaram o fechamento de parte ou todo o edifício em diferentes momentos. As verbas tardavam a chegar ou não chegavam e as melhorias no espaço foram arrastadas por uma década. Esse fato incidiu diretamente sobre o número de visitantes que frequentaram o museu naquela década. É perceptível pelos relatórios de atividades do museu que a pouca verba destinada, geralmente era encaminhada para as pesquisas de campo do setor de etnologia, biblioteca e Revista do Museu Paulista. O diretor por suas escolhas imprimiu ao museu naquele momento uma feição fortemente etnológica, iniciando um processo de mudanças na estrutura do museu.

2.2 MUSEU PAULISTA DA USP

Entre as primeiras preocupações de Neme em seu mandato, ainda como diretor substituto, está a transferência do Museu Paulista enquanto órgão da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação para Instituto da USP, proposta que já havia sido pensada anteriormente, mas que até aquele momento não fora efetivada.

Em 1963, após diversas solicitações e conversas, enfim o Museu Paulista é incorporado à Universidade de São Paulo. Para o museu, na figura do seu diretor, esse fato transformaria a realidade do espaço, mas talvez para a universidade isso não estivesse tão claro. Nas palavras de Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses "tal incorporação não obedecia a uma política consciente ou a uma percepção qualquer do papel que os museus pudessem desempenhar no universo acadêmico." (1994, p. 573) Enquanto para Neme,

(...) a sua incorporação, como instituto anexo, a Universidade de São Paulo, propicia-se o melhor aproveitamento cultural do acervo histórico, artístico e arqueológico do Museu. Ao mesmo tempo, possibilita-se, através de regulamento a ser baixado pelo Reitor da Universidade, com a aprovação do Conselho Universitário, uma reestruturação orgânica mais racional e objetiva e uma administração mais harmoniosa, bem como o seu entrosamento com os demais órgãos da Universidade. (1962, p.2).

Assim, para o diretor estava claro que a incorporação do Museu Paulista pela USP significava a sua utilização enquanto espaço e acervo para o desenvolvimento científico por intermédio de aulas,

pesquisas⁹⁰, debates. Na visão de Neme o museu era um espaço científico e enquanto tal deveria estar ligado à universidade para poder desenvolver suas funções de modo positivo e coerente. A gestão do museu para seu diretor significava por a coleção e o espaço do museu a disposição da comunidade acadêmica para pesquisa, e para a comunidade com a apresentação dos resultados dessas mesmas pesquisas.

Houve uma grande preocupação por parte de Neme de disponibilizar o espaço para as visitas escolares guiadas, pois o acervo por ele mesmo simplesmente disposto em salas não daria conta de revelar uma história, ou uma manifestação cultural de um dado lugar. A percepção museológica do autor era a moderna, em que há uma ideia a ser apresentada, na qual contexto e acervo necessitam dialogar para se ter uma apreensão do papel do museu. Neme busca romper com a museologia da simples apresentação de peças, para uma apresentação crítica das mesmas.

⁹⁰ Já havia atividade de pesquisa ao abrigo do Museu Paulista desde o fim do século XIX (LOPES, 1997), embora a criação de institutos estaduais de pesquisa, voltados especificamente ao estudo de determinados temas, tenha ocorrido ao longo das primeiras décadas do século XX (SANTOS, 2005). Até a década de 1950, grande parte da pesquisa científica no estado de São Paulo foi desenvolvida nos institutos de pesquisa. O cenário no final dos anos 1960 e começo dos 1970 era, no entanto, de grande preocupação por parte dos cientistas dos institutos de pesquisa do Estado sobre o futuro dessas entidades. Num plano mais amplo, nessa época discutia-se a definição de Ciência e Tecnologia, pois havia a perspectiva de a Tecnologia tornar-se orientadora da Ciência, como parecia propor o projeto de lei nº 205 submetido à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (LANE, 1974). O projeto propugnava pela extinção desses institutos e pela criação, em seu lugar, de três empresas de economia mista - medida de iniciativa do então governador Laudo Natel, que não foi aprovada. A minuta já havia sido rejeitada frontalmente pelos cientistas, que optavam pela implantação efetiva da carreira de pesquisador científico e o credenciamento dos institutos de pesquisa do Estado como centros complementares da Universidade no ensino de pós-graduação. Efetivamente, a criação da carreira de Pesquisador Científico nos institutos de pesquisa das Secretarias do Estado de São Paulo foi implantada por meio da Lei Complementar nº 125, de 18 de novembro de 1975. (BRANDÃO: COSTA, 2007).

Na década de 60/70 estruturam-se os princípios de uma Nova Museologia por oposição a uma Museologia tradicional existente. É repensado o papel e a função social e política do Museu. Este deixa de ser olhado como um "belo armazém" estático, centrado exclusivamente nos objetos e virado para um tempo passado - mais ou menos glorioso- mas passivo, em detrimento dum tempo presente e até futuro. O Museu é agora encarado como um espaço ativo, com capacidade de intervenção no mundo em mudança que está inserido. Não perdendo, porém, as tradicionais funções de reunir, conservar e divulgar as coleções com o intuito enriquecimento de estudos e conhecimentos, mas também de deleite e prazer. A nova Museologia ultrapassa esses princípios, equacionando um espaço museológico que deverá problematizar, questionar e intervir criticamente na complexa estrutura sociocultural. (LOUSADA, 1993, p.29).

Muitas das mudanças realizadas pelo diretor foram possíveis devido a sua presença constante no museu. Ele ia todos os dias ao museu, para despachar e estudar⁹¹. Participava ativamente do cotidiano do espaço. Este fato propiciou um contato intenso com as necessidades urgentes do museu. A constância do gestor e seu *campo*⁹² *de relações*, fez com que suas intervenções agissem de maneira pontual para fazer alterações gerais no espaço.

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão –

⁹¹ ELIAS, Maria José. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva. São Paulo, 26/10/2011.

⁹² O conceito campo, utilizado neste trabalho é o criado por Pierre Bourdieu, que o define como:

(...) para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre texto e o contexto. (...) Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (2004, p. 20).

pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo em que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 2003, p. 249).

A retomada da publicação dos Anais do Museu Paulista foi essencial, enquanto estrutura para um *campo intelectual* como descreve Sirinelli, pois com ele, Mário Neme pode, não somente, oferecer um espaço de publicação, mas também demonstrar seu poder de atuação e de relações estabelecidas, contribuindo para a notoriedade dos Anais. Agora, com um número expressivo de contribuições de professores da Universidade de São Paulo. É importante salientar, que neste momento as gerações formadas por esta instituição desejavam fixarem-se e estavam tentando minimizar a presença dos intelectuais polígrafos.

Estes jovens intelectuais formados pela USP iriam consolidar-se e atuar em parte nesta mesma instituição, em jornais, em editoras, etc. Assim, gradativamente o diploma universitário passou a ser pré-condição para o estabelecimento de uma nova intelectualidade. Um bom exemplo disso pode ser observado no jornal O Estado de São Paulo de 09 de setembro de 1956, quando o jornal anuncia seu novo suplemento cultural, concebido por Antônio Cândido. O mesmo

chama nomes de vanguarda para atuar no suplemento, pondo a cultura universitária em destaque. Entre os presentes na lista de colaboradores estavam Décio de Almeida Prado e Paulo Emilio Salles Gomes, ambos, estudantes e futuros professores da USP.

Pierre Bourdieu (2004) nos ajuda a compreender estas tensões, pois (...) "os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço." Por outro lado, "cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil." (p. 24). Assim, possuir a Universidade de São Paulo ao lado em um empreendimento, em especial, aqueles ligados à intelectualidade, era adentrar num *campo* de distinção, entre os demais seguimentos e agentes, e passar a ser parte deste "campo distinto em formação." (BOURDIEU, 2004, p. 24).

2.3 OS ANAIS DO MUSEU PAULISTA

Quando Mário Neme assume a direção do Museu Paulista, os Anais do MP haviam deixado de ser impressos em favor da publicação da Revista do MP, segundo os relatórios de atividade da época, devido à ausência de verbas para ambos. Neme conhecia os Anais e sabia de sua repercussão e importância como instrumento de

divulgação das pesquisas realizadas no museu. Logo que assume sua função, passa a solicitar verba para a retomada da publicação dos Anais.

Tabela 1 - Publicações nos Anais do Museu Paulista (1961 - 1974)

Ano	Tomo	Autor	Título	Instituição
1961	XV	Mário Neme	Redação	MP
1961	XV	Affonso de E. Taunay	Ensaio de história econômica e financeira	MP
1961	XV	Antonio Manoel de Mello Castro de Mendonça	Memória Econômico-política da Capitania de S. Paulo	
1961	XV	Mary P. Dascomb	Cartas ao Dr. Horace Manley Lane	
1961	XV	Cornélio Schmidt	Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904.	
1962	XVI	Rozendo Sampaio Garcia	Contribuição ao estudo do aprovisionamento de escravos negros da América Espanhola (1580-1640)	
1962	XVI	Affonso E. de Taunay	Ensaio de História Econômica e Financeira	MP
1962	XVI	Mary P. Dascomb	Cartas ao Dr. Horace Manley Lane 1908-1912 (Conclusão)	
1963	XVII	Mário Neme	Notas para uma teoria do Comércio Colonial Português	MP
1963	XVII	Francisco Rodrigues Leite	Preços em São Paulo Seiscentista	MP
1963	XVII	Eduardo D'Oliveira França e Sonia A. Siqueira	Segunda visita do Santo Ofício às partes do Brasil	USP
1964	XVIII	Mário Neme	Utilização cultural de material de museu	MP
1964	XVIII	Emília Viotti da Costa	Sobre as origens da República	USP
1964	XVIII	Nilo Odalia	A abolição da escravatura	UNESP
1964	XVIII	Francisco Rodrigues Leite	Coiro & Pelame – aspectos antigos em São Paulo	MP
1964	XVIII	Bente Bittmann Simons	Histoire du Brésil: manuscrito de Jean	

continua...

1964	XVIII	Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça	Baptiste Labat na Biblioteca Real de Copenhague Memória sobre os objetos mais interessantes da cap. De S. Paulo entregue ao Ilm. E Exmo. Sr. Antonio José da Franca e Horta do Con. De S. A. R. Gov. E Cap. Gen. Da M. Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça.	
1965	XIX	Mário Neme	O século XIX brasileiro	MP
1965	XIX	Carlos Guilherme Mota	Europeus no Brasil na época da Independência: um estudo	USP
1965	XIX	Ivone Dias	A Santa aliança e a posição internacional do Brasil	
1965	XIX	Célia Galvão Quirino dos Santos	As sociedades secretas e a formação do pensamento liberal	USP
1965	XIX	Leda Maria Pereira Rodrigues (Madre Maria Ângela)	A Regência como tentativa de solução política autônoma	
1965	XIX	Istvan Jancsó	Os movimentos de acomodação: as Revoluções de 1842, 1848 e a visão da Europa.	USP
1965	XIX	Nícia Vilela Luz	A monarquia brasileira em face das Repúblicas Americanas	USP
1965	XIX	Virgílio Noya Pinto	Ritmos da economia e dependência econômica em face dos mercados externos	USP
1965	XIX	Dante Moreira Leite	Romantismo e Nacionalismo	USP
1965	XIX	Octavio Ianni	Capitalismo e Escravidão	USP
1965	XIX	Nestor Goulart Reis Filho	Arquitetura residencial brasileira no séc. XIX.	USP
1965	XIX	Paula Beiguelman	O processo político no Império durante o período de 1840-1869	
1965	XIX	Emília Viotti da Costa	A proclamação da República	USP
1965	XIX	Maria Luiza Marcílio	A política de descentralização e os	

			mecanismos de governo	USP
1966	XX	Lucy de Abreu Maffei e Arlinda Rocha Nogueira	O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII	USP
1966	XX	Célia Galvão Quirino dos Santos	A Inconfidência Mineira	USP
1966	XX	Maria José Elias	O caderno de assentos do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar	MP
1966	XX	Conselheiro Joaquim Ignacio Ramalho	Relatórios do presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga	
1967	XXI	Maria Odila dias Curly	O Brasil na historiografia romântica inglesa. Um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott	USP
1967	XXI	Suely Robles Reis de Queiroz	Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial	USP
1967	XXI	Emilia Viotti da Costa	José Bonifácio mito e histórias	USP
1968	XXII	Mário Neme	A Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais no tempo do domínio holandês no Brasil	MP
1968	XXII	Anita Novinski	Uma devassa do Bispo Dom Pedro da Silva 1635-1637	USP
1969	XXIII	Mário Neme	Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo	MP
1969	XXIII	Mário Neme	Dados para História dos índios Caiapó	MP
1969	XXIII	Jeanne Berrance de Castro	O negro na Guarda Nacional Brasileira	USP
1969	XXIII	Rosendo Sampaio Garcia	Aspectos da economia e legislação espanholas	
1970	XXIV	Mário Neme	Um governador reformista no São Paulo Colonial	MP
1970	XXIV	Maria José Elias	Introdução ao estudo da imigração chinesa	MP

continua...

1970	XXIV	Jamil Habib	Subsídios para História das Instituições Religiosas em Rio Claro	
1970	XXIV	Jonas Soares de Souza	O conceito de Estado de Alberto Torres	MP
1971 – 1974	XXV		In Memoriam – Mário Neme	
1971 – 1974	XXV	Antonio Rocha Penteado	O homem e o equilíbrio ecológico regional na Amazônia Brasileira	USP
1971 – 1974	XXV	Jonas Soares de Souza	O Engenho Central de Porto Feliz (subsídios para o estudo dos Engenhos Centrais no Brasil no século XIX)	MP
197 – 1974	XXV	Manuel Nunes Dias	Fontes manuscritas do comércio livre	
1971 – 1974	XXV	Maria Cecília Stávale Malheiro	Comentário sobre leis dos bens de raiz das ordens religiosas no Brasil	MP
1971 – 1974	XXV	Miyoko Makino	Contribuição ao estudo da legislação sobre núcleos coloniais no período imperial	MP

Fonte: Dados disponíveis nos Anais do Museu Paulista de 1961 a 1974.

Mário Neme defende, em seu primeiro relatório de atividades em 1960, o quão importante são os Anais do Museu Paulista para a cultura de São Paulo, e o risco que se corre com a sua não publicação. O pedido de verba para a volta da tiragem periódica dos anais é realizado com muita diplomacia, apontando para o Secretário a pujança do estado que não poderia deixar de possibilitar a circulação de uma publicação muito bem conceituada.

Caracterizando-se a presente administração do Estado pelo incremento de todas as atividades de caráter científico e cultural, fundamento de todo progresso técnico, industrial, agrícola e comercial de São Paulo, é **natural que os "Anais do Museu Paulista" voltem a circular com a regularidade que fez deles a publicação prestigiosa e autorizada de outros tempos.**

(...)

Além do desprestígio que esse fato acarreta diretamente para o Museu Paulista, indiretamente para a Secretaria da Educação e para o Governo do Estado, há a considerar um inconveniente dificilmente reparável que daí decorre. Numerosas instituições de todos os Estados do Brasil, e muitas do Exterior, em vista de não **continuarem recebendo os "Anais" do Museu, deixaram** de nos remeter as suas publicações seriadas, causando com isso falhas nas coleções, falhas que só em lances de muita sorte serão em pequena parte preenchidas (...). O prejuízo que o Museu Paulista está tendo em virtude desse estado de coisas é impossível de calcular, mormente quando se sabe que a permuta de publicações é que constitui a principal forma de correspondência entre os pesquisadores e o mais positivo fator de progresso dos estudos especializados.

93

O intelectual ataca por duas frentes diferentes para conseguir o financiamento para as publicações do Museu Paulista, por um lado sempre demonstrando o potencial de São Paulo e tudo que o Estado já fez pela instituição, por outro, mostrando a produção intelectual do museu como obra de reconhecido valor e com conhecimento de toda a gestão do museu. Após o envio do relatório citado acima, os Anais passaram a ter edições constantes.

⁹³ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1960, p. 04.

2.4 O GOLPE MILITAR E OS MUSEUS

Após o Golpe Militar as mudanças sofridas pela universidade são visíveis, e infelizmente os museus não ficaram imunes. Em etapas, o corte de verbas junto aos institutos da USP foi se agravando, e, assim, pouco a pouco, o governo militar atacou a universidade e tirou os investimentos em pesquisa e extensão.

Em 1968, Neme registra as dificuldades enfrentadas pelo museu, anunciando: "devemos esclarecer que as atividades do Museu Paulista foram muito prejudicadas por carência de recursos financeiros e de pessoal, tanto técnico-científico como burocrático".⁹⁴ A crescente busca pelo acervo do museu era notória, e sua necessidade de crescimento em termos de pessoal também! Obviamente, é notória a queda nas atividades do museu, sobretudo após 1968, quando foi instituído o AI-5⁹⁵. Em relatório de 1969, o diretor expõem as implicações dos cortes para o planejamento das atividades do museu:

⁹⁴ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1968, p. 01.

⁹⁵ Em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 passou a vigorar, e entre seus artigos estava o nº 6, que decreta *Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.* Em seu primeiro inciso lemos a invasão do artigo na esfera pública: *O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.* (BRASIL, Ato Institucional Nº 5, 13 de dezembro de 1968). O AI-5 como ficou mais comunmente conhecido foi um artimanha atroz do Governo Militar contra a população brasileira, e assim também contra os serviços públicos.

Esses cortes foram de tal profundidade, que tornaram inúteis os cálculos, mensuração, planos e objetivações a que se procedeu e que se tinha em vista, de tal forma que todo e qualquer planejamento que se podia pretender ficou de antemão anulado. O principal entrave causado por esses pré-cortes - depois de apuradas com a maior ponderação as necessidades mais prementes do Instituto - refere-se ao capítulo do pessoal, trazendo em consequência a impossibilidade de atender às exigências mínimas do serviço. Nesse fato, que foge a qualquer previsão, além de quebra de rendimento, provoca, como é natural, protestos e até revolta nos Chefes de Secções e responsáveis por serviços e setores.⁹⁶

Desta maneira o museu sofria com problemas gerados pelas mudanças políticas impostas. Com a aposentadoria compulsória de diversos professores como Emília Viotti da Costa, Otávio Ianni, Paula Beiguelman, Mário Schenberg⁹⁷, entre tantos outros, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a USP adentrou num difícil processo de adaptação a convivência com as perdas significativas que ocorreram e com a perseguição política em todos os níveis, que visava desde alunos e professores até funcionários⁹⁸. Em 1978 quando o ex-reitor Antônio Guimarães Ferri prestou seu depoimento sobre o funcionamento da USP durante o regime ditatorial, o mesmo explicou a existência junto ao Ministério da Educação de um Serviço de Segurança do Ministério, a quem sempre precisava se reportar, bem como este órgão possuía um funcionário atuando dentro da Reitoria. Perguntado se haveria uma comissão desse Ministério dentro da

⁹⁶ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1969, p. 01.

⁹⁷ ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004, p.46 a 49.

⁹⁸ Ibid.

universidade ele declarou: "há uma pessoa na Universidade que naturalmente leva as indicações ou os processos para a comissão de fora da Universidade..."⁹⁹ Assim, a contratação de professores e pesquisadores pela universidade, deixou de ser uma decisão autônoma da universidade, para depender de uma análise externa determinada por um obscuro e confuso julgo de uma comissão de segurança.¹⁰⁰ A universidade "se via agredida, de fora, pelo governo militar da época e, internamente, pelos que o apoiavam." (OLIVEIRA; CANDIDO; SILVA, 1995, p. 09).

Para Mário Neme, enquanto diretor do Museu Paulista, a diferença na realidade diária da instituição foi substancial, com a queda de verbas e a saída de muitos pesquisadores da universidade que utilizavam o museu como espaço de e para a pesquisa, sobretudo utilizando seu acervo. Em entrevista, a professora Emília Viotti da Costa¹⁰¹, relembrou a atenção dada por Neme aos pesquisadores que utilizavam o acervo do museu, orientando muitas vezes quanto aos documentos e incentivando os pesquisadores oferecendo auxílio nas investigações. Fato que demonstra sua grande familiaridade com o acervo, fruto de muitas pesquisas e interesse pelo museu. As perseguições e insegurança geradas pela presença

⁹⁹ Ibid., p. 73.

¹⁰⁰ Sobre o período da Ditadura Militar e suas implicações na USP, ver: OLIVEIRA, L. L. de; CANDIDO, A.; SILVA, A. C. da, (orgs). *USP: 1968-1969 - Hélio Lourenço de Oliveira*; ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*.

¹⁰¹ COSTA, Emília Viotti da. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva. São Paulo, 22 fev. 2014.

dos militares na universidade, fizeram com que muitos desses pesquisadores tornaram-se menos frequentes no museu, e muitas parcerias firmadas pelo uso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras terminassem de forma abrupta com a aposentadoria compulsória de muitos professores.

2.5 AQUISIÇÃO DE ACERVOS

A aquisição de acervos pelo MP no decorrer da gestão de Mário Neme ocorreu como costumeiramente se dá, com a doação de peças, bem como com a compra de algumas coleções que se tornaram fundamentais para o museu, como o Arquivo Aguirra. O elemento especial da política de aquisição de acervos ocorreu com a negociação internacional da permuta entre museus de peças para criação de novo museu dentro da própria USP, voltado especificamente para arte e arqueologia, o Museu de Arte e Arqueologia (MAA).

Assim, o Museu Paulista compra o Arquivo Aguirra, a partir de negociação iniciada em 1961 e efetivada em 1962. O Arquivo "organizado pelo Sr. João Baptista Aguirra, [é] rica coleção de documentos de considerável importância para a história da propriedade da terra em São Paulo e para a história paulista em geral."¹⁰² Em suas palavras Neme exprime a importância da compra do arquivo que se tornou um elemento chave na busca do museu por

¹⁰² RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1962, p. 09.

interessados em ter acesso a essas informações que reportavam sobretudo a questão de terras. Para o processo de compra do arquivo Neme teve a colaboração do amigo de longa data Hélio Damante, ambos já conheciam o Sr. Aguirra por sua coleção, bem como pela publicação de textos em revistas como a do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, bem como membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e das Comissões para as Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

A coleção foi formada pela cópia e fichamentos de documentos realizadas para fins profissionais de seu organizador, sendo "constituída por uma coleção de fichas, mapas, cadastros, livros, fotografias, entre outros itens", (PIRES, 2002/2003, p. 61). João Baptista de Campos Aguirra¹⁰³, era empresário que prestava, entre outros serviços informações sobre propriedades de terras, e de sua função acabou por formar uma riquíssima coleção de dados acerca não só de São Paulo, como também de algumas outras regiões.

Na década de 1920 estava estabelecido em São Paulo com a firma Aguirra & Cia – Comissários. A empresa era proprietária de terras, sendo que alguns desses imóveis localizavam-se na zona sul da capital. Na década de 1940 há o registro de outra empresa de sua propriedade -Informação Aguirre - Informações sobre títulos de propriedades imobiliárias –, em que realizava, além da atividade comercial de compra e venda de imóveis, a compilação arquivística que passou a ser conhecida também como Arquivo Aguirra. A partir de 1924, Aguirra foi sócio do Instituto Histórico e

¹⁰³ João Baptista de Campos Aguirra (04/09/1871 - 04/10/1962) natural de Limeira/SP. Foi sócio do IHGSP, do Centro de Ciências e Letras de Sorocaba. Publicou textos cujo material de origem está em seu arquivo, na revista do IHGSP e na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. (Pires, 2002/2003).

Geográfico de São Paulo (IHGSP), tendo publicado vários artigos na revista dessa instituição. (São Paulo, os estrangeiros e a construção da cidade).¹⁰⁴

Em texto de 1977, Maria Cecília Malheiro realiza uma descrição do material que compõe o arquivo com "cerca de 500 mil fichas" (PIRES, 2002/2003, p. 63), este inclusive conta com uma biblioteca voltada para os assuntos relativos a coleção, composta por: "Atas da Câmara de São Paulo, Documentos Históricos, Panorama, Arquivo Ilustrado, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Investigação", e também pela "Revista do Arquivo Público Mineiro, Cartas de Datas de Terras, Coleção de Legislação, Razões e Memórias e vários almanaques antigos." (MALHEIRO, 1977/78, p. 201). Em seguida, a autora explica a organização do fundo arquivístico dividido, por seus tipos, em seis séries:

1. Coleção cartográfica - "conjunto de cerca de 1.500 mapas e plantas, em sua maioria concernentes à Capital e seus arredores"; (MALHEIRO, 1977/78, p. 202)
2. Fichário - fichas em sua maioria manuscritas com "extratos de sesmarias, tombamentos de 1817, registros paroquiais, escrituras, inventários, testamentos, partilhas, etc., com as respectivas indicações de livros e folhas de lançamento nos cartórios e tabeliães". Subdivididos em seis grupos temáticos; (MALHEIRO, 1977/78, p. 202)

¹⁰⁴ Informações retiradas do Projeto Temático FAPESP processo 06/51727-4. *São Paulo: os estrangeiros e a construção da cidade*. Disponível em: <<<http://estrangeiros.fau.usp.br/page.php?name=acervo&op=aguirra>>>. Acesso em: 28/03/2014.

3. "Livros-índice onomásticos, geográficos e cronológicos da matéria correspondente ao fichário"; (MALHEIRO, 1977/78, p. 203)
4. Pastas - "parte correspondente à divisão de fazendas, sítios e chácaras na Capital e Interior"; (MALHEIRO, 1977/78, p. 204)
5. Autos e plantas de Juízes Comissários, cópias do Patrimônio Imobiliário do Estado; (PIRES, 2002/2003, p. 66)
6. Folhetos sobre questões judiciais do Tribunal de Justiça. (PIRES, 2002/2003, p. 66)

Portanto, um arquivo amplo e de grande valia para os estudos de história, geografia, sociologia, etc., inclusive para as pesquisas de Neme sobre a história de São Paulo e Piracicaba, como em texto póstumo ***Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba***. Em relatório de atividades de 1971, o diretor do Museu Paulista relata que o arquivo "atendeu a grande número de pesquisadores e de interessados e teve o seu acervo enriquecido com cópias dos processos dos Juízes Comissários, por gentileza da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado."¹⁰⁵

A compra e doação de acervos para o museu crescia e o Centro de Documentação e as Seções de Etnologia e História receberam maior notoriedade. Neme procedeu também a troca de acervo para dar origem a um outro museu, com ênfase em arte e arqueologia. Em 1964, surge a notícia: "A fim de obter do Museu Pigorini, de Roma, a

¹⁰⁵ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1971, p. 06.

cessão do acervo inicial do Museu de Arte e Arqueologia da USP, o Museu Paulista lhe fez doação de 54 peças da sua coleção etnográfica."¹⁰⁶

A criação de um Museu de Arte e Arqueologia da USP (MAA) tem origem na iniciativa de Francisco Matarazzo Sobrinho, experiente e renomado mecenas envolvido com a vida cultural de São Paulo e incentivador dos museus da universidade. As primeiras peças que compõe as coleções do museu são originárias de algumas doações privadas e na doação de peças do Museu Paulista, como citado acima. Essas primeiras coleções são todas intermediadas com instituições italianas, com as quais Matarazzo já mantinha contatos. Eurípides Simões de Paula, em texto inaugural da Revista Dédalo¹⁰⁷, em 1965, noticia como ocorreu a organização do acervo para criação do MAA:

O primeiro passo efetivo foi dado na Itália quando o Ministro da Instrução Pública, Dr. Luigi Gui, indicou o Prof. Pellegrino Claudio Sestieri, Diretor do Museu Nacional Pré-histórico e Proto-histórico do Lácio (Luigi Pigorini) em Roma, para averiguar concretamente a possibilidade da cessão, mediante intercâmbio, de peças arqueológicas depositadas nas reservas de diversos museus italianos. (...) A Comissão Organizadora, por sua vez, envidava esforços para obter material que servisse ao intercâmbio. Apesar da enorme dificuldade, conseguiu-se reunir certo número de peças etnográficas, por intermédio tanto do Museu Paulista, quanto de particulares. Foi assim possível que a Direção Geral das Antiguidades e Belas Artes da Itália, aprovasse a lista das peças coletadas pelo Prof. Sestieri. (PAULA, 1965, p.14-15).

¹⁰⁶ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1964, p. 04.

¹⁰⁷ Criada em 1965, a Dédalo: Revista de Arte e Arqueologia foi o principal meio de divulgação das pesquisas do MAA. Ela teve publicação até 1990, quando ocorreu a inauguração do novo MAE. Com a inauguração do novo MAE ocorreu a fusão das revistas Dédalo/MAE, Revista do Museu Paulista/MP e Revista de Pré-história/IPH para criação da Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, com primeiro número em 1991.

Assim, por meio do esforço coletivo nasceu o MAA¹⁰⁸, pelo Decreto nº 43.641, de 24 de junho de 1964. A Comissão Organizadora era formada por Sérgio Buarque de Holanda do IEB, na presidência dos trabalhos, por Eurípides Simões de Paula da FFCL, por Paulo Duarte do IPH e por Francisco Matarazzo Sobrinho. O mesmo grupo que como foi citado anteriormente esteve à frente do Museu Paulista e de outros museus e institutos nascentes da USP, em diversos momentos. Contudo não se levou em conta que já existiam na instituição dois institutos que continham acervos e realizavam pesquisas na área, de um lado o IPH de Paulo Duarte e do outro, o Museu Paulista que estava investindo substancialmente em arqueologia. O diálogo entre esses órgãos praticamente inexistia, como a documentação indica, embora tivessem muito em comum.

A partir de 1964, as referências às arqueólogas Niéde Guidon e Luciana Pallestrini crescem nos relatórios de atividades. Logo, têm início os seminários de arqueologia e as pesquisas de campo. Em

¹⁰⁸ *Em 1972, com a aprovação do novo Regimento Geral da USP (Decreto n.52.906 de 27 de março de 1972), o Museu passou a chamar-se Museu de Arqueologia e Etnologia, denominação que refletia a ampliação daqueles objetivos iniciais da fundação do MAA e que caracteriza até os dias de hoje a sua vocação: a formação, ampliação, preservação de coleções arqueológicas e etnográficas e, a partir delas, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, docência e extensão de serviços à comunidade, nas áreas fundamentais para um conhecimento antropológico do homem brasileiro, aprofundado por meio do estudo de suas heranças culturais.* (FLEMING; FLORENZANO, 2011, p. 218).

No ano de 1989, a USP possuía um grande acervo arqueológico e etnográfico disperso em vários órgãos com a ideia de reunir todas as coleções no mesmo local *nasceu um novo MAE por iniciativa do reitor José Goldemberg, que se baseou para tal ato no relatório da Comissão presidida pelo Prof. Jobson [José Jobson de Andrade Arruda]. Dessa feita, foram reunidos pela Resolução n.3.560, sob a denominação "Museu de Arqueologia e Etnologia", o Instituto de Pré-História, o componente arqueológico e etnográfico do Museu Paulista, o acervo Plínio Ayrosa do Departamento de Antropologia da FFLCH e o então Museu de Arqueologia e Etnologia.* (FLEMING; FLORENZANO, 2011, p. 221).

relatório de 1968, Neme registra a importância que o estudo de arqueologia ganha no museu:

A equipe do Museu Paulista tem localizado sítios arqueológicos no Estado de São Paulo e feito escavações nos municípios de Itapeva, Itaberá e Itararé, permitindo assim o estudo da evolução de culturas pré-históricas, migrações e contatos culturais. Prepara-se no momento a publicação de um trabalho sobre o sítio arqueológico "Fonseca", no Município de Itapeva, Estado de São Paulo, com financiamento da FAPESP, e de outro "Nota prévia sobre a Arqueologia do Estado de São Paulo. Em colaboração com a cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, no segundo semestre as aulas do Curso de Pós-graduação passaram a ser dadas no Museu Paulista, propiciando-se oportunidade aos alunos de conhecerem e trabalharem com o vasto e rico material arqueológico deste Instituto, além de realizar trabalhos de campo.

O Museu Paulista recebeu visita do arqueólogo Clifford Evans, chefe da equipe arqueológica do Smithsonian Institution, com o qual este Instituto mantém programa de cooperação científica, e depois, já dos Estados Unidos, ofício de congratulação pela boa orientação imprimida ao setor, com votos para que a colaboração entre as duas instituições se possa prolongar por muitos anos.¹⁰⁹

Assim, as atividades de pesquisa não só de arqueologia, como de história, numismática, linguística eram parte importante e incentivada no museu, como também a divulgação das mesmas com seminários e outros cursos. O que difere o período de Neme como diretor da instituição com os anteriores diretores quanto à pesquisa, é a necessidade de relaciona-la com a universidade e com o grande público, fazendo com que cursos e outros eventos aconteçam no

¹⁰⁹ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1968, p. 02.

museu, apresentando o museu não só como depositário de obras, mas como produtor de conhecimento científico. Em 1964, Neme elenca uma longa lista das pesquisas feitas:

Sobre o Brasil Holandês, encarada a experiência holandesa no Brasil pelo prisma da história das ideias, pelo Diretor do Museu, sr. Mário Neme;

Caminhos antigos de São Paulo, nas suas implicações históricas e pré-históricas, pelo Chefe de Secção de Linguística, Prof. Francisco Rodrigues Leite;

Xamanismo entre os índios do Brasil, e elaboração do 2º volume da Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira, pelo Chefe de Secção de Etnologia, Prof. Herbert Baldus;

A Colônia Senador Vergueiro na Fazenda de Ibicaba, pela Historiógrafa Maria José Elias;

Antecedentes da Revolução de 1930, pelo pesquisador comissionado Nilo Odália;

Estudo sobre a cerâmica arqueológica do Estado de São Paulo, com base nas coleções do Museu Paulista e material por ela colhido, pela estagiária D. Bente Bittmann Simons;

O ouro em São Paulo nos séculos XVI e XVII, pelas bolsistas Arlinda Rocha Nogueira e Lucy de Abreu Maffei;

A Região Bragantina, pela bolsista Beatriz Westin Cerqueira.¹¹⁰

Esses são somente alguns exemplos das pesquisas desenvolvidas, muitas outras estavam em processo. Um pouco mais a frente, no mesmo relatório o intelectual comenta acerca dos seminários de Arqueologia comandados pelas arqueólogas e professoras Niéde Guidon e Luciana Pallestrini, que ocorreram no museu durante um semestre.¹¹¹ Este foi um momento de abertura do

¹¹⁰ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1964, p. 02 e 03.

¹¹¹ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1964, p. 04.

museu, principalmente em acessibilidade do público que descobriu um espaço rotineiramente aberto e constantemente com novidades. Talvez este fato, do novo apresentado constantemente, explique o crescimento no número de visitantes ao museu.

Dessa maneira, Neme foi determinado a promover mudanças para melhoria do Museu Paulista, e tendo sido bem sucedido. Enquanto diretor foi extremamente eficiente em sua função, se compararmos com aquilo que havia encontrado. Contudo, sua passagem pela direção não foi simples e foi alvo de muitos ataques, como o de Paulo Duarte em 1962¹¹², quando este acusa o Museu Paulista de permanecer um depósito com seu novo diretor. Vale lembrar que Paulo Duarte foi diretor da mesma instituição por um ano, e sabia das reais dificuldades enfrentadas para reabrir o museu ao público. Segundo Marli Hayashi, o desentendimento entre os dois intelectuais cresceu quando Neme chamou as arqueólogas, até então "apadrinhadas" de Paulo Duarte, para exercerem suas funções no museu. Nesse período dos anos 1960, como escrito anteriormente, Paulo Duarte era diretor do Instituto de Pré História, e em 1961 enviou três professoras para Paris para lá receberem formação por três anos.

(...) mas em julho de 1962, duas delas decidiram voltar ao Brasil. Na opinião de Duarte, picadas pela "**mosca azul**", as moças retornaram com "**ares de superioridade, de autossuficiência e infalibilidade**". Os

¹¹² LUCCA Jr., Domingos. Plano para 2 museus, sonho de 1 homem só. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de julho de 1962.

primeiros desentendimentos ocorreram quando uma delas teria apresentado o relatório de pesquisa do Mar Casado com análises sociológicas "alheias aos seus conhecimentos". Paulo Duarte discordou da versão, além de vetar um trecho com críticas à orientação de pesquisa do Instituto, taxada de ortodoxa. As duas pesquisadoras ambicionavam ainda lecionar no IPH, mas, para isso o fundador queria primeiro um estágio de cinco anos em Paris, para então ocuparem o cargo de assistentes de professores estrangeiros. Somente após mais cinco anos seriam efetivadas como professoras. No Instituto, Paulo Duarte empregava os mesmos procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, que deveriam ter sido utilizados na Faculdade de Filosofia, na sua fundação em 1934. Sem essa chance, as pesquisadoras teriam sentido-se diminuídas pela retirada da palavra "chefe" dos cargos de arqueóloga, zoóloga e etnóloga no texto referente ao orçamento de 1963 do Instituto. O diretor justificou a mudança na redação por razões econômicas. Com a palavra "chefe" teria que aumentar o pessoal e, conseqüentemente, as despesas. (HAYASHI, 2001, p. 142).¹¹³

Se Paulo Duarte estava mesmo com problemas de verba no instituto, ou quis também "punir" pelo regresso antecipado de Paris suas arqueólogas, jamais teremos certeza, contudo ambas trocaram o IPH pelo MP. No museu desenvolveram pesquisas importantes e firmaram acordos internacionais com importantes institutos como já visto. A arqueologia dentro do museu tomou um grande espaço, em especial após a saída do etnólogo Herbert Baldus. Em 1970, em convênio com a Prefeitura de Piraju, foi criado o Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas, local destinado ao desenvolvimento de pesquisas na área (atualmente o centro pertence ao MAE, como Centro Regional de Arqueologia Ambiental Mário Neme). Se de um

¹¹³ Grifos da autora.

lado ocorre o crescimento da arqueologia¹¹⁴ dentro do Museu Paulista, por outro, com o advento do AI-5, a Secção de História viu seus principais colaboradores serem afastados de suas funções. A mudança não foi imediata, mas dois anos depois do golpe desferido contra a universidade, as aulas e seminários de história que haviam se iniciado no início dos anos 1960 não foram mais registradas. Os relatórios depois de 1970 tornam-se impessoais e gerais, poucos nomes são citados, provavelmente influência da insegurança que passa a rondar a todos com o Serviço de Segurança dentro da universidade.

Heloisa Barbuy analisa que mesmo o Museu Paulista sendo integrado a USP, em 1963, este não se tornou um museu universitário com as características científicas necessárias. Por que isso não aconteceu? Como um museu é integrado à universidade e parece não desenvolver suas atividades enquanto tal? A autora escreve:

Em 1963, o Museu Paulista foi integrado à Universidade de São Paulo (...), mas a operação teve mais um caráter formal do que propriamente científico; quer dizer, não se projetou, nessa época um futuro acadêmico para essa instituição, o que, entre aquele

¹¹⁴ Maria Isabel Fleming e Maria Beatriz Florenzano apontam o qual importante foi a constituição do acervo arqueológico do MP:

O acervo pré-histórico brasileiro, pré-colombiano e europeu do Museu Paulista trazido à nova instituição, especialmente as coleções de material lítico e cerâmico, abriu perspectivas importantes para os estudos curatoriais desse material e tem contribuído significativamente para a realização de projetos do Museu e de alunos graduandos e pós-graduandos. Pesquisadores experientes que atuavam havia muito tempo em arqueologia pré-histórica brasileira no Museu Paulista também vieram para o novo Museu. Na área de Etnologia, o Museu Paulista tinha também uma atuação muito antiga, trazendo à nova instituição não apenas os pesquisadores, como também um acervo etnográfico brasileiro valiosíssimo. (2011, p. 221-222).

momento e os anos de 1980, realizou-se talvez mais pela atuação de alguns de seus pesquisadores do que propriamente em razão de algum grande projeto institucional da Universidade. (BARBUY, 2005, p.39).

Pelo material analisado Neme pretendia que o Museu Paulista fosse integrado verdadeiramente pela universidade, como foi observado por suas ações e incentivos. Em texto de 1960, ele explica os motivos da transferência:

Os dados expostos evidenciam que o âmbito mais adequado para o Museu Paulista é o da Universidade e não o de uma Secretaria de Estado circunscrita exclusivamente aos assuntos do ensino primário e secundário, como o é a da Educação, à qual o Museu pertence. Assim o entende também o atual ocupante desta pasta, Exmo. Sr. Dr. Luciano Vasconcelos de Carvalho, ao declarar-se plenamente de acordo com a eventual saída do Museu da sua jurisdição, tendo mesmo autorizado esta diretoria a entrar em entendimentos com a Reitoria da Universidade de S. Paulo a fim de ventilar a passagem definitiva do estabelecimento para ela. Recomenda esta medida especialmente o fato de um instituto do gênero do Museu Paulista representar complemento natural duma universidade, como mostram numerosos exemplos na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, onde os Museus são parte ativa e substancial das universidades. No caso do Museu Paulista, o entrosamento com as cadeiras de História, Antropologia, Etnografia Brasileira, Geografia e Sociologia oferece aos estudantes um campo de aplicação para estudos teóricos e práticos, campo esse, aliás, já muito aproveitado pelos estagiários, incluindo-se bolsistas estrangeiros da Universidade de S. Paulo que trabalharam nos últimos anos no Museu do Ipiranga. Acresce que a vinculação mais estreita do Museu com a Universidade poria à disposição permanente das referidas cadeiras o imenso acervo didático constituído pelas mais de cinco mil peças de sua coleção histórica, cerca de vinte mil peças de etnografia e arqueologia, [p.8] cerca de dez mil documentos de seu arquivo e de quarenta mil obras de sua biblioteca especializada. Não há duvida, portanto, que a incorporação do Museu Paulista na Universidade de S. Paulo, subordinando-se diretamente à Reitoria,

contribuiria decisivamente para a intensificação das pesquisas históricas e antropológicas em São Paulo.¹¹⁵

Cristina Bruno define o museu universitário como um local que se distingue dos demais, entre outros aspectos, por seus acervos constituírem importante fonte de pesquisa para trabalhos acadêmicos e pela interdisciplinaridade, permanecendo com as funções básicas de qualquer outro museu de preservação e divulgação de seu patrimônio. (1984, p. 39-47). Realizando uma análise da proposta de transformação do MP em museu universitário, a proposta foi bastante factível durante parte da gestão de Mário Neme, quando alunos da FFCL tornaram-se estagiários, tiveram aulas com as obras do MP e passaram a utilizar o acervo para o desenvolvimento de suas pesquisas. "Entretanto, na realidade os museus universitários não tem conseguido desempenhar esse papel, e na maioria das vezes são no máximo, centros de pesquisa." (BRUNO, 1984, p. 39). Ao que se percebe que o Museu Paulista, portanto, não conseguiu dar prosseguimento em sua missão de tornar-se um museu universitário. Surge, então, a dúvida sobre o que aconteceu no caminho da trajetória do museu que fez com que a iniciativa dos anos 1960, não tivesse sucesso.

Entre alguns aspectos estão as disputas por espaços dentro da universidade. Com a criação de diversos institutos e museus, as relações entre museus parece não ter acontecido, pelo contrário,

¹¹⁵ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1960, p. 07 e 08.

temos ataques sendo disparados entre diretores, como já mencionado. Outro aspecto importante nesta questão é o desejo de autonomia que a FFCL pretendia ter quanto à qualquer entidade tradicional, como era o Museu Paulista, pois que os jovens intelectuais, como novos professores da universidade, conforme anteriormente citado, desejavam afirmar seu espaço, criando seus próprios centros de pesquisa.

Também o golpe militar e a consecutiva perda de importantes professores que poderiam continuar colaborando para a inserção do Museu Paulista no meio universitário, fragilizou enormemente o trabalho de uma década de Neme ao realizar a transformação do museu da Secretaria de Educação em museu universitário. Com o golpe, o intelectual foi pouco a pouco sendo paralisado. A presença militar no governo foi imensamente danosa não só para a vida política da USP, mas também para os serviços administrativos com seus cortes de verbas e perseguições a docentes e funcionários. E, como diretor de uma instituição da universidade, Mário Neme sentiu em suas ações cotidianas o peso dos fatos ocorridos, tanto que a perda de qualidade nos relatórios dos anos finais de seu mandato é significativa, como exemplo temos a ausência de referências detalhadas de nomes e atividades desenvolvidas nas dependências do museu. Assim, além da doença que o atormentava em seus últimos anos de vida, teve de lidar também com a saída de forma arbitrária de inúmeros companheiros de trabalho da universidade, com a

atenção redobrada para não expor o museu a situações de risco. Assim, entende-se o desaparecimento de Neme do museu que tinha ocorrido nos anos 1970, quando o regime recrudesce.

Por fim, as informações comentadas acima tem sua origem a partir de relatórios de atividades do Museu Paulista, em suas versões de rascunho ou cópia à carbono, alguns com mais de uma versão. Esse é um fato relevante, pois comumente existia uma versão do relatório de atividades final arquivado no museu. Muitos documentos acerca da gestão de Neme, como materiais de seminários oferecidos por professores, anotações pessoais e cartas são raríssimos, fato muito curioso quando falamos de um homem que era jornalista, historiador, pesquisador e possuía uma ampla rede de sociabilidade, como já apresentado. Existem evidências que, após sua morte em 1973, parte do material por ele produzido foi retirado do museu.

Figura 12 - Nanquim sobre papel de Luis Caetano Martins, sem data. Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo.

CAPÍTULO 3

DOIS LADOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE MÁRIO NEME

O MUSEÓLOGO EM *UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU*, E O JORNALISTA EM *DIFÍCIL ÁFRICA NEGRA*

*Havia a um canto da sala um álbum de fotografias intoleráveis,
alto de muitos metros e velho de infinitos minutos,
em que todos se debruçavam
na alegria de zombar dos mortos de sobrecasaca.*

*Um verme principiou a roer as sobrecasacas indiferentes
e roeu as páginas, as dedicatórias e mesmo a poeira dos retratos.
Só não roeu o imortal soluço de vida que rebentava
que rebentava daquelas páginas.¹¹⁶*

Carlos Drummond de Andrade

Na terceira parte deste trabalho buscou-se realizar a análise de dois textos que marcaram a trajetória intelectual de Mário Neme, em suas diferentes áreas de atuação, mas que são produzidos no mesmo período, ou seja a década de 1960. O primeiro artigo a ser abordado é *Utilização Cultural de Material de Museu*, em que o autor se coloca enquanto diretor do Museu Paulista e demonstra toda sua familiaridade e atuação com os assuntos de museu, portanto, se

¹¹⁶ Poema de Carlos Drummond, Os mortos de sobrecasaca. In: ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 238.

posicionando como um museólogo. Junto a esta discussão do artigo há um debate sobre a museologia portuguesa, museologia na qual ele se inspirou, e que repercutiu também neste texto.

A segunda análise tratada está baseada na obra *Difícil África Negra*, que o intelectual escreveu como jornalista do e para o periódico Estado de S. Paulo. O livro é resultado de sua viagem ao continente africano para produção de matérias para o mesmo. Nele temos a oportunidade de conhecer suas impressões como crítico social de uma realidade marcada pelo processo do neocolonialismo¹¹⁷, e pelas independências dos países da região¹¹⁸, com todas suas guerras e agruras passadas por suas populações.

Enfim, neste capítulo veremos o jornalista e o museólogo discutindo e conclamando seus leitores para uma tomada de atitude diante das necessidades, embora bastante diversas, urgentes quanto aos museus como patrimônio cultural, e a um continente devastado política e economicamente, logo, envolto em sérios problemas sociais.

¹¹⁷ Cf. HOBBSBAWM, E. J. *A era dos Impérios*. (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 1987; RÉMOND, R. *O século XIX (1815-1914)*. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002; e SILVA, F. C. T. da (org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

¹¹⁸ Cf. WONDJI, C. (editores). *História geral da África*. Vol.VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

3.1 O MUSEÓLOGO EM *UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU*

No ano de 1964 é publicado, nos Anais do Museu Paulista¹¹⁹, o texto *Utilização cultural de material de museu*, originário do III Congresso Brasileiro de Museus, de 1962. Mário Neme foi relator do subsetor de História, do grupo de Artes e História deste congresso. O artigo é o resultado das discussões do encontro, encaminhando-se para uma proposta de política museal para o país, como será analisado. Antes, contudo, de discuti-lo, uma pergunta incômoda surge: como um texto tão importante e que se parece muito com as políticas museais atuais não é citado em lugar algum? Durante os anos de pesquisa para a escrita desta tese, muito se investigou acerca da produção intelectual de Mário Neme, e de sua participação no campo da museologia brasileira, e neste setor, praticamente não foram encontradas referências ao seu trabalho, o que gerou uma série de perguntas, sendo que algumas ainda permanecem sem respostas!

No capítulo anterior, defendemos a ideia de que o Museu Paulista vinha de uma série de problemas administrativos e que necessitava com urgência de um gestor afinado com suas necessidades, mas que também possuísse um caráter científico para dar continuidade à história daquele espaço como um lugar de pesquisa, de desenvolvimento de investigação, como está escrito em

¹¹⁹ *Anais do Museu Paulista*, Tomo XVIII, São Paulo, 1964, p. 07-62.

seu estatuto de fundação e que permaneceu em sua história: "Serve o Museu de meio de instrução pública e também de instrumento científico para o estudo da natureza do Brasil e do Estado de S. Paulo, em particular."¹²⁰ Neme tornou-se o responsável pelo projeto de abrir o Museu ao público e incentivar a pesquisa com seu acervo, agora não mais em história natural, mas em um museu histórico, arqueológico e etnográfico. E, assim ele o fez, dando uma nova vida ao lugar, buscando sobretudo colocá-lo como um centro de referência entre os museus brasileiros quanto aos seus aspectos técnicos e científicos. Assim, o texto analisado representa essa perspectiva de viver um museu que tenha relação com a comunidade seja acadêmica ou civil.

Utilização cultural de material de museu é um texto relativamente longo, com 55 páginas, subdividido em três grandes partes, quais sejam: Estado **quiescente** do material de museu, Estado **latente** de material de museu, e Estado **atuante** do material de museu. Todos também com subdivisões temáticas.

Quando este texto foi escrito, o ICOM representado por seu diretor Georges Henri Rivière¹²¹, no Seminário Regional da

¹²⁰ SÃO PAULO. Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894. Aprova o Regulamento do Museu do Estado, para execução da lei n. 200, de 29 de Agosto de 1893. Regulamento do Museu Paulista. Disponível em << <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-249-26.07.1894.html>>> Acesso em: 10/03/2012.

¹²¹ Georges Henri Rivière (1897-1985) importante museólogo francês, responsável junto com Paul Rivet pelo Museu Etnográfico do Trocadéro, no qual desenvolveu importante trabalho com a coleta e exposição de acervos de arte popular. Desde a fundação do ICOM esteve ligado a instituição, inclusive como diretor interino desta no período de 1948 a 1966.

A partir de 1937 assumiu a função de museólogo no Museu Nacional das Artes e Tradições Populares. Segundo Dominique Poulot, *a museografia vanguardista - puritana sem deixar de*

UNESCO¹²² sobre a Função Educativa dos Museus¹²³ para a América Latina, sediado na cidade do Rio de Janeiro (de 07 a 30 de setembro de 1958), o definiu enquanto:

... un establecimiento permanente, administrado para satisfacer el interés general de conservar, estudiar, poner de relieve por diversos medios y esencialmente exponer, para el deleite y la educación del público, un conjunto de elementos de valor cultural: colecciones de interés artístico, histórico, científico y técnico, jardines botánicos y zoológicos, acuarios, etc. (RIVIÉRE, 1958, p.15).

Essa definição de museu que envolve a conservação, o estudo e a apresentação ao público das coleções com a finalidade de entreter e educar, passou por imensas mudanças no decorrer do tempo. É possível remeter à antiguidade¹²⁴ para explicar o nascimento do museu, entretanto, para este trabalho o interesse se dá a partir dos séculos XVIII e XIX, quando esses espaços passam a ser vulgarizados

ser elegante - inventada por ele nessa ocasião serve de modelo para uma geração de museus regionais; ela deve corresponder, em princípio, a uma cientificidade rigorosa, garantida pelas pesquisas empreendidas no âmbito de um laboratório do CNRS, o (...) Centro de Etnologia Francesa. Uma vez aposentado, Riviére imagina o conceito inédito de "ecomuseu": para alguns, verdadeira ruptura com seu estabelecimento; para outros, continuação de formas de "folclorismo" anteriores. Até sua morte, em 1985, ele exerceu uma influência considerável nas instituições internacionais e contribuiu para a difusão de uma abordagem francesa em relação ao museu de sociedade, marcada tanto por sua estética quanto pelo discurso que a acompanha. (2013, p. 21).

¹²² Una de las finalidades principales de la Unesco al contribuir al desarrollo de los museos ha sido fomentar los programas educativos de éstos, ya que constituye el medio más eficaz para presentar al público, las colecciones compuestas en su mayor parte de objetos originales. Con ese fin la Unesco ha organizado hasta la fecha dos seminarios internacionales (Brooklyn, Nueva York, 1952; y Atenas, Grecia, 1954) y un seminario regional latino-americano en Rio de Janeiro (Brasil), del 7 al 30 de septiembre de 1958, sobre el tema del papel educativo de los museos. En cada uno de esos tres seminarios se examinaron las actividades de los museos relacionadas con las diversas necesidades pedagógicas. (RIVIÉRE, 1958, p.02).

¹²³ Tradução livre para Seminario regional de la Unesco sobre la función educativa de los museos.

¹²⁴ *El nacimiento y desarrollo de los museos, su auténtica historia, están en todo caso inexorablemente unidos a la del hombre en su trayectoria sociocultural. Y el hombre, como nos recuerda y esa otra "esperanza a la inversa" que es la nostalgia. De ella, y de un espíritu religioso innegable, están teñidos tanto los orígenes como la evolución de los museos, y acaso desde el Paleolítico a nuestros días. (FERNÁNDEZ, 1993, p. 52).*

e pensados enquanto locais para entretenimento e educação da população. Estes séculos são marcados por transformações significativas como a criação das escolas públicas, o surgimento do voto universal, as lutas do operariado que determinaram melhorias significativas para a vida da população pobre, sobretudo, nesse momento na Europa, quando jornadas de trabalho serão (re)vistas, o sistema de pagamentos, e também a criação de uma nova consciência de tempo.¹²⁵

Neste contexto, o tempo livre da população também precisa ser preenchido com atividades para que a ociosidade e os vícios não tomassem conta dos trabalhadores, ocorrendo a proliferação dos parques como espaços de interação social, com locais para piqueniques, práticas artísticas e esportivas. Os museus não fogem a essa regra, eles também serão pensados enquanto locais de sociabilidades e educação para essa população que necessita de formação e controle. Contudo, cabe uma importante ressalva: essas mudanças são frutos de transformações que se deram no século anterior, quando a burguesia consegue tomar o lugar da antiga aristocracia, no entanto, essa mesma aristocracia vencida e falida em grande medida ficará bastante ressentida de ver seus objetos de

¹²⁵ Cf. RÉMOND, R. *O século XIX (1815-1914)*. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002; THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. 3ª reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2008, que embora estude o século XVIII, é essencial para as discussões do período posterior; FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 28ª reimp. São Paulo: Graal, 2010; e, do mesmo autor *Vigiar e Punir*, 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999; RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008; CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2000; POULOT, D. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013; e, do mesmo autor, também *Uma história do patrimônio no Ocidente*, São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

deleite pessoal expostos para usufruto da burguesia, e posteriormente, para uma ampla população. Assim, os museus representam, num primeiro momento, para a aristocracia, a usurpação de seus bens privados, de seus privilégios; para a burguesia, serão o acesso aos bens desejados, uma espécie de ascensão social; e, para a população espoliada, a visão de um mundo de que ela não fazia parte, e que deseja ver destruído. Logo, a história dessa instituição tem suas origens num terreno movediço e repleto de disputas. A esse respeito, Dominique Poulot realiza uma rica análise:

A ortodoxia museal descreve os efeitos positivos dos museus no espírito das reivindicações de abertura da segunda metade do século XVIII. Esses estabelecimentos permitiram, ao que tudo indica, a iniciação dos visitantes à alta cultura, até então reservada ao privilégio ou à riqueza. Em poucas palavras, eles divulgavam a cultura em condições semelhantes às que usufruíam seus proprietários ou detentores, legitimados pela tradição. A crítica, de inspiração ou de herança contrarrevolucionária - pelo menos no caso francês -, sustentava por seu turno a existência de uma desculturação: o museu alterava a cultura em nome da utilidade social e modificava as condutas legítimas sem deixar de permanecer estranho ao povo convidado a frequentá-lo. Seu encerramento, em última instância, a fim de restaurar o antigo vínculo ou, melhor ainda, sua reapropriação pelos usuários legítimos, colecionadores e amadores, seria o único meio de suprimir essa perversão ideológica, possibilitando um renascimento cultural. (POULOT, 2009, p. 23).

Diante desta crítica, que como já foi aventado, os museus não são espaços inocentes e de "simples" diversão. Luis Alonso Fernández, realiza uma detalhada descrição do que seja um museu

em fins do século XIX e início do século XX, demonstrando a rapidez com que o conceito sofreu alterações.

... Georges Brown Goode definió en 1895 el museo como "una institución para la preservación de aquellos objetos que mejor explican los fenómenos de la naturaleza y la obra del hombre, y la civilización de éstos para el aumento del saber y para la cultura y la ilustración del pueblo". En 1889, G. B. Goode se expresó de esta otra forma: "Un eficiente museo educador debe ser descrito como una colección de rótulos instructivos, cada uno de ellos ilustrados por un muy bien seleccionado ejemplar".

M. Foyles, por su arte, definía en 1929 el museo como una "institución en la que la meta es la conservación de los objetos que ilustran los fenómenos de la naturaleza y los trabajos del hombre, y la utilización de los objetos para el desarrollo de los conocimientos humanos y la ilustración del pueblo". Una descripción muy afín a la primera de Goode, y a la mentalidad decimonónica del museo, proveniente de la Ilustración, y siempre presente en la conformación del museo moderno. Suele encontrar su complemento en el aspecto museográfico - es también el caso de Goode (1889) - en concepciones como la expresada por P. Crepeau en 1934, al defender que el museo debe ser "cómodo y bello, funcional y estético, arquitectónico y plástico". (1993, p. 29).

Assim, por intermédio das citações de Alonso Fernández, percebe-se que o museu do século XIX ainda está preso ao século XVIII, aos ideais de conservação/ guarda de bens e a sua apresentação para o deleite e curiosidade do público, ligado a uma representação dos grandes salões de outrora. Germain Bazin, escreve que "a comienzos del siglo XX los museos, algunos de los cuales tienen más de cien años de existencia, corren el riesgo de morir de asfixia", e explica, "pues los locales ya no bastan para exhibir las obras que cuelgan de los muros, se acumulan en las vitrinas y

obstruyen los suelos hasta el punto de hacer difícil la circulación." (1967, p. 263). O museu era então um local com uma enormidade de peças, que acabavam por se sobrepor, e talvez satisfizessem a curiosidade do público, mas ainda não era possível realizar uma interação satisfatória com seus frequentadores.

E Bazin traz à tona uma importante questão que exemplifica a mudança que o conceito de museu vai passar poucas décadas depois: "en el curso del siglo XIX, algunas personalidades han propuesto dividir las colecciones en dos partes, una para el público otra para los conocedores." (1967, p. 263). Esta ideia apresenta na realidade a possibilidade de um novo arranjo às coleções, quando parte das obras do museu ficam expostas, e a outra parte vai para a chamada Reserva Técnica, para ser conservada e acondicionada, podendo também ser utilizada para pesquisas por especialistas. É uma nova configuração de museu, na qual será possível uma relação diferenciada com o acervo, que poderá ser fracionado, e se tornar passível de perguntas individuais. Logo, a forma de apresentar as coleções também passará por mudanças.

Esse museu comentado por Bazin e Fernández está cada vez mais distante do seu mito¹²⁶ de origem, quando pensado em relação

¹²⁶ Segundo Mário Chagas, *uma das vertentes de entendimento do vocábulo museu remete o pesquisador ao Templo das Musas (Museión), edifício principal do instituto pitagórico, localizado em Crotona (século VI a. C.). As musas, por seu turno, foram geradas a partir da união mítica celebrada entre Zeus (o poder e a vontade) e Mnemósine (a memória). (...) Avançando um pouco se pode reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por via materna são "lugares de memória" (Mnemósine é a mãe das musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder.* (2006, 30-31).

às suas funções. No entanto, quando retomamos suas "relações familiares" lembrando que sua mãe é a memória, e seu pai, a vontade e o poder, percebemos o quanto ainda está vivo. O museu é um espaço de duelo entre diferentes forças e grupos sociais em permanente reavaliação de ambos os lados, situação que nem sempre o favoreceu. E, como bem define Mário Chagas, "os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica." (2006, p. 31).

3.1.2 A MUSEOLOGIA PORTUGUESA INFLUENCIA MÁRIO NEME

No item anterior foi discutido o conceito de museu e suas modificações relacionadas ao seu contexto histórico e as transformações sociais que operavam desde o século XVIII, com ênfase no continente europeu, sobretudo na França. Uma parada se faz obrigatória nesse momento, para se discutir a museologia portuguesa de João Couto. Mário Neme efetuou diversas viagens à Portugal tanto para realizar pesquisas históricas, quanto para ter contato com a museologia portuguesa. Portanto, é essencial o entendimento do que era a museologia portuguesa nos anos de 1960, para a compreensão de sua influência na museologia adotada por Mário Neme para o Museu Paulista.

Entre as relações de Mário Neme com Portugal, está o desenvolvimento do Centro de Documentação Histórica do Museu Paulista, voltado sobretudo para o acesso a novos documentos para a escrita da História do Brasil e de São Paulo, que recebeu um grande reforço pelas viagens empreendidas em 1964, 1966 e 1969. Essas visitas destinadas à pesquisa e ao contato com os novos conhecimentos sobre os espaços de memória, como arquivos e museus, foram essenciais para a adequação do museu à "nova museologia".

Por meio das ações empreendidas, percebemos em Neme um intenso diálogo com Portugal através da "nova museologia" desenvolvida por João Couto. Este foi uma personagem emblemática para a museologia portuguesa, pois transformou a maneira de se trabalhar e pensar os espaços museológicos. Segundo Madalena Cardoso da Costa, estavam no centro de suas ações desde o momento em que se tornou conservador-adjunto até quando alçou o cargo de diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em Lisboa, "o *estudo de coleções*", bem como a preocupação com "*a educação nos museus, a conservação e o restauro, a investigação e a produção científica*", e também a "*formação de profissionais* para estas instituições, ações *que pautarão todo o exercício de sua vida profissional até meados dos anos 60, com ampla projeção no quadro museológico português.*" (COSTA, 2012, p. 137). A autora enfatiza ainda a importância que o *caráter científico* teve no museu no período pós-guerra, quando os grandes e renomados museus europeus tiveram seu soerguimento. O objetivo de João Couto é claro desde o início de suas atividades: inserir Portugal, com seus museus, no circuito de visitas e discussões acerca do assunto no contexto europeu.

A estudiosa elenca as seguintes ações tomadas por João Couto como essenciais para dinamizar o MNAA:

- Remodelação e ampliação do museu;
- Remodelação da exposição permanente;

- Criação da sala de exposições temporárias, do auditório e do gabinete de estampas e desenhos, da oficina de beneficiação e restauro, e do serviço de educação. (COSTA, 2012, p. 139-140).

Essas ações convergiam para a modernização dos museus portugueses iniciada por José de Figueiredo¹²⁷, quando este foi diretor do MNAA em período anterior a João Couto, sendo o primeiro quem subsidiou e incentivou o segundo em suas atividades. Assim, João Couto ficou conhecido como herdeiro de José de Figueiredo. Joana Baião faz uma interessante pesquisa e demonstra o quanto as decisões tomadas por Figueiredo, em 26 anos de direção do museu, convergiam para o desenvolvimento da nova museologia portuguesa por meio de ações como as descritas,

O programa do novo director para o Museu Nacional de Arte Antiga baseou-se nas alianças entre: a noção defendida pelo novo regime dos museus enquanto instrumentos de educação cultural e cívica; as preocupações com as condições em que as obras eram expostas; e a vontade de dar a conhecer e valorizar as colecções do museu, com particular enfoque para a pintura portuguesa a partir do século XV (em acordo com os discursos de pendor nacionalista tão em voga naquela época e com as discussões que desde o final do século XIX vinham sendo fomentadas no meio da historiografia da arte internacional). Por outro lado, Figueiredo queria contrariar o ciclo vicioso que se verificara até então em Portugal, relacionado com a

¹²⁷ José de Figueiredo (1871-1937) foi um intelectual de renome dos assuntos culturais portugueses, sendo reconhecido primeiramente como historiador e crítico de arte. *Após a proclamação da República em Portugal* [05/10/1910], teve papel de grande destaque em várias frentes: foi um dos mentores da lei republicana de reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos e fez parte de diversos serviços de cariz patrimonial (Conselhos de Arte e Arqueologia; Comissão de Beneficiação da Pintura Antiga; Inspetor dos Museus Regionais; entre outros). (BAIÃO, 2013). Dirigiu o Museu Nacional de Arte Antiga de 1911 até 1937.

falta de investigação sistematizada da arte nacional: a escassa actividade de investigação impedia a classificação das obras e dificultava a sua inventariação, e a falta de um inventário geral da arte portuguesa impedia que se iniciasse o seu estudo e **classificação...** (BAIÃO, 2012, p. 56-57).

Obviamente as características nacionalistas e cívicas eram fortes nos trabalhos desenvolvidos, já que a República Portuguesa estava florescendo. O reconhecimento do passado do país através da sua história da arte poderia ser um importante meio de educar a população, e para tanto, tornar-se-ia fundamental um trabalho de levantamento e estudo desse material. Desta forma, em 1911, o Museu Nacional de Arte Antiga, herdeiro em parte do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia¹²⁸, é criado e deixa para trás a aparência de *depósito*, nas palavras de seu diretor, do seu antecessor para ocupar o lugar de referência entre os museus portugueses. (FIGUEIREDO, 1915 apud BAIÃO, 2012). Essa adequação da coleção e do espaço com seus novos objetivos patrióticos nos remete ao Museu Paulista do mesmo período, que Taunay transforma no templo da história paulista, da qual por sua inferência a nação brasileira seria originária.

Essas inovações no plano da museologia portuguesa estão relacionadas também ao Congresso Internacional de Museologia, em

¹²⁸ O Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, criado em 1884, foi dividido quando da Proclamação da República Portuguesa em 1910, e seu acervo foi destinado a quatro outros espaços, quais sejam: o Museu Nacional de Arte Antiga, depositário da coleção anterior a 1850; o Museu Nacional de Arte Contemporânea (atual Museu do Chiado), que recebeu a coleção posterior a 1850; o Museu Nacional dos Coches e o Museu Etnológico Português (atual Museu de Arqueologia). (BAIÃO, 2012).

Madrid, no ano de 1934, que pautou o início das discussões internacionais sobre museus e suas ações. Este evento possibilitou a reunião de profissionais de museus com as realidades mais distantes e controversas a pensar acerca das atividades e perspectivas para esses espaços. O Office Internacional des Musées foi o órgão inicial para essas discussões, tendo dado origem ao Conselho Internacional de Museus - ICOM, criado somente entre os anos de 1946 e 1947.

Este encontro – organizado pelo Office Internacional des Musées – constituiu o primeiro momento em que profissionais de museus se reuniram para discutir exclusivamente o papel dos museus na sociedade e o seu funcionamento nas suas diversas áreas de ação, dando-se o passo que faltava para uma museologia moderna, que já vinha sendo experimentada por José de Figueiredo e por alguns dos seus congêneres europeus desde o início do século XX. (BAIÃO, 2012, p. 61).

Também Francisca Hernández avalia as conferências ocorridas em 1934, como um marco divisor de águas para a museologia internacional:

... Una nueva etapa se centra en las investigaciones sobre la museología y museografía, que abarca todo el gran movimiento museológico que tuvo lugar a comienzos del siglo XX y, de manera especial, a partir de 1934 con la Conferencia de Madrid. Y, finalmente, la etapa de consolidación del Comité Internacional para la Museología (ICOFOM) que contribuyó de manera significativa al desarrollo del discurso museológico dentro del ámbito internacional. (HERNÁNDEZ, 2007, p. 341).

E a define como:

...Podríamos añadir que la museología es una ciencia *in fieri* que se va haciendo, con un carácter marcadamente dinámico, en sintonía con las necesidades de la propia sociedad, en una constante tensión entre teoría y práctica, con una clara actitud de justificación científica y con una evidente capacidad creativa, interpretativa y reflexiva. (HERNÁNDEZ, 2007, p. 342).

Consequentemente a museologia dialoga com sua realidade como bem colocaram as autoras. Logo, a dinamicidade desta área é latente, o que é perceptível em sua trajetória no decorrer do século XX, quando os museus passaram por mudanças extremamente significativas na forma de se pensar e constituir coleções, nas maneiras de apresentação e interação com o público, sendo que este passou a ter espaço de destaque quando as exposições eram/são idealizadas. Deixando no passado a ideia do museu depósito, do amontoado de peças que continham em si mesmas significado, o museu idealizado neste novo século é didático e conta uma história, suas peças possuem um sentido alinhado a tantas outras, havendo a apreensão de um sentido para o exposto. Como podemos ler nas próprias palavras de João Couto, ao relatar o período em que assumiu a direção do MNAA, "nesse tempo o lema - o museu é uma escola - estava em começo de aplicação"¹²⁹.

Em artigo publicado na Revista Ocidente, periódico com extensa lista de contribuições suas, João Couto explica o que é um museu escola e seu objetivo, partindo da reforma do MNAA até suas

¹²⁹ COUTO, J. A basbaquice nacional. *Revista Ocidente*, Lisboa, v. LXI, mai. 1960/1962, p. 285.

primeiras atividades. "A remodelação do Museu de Lisboa¹³⁰ havia sido pensada à antiga: - um museu de arte é um edifício onde se expõem à curiosidade pública as obras de arte"¹³¹. Logo, um problema é aventado: "haviam-se planeado muitas salas de exposição onde os objetos encontrariam um meio conveniente para serem colocados e observados"¹³². Esse não era seu objetivo, a criação de salas consecutivas de exposição permanente, pois que o museu correria o sério risco de permanecer estático, e como ele mesmo coloca "um museu é uma escola"¹³³, portanto um espaço vivo. "Faltavam alguns compartimentos essenciais - uma biblioteca, uma sala de aula, uma sala de conferências, salas de exposições temporárias"¹³⁴. Com a criação desses locais o público teria frequentemente novidades para vir a ocupar o museu.

Pouco tempo depois o diretor conseguiu o que almejava, e suas salas para trabalhos educativos foram instaladas, "o museu remodelado instalou-se melhor ou pior. E tive [João Couto] o que precisava para a minha extensão escolar"¹³⁵. Assim, as atividades passaram a ser implantadas, com oficinas de gravura, sessões de cinema e palestras, entre outras atividades com grande procura sobretudo pelas crianças e jovens. Em matéria posterior sobre o

¹³⁰ Está fazendo referencia ao MNAA.

¹³¹ COUTO, J. A basbaquice nacional. *Revista Ocidente*, Lisboa, v. LXI, mai. 1960/1962, p. 285.

¹³² COUTO, J. A basbaquice nacional. *Revista Ocidente*, Lisboa, v. LXI, mai. 1960/1962, p. 285.

¹³³ COUTO, op. cit. p. 285.

¹³⁴ COUTO, op. cit. p. 285.

¹³⁵ COUTO, op. cit. p. 285.

assunto, o autor realiza uma avaliação sobre os resultados dessas iniciativas junto aos museus portugueses:

Na realidade se a obrigação de um Museu consiste, primeiramente, em adquirir novas espécies e depois na sua boa apresentação e conservação, esta não é a finalidade fundamental da sua vida.

A finalidade fundamental do Museu é, como a de qualquer escola, ensinar e educar. Consequentemente aquilo que se fizer para desenvolver esta sua diligência, deve ser protegido e animado. O serviço infantil, as lições e palestras para a juventude escolar, as exposições itinerantes estão na base desta salutar atividade.¹³⁶

Desta maneira defende como papel primordial dos museus a educação, contudo a realidade dos demais museus espalhados pelo país ainda era diferente daquele fixado na capital portuguesa.

É certo que só nos últimos anos se tem feito esforços para melhorar as condições pedagógicas dos museus. Em todo o caso, pergunto, que estabelecimentos desta natureza possuem hoje alegres salas de palestras, convidativas bibliotecas, compartimentos exclusivamente destinados a exposições temporárias.

E sem isto o Museu tem de limitar-se (o que é muito, mas insuficiente) a mostrar o patrimônio que possui.¹³⁷

É importante salientar que neste período em que João Couto foi diretor no MNAA, sobremaneira a partir dos 1950, grandes mudanças ocorreram para benefício do patrimônio português, como a criação da

¹³⁶ COUTO, J. Aspectos do panorama museológico português. Revista Ocidente, Lisboa, v. LXIII, out. 1962, p.314.

¹³⁷ COUTO, op. cit. p.314.

Fundação Calouste Gulbenkian (1956) com seus inúmeros financiamentos na área cultural, e o nascimento de seu exemplar museu com um respeitável acervo, com edifício projetado para abrigar o museu, inaugurado em 1969; a fundação da Associação Portuguesa de Museologia (1965), e a entrada do país no ICOM. À vista disso, houve gradativamente uma melhoria na qualidade dos museus portugueses e estes passaram a trocar informações e experiências com seus congêneres de outros países.

O *serviço infantil* ou *centro infantil*, diante do exposto, recebeu as atenções do diretor do MNAA como o ponto central do museu para formação de seu público. A pintora Madalena Cabral tornou-se a responsável pelo setor. João Couto publicou uma série de artigos defendendo e explicando a importância desse local dentro do museu, confrontando seus críticos a pensarem sobre os frequentadores dos museus. A presença de visitantes que aproveitassem o acervo e que retornassem trazendo outros consigo nunca foi algo fácil para os museus, e neste momento, década de 1950, está se falando também em democratizar o acesso, em retirar a aura de espaço restritivo, de local frequentado pela elite, especialmente a intelectual, dos espaços de cultura da população.

Os portugueses ainda não estão convencidos da necessidade deste esforço enorme. Mas se repararem no número diminuto de pessoas que procuram os museus, se atenderem ao pequeno interesse que os visitantes demonstram na visita, se verificarem os resultados insignificantes que provem desse esforço, convencer-se-iam da lacuna enorme que existe na

educação nacional neste particular e da necessidade de fazer qualquer coisa que nos eleve a um nível europeu.¹³⁸

Então, seu propósito é inserir definitivamente a população portuguesa jovem como público de museu, logo consumidor de cultura, fato já então reconhecido em outros países europeus. Ele escolhe o público composto por crianças e adolescentes, pois acredita que os demais cidadãos não tenham interesse no assunto: "Tenho a ideia que esta é uma causa perdida para a minha geração. Já nada há a fazer".¹³⁹ Obviamente é uma falta de atenção em relação ao assunto por não existir um incentivo anterior para este, o que estava ligado a um tipo de educação tecnicista, como o próprio aponta, mas também a um ideal de cultura elitista e sacralizado. Portanto, com a finalidade de construir um público para os museus portugueses, o setor infantil atuava de maneira aparentemente muito simples, como se lê no slogan "As crianças vem brincar nos Museus..."¹⁴⁰ João Couto elenca o processo de brincar em três etapas de entendimento para as crianças: a primeira "os museus são locais que elas podem frequentar".¹⁴¹ Por muito tempo, argumenta o autor muitas pessoas tiveram preconceito quanto à presença infantil em exposições de arte devido ao barulho, ao movimento próximo às obras (medo de

¹³⁸ COUTO, J. Monitores para o serviço de extensão escolar. *Revista Ocidente*, Lisboa, v. LXIII, jul. 1962, p. 275.

¹³⁹ COUTO, op. cit. p. 275.

¹⁴⁰ COUTO, op. cit. p. 276.

¹⁴¹ COUTO, op. cit. p. 276.

acidentes), ou mesmo que a arte fosse inacessível ao seu entendimento. Esse tipo de pensamento afastava esse público dos espaços de cultura, não só museus, mas também galerias e outras exposições, gerando um distanciamento e desconforto, como se aquele indivíduo não possuísse o direito de ali estar. A segunda etapa elencada pelo autor ocorre com a descoberta de que "os museus conservam dentro de suas paredes um número considerável de objetos que são dignos de ser vistos e apreciados".¹⁴² Este aspecto envolveu a valorização do olhar e da experiência do outro, favorecendo e incentivando leituras diversas do acervo exposto. E, num terceiro momento: "os museus não repelem a gente moça, antes fazem o possível por a atrair, por a ensinar a ver o que ali está exposto".¹⁴³ Surge a presença fundamental dos monitores como elemento indispensável de contato com os frequentadores do local. A estratégia seria promover uma interação entre os espectadores e o acervo, criar uma identidade, e por consequência chegar ao que chamamos na atualidade de educação patrimonial. Por fim, esse tipo de serviço deveria expandir-se por todo o país.

De um ponto de vista prático, o serviço infantil do MNAA necessitava de monitores e estes receberam formação tanto da funcionária Madalena Cabral, quanto de João Couto. O princípio era bastante simples, educar indivíduos jovens para dialogar de maneira

¹⁴² COUTO, op. cit. p. 276.

¹⁴³ COUTO, op. cit. p. 276.

direta e objetiva com a nova assistência que estava a nascer. Como já vimos, dificilmente um pesquisador experiente gostava de lidar diretamente com este público, pois tinha de sair de suas funções de investigação, bem como adaptar sua linguagem a um grupo totalmente desconhecido, havendo uma tensão infrutífera na visitação. Com um grupo de interessados organizado, acontecia o curso de formação de monitores dividido em aulas teóricas "de que eu [João Couto] me encarregarei, em conversas que farão rir os sábios, mas que talvez sejam úteis para principiantes," e aulas práticas com o "acompanhamento assíduo daquilo que hoje já se pratica no Museu Nacional de Arte Antiga no campo das visitas explicadas, das sessões de cinema e do Centro Infantil."¹⁴⁴

Assim, as ações desenvolvidas por João Couto dinamizaram os museus portugueses, e se tornaram vitrine para outros países interessados no modelo que obteve sucesso. Mário Neme foi um desses interessados, e como foi observado no capítulo dois desta tese, ele conseguiu implementar muitos serviços até então inéditos no Museu Paulista, obtendo sucesso. Trouxe também, de maneira efetiva e frequente, para aquele espaço, um público que João Couto sempre enfatizou como essencial para sobrevivência dos museus, os escolares. O serviço educativo do Museu Paulista conseguiu uma ótima interação com as escolas, sendo que desde 1960, assim que

¹⁴⁴ COUTO, op. cit. p. 269-270.

assumiu a direção do MP, havia dias reservados somente para a visitação escolar.¹⁴⁵

¹⁴⁵ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1960, p.08.

3.1.3 O TEXTO *UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU*

Conforme referenciado anteriormente, *Utilização cultural de material de museu* é um artigo elaborado como resultado de discussões do III Congresso Brasileiro de Museus, de 1962. Mário Neme, então relator do subsetor de História, do grupo de Artes e História deste congresso, escreveu em 1964 suas impressões acerca da situação dos museus no Brasil, e, sobretudo, denunciou a ausência de políticas públicas para esta área da cultura no país. Com a análise deste texto, pretende-se demonstrar a atualidade de suas propostas, e sua visão atuante no setor.

A análise da obra *Utilização cultural de material de museu* segue a ordem em que o mesmo foi escrito, buscando respeitar a proposta de Mário Neme sobre o assunto. Este possui a seguinte organização: item 1 - Estado **quiescente** do material de museu; item 2 - Estado **latente** de material de museu; e item 3 - Estado **atuante** do material de museu. Para uma maior divulgação e consequente conhecimento do texto em sua integridade, o mesmo se encontra anexo a esta tese.

No quadro abaixo, é apresentada a divisão que segue o texto com seus itens e subitens, na qual logo se percebe a importância que "estado latente de material de museu possui". O texto conta ainda com uma introdução ao assunto, bem como com uma justificativa da

trajetória de Mário Neme para escrever o artigo, conforme consta do segundo capítulo desta.

Quadro 9 – Itens do texto Utilização Cultural de Material de Museu.

Na parte introdutória da obra, com duas páginas, o autor explica quais são as funções de um museu, e diferencia a partir dessa escolha o que seja a "utilização **cultural** de material de museu",

daquilo que é a "utilização de material de museu". Neme define duas funções básicas para os museus, quais sejam: "a primeira a coleta de peças, organização de coleções e sua conservação; e a segunda o uso dessas coleções para os fins a que se destinam." (1964, p. 07). Portanto, segundo o intelectual, determinadas estas duas funções, "estão compreendidas todas as atividades culturais dos museus: a formação do acervo de peças e o emprego adequado desse acervo." (1964, p. 07). Assim, sua definição do que seja um museu está em perfeito acordo com as ideias promovidas pelo ICOM acerca do assunto no período, conforme debatido anteriormente, realçando a importância e aderência às propostas do Conselho no país.

Para que nos conformemos ao tema que nos foi confiado, cumpre-nos proceder a uma explanação na qual o objeto destacadamente posto em foco não seja o museu propriamente dito, nem as suas diferentes e importantes funções, **mas o conjunto de peças e coleções que se identificam como "material de museu"**¹⁴⁶. Assim sendo, a utilização cultural de material de museu deve pressupor, como fato a considerar, a posição em que se encontra este material no momento de ser utilizado. Não será demais, portanto, tentar estabelecer uma correlação entre a posição ou estado do material, num momento dado, e a modalidade de utilização que dele se faz, nesse dado momento. (NEME, 1964, p. 08).

Desta maneira, a ênfase do trabalho está sobre o "material de museu", definido pelo intelectual, como o conjunto de peças e coleções que compõem o museu. Na atualidade esse conceito de "material de museu" teria por denominação mais próxima o "objeto de

¹⁴⁶ Grifo meu.

museu" ou "***musealia***", o primeiro mais frequentemente utilizado no país. Como bem escreve André Desvallées e François Mairesse, os objetos em um museu perdem seu significado anterior e passam por um processo de resignificação, como explicam:

Os objetos no museu são desfuncionalizados e "descontextualizados", o que significa que eles não servem mais ao que eram destinados antes, mas que entraram na ordem do simbólico que lhes confere uma nova significação (o que conduziu Krzysztof Pomian a chamar esses "portadores de significado" de ***semióforos***) e a lhes atribuir um novo valor - que é, primeiramente, puramente museal, mas que pode vir a possuir valor econômico. Tornando-se, assim, testemunhos (con)sagrados da cultura.¹⁴⁷ (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 70).

Assim, o objeto de museu pode ser aquele objeto remanescente da vida ordinária que transportado para o espaço do museu recebe uma (re)valorização e (re)significação. Um ótimo exemplo para essa explicação ocorre quando levamos alunos de escolas em diferentes níveis para um museu histórico. Ao passar por uma vitrine que contém uma lâmpada utilizada no início do século XX para iluminar a primeira residência com energia elétrica da região, os alunos levam um susto ao vê-la, primeiro com as dimensões do objeto, muito maior que as lâmpadas por eles conhecidas, e num segundo momento, por aquele objeto estar ali exposto, sendo um artefato comum ao seu cotidiano, e de tão fácil acesso. Quando o monitor responsável pela visita explica o tipo de tecnologia utilizada, a dificuldade para obtenção daquele, e as mudanças que ocasionou na

¹⁴⁷ Grifos dos autores.

cidade a iluminação elétrica, a lâmpada passa a ser (re)significada por aqueles alunos, que a percebem como algum tipo de meio transformador. Portanto, um objeto retirado da "vida comum" e levado para um museu deixa de ser o que era, ou seja, ele sofre um processo de *musealização*, sendo esta uma "operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal - isto é, transformando-a em (...) musealia, em um "objeto de museu" que se integre no campo museal".¹⁴⁸

Dominique Poulot colabora com a discussão, explicando que a *vida social dos musealia*¹⁴⁹ ocorre quando "capturado em sua história, o museu materializa o espaço de espoliação, intercâmbio, citação e reescrita em que os objetos se inscrevem de um contexto para outro e trocam," quando, "necessário de denominação, dependendo de quem o possui, expõe ou empresta." (2013, p. 131). Assim, o objeto subtraído tem sua história escrita e reescrita no museu.

Definido o "material de museu", Mário Neme organizou-o em três diferentes estados dependendo de sua utilização, sendo eles: **estado quiescente, estado latente e estado atuante**. O autor aponta para o fato de que essa divisão foi realizada para facilitar e ordenar a explicação do assunto, não se tratando de uma metodologia criada para o tema.

¹⁴⁸ DESVALLÉS, A.; MAIRESSE, F. (dir.). *Conceitos-chave de museologia*. SOARES, B. B.; CURY, M. X. Trad. e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013, 100 p.

¹⁴⁹ Subtítulo inserido no livro *Museu e Museologia* de Dominique Poulot.

No primeiro item, Estado Quiescente de Material de Museu, o "material de museu" está acondicionado e posto em sua Reserva Técnica, ele não estaria exposto, e sim, guardado - numa visão simples - afastado do acesso do público visitante do museu. No entanto, na realidade, ele permanece em preparo para um uso futuro, não sendo destituído de seu valor simbólico.

Embora não estejam em uso, em uso real e atual, em uso no sentido curial do termo, elas mantêm integralmente os seus predicados, as suas aptidões, a sua capacidade de uso. Daí exatamente o valor que lhes atribui: elas valem pelo que são, pelo fato de existirem, pelos atributos que conservam. No estado quiescente em que existem e permanecem, elas são a razão de ser do museu. (NEME, 1964, p. 10).

Por conseguinte, a conservação das coleções é referida por Neme como a sua primeira modalidade de utilização cultural. "Função cultural das mais importantes, a conservação das coleções é a atividade a que por definição se destinam as instituições do gênero." (NEME, 1964, p. 10). Ele justifica a importância da conservação dos objetos no fato das coleções museais constituírem um patrimônio cultural, por isso o "material de museu" precisa ser resguardado e não tornar-se vítima de ações momentâneas que não avaliem riscos a longo prazo para as mesmas.

... queremos sugerir que numa Carta de Princípios dos museólogos brasileiros que se venha a adotar um dia seja incluído, pela melhor forma, o que diga que **a conservação das coleções, para preservação do estado original das peças e sua transmissão às**

gerações que se hão de suceder, é o primeiro e principal dever do museu.¹⁵⁰ (NEME, 1964, p. 11).

Nesta perspectiva, aborda a importância da formação de conservadores profissionais especializados em diferentes áreas para atuarem nos museus nacionais, bem como a necessidade de materiais e políticas que favoreçam o florescimento desta profissão no país, uma vez que os museus brasileiros não são equipados adequadamente, seja nas referências aos conservadores, seja no que tange aos materiais fundamentais. Mário Neme critica também os governos em diferentes níveis, quanto à indiferença e ao corte de verbas geralmente destinados à cultura, quando fazem suas previsões de gastos.

Para essa situação de deficiência e estrangulamento em que vivem os museus contribuem: a insensibilidade dos homens de governo para os problemas da cultura nacional; a inadequação do sistema fazendário dos governos da União e dos Estados à cada vez mais imperiosa necessidade de decisões rápidas no tocante à compra de interesse museológico, de maneira que os governos, juntamente com os seus Tribunais de Contas, cada vez mais se mostram mais cegos ante a relevância da missão dos museus referida à aquisição e acumulação de bens de valor histórico, artístico e científico; **a falta de noção ou consciência dos altos interesses da Cultura nos líderes das chamadas classes dirigentes e nos responsáveis pelo desenvolvimento espiritual da nação; e, em consequência de tudo isso a ausência de uma política oficial de museus, pela qual se garantisse a estas instituições um mínimo pelo menos de organização racional, de recursos em meios materiais e em elemento humano, e um mínimo indispensável de liberdade de ação.**¹⁵¹ (NEME, 1964, p. 13).

¹⁵⁰ Grifo meu.

¹⁵¹ Grifo meu.

Neme cobra liberdade de ação e algum tipo de incentivo aos museus, já que esse setor no meio cultural tende a ficar esquecido pelo poder público. Ele está combatendo não só o governo, mas também a ideia de que o museu contempla coleções "mortas", museificadas¹⁵², ou seja, estáticas, que não precisam de atenção, pois no lugar em que estão, permanecerão, por sua inatividade. No entanto, como ele bem demonstrou anteriormente, o "material de museu" está vivo e sofre permanentemente com a ausência de cuidados, podendo inclusive perder-se por meio de sua destruição física.

Denunciando, assim, a pouca atenção dada pelo poder público aos museus, o intelectual desenvolve um subitem denominado: "Sugestões para uma política de museus". Nas palavras de Neme: "A ausência de uma política oficial de museus, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, é pois o núcleo gerador de grande parte dos males de que padecem as instituições do gênero no Brasil." (NEME, 1964, p. 13). Para a criação de uma política para os museus, o autor elenca quatro quesitos fundamentais:

1. Museus "transformados em autarquias, subvencionadas pelo poder público, mediante porcentagem obrigatória sobre determinado imposto". Os mesmos poderiam ser "auxiliados

¹⁵² O neologismo "museificação" traduz a ideia pejorativa da "petrificação" (ou mumificação) de um lugar vivo. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

por organizações particulares, como entidades representativas das classes produtoras, comerciais, bancárias, e por entidades (...), e por Associações de Amigos do Museu que se viessem a criar." (NEME, 1964, p. 13). O objetivo primordial aqui é a autonomia que os museus passariam a ter para sua gestão.

2. Os museus com "maior expressão cultural, de mais rico patrimônio, passariam a fazer parte integrante das Universidades, como institutos, encaminhando-se assim para cooperar na melhoria do ensino especializado e beneficiando[-se]" com a colaboração destas. (NEME, 1964, p. 14).
3. "Os de menos campo de ação, como os regionais e municipais, se congregariam num sistema de auxílio mútuo, em redes de cooperação e assistência, sob a proteção dos Estados e dos Municípios", contando também, com a colaboração "eventual de entidades particulares." (NEME, 1964, p. 14).
4. Desenvolvimento de uma "consciência museológica". Em um primeiro momento, para que isso ocorra, os próprios museus precisam se reconhecer, ou seja, deixarem de "permanecerem entocados, inertes e refratários ao contato e ao esclarecimento da opinião pública, como envergonhados da própria desdita." Para que isso ocorra, seria necessário e fundamental a movimentação coletiva dos museólogos brasileiros, na reafirmação da "ideia de que o museu presta serviços inestimáveis e insubstituíveis na preservação e reviviscência

das tradições mais altas da Nação, serviços inestimáveis na difusão artística, na educação popular, na democratização da cultura." Também deveria ser criada uma **Semana do Museu**¹⁵³, "com o seu ciclo de publicidade na imprensa, no rádio, na televisão, no cinema, entrevistas, conferências, recepção a governadores e ministros, além de flâmulas, distintivos, paradas de escolares,(...)" e etc. (NEME, 1964, p.14).

Com estes quatro itens, muito bem definidos, Neme desenha o panorama de uma futura política para os museus brasileiros, a partir de sua experiência na organização da Exposição Histórica das Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, da década de 1950, passando pela Junta Coordenadora dos Museus Municipais do Município de São Paulo, até a direção do Museu Paulista. As propostas apresentadas indicam o amadurecimento do intelectual e um conhecimento apurado do assunto. O primeiro e o segundo itens se referem sobremaneira a sua vivência no MP e suas ações lá empreendidas, como foi visto no segundo capítulo. Já o quarto item possui uma atualidade assustadora, tanto quanto aos aspectos positivos, como aos negativos. Pois se continua a lutar no Brasil hoje por uma consciência museológica, que obviamente melhorou muito

¹⁵³ Embora Neme tenha proposto a Semana do Museu nos anos de 1960 e esta lembre a Semana Nacional de Museus, promovida na atualidade pelo Ibram, não encontramos citações que referenciem a proposta do intelectual como sua origem.

desde os anos sessenta quando o texto foi escrito, no entanto, muitos museus, sobretudo pela ausência de profissionais da área museológica, vivem como caramujos dentro de suas cascas, não estabelecendo diálogos com a comunidade do seu entorno e ou com a comunidade acadêmica.

Após o congresso (1962) que deu origem a este texto, importantes mudanças tiveram início no país na área museológica. "Em 1963, foi criada a Associação Brasileira de Museologistas (...) responsável pela realização de inúmeros fóruns, congressos, seminários, encontros e debates, e principal agente de mobilização na luta pela regulamentação da profissão de museólogo", (NASCIMENTO; CHAGAS, 2007, p. 17) (conquista que foi obtida em 1984, quando foi criado também o COFEM - Conselho Federal de Museologia¹⁵⁴). No ano de 1976, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, na cidade do Recife. "Desse encontro resultou um documento denominado **Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira**¹⁵⁵, publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e, durante longo tempo, utilizado na orientação de projetos." (NASCIMENTO; CHAGAS, 2007, p. 17).

Com a criação (1979) da Fundação Pró-Memória (FNPM), foi instalado nesta o Programa Nacional de Museus (1983), "que

¹⁵⁴ COFEM, criado pela Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

¹⁵⁵ Grifo meu.

desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros." (NASCIMENTO; CHAGAS, 2007, p. 18). No ano de 1986, "na esteira das discussões de política museológica, surgiria o Sistema Nacional de Museus. Seu objetivo: articular e apoiar financeiramente projetos museológicos." (NASCIMENTO; CHAGAS, 2007, p. 18). Com efeito, depois de 2003 a museologia brasileira passa por seu grande momento em âmbito federal, sendo alvo direto de políticas públicas desejadas desde os primeiros congressos entre os anos de 1950 e 1960 que solicitavam atenção para o assunto.

"Um dos frutos dessa ação inédita foi o lançamento da Política Nacional de Museus, em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro." (NASCIMENTO; CHAGAS, 2007, p. 22). Esta proposta de Política Nacional de Museus (PMN) foi composta pelos seguintes itens:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.¹⁵⁶

Assim, o Ministério da Cultura (MinC) foi o responsável por chamar a comunidade dos museus para formular essas políticas em conjunto, dando o primeiro passo no século XXI, para que, enfim, os museus brasileiros fossem compreendidos de maneira específica, enquanto patrimônio nacional com necessidades direcionadas. Resultado desse trabalho nasceu o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), junto do IPHAN, em 2003. Era o primeiro movimento real que levaria à criação de um instituto específico para os museus no país. Em 2009, após seis anos de funcionamento do DEMU, é criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Com a criação do IBRAM, pode-se dizer que enfim os museus brasileiros tem um instituto voltado especificamente para suas necessidades. Antes contudo, em 2004, cabe salientar que foi inaugurado o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), pelo Decreto n. 5.264 de 5 de novembro de 2004, que visava

¹⁵⁶ POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Disponível em: << <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/09/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf>>>. Acesso em: 08/06/2013.

sobretudo a articulação entre os museus do país. Com a Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, instituiu-se, também, o Estado de Museus, que promove as diretrizes para a área.

Portanto, após mais de trinta anos da publicação do texto desenvolvido por Neme, que já apontava para a necessidade de atenção específica que a área precisava, foram criados os importantes instrumentos que vem favorecendo o desenvolvimento dessas instituições. Assim, os últimos dez anos apresentam-se como os mais frutíferos para os museus em muitas décadas.

Por fim, em 2004, o MinC "aprovou o reconhecimento oficial da Semana Nacional de Museus, em maio de 2004, tornando o Brasil o país onde mais se comemora o Dia Internacional de Museus no mundo." (NASCIMENTO; CHAGAS, 2007, p. 11). Permanecendo no quesito políticas públicas, Mário Neme propôs uma "política oficial de museus" para criação e gerenciamento de museus municipais. Segundo o intelectual, após uma experiência concreta em que foi consultado acerca dos museus municipais ligados às Secretarias de Educação, quando no interior proliferavam museus "supostamente articulados com o sistema oficial de ensino primário e secundário", esse fato deveria ser revisto. Justifica sua opinião levantando o problema da ausência de estrutura que seria flagrante nesses espaços. Por isso, o estado deveria "fomentar a criação de verdadeiros museus já por ele, Estado, criados, e dispondo-se a prestar-lhes auxílio e assistência técnica e científica indispensável à

sua organização e funcionamento." Com isso, propõe a criação e manutenção de "cinco ou seis Museus Regionais, de tal modo distribuídos pelo território do Estado, que deles se pudesse dar assistência pronta e direta aos Museus Municipais de cada região." (NEME, 1964, p. 15).

O autor, ao denunciar a criação aleatória de museus pelo interior, não está se colocando contra estes, mas o que ele pretende, na verdade, é exigir que o estado venha a interferir continuamente financeiramente e com pessoal especializado para a sobrevivência destes espaços com qualidade, pois a garantia de bons serviços a serem prestados estava nos conhecimentos museológicos, bem como no financiamento possível a cada museu.

Um Museu - seja qual for o seu caráter, seja qual for o seu ramo, tem que se distinguir por duas qualidades essenciais com relação aos seus visitantes: a capacidade de impor respeito e a capacidade de despertar emoção. É da essência educativa de um Museu que, nele, a pessoa de imediato sinta estar num ambiente de seriedade, num lugar de estudo e trabalho, num recinto impregnado de evocação e dignidade. (NEME, 1964, p. 20).

Assim, para que estes museus ocupassem lugar de destaque onde estavam localizados, Neme sugere a criação de Museus Regionais que seriam polos de controle de qualidade e prestadores de serviços técnicos, para os Museus Municipais.

Estes Museus Regionais se constituiriam em centros de estudo dos vários aspectos da vida regional, e com auxílio de bom serviço de estatística poderiam continuamente fornecer um conhecimento completo das

condições de vida, da capacidade de trabalho e produção, da atividade e das possibilidades de cada região e seus municípios e, por conseguinte de todo o Estado.

Os museus regionais, que teriam ainda por função obrigatória prestar assistência técnica aos Museus Municipais, para fins de coleta, de classificação, catalogação, exposição, restauração, cópias fotográficas, microfilmes e de gravação de som - tudo sem dispersão de esforços, de recursos, de pessoal e aparelhamento técnico-científico - teriam de ser criados na conformidade de um plano de longo alcance a ser elaborado e proposto por uma comissão de especialistas. (NEME, 1964, p.23).

Logo, a proposta de Mário Neme foi ambiciosa, e previa a democratização dos serviços e conhecimentos sobre museus em todo o estado, descentralizando da capital os museus de referência, oferecendo maior respaldo aos pequenos museus municipais. Atualmente, desde 2009, existe uma cartilha do IBRAM, intitulada: *Subsídios para a Criação de Museus Municipais*, que procura oferecer os conhecimentos básicos sobre museus municipais, favorecendo o entendimento do que seja um museu, antes que ocorra a criação desse tipo de espaço sem as condições mínimas para que possa ser denominado museu, como é entendido na atualidade¹⁵⁷.

Portanto, configura o **estado quiescente do material de museu**, o cuidado que se deve ter desde a criação do museu, as políticas públicas nas quais está inserido, bem como todo o material

¹⁵⁷ Segundo a LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009, *Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.* In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm

físico e pessoal que o compõem, estando em acordo com as normas técnicas vigentes.

Saindo do estado quiescente do material de museu, passa-se à análise do **estado latente de material de museu**. Este estado é "referido à sua utilização cultural, é aquele em que as coleções, estando perfeitamente organizadas, tornam-se objeto ou meio de estudos e pesquisas." (NEME, 1964, p. 24). Desta maneira, para que esse estado seja possível, é fundamental a perfeita organização de uma coleção.

Vida latente porque esta determinada peça, em tais circunstâncias, não vive por si mesma, mas pelo estímulo que recebe; o que se verifica é uma agitação, um estremecimento, um frêmito de vida passageiro, provocado pela ação do observador; ela reage, não atua. Mas ao reagir ela sai da situação quiescente em que permanentemente se encontra e põe em funcionamento todos os elementos que, sendo-lhe os seus próprios, lhe permitem dar um testemunho, uma prova, o fio de ligação, o indício necessário, o dado esclarecedor, a informação capaz de que se vai enriquecer o estudo ou a pesquisa. Para isto precisamente ela existe como "peça de museu", como peça dotada de propriedades latentes, de valor cultural. (NEME, 1964, p. 24).

O intelectual, a partir desta percepção de que o "material de museu" será (re)significado pelo agente que o utiliza, e terá função com isto, elenca dez tópicos para estudo, sendo eles: o material de museu aplicado aos estudos; relação com o ensino universitário; serviços de bibliografia; cursos de museologia; outros cursos com material de museu; relações com o ensino primário e secundário; visitas guiadas; relações com o público; tipos de exposição pública, e

serviço de monitores. É importante salientar que os exemplos utilizados para as explicações referem-se a um museu de história.

Abaixo, a descrição de cada tópico:

1. O material de museu aplicado aos estudos: pretende-se que o material de museu seja utilizado no ensino escolar em seus três graus: primário, secundário e universitário. "O museu realmente digno desse nome é aquele que funciona como centro de estudos, propiciados e estimulados pelas coleções que possui." Desta maneira, **"O museu deveria ver, principalmente, um instituto de pesquisa."**¹⁵⁸ (NEME, 1964, p. 25). Logo, os principais usuários do "material de museu" são os especialistas, na seguinte ordem: os especialistas do próprio museu, os especialistas e estudiosos estranhos aos museus e os estudantes universitários. Assim, "o material de museu deve servir, precipuamente, ao estudo especializado." (NEME, 1964, p. 26).
2. Relação com o ensino universitário: estabelecer uma parceria entre universidades e museus. "Os estudantes universitários constituem uma classe de pesquisadores em potencial que se renova, ou se acrescenta, todos os anos." (NEME, 1964, p. 27). Como esses alunos ainda estão em formação, é possível formá-los e descobrir vocações para pesquisa em museus. As

¹⁵⁸ Grifos do autor.

parcerias entre universidade e museus não prevê subordinação de nenhuma parte, mas a autonomia de ambos os lados. Existe, ainda, a possibilidade de uso efetivo dos museus pela universidade com seminários etc. Quando ocorre o uso de um museu pela universidade, evita-se a formação de pequenos acervos na instituição, como os museus escolares, que não correspondem aos grandes acervos de um grande museu.

"Desta maneira, o museu deve estar a serviço dos estudos universitários."¹⁵⁹ (NEME, 1964, p. 31).

3. Serviços de bibliografia: criação de bibliotecas especializadas na área de atuação de cada museu. Com bibliotecas especializadas é possível a criação de bibliografias críticas (fichas de relação entre fontes, temas, livros, etc.) sobre diferentes temas, para favorecer o trabalho de pesquisadores. Para sua efetivação é necessária a contratação de quatro ou cinco bibliotecários e dois especialistas no assunto do museu (História do Brasil, Biologia etc.) para trabalharem somente com a bibliografia acerca do assunto de especialidade. A ideia de Mário Neme é oferecer um serviço especializado, que dinamize o uso dos materiais existentes na biblioteca, auxiliando os pesquisadores.

¹⁵⁹ Grifos do autor.

4. Cursos de museologia: efetivação de um curso permanente de museologia, como extensão universitária, para formação de museólogos com diferentes especializações. "Um curso permanente de museologia, (...) admitirá não só os bacharéis, licenciados e diplomados em grau superior, mas ainda todos que, formados ou não, se dediquem ao estudo da história", como também os "estudantes do ensino médio que tenham revelado decidida vocação para a matéria." (NEME, 1964, p. 36). O curso se destina a "instruir o aluno (já com suficiente conhecimento de História) sobre os problemas de planificação (...), funcionamento de museus de história, e a propiciar-lhe conhecimentos específicos, teóricos e práticos(...)." (NEME, 1964, p. 37).
5. Outros cursos com material de museu: desenvolvimento de cursos relacionados às coleções do museus (arqueologia, numismática, etc.), preferencialmente que não sejam contempladas nas universidades. Estes cursos devem ter caráter de extensão universitária ou de difusão cultural. Também, devem ser oferecidos em horários e locais alternativos "para facilitar o estudo de pessoas presas a ocupações durante o dia." (NEME, 1964, p. 39). O museu não deve disponibilizar disciplinas que a universidade ofereça, pois esse não é seu papel. "Em matéria de ensino sistemático, o museu é sem dúvida uma escola, mas uma escola da ciência da

museologia e da técnica museográfica - e nisto insubstituível."
(NEME, 1964, p. 39).

6. Relações com o ensino primário e secundário: incorporação de alunos do ensino primário e secundário nas atividades do museu, como auxiliares em atividades técnicas, ou monitores para as visitas, em ambos os casos com supervisão e formação.
7. Visitas guiadas: organização de atendimentos diferenciados para alunos em diferentes níveis de formação. Para os alunos do primário e secundário, "aulas vivas", com imagem, som e acompanhamento de monitores que estabeleçam interação com os mesmos. "Para que estes [alunos] possam aproveitar ao máximo cada lição recebida, é preciso que os professores procedam em seguida a uma série de cometimentos escolares, como questionários escritos e de viva voz, (...) etc." (NEME, 1964, p. 42). Para os universitários, visitas às exposições com acompanhamento de especialistas do museu.
8. Relações com o público: pensar a exposição do "material de museu" como algo vivo, que satisfaça a curiosidade popular. "Não basta, pois, que o material de museu seja de qualidade capaz de corresponder à expectativa do visitante: deve ainda

exibir-se de modo tal que, ao ser contemplado, pareça dotado de vida (...)." (NEME, 1964, p. 45). Assim, deve haver uma preocupação, um cuidado com o material exposto, "para que não se mostrem ingloriosamente nas vitrinas, como tristes e miseráveis defuntinhos. Basta, para tanto, imprimir um alento criador a esse ramo de atividade museológica." (NEME, 1964, p. 46).

9. Tipos de exposição pública: Neme explica as técnicas e tipos de instrumentos utilizados para montagem de diversos tipos de exposição. Demonstra, também, a importância de organização e fixação de roteiro para se montar uma exposição, bem como enfatiza a pluralidade de profissionais envolvidos com a mesma, além, da importância de possuir verba para gastos com impressões, etc.

10. Serviço de monitores: "qualquer que seja a modalidade de exposição de material de museu, exige-se para maior eficiência do serviço, ou para se possa realmente falar de utilização cultural, que os visitantes sejam auxiliados, dirigidos e esclarecidos por monitores." (NEME, 1964, p. 52). E o autor continua: "este é dos problemas de mais difícil solução no tocante à utilização cultural de material de museu." (NEME, 1964, p. 52). Embora a necessidade de pessoas para a

monitoria seja imensa, não há interesse profissional no assunto, pois para especialistas é visto como atendimento menos importante, professores não poderiam ser deslocados de suas funções para esta. Assim, uma possível alternativa seria o pagamento de pró-labore a estudantes de graduação para monitorias de curto espaço de tempo.

Com estes dez itens, Mário Neme demonstrou que o ***estado latente de material de museu*** é o uso efetivo da coleção do museu em seu contato com os diversos públicos. As referidas propostas de atuação eram aquelas que ele vinha tentando aplicar no Museu Paulista, conforme trabalhado no capítulo dois.

Por fim, o terceiro item do texto ***Utilização Cultural de Material de Museu***, o **estado atuante do material de museu**:

Dizemos "***atuante***"¹⁶⁰ ao terceiro estado que o material de museu pode assumir, em função do seu uso para fins culturais. É o que se verifica quando ele passa a agir como que por iniciativa própria, quando ele leva para fora do museu a sua mensagem de emoção e beleza, o seu poder de comunicação, a sua capacidade de instruir e esclarecer; quando ele sai em busca da curiosidade e do interesse do público, do especialista, do estudioso, em vez de permanecer, com as suas faculdades latentes, à espera de visitantes. (NEME, 1964, p. 56).

¹⁶⁰ Grifo do autor.

Esse material em ***estado atuante*** pode alcançar "três modalidades distintas de comunicação": 1 - "aquela pela qual o próprio material de museu se expõe (...)" ; 2 - "aquela em que o material de museu serve de objeto e meio para comunicação à distância, para fins de pesquisa, estudo e divulgação cultural" ; 3 - "aquela pela qual o material de museu se apresenta em imagem ou se representa, nos lugares mais diversos e distantes, valendo-se dos vários processos de reprodução." (NEME, 1964, p. 56). Neste item, as telas de grandes pintores comumente sofrem esse processo, quando são reproduzidas em livros didáticos, cartões postais, camisetas, etc., bem como são alvo de inúmeros estudos devido ao seu elevado grau de representatividade. O Museu Paulista possui em seu acervo uma das telas mais reproduzidas em livros didáticos do país, a obra *Independência ou Morte*, do pintor Pedro Américo. Alvo de muitos estudos e polêmicas, dificilmente um estudante passa pelos bancos escolares sem a conhecer.

Figura 12 - Óleo sobre tela, *Independência ou Morte!* (1888), de Pedro Américo. Dimensões: 415 x 760 cm. Acervo Museu Paulista

Quando o "material de museu" está em estado atuante, suas funções podem ser: "para estudos especializados, para os escolares e o público e para exigências das publicações." No primeiro caso, "o material de museu pode deixar, ele próprio, a sua sede, para expor-se em mostras itinerantes ou com destinos certos, para fins exclusivamente de estudo especializado." Outra possibilidade é ele "servir o material de museu de objeto e meio de pesquisas e estudos." Desta forma, o "material de museu" assume uma vida própria, sendo elemento de pesquisas. Quanto ao segundo item, *para escolares e público*, isso ocorre por meio de exposições itinerantes, nos mais diversos locais, de escolas a supermercados. Também participam desse grupo os inúmeros meios de reprodutibilidade do

"material de museu", livros, catálogos, cartões, etc. E no último tópico, *para exigências das publicações*, se refere a publicações de materiais que necessitam de todo apuro e cuidado necessário para ficarem condizentes com uma publicação de qualidade.

Portanto, *o estado atuante de material de museu* está relacionado com a vida que este material adquiri para além do museu. São materiais que adquiriram "autonomia" em relação aos demais acervos, devido a sua intensa procura por pesquisadores, por curiosos e que são reproduzidas em diversos meios.

Ao final de seu artigo, Mário Neme cita o texto do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus (1958) de Georges Henri Riviève, como um importante material para os interessados no assunto. Este é o único material citado como indicação neste artigo. Este texto de Riviève demonstra a atualidade do pensamento de Mário Neme quanto à museologia, visto ser um texto publicado no final dos anos 1950, após visita do seu autor ao Brasil que buscou apresentar neste material uma obra completa acerca dos problemas vividos pelos museus naquele momento. Este material tornou-se um importante instrumento para museus de várias regiões do mundo, devido ao seu caráter explicativo e conceitual. Embora a museologia portuguesa não seja citada no artigo de Neme declaradamente, era também o contato de Neme com o que se estava fazendo de novo na Europa. Assim, como João Couto, Neme

experimentava e adaptava ideias observadas em Portugal às possibilidades de sua realidade.

Assim, *Utilização Cultural de Material de Museu*, texto de 1962, publicado em 1964, nos Anais do Museu Paulista, é um importante artigo sobre a museologia naquele período, em que são raros os textos que apontem e proponham a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para a área da museologia. A inspiração para a escrita do material, Mário Neme, trouxe de suas experiências profissionais, mas também, de suas visitas *in loco*. Ele está dialogando também com a museologia portuguesa de João Couto, de suas vivências em Portugal, quando vai buscar novos conhecimentos para aplicar no Museu Paulista. Por fim, vemos um profissional sério de museus em ação, buscando disseminar a museologia e a necessidade de sua profissionalização.

3.2 O JORNALISTA DE DIFÍCIL ÁFRICA NEGRA

Conforme apresentado no primeiro capítulo, Mário Neme teve como uma de suas primeiras atividades a prática jornalística. Atividade essa que lhe deu o reconhecimento e a inserção no meio intelectual paulistano. Devido à importância que as matérias realizadas para o Estado de S. Paulo representaram em sua carreira, foi escolhido um livro, que originalmente estava no formato de artigos de jornal, para a realização de uma análise. Acreditamos que

tal análise possibilitaria um recorte estratégico em relação ao Mário Neme jornalista, em uma época em que ele já estava à frente do Museu Paulista. Desta forma, a seguir discutir-se-á a obra *Difícil África Negra*, um livro de denúncia na perspectiva de um jornalista reconhecido em seu período também como historiador.

Mário Neme realizou três viagens internacionais de estudos enquanto era diretor do Museu Paulista, a primeira em 1964 quando foi ao continente africano e, posteriormente, ao continente europeu; a segunda e a terceira, consecutivamente em 1966 e 1969, quando retornou a Portugal. Ambas são apresentadas pelo intelectual em seus relatórios administrativos e tiveram frutos com pesquisas publicadas em livros e periódicos. Para o desenvolvimento deste texto, infelizmente, não encontramos anotações pessoais do autor, portanto, as fontes utilizadas serão as publicadas em periódico e livro, pelo mesmo. É perceptível, após as viagens, e o contato com o material de pesquisa, uma mudança significativa na abordagem de suas obras, que passavam a ter caráter mais analítico.

A viagem realizada por Neme entre os dias 24 de maio a 20 de julho de 1964 teve por destino Angola, Moçambique e Portugal, com o objetivo de "visitar museus e arquivos históricos existentes para o estabelecimento de bases para o intercâmbio cultural e científico e para o fornecimento, pelos vários arquivos, de documentação

microfilmada de interesse para os estudos de história do Brasil."¹⁶¹

Vale lembrar que Neme já conhecia um pouco dos documentos de arquivos portugueses, porquanto nos anos de 1950, foi assistente de Jaime Cortesão para a *Exposição Histórica das Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo*, uma vez que o escritor luso enviava com frequência listas de documentos encontrados em arquivos europeus a Neme. Estes arrolamentos de fontes serviam para conhecimento dos mesmos no Brasil, bem como para verificação de similaridade em possíveis bibliotecas ou arquivos. Desta busca por parceiros para o museu e de informações para futuras pesquisas foram frutos os livros: *Difícil África Negra* (1966), *A Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais no tempo do domínio holandês no Brasil* (1968) publicado nos Anais do Museu Paulista, e a introdução e texto ao livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange*, de Gaspar Barleus (1966), além do livro *Fórmulas políticas no Brasil Holandês* (1971).

Consta de algumas referências que Neme teria recebido uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁶² para realizar suas

¹⁶¹ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU PAULISTA, 1964, p. 1.

¹⁶² Desde a década de 1950, quando foi criada a Fundação, foram distribuídos auxílios para investigação científica a pesquisadores interessados em estudar Portugal e demais comunidades "lusófonas", assim como a população Armênia, origem de Calouste Sarkis

investigações, contudo, não conseguimos localizar o processo da concessão do financiamento junto ao arquivo da Fundação¹⁶³. A informação da bolsa aparece na contracapa de seu livro *Difícil África Negra*, bem como no *Jornal o Estado de S. Paulo*, de primeiro de março de 1972, p. 18, quando uma matéria narra a trajetória do intelectual que estava por aposentar-se após 32 anos de serviços prestados. Segundo a notícia, Neme foi "detentor de uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, [e] realizou na Europa pesquisas nos arquivos de Lisboa, Sevilha, Paris e Haia." Em seu relatório anual do Museu Paulista de 1964, não há comentários sobre a bolsa, somente sobre a visitação a Angola, Moçambique e Portugal. Talvez as visitas a Sevilha, Paris e Haia não fossem para serviços como Diretor do museu, por isso não há referência a elas nos relatórios.

Com leituras alinhadas ao que se estava produzindo naquele momento junto à antropologia cultural, e a história com um forte caráter de crítica social, percebe-se nos escritos pós-viagem um amadurecimento e grande simpatia por autores como Arnold Toynbee, assim como pelos antropólogos Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e Robert Lowie. O relato de sua experiência africana está impresso num texto jornalístico que revela cuidado para compreender os povos, e, da mesma maneira, o apuro em relacioná-la às leituras e

Gulbenkian fundador da instituição. In:
<http://www.gulbenkian.pt/Institucional/pt/Fundacao/HistoriaEMissao?a=22>

¹⁶³ Em 2012 realizei pesquisas nos Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian, com bolsa concedida pelo Instituto Camões e pela Cátedra Jaime Cortesão/USP. Nesse período encontrei referências a outros bolsistas da Fundação em livros e relatórios, contudo não há menção no material consultado ha uma bolsa oferecida para Mário Neme.

abordar a situação presenciada. Observação que se estende as demais obras do autor.

3.2.1 O LIVRO *DIFÍCIL ÁFRICA NEGRA*

O livro *Difícil África Negra* é fruto de "seis longos artigos publicados no matutino "O Estado de S. Paulo", em fins de 1965, [quando] demos conta aos leitores de como encarávamos os problemas que estão na base de todas as atribuições da África Negra" daquele momento. (NEME, 1966, p. 5). Essa obra apresenta as experiências de pesquisa e observação, como também apresenta ***extensa bibliografia*** que o autor consultou "em 1964, em fase preparatória [da] viagem à África, ministrando lições de antropologia cultural, muitas delas revigoradas a seguir em contatos pessoais com povos nativos do grande continente" (NEME, 1966, p. 5). A sugestão da reunião dos artigos em livro foi realizada por Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e por João Cruz Costa, personagens que compõem o amplo círculo intelectual no qual Mário Neme estava inserido, e que são referenciados como mestres em outras obras.

Após o duro choque com a realidade observada *in loco* no continente africano, Neme desabafa:

E tão absorventes e explosivas se tornaram [as ideias], que não tivemos outro remédio senão divulgá-las por escrito, para não soçobrar ao peso de incurável pesadelo. (...)

A causa do pesadelo, quase uma angústia na verdade - do qual não nos livramos de todo com tal processo de

cura - provém da nossa mais íntima convicção de que no fundo desses problemas e atribulações jazem questões que não serão resolvidas a não ser com a imposição de penosos e prolongados sacrifícios a sucessivas gerações dos povos autóctones negro-africanos.

Dessa causa resultaria naturalmente o acento de pessimismo que o leitor vai encontrar nas páginas que se seguem e que talvez venha a considerar exagerado. Se esse for o caso, será sem dúvida por não termos podido superar as emoções, e, mais que as emoções, um fremente sentimento de frustração ante a tragédia que vemos abater-se sobre a África Negra - quando precisamente nos propúnhamos examinar e expor os dados recolhidos em diferentes fontes e campos de pesquisa com a isenção de espírito e a fria objetividade do analista de gabinete.

(NEME, 1966, p. 5-6).

A experiência da viagem não ficou no passado, quando Neme avalia suas pesquisas, as memórias tornam-se ainda mais vivas e a necessidade de expor e buscar alternativas e/ou soluções para a dura realidade é ainda mais presente. Fato interessante, posto que em suas obras anteriores, e em particular aquelas de história, de caráter científico o distanciamento e a busca da objetividade, inspirados na Escola Metódica francesa, são os referenciais do autor. Neme estava à margem da história dos Annales, como vimos, seja vinculado à Escola Metódica, seja à identificação com as filosofias da história, como as de Toynbee. Assim, *Difícil África Negra* é marcado como obra jornalística, e pela primeira palavra do título, é perceptível o tom que permeia a obra.

Figura 13 - Imagem da capa do livro

Figura 14 - Imagem da orelha do livro

Logo que vemos o livro, sua capa causa impacto. Esta foi confeccionada a partir de uma gravura em água-forte de Francesc Domingo¹⁶⁴, artista plástico oriundo de Barcelona, que nos 1950 mudou-se para São Paulo. Em 1965, Júlio de Mesquita o contratou para fazer os retratos de personalidades ligadas ao jornal O Estado de S. Paulo, provavelmente a gravura comentada seja deste mesmo período. A imagem empresta força e densidade ao livro que em sua monocromia e imagem geral sem grandes detalhes das feições dos três personagens, remete à informação de amplitude que dialoga

¹⁶⁴Ver:

http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=1794. Acesso em: 10/01/2014.

muito bem com o conteúdo textual. É possível, por informações obtidas em jornais¹⁶⁵, que o livro viesse a possuir outras imagens em seu interior, contudo isso não ocorreu. Há somente outra água-forte de Domingo na orelha do livro, com a imagem de três mulheres que parecem representar três fases da vida. Constam, como imagens anexas ao texto, um mapa do continente africano e cinco tabelas informativas.

Quadro 10 - Organização interna do livro *Difícil África Negra*

Subtítulos do Livro <i>Difícil África Negra</i>	
1 - África Negra, um mundo em efervescência	
2 - Sociedade sem diferenciação	
3 - As elites e as massas	
4 - Reversão de atitudes	
5 - Sentido das mudanças	
6 - Revolução social	
7 - A família Tribal	
8 - Poligamia e laços familiares	
9 - Influência do Islamismo	
10 - Tribalismo versus Estado	
11 - Desmoralização do "soba"	
12 - Fórmulas políticas inadequadas	
13 - Autocolonização e socialismo	
14 - A propriedade no regime Tribal	
15 - Necessidades urgentes	
16 - Regime de trabalho Tribal	continua...

¹⁶⁵ Ver O Estado de São Paulo, de 11 de junho de 1966, p. 40.

17 - Cooperativismo e socialismo
18 - A mulher nativa e a instrução
19 - Malogro nos planos escolares
20 - Distorção nos princípios da educação
21 - África Contemporânea: dados geográficos, políticos, militares e econômicos

Fonte: NEME, M. *Difícil África Negra*. São Paulo: Ed. Coliseu, 1966, p. 123.

O conteúdo do livro é dividido em 21 subtítulos que tratam de questões diversas sobre a sociedade, a política, a religião de forma geral, buscando dialogar com a bibliografia apresentada ao final do mesmo. O texto apresenta-se segmentado em diversos ensaios interligados, e traz algumas citações em seu corpo. O autor delimita a área de abrangência de sua escrita da seguinte maneira:

A África a que se refere este trabalho é aquela que se localiza no coração do continente, a África Negra por excelência, limitada ao Norte pelo grande deserto, em algumas áreas nele penetrando, e ao sul pelas fronteiras de Angola, da ex-Rodésia do Norte e de Moçambique, numa linha imaginária e sinuosa que liga o Atlântico ao Índico. (NEME, 1966, p. 7).

Figura - Mapa da área referenciada por Mário Neme no livro *Difícil África Negra*. Material elaborado a partir do mapa existente no mencionado livro, sendo que a parte colorida foi uma intervenção realizada pela autora desta tese.

Esses países tratados por Neme são, em grande parte jovens ex-colônias europeias que tinham se tornado independentes havia pouquíssimos anos, tais como a Zâmbia - ex Rodésia do Norte -

(1964) e o Congo (1960). Nas décadas de 1950 e 1960, essas regiões estavam vivendo um processo, que seria longo e árduo, de definição, física, econômica ou social. Desta forma, a região era bastante instável por motivos diversos, desde os interesses dos grupos que se formaram com as independências e as possibilidades de comando dentro dos seus recém instituídos países, até a vida da população com seus inúmeros grupos étnicos, envolvendo a relação delicada entre o campo (tradição) e o urbano (moderno). (LINHARES, 2004 e MAZRUI, 2010).

Neme inicia o texto apresentando a África Negra, e explicando como o continente era abordado pela imprensa, enfatizando as lutas políticas pelas independências, com "notícias e comentários que mostram desde logo, mesmo ao leitor menos avisado, procederem de um mundo em efervescência." (NEME, 1960, p. 8). E, elucida qual sua percepção acerca dos problemas enfrentados pelo continente, "no fundo das incessantes desordens que sacodem a África Negra existem questões mais graves do que as lutas entre grupos e partidos, existem questões que se prendem ao próprio estágio sociocultural da humanidade que a habita." (NEME, 1960, p. 8). Assim a questão central está na maneira de viver da população africana no regime tribal, pois quando avalia o mesmo dentro do contexto crescente dos países estruturados ao modo ocidental - conforme observa -, assinala o antagonismo entre as formas sociopolíticas de organização. Portanto, a discussão passa, em boa medida, pela decisão

inadequada de impor ao continente a criação de nações ao modo ocidental.

Há, assim, um fato básico que podemos identificar como a causa primária de todas as inquietações que lavram nos novos países a África Negra: existem em cada um deles pequenos grupos dirigentes que formam uma ***minoría ocidentalizada***, demograficamente não significativa, mas que é uma única parcela da população em condições de se adaptar ao tipo de organização jurídico política que esses países acabaram por estabelecer, tanto por cópia como por imposição das antigas metrópoles europeias ou de órgãos de tutela da ONU. Mas as instituições políticas adotadas do Ocidente não se ajustam à maneira de ser (de viver, pensar e fazer) da ***maioría esmagadora das populações nativas africanas***.¹⁶⁶ (NEME, 1960, p. 9).

Deste modo, o autor indica o constante jogo de forças entre as formas de organização do ocidente em contraste com a maneira de organização tribal. Essa questão permeia todo o livro e é abordada nas observações sobre as diversas esferas da vida do povo africano, desde os casamentos até a religião. Para esta discussão o intelectual dialoga sobremaneira com os antropólogos Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss, embora outros também sejam citados. Ele não escolhe declaradamente um ou outro para debater, mas relaciona ambos no decorrer da obra, ainda que seja perceptível sua simpatia maior pela teoria de Bastide. Para este último, a cultura nunca pode ser pensada dissociada dos aspectos sociais, destarte as "relações culturais devem (...) ser estudadas no interior dos diferentes quadros de relações sociais que podem favorecer relações de integração, de competição,

¹⁶⁶ Grifos do autor.

de conflito, etc." (CUCHE, 2002, p. 125). Destas situações, "os fatos de sincretismo, de mestiçagem cultural e até de assimilação, devem ser recolocados em seu contexto de estruturação ou de desestruturação sociais." (CUCHE, 2002, p. 125). Pensando nessa mestiçagem cultural, o autor aborda a aculturação como um "fenômeno social total"¹⁶⁷, que se dá não somente de uma cultura para a outra, mas de forma recíproca, embora em estágios diferentes. Com esta observação cunhou dois termos, quais sejam "interpenetração" e ou "entrecruzamento" no lugar da expressão "aculturação", que recebeu críticas também da abordagem de Lévi-Strauss.

Para Lévi-Strauss existem categorias fixas nos modos de fazer humanos, e por isso mesmo, mensuráveis. Segundo Denys Cuche, o desejo da antropologia estrutural desenvolvida pelo autor "é localizar e repertoriar as "invariantes", isto é, os materiais culturais sempre idênticos de uma cultura a outra, necessariamente em número limitado devido à unidade do psiquismo humano." (2002, p. 98). Consequentemente esse tipo de abordagem busca elementos culturais universais, e vê no processo da "aculturação" uma grande perda, já que o processo leva a um distanciamento de sua origem.

Ambas as propostas da antropologia foram vistas com muito interessantes para Neme, pois buscam nos aspectos sociais as explicações e elaboram critérios que podem ser aplicados em sua

¹⁶⁷ Termo utilizado por Marcel Mauss, incorporado por Bastide. (CUCHE, 2002, p. 127).

leitura acerca da África Negra. São abordagens amplas; todavia, entre a diversidade social aparente de Lévi-Strauss e a diversidade possível de Bastide, o autor acaba ficando com a segunda opção, pois, segundo a ótica de Neme, o que ele relata em *Difícil África Negra* está muito distante de ter um único resultado possível, ou imaginável, devido a sua diversidade e estágios diversos em desenvolvimento.

Para a discussão histórica, o intelectual traz à baila Arnold Toynbee, com seus estudos comparativos sobre as civilizações como processos cíclicos, o que o distancia da perspectiva dos historiadores profissionais, formados pela universidade. Segundo Le Goff, para Toynbee existem "desde o início da humanidade, 21 civilizações, as quais passam por três fases sucessivas de gênese, maturidade e declínio, segundo uma lei de "challenge and response"¹⁶⁸, capacidade de responder aos estímulos exteriores e interiores." (2011, p.139). Essa ideia de responder aos estímulos para superar obstáculos será recorrentemente utilizada por Neme, que detecta os problemas gerais e busca nas decisões propostas para estes os seus impactos. Por exemplo, quando questiona os nacionalismos, tão frágeis, no continente. Logo, o intelectual escreve num misto de tristeza e esperança, com base nas teorias de Toynbee e Bastide, que apontavam para possibilidades futuras positivas.

¹⁶⁸ Grifos do autor.

...reconhecendo como um dos modos de desenvolvimento da humanidade o aspecto "cíclico", Toynbee matizava-o com outro aspecto igualmente importante - o modo de desenvolvimento progressivo. Se as civilizações podiam decair, também tinham a possibilidade de serem bem-sucedidas em uma espécie de "luta pela sobrevivência", bem ao estilo darwinista, na qual desempenharia papel importante um mecanismo de "incitação e resposta" que seria o verdadeiro motor das civilizações...

(BARROS, 2009, p. 225).

Toynbee modifica sua teoria quando escreve o 6º e o 7º volumes de *A Study of History*. Primeiramente, ele defendia que as civilizações eram uma resposta humana a um desafio da natureza. Num segundo momento, passa a entender as civilizações a partir do papel das religiões. As civilizações passam a ser um caminho para um futuro promissor, são "um esforço para criar uma forma de sociedade na qual toda a humanidade será capaz de viver em conjunto harmoniosamente, todos como membros de uma família que abrange tudo." (TOYNBEE *apud* HUGHES-WARRINGTON, 2004, p.357).

A teoria das civilizações de Toynbee sofreu diversos ataques, tornando-se o mais famoso golpe aquele proferido por Lucien Febvre, que sintetiza *de um modo um tanto "malvado"*, como bem salienta Le Goff, que a teoria do inglês "pode ser resumida com a fórmula do velho bibliotecário ao responder a um xá moribundo que desejava conhecer a história inteira no último minuto de sua vida: 'Meu Príncipe - disse a ele o sábio ancião -, os homens nascem, amam e

morrem'"¹⁶⁹. (LE GOFF, 2011, p. 140). Desta maneira, foi acusado por seus contemporâneos, e mesmo depois, de realizar uma filosofia da história, ou algo do tipo, mas nunca uma história científica. Apesar de Neme estar na "vanguarda" da reflexão museológica, anteriormente comentada, ele estava na contramão dos autores adotados na Universidade de São Paulo. Le Goff condensa de forma interessante seu ponto de vista, afirmando:

A história à moda de Toynbee, apesar de suas seduções, da amplidão de seu olhar, de seu desejo de totalidade, essa história confusa, feita - obrigatoriamente - de terceira mão em grande parte e baseando-se numa filosofia barata, não é a nossa. (LE GOFF, 2011, p. 140).

Já Leonard Krieger realiza uma análise sobre o trabalho de Toynbee e seus críticos, relativizando as críticas e dando evidência aos aspectos positivos da obra do autor que escreveu entre os alemães do historicismo, de um lado, e os franceses dos *Annales*, do outro.

O que é preciso admitir, portanto, além das restrições às generalizações impostas por Toynbee, proferidas contra ele por historiadores com uma tendência historicista individualizante, é que, enquanto ele prosseguia, e enquanto, de fato, sua convicção quanto a uma intervenção divina nos assuntos humanos crescia, sua admissão da qualidade intrusiva das generalizações e de sua gênese vitalista evoluía rapidamente. Sua ênfase vinha de dentro para fora no que diz respeito ao processo histórico para a validação de suas generalizações históricas. (2013, p. 240).

¹⁶⁹ Grifos do autor para referenciar artigo publicado em 1936 na *Revue de Métaphisique et de Morale*.

A África Negra descrita por Neme está mergulhada na "luta pela sobrevivência", num embate de difícil solução quando se trata da organização social de seus povos. Como vivem em grupos tribais, a coletividade está acentuada, diferentemente dos grupos ocidentais em que a individualidade e a organização em classes sociais é imperativa. Para o intelectual, esta seria a chave da questão: como propor o trabalho e a propriedade individual a um grupo cujas necessidades estão presas às condições coletivas? Nas palavras do autor, (...) o "africano não encara o trabalho como um dever moral, não tem do trabalho o conceito de necessidade social como é entendido pelo europeu; nem compreende que seja pelo trabalho que o homem se dignifique." (NEME, 1966, p. 14). Assim, para ele são conceitos culturais completamente diferentes, que perpassam a religião, que separa os africanos em suas sociedades tribais dos ocidentais em suas sociedades de classes.

E, falando acerca dos governos que estavam sendo criados, Neme observa:

É impossível, na verdade, dizer se estas instituições serão um dia menos artificiais do que hoje para as sociedades africanas. A moderna evolução de países que sofreram influencia aculturativa do Ocidente, países tão diferentes como a Índia e a China, autoriza a prognosticar que a África Negra, no tocante às características futuras de sua civilização, não será uma simples projeção ou apêndice da Europa, por mais profundamente que nela se incrustem traços culturais dos povos europeus. As experiências conhecidas levam a prever que aí a sociedade autóctone poderá ser amplamente modificada, mas nunca destruída de todo. E quanto às fórmulas políticas - que necessariamente terão de decorrer da estruturação social e econômica

que acabará prevalecendo - é fora de dúvida que no momento em que as condições internas, livres de injunções de fora, lhes propiciarem uma oportunidade, as populações nativas da África Negra terão o que dizer de suas inclinações, de seus desejos, de seu destino. (NEME, 1966, p.16).

Portanto, por comparação com dois países de grandes proporções não só territoriais, e com inúmeros traços culturais comuns, tidos desde muito tempo como exóticos, o autor compreende que dificilmente a África Negra perderá de todo suas características que a distinguem dos demais países ocidentalizados. Entendendo, além disso que a aculturação nunca é completa, mas, como define Bastide, interpenetrada/entrecruzada. Disso Neme tem um exemplo claro quando define os trabalhadores ocidentalizados africanos dos centros urbanos, que mesmo trabalhando continuamente nas cidades como funcionários públicos e/ou profissionais liberais, retornam de tempos em tempos para sua tribo para cumprir suas obrigações "comunais ou clânicas".

Embora vivendo ao estilo europeu, pelo gênero de trabalho a que se dedicam, pela habitação, alimentação, vestuário, pelo convívio social e atividade intelectual, não conseguem [os trabalhadores] romper de todo suas ligações com a cultura nativa, especialmente pelo lado dos valores espirituais. (NEME, 1966, p. 21).

Os valores mais íntimos dos grupos são mantidos, mesmo com a entrada de uma cultura massificadora como a ocidental. Por conseguinte, diversos traços culturais não poderão ser suprimidos dos grupos, ainda que o sistema político seja transformado. Num outro

momento, o intelectual define como a aculturação acontece no continente, explicando que o processo não ocorre necessariamente com a presença do branco, nem diretamente pelas elites dirigentes formadas na e pela sociedade ocidental, enquanto "organismo social", mas de maneira indireta, "como indivíduos, educadores, sacerdotes, sanitaristas, ativistas políticos, agindo consciente e deliberadamente para esse fim, como faziam os brancos." (NEME, 1966, p. 28).

Sobre o papel da educação, neste contexto, Neme faz uma abordagem interessante citando a Conferência Geral da UNESCO de 1957, "que recomendou a adoção da educação de base para os países subdesenvolvidos" (NEME, 1966, p. 38), como um instrumento para sanar as dificuldades encontradas naquela região, pois que as ***instituições educativas*** levariam as pessoas a reverem sua condição socioeconômica, ou nas palavras da própria UNESCO, citadas por Neme,

compreender os problemas do meio em que vivem, bem como os seus deveres de cidadãos e de indivíduos e ao mesmo tempo capacitando-os a adquirirem um conjunto de conhecimentos e de aptidões que lhes permita melhorar progressivamente as suas condições de vida e participar ativamente do desenvolvimento econômico e social das coletividades a que estão ligados. (UNESCO apud NEME, 1966, p. 39).

Mário Neme enfatiza a questão, apontando criticamente a proposta final que está em discussão: "já não há como não desconhecer que é toda uma assembleia mundial a estatuir que as conquistas materiais devem estar na primeira linha dos programas de

promoção social." (NEME, 1966, p. 39). Portanto, a força econômica vem à frente de qualquer decisão prevista para o continente, e as questões culturais cujas variantes poderiam pôr em perigo o progresso econômico sofreriam transformações pelos indivíduos que trazem o novo para as aldeias. Um sistema bem articulado de aculturação, ou de ocidentalização. Neme busca compreender este fenômeno discordando de muitas atitudes tomadas contra o povo das aldeias por seus governantes, bem como contra políticas internacionais de destruição das culturas locais.

De modo igual, a educação é um dos temas centrais do livro, pois na perspectiva do autor essa é a única saída possível para que a África Negra consiga superar suas dificuldades. Ele vai pontuando inúmeras vezes que a democracia que se deseja para o continente só é realizável com a superação de obstáculos como o acesso à informação, e a objetividade no campo econômico. Obviamente, Neme está contradizendo os interesses das elites políticas que norteiam o debate para uma educação mecânica, e uma economia imersa numa mescla, entre o cooperativismo e o comunismo. De forma breve, o autor aponta que segundo muitos políticos locais, o sistema de produção tribal de subsistência deveria ser defendido como um sistema de cooperativas, e por ser uma produção do grupo para si mesmo, seria um tipo de comunismo ou socialismo. As duas ideias distanciam-se muito da teoria, como aponta o autor, mas os equívocos seguem, pois os governos na maioria dos casos não

pretendem uma reforma estrutural, apenas, uma reforma que lhes dê entrada no mundo ocidental. As teorias são moldadas de acordo com as conveniências das elites locais.

Acerca das necessidades sentidas por cada região, e das decisões tomadas por seus governantes, Neme explica:

Mas como as exigências imediatas das atividades da produção agrícola e industrial, do comércio e da administração, representam as necessidades mais sentidas, porque de repercussões mais diretas no funcionamento dos negócios públicos e privados, dirigentes e especialistas estão sendo compelidos a seguir um rumo que acabará por provocar grave distorção nos princípios formativos da educação; estão sendo levados a adotar, com absoluta prioridade, programas de preparo de pessoal para as diferentes tarefas do trabalho manual, mecânico e burocrático, evitando aplicar recursos e tempo para o *mero* aperfeiçoamento moral e o *mero* enriquecimento cultural do homem africano¹⁷⁰. (NEME, 1966, p. 106).

Se a educação ajudaria fortemente o soerguimento socioeconômico da África Negra, o catolicismo seria seu aliado contra o islamismo nesta iniciativa. Neme defende o catolicismo como a religião do ocidente, enquanto o islamismo reafirmaria muitos dos preceitos tribalistas, **que em sua visão, estaria “atrasando” o** processo de crescimento do povo africano. Entre estes preceitos estavam a poligamia, a *pujança econômica* associada ao número de filhos e o fortalecimento dos laços familiares. Segundo o autor, essas características prendiam os grupos ao campo, ao tribalismo, à coletividade, exercendo forte oposição à transferência dessas pessoas

¹⁷⁰ Grifos do autor.

para as cidades, para terras privadas com produção individual, fazendo com que a economia continuasse sendo realizada por meio das trocas. Logo, experiências de vida que não se inseriam na nova dinâmica necessária para a criação de uma nação. Conceito que norteia todo o pensamento de Neme, e que o coloca no campo oposto do colonialismo europeu, em especial o português. Com efeito não se notam traços de exaltação ao colonialismo nessa obra, nem **tampouco qualquer filiação ao “luso tropicalismo”**. Todavia, Neme parece ver a África Negra sob a ótica europeizante, como se vê em sua visão do catolicismo, por exemplo. Além disso, ao contrário dos rumos tomados pelo pensamento de Gilberto Freyre, Neme mantém o foco nas possibilidades de continuação a uma filiação democrática, como se vê talvez na perspectiva liberal e ao menos em parte, do jornal O Estado de S. Paulo.

Ao explicar o papel da família e da mulher na sociedade africana, o intelectual argumenta que a introdução do catolicismo na África Negra seria útil,

dessa maneira, uma moderação seria de esperar se ocorresse mais extensa e rápida disseminação da religião cristã, mas isto mesmo socialmente em parte porque o cristianismo, opondo-se embora ao casamento múltiplo, não aprova os métodos anticoncepcionais e a rigor sequer admite orientação no sentido de limitação dos filhos. O cristianismo, todavia, vai perdendo a batalha com o Islã em todo o grande continente, pois, como já vimos, o islamismo avança a passos largos também na África Negra e é religião favorável à poligamia. Essa difusão do islamismo, juntamente com o revigoramento da poliginia e do ideal da prole numerosa, é um desenvolvimento que merece reflexão, tanto pela grave conjuntura que pode

acarretar de irremediável carência de alimentos, como pelas suas possíveis implicações de ordem político-social. Como tem acentuado pensadores e sociólogos com relação às civilizações islâmicas, no quadro das quais o grande número de filhos é um dos maiores galardões do homem casado, base de sua pujança econômica e influência social, também na África Negra a maior prole determina maior prestígio e poder, constituindo-se assim num óbice à livre circulação das elites e, portanto, à instauração de regimes democráticos. (NEME, 1966, p. 82).

Claramente, Neme está dialogando com a teoria de Toynbee. Desta forma, o catolicismo viria a colaborar para o desenvolvimento e criação de elites formadas pela educação ocidental, que trariam, enfim, a democracia para os países recém instituídos. Enquanto, por outro lado, ocorre a oposição ao islamismo, já que este reforçaria o modo de vida tribal.

Em uma fala da série de entrevistas dadas por Toynbee, entre os anos de 1972 e 1973, a G. R. Urban, da Rádio Free Europe, o intelectual faz uma importante análise da situação dos países **africanos criados nas "últimas décadas", quando perguntado acerca do nacionalismo em sua obra mais conhecida.**

Se examinarmos a África, por exemplo, veremos que os erros e tragédias do nacionalismo europeu estão se repetindo de formas bastante cruéis. Os africanos podem eleger que "os ocidentais são muito poderosos; eles nos conquistaram e dominaram militar e culturalmente. O nacionalismo era seu modo de vida, e, portanto, o nacionalismo deve ter sido o segredo de seu poder - logo, se formos nacionalistas seremos tão poderosos quanto eles." Esse tipo de pensamento contém muitas falácias lógicas, mas explica porque os africanos se tornaram nacionalistas de forma tão pouco crítica. Eles não compreenderam as consequências fatais do nacionalismo sobre a civilização ocidental.

Imaginaram-no como um talismã de poder. Eles não sabem o que estão fazendo quando adotam ideias ocidentais ou quando tentam intimidar nações ocidentais. (TOYNBEE, 1981, p.72).

Conforme anteriormente citado, os “nacionalismos” da África não foram simplesmente uma decisão dos africanos, houve também interesse internacional para que as jovens nações fossem constituídas, e organismos internacionais tiveram presença ativa neste processo. Por outro lado, é notável observar essa perspectiva que crê numa inocência dos povos não europeus, e a simples repetição das ideias. Nesse sentido a antropologia cultural favoreceu Neme, que conseguiu relativizar mais claramente o posicionamento da população negra africana.

Assim, é importante salientar que Difícil África Negra foi uma obra do seu tempo, que na atualidade merece reservas quanto às propostas apresentadas, mas que condensa de forma clara, objetiva e crítica muitas das propostas de “melhorias” para o continente africano, que foram pensadas e realizadas, em sua maioria, de “fora” para “dentro” do continente. Esta obra representou, principalmente, as angústias do intelectual que viajava deixando para traz seu país numa grave crise política, para conhecer, estudar e trabalhar, num continente que também vivia tempos obscuros, e no qual são recolocados, em termos novos, os dilemas relativos à diversidade cultural, à ocidentalização e ao desafio de continuação de regimes democráticos e nacionais.

Desta maneira, as viagens que propiciaram os dois materiais aqui analisados. O texto sobre os museus e o livro sobre a África colaboraram para a formação múltipla deste autor de escritos tão diversos, sendo então possível a afirmação de que Mário Neme manteve-se, ao longo do tempo, como um *intelectual polígrafo*. Sim, intelectual enquanto homem de letras afinado com seu tempo, que tem como matriz para seus escritos as necessidades sociais, e que se coloca como agente de denúncia dos fatos que passam despercebidos pelos menos "atentos", ou menos preocupados, e que busca atuar no meio social que convive, recusando-se a ser somente figurante do lugar que ocupa. Polígrafo, devido à variedade de atividades exercidas, e sempre com seriedade e afinho, elemento sempre presente nas funções assumidas por Neme, e reverenciadas por seus amigos. Logo, estes dois textos analisados representam um posicionamento acerca da preocupação com o museu, seu trabalho, mas também com todos os demais museus que necessitam de balizas para seus trabalhos e precisam de organização para lutar por sua profissionalização. Por outro lado, escrever sobre a África Negra, além de denunciar os desmandos cometidos contra a população do continente, era também falar dos impasses de construção de uma nação no Brasil, num momento em que ele estava mergulhado em uma ditadura militar, com uma sociedade que aumentava suas desigualdades, reproduzindo, em nova escala, a miséria.

Figura 15 – Fotografia de Mário Neme retirada da contracapa do livro *Difícil África Negra* de 1966.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.*

*Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.*

Eta vida besta, meu Deus.¹⁷¹

Carlos Drummond de Andrade

Este trabalho pretendeu compreender a trajetória intelectual de Mário Neme, um "moço" saído de Piracicaba que se tornou intelectual renomado em seu tempo, convivendo com os grandes nomes da intelectualidade paulista do século XX. Neme construiu sua história de acordo com os antigos padrões dos *intelectuais polígrafos* que desenvolviam inúmeras funções ao mesmo tempo, afim de obter um espaço no meio intelectual e reconhecimento, bem como meios de sobrevivência, já que no caso do piracicabano, este não possuía família com poder aquisitivo para "banciar" sua vida na capital. Assim, Neme lançou-se ao mundo - leia-se a São Paulo, que queria crescer e transformar-se no centro do país - em busca de oportunidades e

¹⁷¹ Poema Cidadezinha qualquer. In: ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 57.

descobriu funções que executava com maestria, e o quanto uma boa rede de relações poderia ser útil.

Assim, num período entre guerras "com tudo por se fazer" numa cidade que recebia pessoas de diferentes lugares, com diferentes formações, era hora de trabalhar para ocupar algum espaço, e foi isso que Neme fez, além de aproveitar para conhecer essas pessoas também dispostas a trazerem novidades para sua realidade. Alguém determinado, que sempre buscava fazer o melhor quando se debruçava sobre alguma atividade, bem como disposto a ouvir a experiência e o conhecimento dos demais para melhorar sua formação. Mário Neme era muito atento ao seu tempo, lutou politicamente por aquilo que acreditou, se filiou a partidos, mudou de ideia e trocou de partido! Quando jovem foi membro do Partido Constitucionalista, já maduro tornou-se socialista.

Aproximadamente desta maneira o definiram aqueles que o conheceram como Antonio Candido¹⁷²: Era sisudo, desconfiado como bom caipira, mas quando se soltava era piadista. Contava anedotas com o antigo sotaque carregado de Piracicaba, desses que não existem mais. Era um amigo leal, mas gostava de grupinhos! Também era um pouco tirânico, mandão, mas para comandar, para se estar à frente de alguma instituição, é preciso saber mandar.

¹⁷² CANDIDO, Antonio. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva, sobre a relação com Mário Neme na década de 1940. São Paulo, 16/04/2014.

Tanto que recebeu o apelido maldoso de *Grão Turco de Piracicaba*. Ele também era dedicado, honesto e muito trabalhador.

Esses seus comportamentos explicam "em parte" porque Mário Neme ficou esquecido entre os intelectuais do seu período. Seu modo de agir provavelmente lhe trouxe muitos desafetos, mas em outro aspecto ele gravitou entre figuras muito importantes do período, fato que certamente ajudou no esmaecimento de suas ações que geralmente estavam nos bastidores de muitos momentos fundamentais para construção de São Paulo, enquanto uma capital cultural. Mário Neme também não foi professor, elemento que o deixou sem herdeiros para suas ideias. Quando demos início a esta pesquisa, não encontramos trabalho algum sobre a presença deste intelectual na cena paulista, exceto dois artigos que acenavam a sua presença.

Após esse longo período de investigação, é notável observar o trabalho de Mário Neme no Museu Paulista e o trabalho que conseguiu desenvolver num período tão conturbado, como os anos de 1960.

As passagens pela direção do Museu Paulista de Hermann Von Ihering, Afonso d'Escragno de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, Herbert Baldus (embora oficialmente conste que Paulo Duarte foi diretor do MP, de maneira prática este nunca assumiu a direção da instituição) e Mário Neme demonstram uma rede de intelectuais

afinada com as necessidades do lugar e trabalhando para construir um espaço de referência enquanto museu. Tanto que não percebemos no transcurso de sua história grandes traumas, mas sim uma busca árdua para melhorar seus objetivos e focar em suas grandes possibilidades que vinham sendo apontadas ao longo de sua vida de meio século. Se Von Ihering iniciou os trabalhos e trouxe uma gama variada de coleções para o espaço, cumpriu seu objetivo a contento, - ainda que pese o seu racismo - tanto que, como foi visto anteriormente, esse era um dos objetivos iniciais do museu típico do século XIX.

Por outro lado, Taunay esteve imbuído de um novo tempo de segmentação, de separação e definição de lugares, era a São Paulo da Belle Époque, cidade em transformação a ser higienizada e civilizada, e ele continua com a ideia inicial de um museu que deveria crescer, mas sabe da necessidade de especializar seu trabalho para que o museu receba a relevância devida, assim, investe em um ***museu histórico***, em detrimento das outras áreas do conhecimento. Aproveitando para investimentos nesse crescimento as grandes comemorações de 1922, quando se festejou o primeiro centenário da independência do Brasil. Portanto Taunay ajustou o museu para que ele fosse considerado um verdadeiro museu de história para sua época, deixando este espaço marcado como um museu que festejava a memória bandeirante, e como já foi comentado, imprimindo sobre este um símbolo de poder.

Sérgio Buarque e Herbert Baldus realizam um trabalho complementar um ao outro, pois o primeiro trouxe para o museu que já era eminentemente histórico, mas focado na *história tradicional*, sua percepção da *nova história*, evidência que favoreceu enormemente o diálogo da "dona da casa" (a história) com outras áreas do conhecimento como a etnografia e a arqueologia. O convívio do historiador e do etnólogo levou ao maior desenvolvimento das pesquisas e a entrada do museu num novo período de questionamento. Exatamente no florescer das entidades internacionais de estudo e proteção de museus, como o ICOM. Como gestores tiveram muitos problemas e talvez pouca vocação para os assuntos administrativos; e o museu acabou sendo fechado ao público por praticamente cinco anos! Embora com problemas, o museu produziu muita pesquisa e adquiriu inúmeras peças importantes para a coleção, sobremaneira atualizando e organizando uma proposta de aquisição de materiais baseada em certa medida nos trabalhos historiográficos de seu diretor como Monções e Caminhos e Fronteiras. Baldus construiu um riquíssimo acervo de objetos coletados em muitos grupos indígenas do país, transformando a etnologia na segunda "senhora" do museu.

Uma das características fundamentais de um museu é o acesso do público a este, mesmo nesse momento, conforme debatido no capítulo dois, o acesso já definia um museu. Portanto durante a gestão desses diretores os longos períodos fechados não favoreceram

a interação com a população que precisava sentir-se parte do museu para torná-lo verdadeiramente reconhecido, e participar direta e indiretamente para sua manutenção.

Neme chegou ao museu quando este estava em meio ao caos: fechado, com um prédio repleto de problemas estruturais, uma coleção imensa que só crescia pois as pesquisas continuavam e as doações também, e sem funcionários suficientes para os trabalhos corriqueiros cotidianos! Quase um depósito, como os primeiros museus franceses Pós-Revolução Francesa. Como um homem de ação, buscou soluções com seus parceiros de outros tempos, agitando sua rede de sociabilidade e aproveitando as boas ideias que pairavam no ambiente. Assim, em praticamente dois anos, o museu estava reaberto, e sendo incorporado pela USP. Com muita determinação o intelectual foi aproveitando antigas ideias e com sua visão estratégica e conhecimentos na área pôde por em andamento as mudanças urgentes de que o museu necessitava. Mário Neme imprimiu um caráter de eficiência àquele espaço, trazendo estabilidade e um novo público oriundo da universidade para ali. Neme buscou outros modelos e exemplos de museus para ter noções de como agir e melhorar o museu, embora a museologia estivesse pouco trabalhada em São Paulo, seu experimentalismo, curiosidade e necessidade de comunicação com o público o favoreceram na empreitada.

Neste contexto, a escrita do texto *Utilização Cultural de Material de Museu* é uma tentativa de atualização do debate acerca do papel do museu e de suas funções para sua época, baseado em sua empiria de longos anos lidando com acervos e espaços inadequados, além da ausência de profissionais qualificados para as funções essenciais de um museu. Assim, o MP dos anos de 1960, que até então não havia sido alvo de estudos, está na base do museu atual, pois inicia uma importante discussão sobre políticas museais, até então pouco ou quase nada comentadas.

Outros trabalhos sobre os anos de 1950 e 1960 precisam ser feitos para que se alargue a compreensão das iniciativas que lá tiveram suas origens e estavam ligadas a programas de criação e expansão de inúmeros museus. A presença dos intelectuais e suas iniciativas nessa área demonstram a circularidade das ideias e uma nova visão do seja o museu, enquanto um espaço ativo/vivo.

Figura 16 - Cadavre exquis, nanquim sobre papel, 1959.
Coleção de Arte da Cidade, Centro Cultural São Paulo.

Por fim, este desenho criado por Mário Neme, Lourival Gomes Machado e Sérgio Milliet em 1959, para o livro *Pássaro na Gaveta*, de Roberto Schwarz, exemplifica muito bem o pensamento de Mário

Neme. Cada um dos três amigos fez uma parte do desenho, sem ver a parte anterior do outro, depois juntou-se tudo, e então eis o desenho. Neme acreditava no bom senso e na inteligência daqueles que o cercavam, tanto que frequentemente referenciou em seus documentos as visitas frequentes aos amigos para o ajudarem em seus trabalhos.

FONTES

OBRAS DE AUTORIA DE MÁRIO NEME:

CONTOS

NEME, Mário. *Donana Sofredora*. Curitiba/PR: Ed. Guaíra Ltda., 1941, 92 págs. (Coleção Caderno Azul, vol. 03).

NEME, Mário. *Mulher que sabe latim*. São Paulo/SP: Ed. Flama, 1944, 158 págs.

NEME, Mário. Já é tarde, não? In: BRUNO, H. S. (org.). *Pinheirais e marinhas*. Paraná e Santa Catarina. São Paulo: Cultrix, 1959, p. 229-240. (Histórias e paisagens do Brasil VII).

DESENHO:

Cadavre exquis - desenho realizado com Lourival Gomes Machado e Sérgio Milliet. In: SCHWARZ, R. *Pássaro na gaveta*. São Paulo, Massao Ohno Editora, 1959.

JORNALISMO

NEME, Mário. *Plataforma da Nova Geração* - 29 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento no inquérito promovido por Mário Neme. Porto Alegre/RS: Ed. Globo, 1945, 293 págs.

NEME, Mário. *Difícil África Negra*. São Paulo/SP: Ed. Coliseu, 1966, 123 págs.

NEME, Mário. *Estudinhos brasileiros*. Curitiba/PR: Guairá Ltda., 1947?, 119 págs. (Coleção Caderno Azul, vol. 28).

NEME, Mário. *Piracicaba: documentário*. 1936.

HISTÓRIA

NEME, Mário. *História da fundação de Piracicaba*. Piracicaba/SP: João Mendes Fonseca Ed., 1943, 206 págs.

NEME, Mário. *Notas de revisão da História de São Paulo*: século XVI. São Paulo/SP: Ed. Anhambi, 1959, 396 págs.

NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo/SP: Difusão Européia do Livro; Edusp, 1971, 271 págs. (Corpo e Alma do Brasil XXXII).

NEME, Mário. O primeiro colonizador de Piracicaba. Separata de: *Revista Investigações*, São Paulo, ano IV, n. 44, ago. 1952.

TEATRO

NEME, Mário. *Pequenos serviços em casa de casal*. 1944. 21 p. Mimeo.

PERIÓDICOS

REVISTA CLIMA

NEME, Mário. Ensaio sobre a comadre. *Clima*, São Paulo, nº. 02, p. 70-78, jul. 1941.

NEME, Mário. Carta de Mário Neme a Antonio Candido (20/01/1942). *Clima*, São Paulo, nº. 09, p. 131-133. abr. 1942.

NEME, Mário. Mula que faz him. Mulher que sabe latim. *Clima*, São Paulo, nº. 09, p. 79-85. abr. 1942.

NEME, Mário. Dona Adelaide, como o nome indica. *Clima*, São Paulo, nº. 11, p. 75-87. jul./ago. 1942.

REVISTA PLANALTO

NEME, Mário. "Caderno Azul" e outras cores também. *Planalto*, São Paulo, nº. 03, ano 01, p. 06. 15/06/1941.

NEME, Mário. Pra começo de conversa. *Planalto*, São Paulo, nº. 04, ano 01, p. 02. 01/07/1941.

NEME, Mário. Teorismo, realidade e língua brasileira. *Planalto*, São Paulo, nº. 05, ano 01, p. 14. 15/07/1941.

NEME, Mário. Donana Sofredora. *Planalto*, São Paulo, nº. 09, ano 01, p. 07. 15/09/1941.

NEME, Mário. Infância e juventude de Prudente de Moraes. *Planalto*, São Paulo, nº. 11, ano 01, p. 02 e 22. 15/10/1941.

NEME, Mário. A mui infeliz senhora Amélia ou aquela que morreu de amor. *Planalto*, Ensaio de caricatura da língua portuguesa, São Paulo, nº. 12, ano 01, p. 05 e 20. 01/11/1941.

NEME, Mário. Bilhetinho a Mário Donato acerca de língua brasileira e outras línguas. *Planalto*, São Paulo, nº. 13, ano 01, p. 18. 15/11/1941.

NEME, Mário. Cururu dos Paulistas. *Planalto*, São Paulo, nº. 15, ano 01, p. 11 e 14. 15/12/1941.

NEME, Mário. Dona Marta e aquelas crianças com fome... *Planalto*, São Paulo, nº. 18, ano 02, p. 03 e 06. 01/02/1942.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO

NEME, Mário. Piracicaba no século XVIII. *Revista do Arquivo Municipal*, Documentação Histórica, São Paulo, ano IV, vol. XLV, p. 131-186. mar. 1938.

NEME, Mário. Um município agrícola. Aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*, Documentação Social, São Paulo, ano V, vol. LVII, p. 04-96. mai. 1939.

NEME, Mário. Pedro Luís. Notas para uma biografia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VI, vol. LXIII, p. 03-44. jan. 1940.

NEME, Mário. Fundação de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VI, vol. LXVI, p. 128-178. abr./mai. 1940.

NEME, Mário. A acentuação na ortografia simplificada. *Revista do Arquivo Municipal*, Expansão Cultural, São Paulo, ano VII, vol. LXXIII, p. 99-141. jan. 1941.

NEME, Mário. Linguagem de Mário de Andrade. *Separata da Revista do Arquivo*, nº. CVI, Departamento de Cultura de São Paulo, São Paulo/SP 1946. 10 págs.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA

NEME, Mário. Anais do Museu Paulista. In: *Anais do Museu Paulista*, Redação,

Tomo XV, São Paulo, 1961, p.IX-XI.

NEME, Mário. Notas para uma teoria do comércio colonial Português. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XVII, São Paulo, 1963, p. 07-46, e anexos.

NEME, Mário. Utilização cultural de material de museu. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XVIII, São Paulo, 1964, p. 07-62.

NEME, Mário. O século XIX brasileiro. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XIX, São Paulo, 1965, p. 07-09.

NEME, Mário. A Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais no tempo do domínio holandês no Brasil. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXII, São Paulo, 1968, p. 07-214.

NEME, Mário. Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIII, São Paulo, 1969, p. 07-100.

NEME, Mário. Dados para a história dos índios Caiapó. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIII, São Paulo, 1969, p. 101-147.

NEME, Mário. Um governador reformista no São Paulo Colonial. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIII, São Paulo, 1970, p. 09-53.

COLEÇÃO MUSEU PAULISTA:

NEME, Mário. *Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba*. São Paulo/SP: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1974, 133 págs. (Coleção Museu Paulista - Série de História vol. 01).

REVISTA DO BRASIL

Já é tarde, não? *Revista do Brasil*, nº. 39, p. 28-33. set. 1941.

DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO MUSEU PAULISTA

Arquivo permanente do Museu Paulista – Fundo Museu Paulista – Pasta nº. 06

BALDUS, Herbert (dir.). *Relatório de atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1954*. São Paulo: Mimeo, 14/01/1955.

Arquivo permanente do Museu Paulista – Fundo Museu Paulista – Pasta nº. 07

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *Relatório de atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1955*. São Paulo: Mimeo, 1956.

Arquivo permanente do Museu Paulista – Fundo Museu Paulista – Pasta nº. 07

BALDUS, Herbert (dir.). *Relatório de atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1956 a 1959*. São Paulo: Mimeo, 14/01/1960.

Arquivo permanente do Museu Paulista – Fundo Museu Paulista

NEME, Mário (dir.). *Relatório de atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1960[1]*. São Paulo: Mimeo, 15/01/1961[2]. Encadernado, nº. L43.

Arquivo permanente do Museu Paulista – Fundo Museu Paulista – Pasta nº. 07

BALDUS, Herbert. *Relatório de atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1959*. São Paulo: Mimeo, 15/01/1960.

NEME, Mário (dir.). *Relatório de atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1962*. São Paulo: Mimeo, 15/01/1963.

Arquivo permanente do Museu Paulista – Fundo Museu Paulista – Documentação posterior a 1963 – Pasta nº. 15

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1964*. São Paulo: Mimeo, 14/12/1964.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1965*. São Paulo: Mimeo, 04/01/1966.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1966*. São Paulo: Mimeo, 06/03/1967.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1967*. São Paulo: Mimeo, 12/03/1968.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1968*. São Paulo: Mimeo, 09/01/1969.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1969*. São Paulo: Mimeo, 31/12/1969.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1970*. São Paulo: Mimeo, 09/02/1971.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1971*. São Paulo: Mimeo, 17/12/1971.

NEME, Mário (dir.). *Relatório sucinto das atividades do Museu Paulista no decorrer do ano de 1972*. São Paulo: Mimeo, 04/01/1973.

ANAIS DOS CONGRESSOS DE ESCRITORES

CONGRESSO PAULISTA DE ESCRITORES, Primeiro, Limeira, SP: 1946. Anais Primeiro Congresso Paulista de Escritores, ABDE, 1946, 202p.

CONGRESSO PAULISTA DE ESCRITORES, Terceiro, São Paulo, SP: 1952. Anais do Terceiro Congresso Paulista de Escritores. Sociedade Paulista de Escritores, 1952, 326p.

Comentadores

ANDRADE, M. Uma estréia. *Revista do Brasil*, São Paulo, nº. 45, p. 52-56, mar. 1942.

CANDIDO, Antonio. Notas á margem de Donana Sofredora. In: *Clima*, nº. 07, ano 01, p. 96-100. dez. 1941.

CAVALHEIRO, Edgard. Mário Neme. In: CAVALHEIRO, Edgard (seleção e notas). *O conto paulista*. São Paulo/SP: Civilização Brasileira, 1959, p. 265-278. (Panorama do conto brasileiro vol. 03).

CUNHA, Dulce Salles. ***Autores contemporâneos brasileiros***. Depoimento de uma época. São Paulo: Ed. Cupolo, 1951.

ELIAS, Maria José. A morte de um liberal: uma louvação tardia. In: ***Anais do Museu Paulista***, Tomo XXVIII, São Paulo, 1977/1978, USP, p. 101-117.

LEÃO Filho, J. de Sousa. A Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais no tempo do domínio Holandês no Brasil, por Mário Neme. In: ***RIHGB***, vol. 291, abr. jun. 1971, p. 285-286.

MILLIET, Sérgio. ***Diário Crítico (1940-1943)***. Vol. 01, 2ª ed. São Paulo/SP: Martins, Edusp, 1981-A.

_____. ***Diário Crítico (1944)***. Vol. 02, 2ª ed. São Paulo/SP: Martins, Edusp, 1981-B.

_____. ***Diário Crítico (1946)***. Vol. 04, 2ª ed. São Paulo/SP: Martins, Edusp, 1981-C.

_____. ***Diário Crítico (1948-1949)***. Vol. 06, 2ª ed. São Paulo/SP: Martins, Edusp, 1981-D.

_____. ***Diário Crítico (1951)***. Vol. 08, 2ª ed. São Paulo/SP: Martins, Edusp, 1982-A.

_____. ***Diário Crítico (1955-1956)***. Vol. 10, 2ª ed. São Paulo/SP: Martins, Edusp, 1982-B.

PFROMM NETO, Samuel. O gigante piracicabano: Mário Neme. In: ***Piracicaba de outros tempos***. Campinas/SP: Ed. Átomo, Ed. PNA, 2001, p. 67-73.

_____. Erudição, gênio, brilho e audácia: Mário Neme. Revista do Historiador, São Paulo, ano XXII, n. 150, p. 10-12, jan./fev. de 2010.

In Memoriam. Mário Neme. In: ***Anais do Museu Paulista***, Tomo XXV, São Paulo, 1971-1974, USP, p. 01.

Notícias de periódicos

ELIAS, Beatriz. Mário Neme. *A Província*, Gente Nossa, 04/05/2007. Disponível

em: <<http://www.aprovincia.com/texto.aspx?idContent=5669&idContentSection=713>> Acesso em: 20/03/2009.

VIEIRA, Martim. Sala do jornalista poderá ostentar nome de Mário Neme. Câmara dos Vereadores de Piracicaba, 16/03/2006. Disponível em: <www.camarapiracicaba.sp.gov.br/camara07/index1.asp?id=1544> Acesso em: 20/03/2009.

Entre historiadores ainda há divergência sobre a pessoa do fundador de São Paulo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 07/02/1958.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

(RECORTES DE JORNAIS E TEXTOS DATILOGRAFADOS) COM REFERÊNCIAS ESPARSAS, ENCONTRADOS NAS PASTAS (N. 3, N. 4, N. 5, N. 6, N. 8, N. 9) DA COLEÇÃO MÁRIO NEME, DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU PAULISTA:

NEME, Mário. Notas aos “apontamentos” de M. E. Azevedo Marques.

Aclamação de Amador Bueno – Aclamação de D. João IV. 01 p.

_____. Infância e juventude de Prudente de Moraes. *Planalto*, São Paulo, 02 p. e 22p.

_____. Presença dos Estados Unidos. *A Noite*, 17/03/1943. 02 p.

_____. Os intelectuais e a humanidade feliz. 02 p.

_____. Terra e sangue. 01 p.

_____. Universidade popular. 01 p.

_____. O problema da propriedade rural. (Do Departamento de Cultura). 02 p.

_____. Quando a língua pouco importa. (Do Departamento de Cultura). 02 p.

_____. Portugueses e espanhóis. Estrangeiros em S. Paulo. 08/09/1944. 02 p.

_____. Qual o papel do intelectual? 21/12/1941 02p.

_____. Prisão, exílio, luta... 02 p.

_____. Presença da Baía. 04 p.

_____. Defesa de direitos autorais. O artigo do dia. 01 p.

_____. Cururu dos paulistas. *Planalto, São Paulo*, 15/12/1941, p. 11 e 14p.

_____. Sobre a obra de Aires de Casal. 01 p.

_____. O dialeto brasileiro. 01 p.

_____. Educação e mobilidade social. (Do Departamento de Cultura). 02 p.

_____. A história do algodão de São Paulo. (Do Departamento de Cultura). 02 p.

_____. Demographia paulista. (Do Departamento de Cultura). 02 p.

_____. Trocar Santo. 02 p.

ARTIGOS DE AUTORES DIVERSOS, ENCONTRADOS NAS PASTAS (N. 3, N. 4, N. 5, N. 6, N. 8, N. 9) DA COLEÇÃO MÁRIO NEME, DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU PAULISTA:

A.F. "Mulher que sabe latim" de Mário Neme. Livros do dia. 01 p.

A.F. Ainda o livro de Mário Neme. Livros do dia. 01 p.

_____. Piracicaba. 01 p.

AMARAL, Rubens do. Livros e ideias. Folha da Manhã. 03/08/1939. 02 p.

ALMEIDA, Aluísio de. História da fundação de Piracicaba. 19/07/1947. 02 p.

ANDRADE, Mário de. O empalhador de passarinho. P. 235. 1942. Datilografado. 07p.

_____. O Banquete. Mundo musical.

BASTIDE, Roger. Proposições sobre o conto. Diários Associados. 01p.

BRAGA, Rubem. Ordem do dia. 01 p.

BRITO, Mário da Silva. Um contista de S. Paulo. 01p.

_____. Mário Neme, o reincidente. Apontamentos de Leitura. *Correio Paulistano*. 03p.

_____. Andança pelos "caminhos perdidos". *Hoje*, nº 68, set. 1943. 01 p.

_____. Monteiro Lobato, uma discussão e a adolescente silenciosa. *Hoje*, nº 68, set. 1943. 69-73p.

BORBA, Fernando. Mulher que sabe latim. Especial para o *Correio do Povo*. 01 p.

C. Professores e estudantes. 01 p.

CAMPOS, Flávio de. No mundo das letras. Edições brasileiras. 10/11/1941. 01p.

CANDIDO, Antônio. Armadilhas para que vos quero? Notas de crítica literária. 03 p.

CAPITU. Crônica. 01 p.

CAVALHERO, Edgar. Donana Sofredora. 02p.

_____. Correio literário de São Paulo, *Revista do Globo*, 11/11/1944. 01p.

CAVALCANTI, Valdemar. Contos de Mario Neme. *Boletim literário*. 01p.

CERQUEIRA, Ernesto. Donana sofredora. Vida intelectual. 01p.

C.M. "Donana sofredora". 01p.

CONSTANTINO, Antônio. História da fundação de Piracicaba. 02 p.

CORDEIRO, Cruz. Mário Neme, Mário de Andrade, e a língua. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19/10/1952. 01 p.

COUTINHO, Galeão. Mulher que sabe latim. Janela sobre a avenida. 24/11/1944. A Noite. 01p.

CHAGAS, Wilson. Uma geração de críticos. 02 p.

DONATO, Mário. Carta ao Mário Neme. *Planalto*, São Paulo, 15/12/1941, p. 16. Também em: *Estado de São Paulo*, São Paulo, 01/11/1940. 04 p. datilografadas.

_____. Donana Sofredora, de Mário Neme. 02p.

ELSIO. Donana Sofredora. Sociedade. 01p.

_____. Pedro Luiz. Sociedade. 01 p.

E.S.B. Sobre os contos de Mário Neme. 01p.

_____. Mário Neme, Um município agrícola. Livros novos. 01 p.

ESMERALDA. Velho tema. Telhado de vidro. 01 p.

_____. Velho tema V. Telhado de vidro. 01 p.

_____. Velho tema VI. Telhado de vidro. 01 p.

FERRAZ, Antônio Osvaldo. Donana Sofredora. *Movimento Literário*, 01/01/1942, p. 69. 02p. datilografado e original.

_____. Grupo universitário de teatro. 01 p.

FERRAZ, J. S. O Congresso de Escritores. *Gazeta de Limeira*, 27/01/1945. 01 p.

FERREIRA, Tito Lívio. Dois escritores quase diferentes. 02/08/1945. 03p.

FLEMING, Paulo. Donana sofredora. 02p.

FISCHER, Almeida. O padre Brown. Livros.

IRENE. Grupo universitário de teatro. 02 p.

J.S.F. A nova geração. Livros novos. 01 p.

LINS, Álvaro. Donana Sofredora. *Jornal de Crítica*, 2º série, p. 160. 02p.

LOPES, Álvaro Augusto. Á margem dos livros. 01p.

M. Mulher que sabe latim... Contos de Mário Neme. 01 p.

MARQUES, J. Pereira. Dois livros e uma loura. I. Catanduva, 26/08/1943. 01p.

MARQUES, J. Pereira. Dois livros e uma loura. II. 01p.

MENDES, Oscar. Mulher que sabe latim... 01 p.

MILLIET, Sérgio. Diário. 01p.

_____. Estudinhos brasileiros. 30/08/1947. 01p.

_____. Mulher que sabe latim. Últimos livros. 01 p.

_____. Literatura Regional. Diário crítico. *Diário de notícias*. 02 p.

MOLES, Oswaldo. Um espetáculo do Grupo universitário de teatro. Pano de boca. 01 p.

PACHECO, João. Regionalismo? 01 p.

PICARETA. Apreciando os fatos. Como Mário Neme, enviado do *Correio de São Paulo*, escreveu sobre a recepção do C.C.C. aos jornalistas paulistas. 02 p.

Revista do Archivo Municipal. *Diário de Piracicaba*. 13/03/1940. 01 p.

RODOLFO, Júlio. O dialeto brasileiro. *A Comarca*. 02 p.

ROSSI, Edmundo. Não acontece nada. 02p.

RUBENS. A acentuação na ortografia simplificada. 01 p. 26/04/1941.
Folha da Manhã.

SANT'ANA, Nuto. Donana Sofredora. Livros novos. 01p.

SCHMIDT, Afonso. O Panelão. 01 p.

SILVEIRA, Alcântara. Mulher que sabe latim. 02p.

SOBRINHO, A. Serralvo. Movimento literário. Livros novos. 02 p.

SOUSA Filho. Plataforma da nova geração. Crítica humanista. 1949,
p. 158. 04 p.

XAVER, Lívio. Língua falada e linguagem escrita. Crítica literária. 01p.

ARTIGOS SEM ASSINATURA:

A A.B.D.E. Apresentou a Câmara dos Deputados um projeto de Lei sobre Direito Autoral. Resumindo a maior aspiração dos escritores nacionais. *Jornal de notícias*. 22/12/1946. 02 p.

A língua que se fala no Brasil continua a ser a portuguesa ou é a brasileira? Há uma gramática que ainda não está escrita. 01 p.

A participação do autor de Don'Ana sofredora no inquérito que vem sendo realizado pela *Folha da Manhã*. 15/03/1942. 02 p.

A Inteligência do Brasil. 01 p.

As pequenas igrejas de S. Paulo. 02 p.

Conferencia sobre a personalidade de Francisco Glicério. 02 p.

De Mário Neme. Rio de Janeiro. 01 p.

Donana Sofredora. 01p.

Donana Sofredora. 01p.

Demonstração de cururu em São Paulo. 02 p.

Grupo universitário de teatro. 01 p.

Instituto de Língua Brasileira. 01 p.

História da fundação de Piracicaba. Bibliografia. 01 p.

História da fundação de Piracicaba. 01 p.

História da fundação de Piracicaba. Campinas. 01 p.

História da fundação de Piracicaba. O livro da quinzena. 01 p.

Homenagem a Edmundo Rossi e Mário Neme. 21/11/1941. ***O Estado de São Paulo***. 02 p. Foto.

Livro da quinzena. 27/01 01p.

Livros brasileiros traduzidos na Inglaterra. 01 p.

Línguas brasileiras. 01p.

Mário Neme, Mulher que sabe latim. Livros novos. 01 p.

Mário Neme, Plataforma da Nova Geração. 01 p.

Mário Neme – Donana Sofredora. 02p.

Mulher que sabe latim, Mário Neme. Livros novos. 01 p.

Mulher que sabe latim. 01 p.

Mulher que sabe latim. Bibliografia. 01 p.

Mulher que sabe latim. O novo livro de contos de Mário Neme. 04 p.

Notas provincianas. ***A União***, João Pessoa, 1942, 01 p.

Orthographia. 01 p.

O cururu vai se tornar agora conhecido dos paulistas da capital. 01 p.

Os novos escritores brasileiros. 01 p.

O Grupo universitário de teatro. 01 p.

O Teatro universitário estreia em São Carlos. 01 p.

Sabem que sabem latim. 01 p.

Sociedade dos escritores brasileiros. 01 p.

Teatro universitário. 01 p.

Um município agrícola. 01 p.

Um município agrícola. 01 p.

Um piracicabano homenageado por intelectuais paulistanos. 01 p.

Uma homenagem. 01 p.

Um caso de fanatismo. II Correio de São Paulo, 1936.

Um caso de fanatismo. III Correio de São Paulo, 1936.

Um caso de fanatismo. IV Correio de São Paulo, 1936.

Um caso de fanatismo. V Correio de São Paulo, 1936.

Um caso de fanatismo. VII Correio de São Paulo, 1936.

Programa do Teatro municipal. 04 p.

ENTREVISTAS REALIZADAS

CANDIDO, Antonio. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva, sobre a relação com Mário Neme na década de 1940. São Paulo, 16/04/2014.

COSTA, Emília Viotti da. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva, relatando sua experiência de pesquisa no Museu Paulista. São Paulo, 22 fev. 2014.

ELIAS, Maria José. Entrevista concedida a Tathianni Cristini da Silva, acerca dos anos em que trabalhou com Mário Neme no Museu Paulista. São Paulo, 26/10/2011.

Documentos consultados na Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio Jaime Cortesão (1884 - 1960).

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho*. São Paulo, 05 jul. 1952. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho*. Lisboa, 05 dez. 1953. 2 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho*. São Paulo, 10 abr. 1953. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho*. São Lourenço, 04 fev. 1957. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Sr. Dr. Guilherme de Almeida*. Rio de Janeiro, 23 mar. 1954. 5 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Sr. Dr. Guilherme de Almeida*. Rio de Janeiro, 23 mar. 1954. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Antonio Pedro*. Lisboa, 24 set. 1953. 2 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Antonio Pedro*. Lisboa, 09 jan. 1954. 2 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Mário Neme*. Lisboa, 21 set. 1953. 2 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Mário Neme*. Lisboa, 10 out. 1953. 2 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Mário Neme*. Lisboa, 12 out. 1953. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Mário Neme*. Rio de Janeiro, 23 mar. 1954. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Mário Neme*. Rio de Janeiro, 27 mar. 1954. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Mário Neme*. Rio de Janeiro, 10 abr. 1954. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao amigo Mário Neme*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1954. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. Telegrama *ao Sr. Mário Neme*. Sem data. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao amigo Mário Neme*. Rio de Janeiro, 21 mai. 1954. 1 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao Sr. Mário Neme*. Rio de Janeiro, 28 jun. 1954. 2 f.

CORTESÃO, Jaime. *Carta ao amigo Mário Neme*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1954. 2 f.

NEME, Mário. *Carta ao prezado amigo prof. Jaime Cortesão*. São Paulo, 04 set. 1953. 1 f.

NEME, Mário. *Carta ao prezado amigo prof. Jaime Cortesão*. São Paulo, 30 set. 1953. 1 f.

NEME, Mário. *Carta ao prezado amigo prof. Jaime Cortesão*. São Paulo, 19 out. 1953. 1 f.

NEME, Mário. *Carta ao prezado amigo Jaime Cortesão*. São Paulo, 09 nov. 1953. 3 f.

PEDRO, Antonio. *Carta a Jaime Cortesão*. Rio de Janeiro, 12 out. 1953. 3 f.

Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa. *Transcrição de discurso de Jaime Cortesão na abertura da Exposição Histórica Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 13 set. 1954. 2f. (Texto datilografado).

Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa. *Contrato de serviço de Jaime Cortesão*. 31 jul.1954. 2 f. (Texto datilografado).

Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa. *Termo de prorrogação de contrato de Jaime Cortesão*. 27 ago. 1954. 2 f. (Texto datilografado).

Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa. *Lista de envolvidos com a organização da Exposição Histórica Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo*. 8 f. (Texto datilografado).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. M. de A. *O Ipiranga apropriado*. Ciência, política e poder. O Museu Paulista 1893-1922. São Paulo: Ed. Humanitas, 2001. (Série Teses).

ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *A rosa do povo*. São Paulo: Record, 2011.

ANDRADE, M. M. O processo de formação do Parque do Ibirapuera. *Revista do Arquivo Municipal*, 30 anos de DPH, 1975-2005, São Paulo, v. 204, p.49-65, 2006.

Aposenta-se Mário Neme. *Jornal o Estado de S. Paulo*, 01/03/1972, p. 18.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA USP. O controle ideológico na USP: 1964-1978. São Paulo: Adusp, 2004.

ARRUDA, M. A. do N. *Metrópole e Cultura*. São Paulo no meio do século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

AS MARGENS DO IPIRANGA. 1890-1990. São Paulo, MP/USP, 1990. Catalogo de exposição.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*: palavras e ação. Tradução de D. M. de Souza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAIÃO, J. A "revolução de Figueiredo". Museologia e investigação em Portugal (1911-1937). In: ASENSIO, M.; LIRA, S., ASENJO, E., CASTRO, E. (eds). SIAM. Historia de las Colecciones, Historia de los Museos. Ano 3, vol, 6, Universidad Autónoma de Madrid, 2012, p.55 - 63.

BARBUY, H. *A cidade-exposição*. Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Edusp, 2006.

BARBUY, H. O Campus do Ipiranga. In: *Cidades Universitárias*: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2005.

BARONE, A. C. C. A oposição aos pavilhões do parque Ibirapuera (1950-1954). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v. 17, p. 295-316, jul. -dez. 2009.

BARROS, J. D. Arnold Toynbee: e a história comparada das civilizações. *Biblos*, Rio Grande, 23 (1):219 - 229, 2009.

BAZIN, G. *El tiempo de los museos*. Barcelona: Dalamon, 1967.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. 3ª ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2012. (Fórum da História).

BOURDIEU, P. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. 2ª ed. 1ª reimp. Tradução M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Coisas ditas*. Tradução C. R. da Silveira e D. M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução D. B. Catani. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

_____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Tradução M. Correa. 11ª ed. Campinas, SP: 2011-A.

BRAGA, A. I. V. *Sistemas de documentação e inventário de uma colecção de cerâmica arqueológica da Quinta do Rouxinol*. Relatório

Mestrado (Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, março 2010.

BRANDÃO, C. R. F.; COSTA, C. Uma crônica da integração dos museus estatutários à USP. *Anais do Museu Paulista*, vol.15 no.1 São Paulo Jan./June 2007.

BRASIL, Ato Institucional N° 5, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: << Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.>> Acesso em: 28/02/2014.

BREFE, A. C. F. ***O Museu Paulista***. Affonso de Taunay e a memória nacional. São Paulo: Ed. UNESP; Museu Paulista, 2005.

BREFE, A. C. F. Museus históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional. ***Anais do Museu Paulista***, São Paulo, N. Ser. v. 5, p. 175-203, p. jan. dez. 1997.

BRUNO, M. O. C. ***O Museu do Instituto de Pré-História : um museu a serviço da pesquisa científica***. 1984 330 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. ***Museologia***: a luta pela perseguição ao abandono. 2000 238 f. Tese (Livre-docência) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CANDIDO, A. ***Literatura e sociedade***; estudos de história literária. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.

CANDIDO, A. ***Teresina etc***. São Paulo: Paz e Terra, 1992. (Clássicos Latino-americanos).

_____. Depoimento sobre Clima. ***Discurso***, Rio de Janeiro, nº. 08, p. 183-193, mai. 1978.

CALDEIRA, J. R. DE C. **IEB**: origem e significados. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Memória brasileira 33).

CARVALHO, J. M. de. D. João e as histórias dos Brasis. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, nº. 56, p. 551-572, 2008.

CASA DO BANDEIRANTE. In: <<www.museudacidade.sp.gov.br/casadobandeirante.php>> Acesso em: 10/06/2013.

CHAGAS, M. **Há uma gota de sangue em cada museu**. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CHUVA, M. (org.). História e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012.

COSTA, M. C. da. João Rodrigues da Silva Couto e a "inovação museológica" em Portugal no século XX (1938-1964). In: ASENSIO, M.; LIRA, S., ASENJO, E., CASTRO, E. (eds). SIAM. Historia de las Colecciones, Historia de los Museos. Ano 3, vol, 6, Universidad Autónoma de Madrid, 2012, p.55 - 63.

CORREA, A. M. M.; DIAS, M. R. T. Entrevista com o Professor Nilo Odália. Disponível em: <<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/689/569>>> Acesso em: 02/02/2013.

COUTO, J. Curso de Museologia a estagiários para conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. Separata de: **Revista Ocidente**, Lisboa, p. 01-23, 1965.

COUTO, J. Monitores para o serviço de extensão escolar. **Revista Ocidente**, Lisboa, v. LXIII, p. 269-270, jul. 1962.

COUTO, J. O serviço infantil do Museu de Arte Antiga. **Revista Ocidente**, Lisboa, v. LXVII, p. 275- 276, nov. 1964.

COUTO, J. Aspectos do panorama museológico português. **Revista Ocidente**, Lisboa, v. LXIII, p. 309-316, out. 1962.

COUTO, J. A conservação e aproveitamento do nosso patrimônio artístico. **Revista Ocidente**, Lisboa, v. LXII, p. 179-180, mai. 1960/1962.

COUTO, J. A basbaquice nacional. **Revista Ocidente**, Lisboa, v. LXI, p. 285-289, mai. 1960/1962.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2º ed. Trad. V. Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. Tradução D. Bottmann. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. E. dos S. ABREU. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DÉDALO, Revista de Arte e Arqueologia. São Paulo, v. 1, n. 1, 1965.

DESVALLÉS, A.; MAIRESSE, F. (dir.). **Conceitos-chave de museologia**. SOARES, B. B.; CURY, M. X. Trad. e coment. São Paulo: Comitê

Brasileiro do ICOM; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013, 100 p.

DIAS, M. O. L. da S. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, n. 8(22), p. 269-274, 1994.

DUARTE, P. *Memórias*. Raízes profundas. Vol. I São Paulo: Hucitec, 1974.

_____. *Memórias*. A inteligência da fome. Vol. II São Paulo: Hucitec, 1975.

_____. *Memórias*. Selva obscura. Vol. III São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. *Memórias*. Os mortos de Seabrook. Vol. IV São Paulo: Hucitec, 1976.

ELIAS, M. J. *Museu Paulista*: memória e história. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

FERNÁNDEZ, L. A. *Museología*. Introducción a la teoría y práctica del museo. Madrid: Istmo, 1993.

FLEMING, M. I. D.; FLORENZANO, M. B. B. Trajetória e perspectivas do Museu de Arqueologia da USP (1964-2011). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25 (73), p. 217-228, 2011.

FRANÇOSO, M. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 48, n. 2, p. 585 – 612, 2005.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 28ª reimp. São Paulo: Graal, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999

HAYASHI, M. G. *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. 2001. 200 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Hernández, F. La Museología ante los retos del siglo XXI. In: *Revista electrónica de Patrimônio Histórico*. Dez 2007, p. 359-374.

HOLANDA, S. B. de. Entrevista com Sérgio Buarque de Holanda (1981). *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 69, p. 03-14, jul. 2004. Entrevista.

HUGHES-WARRINGTON, M. *50 Grandes pensadores da História*. 2º ed. Trad. B. Honorato. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *História e literatura*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte, MG: Cedeplar-Face-UFMG, 2009. (Estudos, 269).

INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. Cadernos da Cidade de São Paulo: parque do Ibirapuera. São Paulo: ICI, 1997.

INVENTÁRIO DO ARQUIVO PERMANENTE DO MUSEU PAULISTA E FUNDO MR 'CI'. São Paulo, 1994. Setor de Documentação/MP/USP.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição*: entre a política e a profissão. 1999. 274p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

LANGLOIS, CH., SEIGNOBOS, CH. *Introdução aos Estudos Históricos*. Tradução L. de A. Moraes. São Paulo: Ed. Nova Jurisprudência, 1944.

LE GOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. In: Le Goff, J. e Nora, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, J. A história nova. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (org.). *Nova história em perspectiva*. Vol. 1 São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 129-176.

LE MOS, F.; LEITE, R. M. (org.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Ed. Unesp; Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LENHARO, A. *Sacralização da Política*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1986.

LIMA, F. V. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

LINHARES, M. Y. Guerras anticoloniais: nações contra impérios. In: SILVA, F. C. T. da (org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 219-238.

LOFEGO, S. L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

LOPES, M. M., FIGUEIROA, S. F. de M. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 10/11, p. 23-36, 2002-2003.

_____. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Os museus e as ciências naturais no século XIX. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Brasília, DF: Ed. UNB, 2009.

LOUSADA, A. M. Conservador e Museólogo: Abordagem de Conceitos. *Cadernos de Museologia*, Nº 1, 1993.

LUCA, T. R. de. *A revista do Brasil*: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

LUCCA Jr., Domingos. Plano para 2 museus, sonho de 1 homem só. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04/07/1962.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / EdPUC Rio, 2006.

KRIEGER, L. A coerência historiográfica no século XX. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (org.). *Nova história em perspectiva*. Vol. 2 São Paulo: Cosac Naify, 2013 p. 229-268.

NASCIMENTO Jr., J.; CHAGAS, M. (orgs). *Política nacional de museus*. Brasília: Minc, 2007.

NASCIMENTO Jr., J.; CHAGAS, M. (orgs). *Subsídios para a criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro: MinC, IBRAM, 2009.

MALHEIRO, Maria Cecília Stávale. O arquivo Aguirra do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, t. 28, p. 201-205, 1977/1978.

MARINS, P. C. G. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*, história e cultura material, São Paulo, v. 6-7, p. 9-36, 1998-1999.

MARINS, P. C. G. Os anais do Museu Paulista: um periódico científico face às exposições do Museu Paulista da USP. In: BENCHETRIT, S. F.; BEZERRA, R. Z.; MAGALHÃES, A. M. (org.). *Museus e comunicação*: exposição como objeto de estudo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, p. 199-206.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, M. E. *A formação do Museu Republicano "Convenção de Itu" (1921-1946)*. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

MARTINEZ, P. H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, p. 11-27, 2002.

MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira*. O Modernismo. Vol. VI (1916-1945) São Paulo: Ed. Cultrix, 1955. (Roteiro das grandes literaturas).

_____. *História da inteligência brasileira*. Vol. VII (1933-1960). 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. (Coleção Coroa Vermelha).

MAZRUI, A. A. Procurai primeiramente o reino políticos. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (editores). *História geral da África*. Vol.VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 125-149.

MENDES, E. G. Paulo Duarte. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, n. 8(22), p. 189-193, 1994.

MENDONÇA, E. S. de. *A extensão cultural nos museus*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1946. (Publicações avulsas, 3).

_____. Museu Paulista. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, 8(22), p. 573- 585, 1994.

_____. A História, cativa da memória? *Revista do IEB*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Estado e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

_____. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 01 2ª ed. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001.

_____. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 02 São Paulo: Ed. Sumaré; Fapesp, 1995.

MISAN, S. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 16, n. 2, jul./dec. 2008.

MORIN, E. *Para sair do século XX*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOTA, C. G. Os intelectuais e a cultura brasileira. In: BANDEIRA, L. A. Moniz; GUIMARÃES, S. P. (orgs.). *Brasil e Alemanha: a construção do futuro*. Brasília: IPRI, 1995, p. 412-434.

_____. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MOURA, E. B. B. de. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 231-246, 1994.

NOVAIS, F. A. O Monumento da Independência: da Monarquia à República. In: *As margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1990, p. 13.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 09/09/1956, 1º caderno, p. 12.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 26/07/1934, p. 05.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 31/07/1934, p. 11.

OLIVEIRA, C. H. . Comentário II: entre história e memória – a visualização do passado em espaços museológicos. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 15, n. 2, p. 1- 5, jul./dec. 2007.

_____. Museu Paulista da USP: percursos e desafios. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 25, n. 73, 2011.

_____. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 10/11, n. 1, 2003.

OLIVEIRA, L. L. *Estado novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, L. L. de; CANDIDO, A.; SILVA, A. C. da, (orgs). *USP: 1968-1969*. Hélio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1995.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª ed. 10ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Oswald, o amigo de Antonio. Disponível em: <<<http://www.flip.org.br/noticiasdetalhe2013.php?id=658>>> Acesso em: 10/08/2011.

PECAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. Tradução de M. J. Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990. (Série Temas, vol. 16, Sociologia e política).

PINHEIRO, M. L. B. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

PIRES, W. Arquivo Aguirra. Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 61-78 (2002-2003).

POCOCK, J.G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Disponível em: <<
<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/09/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf>>>. Acesso em: 08/06/2013.

PONTES, H. *Destinos mistos*. Os críticos do grupo Clima em São Paulo 1940-1968. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente*, São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POULOT, D. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

PROTEÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

QUEIROZ, M. I. P. de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, v. 13, p. 78-87, 1992.

RAFFAINI, P. T. *Esculpindo a cultura na forma do Brasil*. O Departamento de Cultura de São Paulo. (1935-1938). São Paulo: Ed. Humanitas, 2001. (Série Teses).

RÉMOND, R. *O século XIX (1815-1914)*. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

REVISTA DO BRASIL. Número especial dedicado a Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Rio Arte, ano 3, n. 6/87, jul. 1987.

RIVIÉRE, G. H. *Seminario Regional de la UNESCO sobre la función educativa de los museos*. Rio de Janeiro: UNESCO, 07 a 30 de setembro de 1958.

RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008

SÃO PAULO. Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894. Aprova o Regulamento do Museu do Estado, para execução da lei n. 200, de 29 de Agosto de 1893. Regulamento do Museu Paulista. Disponível em <<

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-249-26.07.1894.html>>> Acesso em: 10/03/2012.

SÃO PAULO. Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Estabelece a criação da Universidade de São Paulo. *Imprensa Oficial do Estado*, São Paulo, 1934, Separata, 16 p.

_____. Acto n. 861, de 30 de maio de 1935. Estabelece a criação do Departamento de Cultura e Recreação. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, vol. XII, p. 228-245, 1935.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1984.

SCHWARTZMAN, S. A redescoberta da cultura. São Paulo: Edusp, 1997. (Ensaio de Cultura, 10).

SCWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 10ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEVCENKO, N. ***Literatura como missão***. Tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2ª ed. rev. e ampli. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. ***Orfeu extático na Metrópole***. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Pindorama Revisitada. Cultura e Sociedade em tempos de virada. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão).

SILVA, T. C. da. ***Série Fontes e a (re)atualização das condutas masculinas***. Florianópolis, 1999. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de Santa Catarina.

SILVA, T. C. da. ***Patrimônio cultural do centro histórico de Florianópolis***: um estudo do papel dos Museus Histórico de Santa Catarina e Victor Meirelles na preservação e produção da cultura. Florianópolis, 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

SIQUEIRA, G. K. ***Curso de Museus - MHN, 1932-1978***. O perfil acadêmico profissional. Rio de Janeiro, 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). ***Por uma história política***. 2ª ed. Tradução D. Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-260.

SOUSA, C. S. O Partido Republicano Paulista e o Partido Constitucionalista nas eleições ao governo Constitucional de São

Paulo em 1934: a disputa pelo uso e a interpretação da memória da Revolução de 1932. *Anais do Encontro Regional de História - ANPUH/Rio*, 2010.

TAUNAY, A. Os princípios geraes da moderna critica histórica. *Revista do IHGSP*, São Paulo, p.325-344, 1914.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. 3ª reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

TOYNBEE, A. *Toynbee sobre Toynbee*: colóquio entre Arnold J. Toynbee e G. R. Urban. Trad. de C. L. R. R. Moura. Brasília: Editora UNB, 1981.

VALENTE, G. L. *As missões culturais de Sérgio Buarque de Holanda*. 2009. 319 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VELOSO, M.; MADEIRA, A. *Leituras brasileiras*. Itinerários no pensamento social e na literatura. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº.11, p. 89-112, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Notas Biográficas

NOTAS BIOGRÁFICAS

MÁRIO NEME

- **Informações pessoais**

Nome: Mário Abdo Neme

Pseudônimo: Dr. Salim

Nascimento: 02 de maio de 1912, em Piracicaba

Falecimento: 13 de março de 1973, em São Paulo

Filho de: Abdo Neme e Missera Miguel Neme

Casado com: Amábile Cenedese Neme (falecida)

Lícia Maria Neme (segundo casamento)

Filhos: não teve

- **Formação escolar:**

Externato São José – jardim de infância

Grupo Escolar Morais de Barros – curso primário

Ateneu Piracicabano

Escola de Comércio Morais de Barros

Escola de Comércio Cristóvão Colombo

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

- **Atividade profissional:**

A Gazeta de Piracicaba – 1927 - primeiro trabalho, na mesma época cria revistas e jornais de vida efêmera.

Bedel da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Ginásio Municipal de Limeira – 1931 – Aprovação como Guarda-livros prático

Redator de O Momento - 1931

O Correio de São Paulo - 1936

Jornal da Manhã

Última Hora

Concurso para Escrivão da Câmara Municipal Paulistana – em 1937 – é requisitado pelo DPH – encarregado da Revista do Arquivo Municipal

Realizou o Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal de São Paulo - 1943

Casa do Bandeirante - 1953

Na remontagem e funcionamento da Exposição de Artes e Técnicas Populares - 1956 a 1957

Na Junta Coordenadora dos Museus Municipais, da Secretaria de Educação e Cultura da Municipalidade de São Paulo -1958 a 1959

O Estado de São Paulo - 1940 a 1972

Museu Paulista - 1960 a 1973

- **Eventos importantes:**

1942 – participa da fundação da Sociedade Brasileira de Escritores; função: secretario geral

1945 – participa da organização I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, em janeiro

1953 a 1956 - participa da organização da Exposição Histórica comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo

APÊNDICE B

Produção Textual

PRODUÇÃO TEXTUAL

MÁRIO NEME

PUBLICAÇÕES

NEME, Mário. *Plataforma da Nova Geração* - 29 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento no inquérito promovido por Mário Neme. Porto Alegre/RS: Ed. Globo, 1945, 293 págs.

NEME, Mário. *África Negra*. São Paulo/SP: Ed. Coliseu, 1966, 123 págs.

NEME, Mário. *História da fundação de Piracicaba*. Piracicaba/SP: João Mendes Fonseca Ed., 1943, 206 págs.

NEME, Mário. *Notas de revisão da História de São Paulo*: século XVI. São Paulo/SP: Ed. Anhambi, 1959, 396 págs.

NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo/SP: Difusão Européia do Livro; Edusp, 1971, 271 págs. (Corpo e Alma do Brasil XXXII).

NEME, Mário. *Estudinhos brasileiros*. Curitiba/PR: Guairá Ltda, 194-, 119 págs. (Coleção Caderno Azul, vol. 28).

NEME, Mário. O primeiro colonizador de Piracicaba. Separata de: *Revista Investigações*, São Paulo, ano IV, n. 44, ago. 1952.

NEME, Mário. *Piracicaba: documentário*. 1936.

CONTOS

NEME, Mário. *Donana Sofredora*. Curitiba/PR: Ed. Guaíra Ltda, 1941. (Coleção Caderno Azul, vol. 03).

NEME, Mário. *Mulher que sabe latim*. São Paulo/SP: Ed. Flama, 1944, 158 págs.

NEME, Mário. Já é tarde, não? In: RIEDEL, D. (org.). *Pinheirais e Marinhas*. Paraná e Santa Catarina. BRUNO, H. DA S. Seleção, introdução e notas. São Paulo Cultrix, 1959, p. 229 - 240. (Col. Histórias e Paisagens do Brasil, Vol. VII).

DESENHO:

Cadavre exquis - desenho realizado com Lourival Gomes Machado e Sérgio Milliet. In: SCHWARZ, R. *Pássaro na gaveta*. São Paulo, Massao Ohno Editora, 1959.

PEÇA DE TEATRO

NEME, Mário. *Pequenos serviços em casa de casal*. 1944. 21 p. Mimeo.

REVISTA CLIMA

NEME, Mário. Ensaio sobre a comadre. *Clima*, São Paulo, nº. 02, p. 70-78. jul. 1941.

NEME, Mário. Carta de Mário Neme a Antonio Candido (20/01/1942). *Clima*, São Paulo, nº. 09, p. 131-133. abr. 1942.

NEME, Mário. Mula que faz him. Mulher que sabe latim. *Clima*, São Paulo, nº. 09, p. 79-85. abr. 1942.

NEME, Mário. Dona Adelaide, como o nome indica. *Clima*, São Paulo, nº. 11, p. 75-87. jul./ago. 1942.

REVISTA PLANALTO

NEME, Mário. "Caderno Azul" e outras cores também. *Planalto*, São Paulo, nº. 03, ano 01, p. 06. 15/06/1941.

NEME, Mário. Pra começo de conversa. *Planalto*, São Paulo, nº. 04, ano 01, p. 02. 01/07/1941.

NEME, Mário. Teorismo, realidade e língua brasileira. *Planalto*, São Paulo, nº. 05, ano 01, p. 14. 15/07/1941.

NEME, Mário. Donana Sofredora. *Planalto*, São Paulo, nº. 09, ano 01, p. 07. 15/09/1941.

NEME, Mário. Infância e juventude de Prudente de Moraes. **Planalto**, São Paulo, nº. 11, ano 01, p. 02 e 22. 15/10/1941.

NEME, Mário. A mui infeliz senhora Amélia ou aquela que morreu de amor. **Planalto**, Ensaio de caricatura da língua portuguesa, São Paulo, nº. 12, ano 01, p. 05 e 20. 01/11/1941.

NEME, Mário. Bilhetinho a Mário Donato acerca de língua brasileira e outras línguas. **Planalto**, São Paulo, nº. 13, ano 01, p. 18. 15/11/1941.

NEME, Mário. Cururu dos Paulistas. **Planalto**, São Paulo, nº. 15, ano 01, p. 11 e 14. 15/12/1941.

NEME, Mário. Dona Marta e aquelas crianças com fome... **Planalto**, São Paulo, nº. 18, ano 02, p. 03 e 06. 01/02/1942.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO

NEME, Mário. Piracicaba no século XVIII. **Revista do Arquivo Municipal**, Documentação Histórica, São Paulo, ano IV, vol. XLV, p. 131-186. mar. 1938.

NEME, Mário. Um município agrícola. Aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba. **Revista do Arquivo Municipal**, Documentação Social, São Paulo, ano V, vol. LVII, p. 04-96. mai. 1939.

NEME, Mário. Pedro Luís. Notas para uma biografia. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ano VI, vol. LXIII, p. 03-44. jan. 1940.

NEME, Mário. Fundação de Piracicaba. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ano VI, vol. LXVI, p. 128-178. abr./mai. 1940.

NEME, Mário. A acentuação na ortografia simplificada. **Revista do Arquivo Municipal**, Expansão Cultural, São Paulo, ano VII, vol. LXXIII, p. 99-141. jan. 1941.

NEME, Mário. Linguagem de Mário de Andrade. **Separata da Revista do Arquivo**, nº. CVI, Departamento de Cultura de São Paulo, São Paulo/SP 1946. 10 págs.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA

NEME, Mário. Anais do Museu Paulista. In: *Anais do Museu Paulista*, Redação, Tomo XV, São Paulo, 1961, p.IX-XI.

NEME, Mário. Notas para uma teoria do comércio colonial Português. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XVII, São Paulo, 1963, p. 07-46, e anexos.

NEME, Mário. Utilização cultural de material de museu. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XVIII, São Paulo, 1964, p. 07-62.

NEME, Mário. O século XIX brasileiro. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XIX, São Paulo, 1965, p. 07-09.

NEME, Mário. A Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais no tempo do domínio holandês no Brasil. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXII, São Paulo, 1968, p. 07-214.

NEME, Mário. Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIII, São Paulo, 1969, p. 07-100.

NEME, Mário. Dados para a história dos índios Calapó. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIII, São Paulo, 1969, p. 101-147.

NEME, Mário. Um governador reformista no São Paulo Colonial. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIII, São Paulo, 1970, p. 09-53.

COLEÇÃO MUSEU PAULISTA:

NEME, Mário. *Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba*. São Paulo/SP: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1974, 133 págs. (Coleção Museu Paulista - Série de História vol. 01).

REVISTA DO BRASIL

Já é tarde, não? *Revista do Brasil*, nº. 39, p. 28-33. set. 1941.

APÊNDICE C

Quadro Resumo de Atividades Museu Paulista – 1960/1971

Quadro resumo das atividades destacadas pelo Diretor do MP de 1960 a 1971	
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1960</p>	<p>Necessidades urgentes encaminhadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Construção do pavilhão anexo; 2. Reestruturação do quadro de funcionários - criação dos cargos de historiógrafo e etnógrafo; 3. Transformação das Secções de História e de Etnografia em Divisão de História e Divisão de Antropologia, para futura criação de dois institutos autônomos; 4. Contratação de 20 serventes; 5. Abertura do museu todos os dias da semana com exceção das segundas-feiras para manutenção interna. <p>Novos elementos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem de exposições didáticas, periódicas, de História de São Paulo, História do Brasil e de Etnografia; 2. Criação do Curso de Museologia; 3. Publicação periódica dos Anais do Museu Paulista e da Revista do Museu Paulista; 4. Criação do serviço de visitas guiadas para escolares; 5. Transformação do Museu Paulista em Instituto pertencente a Universidade de São Paulo.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1961</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório geral não localizado - tivemos acesso ao relatório da Secção de História.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1962</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforma da total do telhado de vidro e claraboia; 2. Concorrência pública para construção do Pavilhão anexo; 3. Instalação do PBX; 4. Transferência do Museu Paulista para Universidade de São Paulo; 5. Instalação da sala de cursos e conferências devidamente equipada; 6. Início do Curso de Museologia; 7. Renovação do convênio com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 8. Compra do Arquivo Aguirra.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1963</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório geral não localizado - tivemos acesso ao relatório da Secção de História.
	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Viagens ao exterior de diversos profissionais para participação em congressos e para realização de pesquisas; 2. Realização de Seminários de História do Brasil e de

<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1964</p>	<p>Arqueologia;</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Doação de peças do Museu Pigorini de Roma, para compor o acervo inicial do Museu de Arte e Arqueologia da USP; 4. Restauro de peças do acervo.
<p>RELATÓRIO "SUCINTO"</p> <p>REFERENTE AO ANO DE 1965</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conclusão de pesquisas em andamento pela equipe do Museu; 2. Participação da reunião anual do Comitê Nacional de Organização Nacional do International Council of Museums (ONICOM) - Rio de Janeiro 30/07/1965; 3. Oferta do curso de História do Brasil no século XIX, com 131 inscritos, pelo Museu; 4. Expedições científicas pela Secção de Etnografia; 5. Publicação dos Anais do Museu Paulista.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1966</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Viagens ao exterior por diversos membros da equipe do Museu; 2. Passou a funcionar o Fundo de Pesquisas do Museu Paulista; 3. Edição de novos volumes do Anais do Museu Paulista; 4. O regulamento do Instituto a que o Museu fora transformado, ainda não foi aprovado; 5. Convênio com o Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal para aquisição de cópias de documentos; 6. Compra de aparelhos para os Laboratórios de Restauro e de Fotografia; 7. Criação do Serviço de Filatelia; 8. Participação do Diretor no IV Congresso Nacional de Museus; 9. Homenagem a memória do Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, com colocação de placa de bronze no auditório do Museu.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1967</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Problemas com as chuvas no Museu Republicano de Itu; 2. Laboratório de Restauro presta serviços para o Palácio Bandeirante, com móveis atacados por térmitas; 3. Remodelação das exposições; 4. Realização de concurso público para Arqueólogo e para Historiógrafo; 5. Aprovado o regulamento do Museu; 6. Participação pelo diretor de comissões para criação de um Instituto Universitário, criações de departamentos e um ante projeto para criação do Departamento de Museologia; 7. Reunião do ONICOM no Rio de Janeiro.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reclama da carência de recursos financeiros; 2. Participação da Comissão do Instituto de Artes; 3. Montagem de exposição com o Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga; 4. Publicação dos Anais do Museu Paulista;

<p>ANO DE 1968</p>	<ol style="list-style-type: none"> 5. Organização de um programa de visitas orientadas para escolares; 6. Concurso público para o setor de Arqueologia; 7. Localização de inúmeros sítios arqueológicos pela equipe da Secção de Arqueologia, com apoio da FAPESP; 8. Concurso para admissão de funcionários.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1969</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reclama dos cortes sofridos no orçamento; 2. Continuação das pesquisas arqueológicas; 3. Continuação das pesquisas históricas; 4. Curso de pós-graduação em Arqueologia para formandos do Departamento de Antropologia; 5. Curso de extensão universitária de Paleografia; 6. Curso de difusão cultural de Antropologia Cultural; 7. Remanejamento das exposições; 8. Realização de exposições didáticas nas seguintes localidades: Piraju, Santo André, Itu; 9. Publicação dos Anais do Museu Paulista, e do livro Sítio Arqueológico Fonseca pela Secção de Arqueologia; 10. Pesquisa de assuntos relacionados ao Museu pelo Diretor em Portugal, bem como realizar novas encomendas de documentos ao Arquivo Histórico Ultramarino; 11. Colaboração com diversas instituições, professores e alunos com o Laboratório de Cine-Foto-Sonografia.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1970</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Carência de recursos; 2. Reformulação das exposições; 3. Prosseguimento das pesquisas arqueológicas e históricas; 4. O Museu permanece a dois anos sem etnólogo; 5. Montagem de exposições nas cidades de: Santo André, Presidente Prudente, Ourinhos e Tupã; 6. Desinfecção do prédio do Museu; 7. Instalação em convênio com a Prefeitura de Piraju do Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas; 8. Atendimento do Laboratório de Cine-Foto-Sonografia; 9. Participação da Comissão para Remodelamento do Parque do Ipiranga.
<p>RELATÓRIO REFERENTE AO</p> <p>ANO DE 1971</p>	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cursos de Extensão oferecidos: Arqueologia Brasileira, Fotografia de Laboratório, Introdução aos Estudos de Dialetoologia Brasileira; 2. Conferências organizadas: A Arte Rupestre Pré-histórica, aconteceu no Museu Paulista; Segredos do Subsolo Brasileiro, sediada no Museu de Arte de São Paulo; Arqueologia Brasileira, apresentada no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas de Piraju; 3. Diversas prospecções pela equipe de arqueologia; 4. Continuação das pesquisas históricas;

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Expedições etnológicas; 6. Remanejamento das exposições do Museu Paulista e do Museu Republicano de Itu; 7. Organização de exposições em Santo André, no Museu de Arte de São Paulo e no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas de Piraju; 8. Palestra sobre arqueologia com acompanhamento de material a grupo escolar; 9. Publicação dos Anais do Museu Paulista e da Revista; 10. Catalogação de acervos externos ao MP: Arquivo Félix Guisard/Taubaté, Arquivo e Centro de Documentação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, Arquivo Público de Cuiabá; Coleção Max Huhle/Peru; 11. Desinfecção de acervo e museus; 12. Assistência técnica de diferentes serviços a diversos órgãos governamentais e empresas; 13. Participação do Diretor na banca de Livre-Docência de Maria Thereza Scherer Petrone; 14. Grande procura pelo Arquivo Agora e pelo Centro de Documentação Histórica.
--	--

Fonte: Relatórios gerais do Museu Paulista de 1960 a 1973.

ANEXOS

ANEXO A

Relatórios do MP – 1960-1971

A ortografia dos relatórios foi atualizada de acordo com as novas regras

RELATÓRIO referente ao ano de 1960

RELATÓRIO de 1960

APRESENTADO AO SENHOR PROFESSOR DR. LUCIANO VASCONCELOS DE CARVALHO,
DIGNÍSSIMO SECRETÁRIO DE ESTADO DE NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO, PELO DIRETOR
SUBSTITUTO DO MUSEU PAULISTA, SR. MÁRIO NEME.

São Paulo, 15.1.1961.

[p.1]

Senhor Secretário,

Na conformidade da legislação em vigor, temos o prazer de passar às mãos de Vossa Excelência o relatório das atividades do Museu Paulista, bem como das ocorrências nele verificadas no decorrer do ano de 1960.

DIRETORIA

Nomeado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, o signatário deste assumiu, em 9 de fevereiro, o cargo de Diretor substituto do Museu Paulista, enquanto o Diretor efetivo, dr. Paulo Duarte, passava a exercer função específica junto ao Gabinete do Sr. Secretário.

NECESSIDADES URGENTES

O Diretor substituto, enfrontado das necessidades mais prementes da instituição, representou ao Exmo. Sr. Secretário em várias oportunidades, encarecendo as medidas que se faziam indispensáveis e urgentes.

Delas, as mais urgentes são: a) a construção de um Pavilhão anexo ao Museu; b) a reestruturação do quadro dos funcionários, com o objetivo de criar cargos de historiógrafos e etnógrafos para que se possam desenvolver os trabalhos de pesquisa nesses dois campos de estudo.

Ficou salientado na oportunidade que a transformação das Seções de História e de Etnografia em duas Divisões, uma de História, outra de Antropologia, representaria o primeiro passo para a criação de dois institutos autônomos, como consta do projeto organizado pela comissão presidida pelo dr. Paulo Duarte.

Outra providência pedida por esta Diretoria foi a contratação de vinte serventes, com os quais não só se preencheriam os claros verificados no quadro desses auxiliares, e que [p.2] sérios transtornos vem causando à administração, como ainda obteria o franqueamento do Museu à visitação pública em todos os dias da semana, incluídos os Domingos, excetuando-se apenas as Segunda-feiras, que se desatinariam a limpezas mais amplas e remanejamento de vitrinas e painéis. Tal medida representaria, sem dúvida, grande facilidade ao público, além de

constituir motivo de atração para um maior número de visitantes. Tendo sido aprovadas pelo Exmo. Sr. Governador essa e outras despesas, para correrem por conta do Plano de Ação de 1960, é de crer venha a contratação dos referidos serventes a ser efetivada no próximo exercício.

EXPOSIÇÕES DIDÁTICAS

Dois propósitos desta Diretoria, para os quais se prepararam os planos iniciais, consubstanciavam-se em: 1. Montagem de exposições didáticas, periódicas, de História de São Paulo e do Brasil, e de Etnografia; 2. Criação de um curso de Museologia, a ser custeado por verba federal. O primeiro foi prejudicado pela não construção do Pavilhão anexo – para o qual a D.O.P. executara a respectiva planta – não tendo sido possível, por esse motivo, desocupar as duas Galerias do edifício do Museu, nas quais se instalariam as referidas exposições. Como o edifício não possui outras dependências que comportem a série de painéis necessários às exposições, ficam elas dependendo da construção do Pavilhão, para o qual devem ser removidos os veículos e demais peças de grande porte hoje colocados nas duas Galerias.

CURSO DE MUSEOLOGIA

O Curso de Museologia, ao qual esta Diretoria pretende emprestar desde o início cunha prático e alto nível, e para o qual já tem assegurada a colaboração do pessoal especializado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficou dependendo da aquisição do mobiliário indispensável, já pedido e autorizado, mas não recebido em tempo. Esta iniciativa [p.3] ficou dependendo também, embora não de maneira condicional, do recebimento da verba federal relativa ao exercício de 1959. Espera-se que em 1961 as coisas corram mais à feição, permitindo a esta Diretoria alcançar esses dois objetivos de alto sentido cultural.

Quanto à mencionada verba federal, consignada no orçamento da União de 1959, o Diretor do Museu, autorizado por Vossa Excelência, esteve no Rio de Janeiro antes da mudança da Capital Federal e em dois dias consecutivos que ali permaneceu conseguiu localizar o respectivo Processo no Protocolo Geral do Ministério da Fazenda, fazê-lo seguir de onde se achava, Divisão do Tesouro, para o Tribunal de Contas, para registro, daí para a Contadoria Secional do Ministério de Educação e finalmente depositá-lo nas mãos do Sr. Oficial de Gabinete do Sr. Ministro da Fazenda, com duas cartas de recomendação ao Sr. Ministro, de um Senador e de um Deputado Federal por São Paulo. Depois disso, o Exmo. Sr. Governador do Estado acedeu em despachar instante telegrama ao Sr. Ministro da Fazenda. Contamos poder receber essa verba no início do próximo exercício, bem como o mobiliário acima mencionado, para dar início ao Curso de Museologia.

PUBLICAÇÕES

Como sabe Vossa Excelência, as publicações do Museu Paulista constituem uma das principais expressões científicas da instituição. São elas a “Revista do Museu Paulista” (Etnografia) e “Anais do Museu Paulista” (História). Este ano, em tempo hábil, foi pedida autorização para a publicação da Revista e dos Anais. Em 6 de abril de 1960 endereçamos ofício a Vossa Excelência, no qual dizíamos:

“Os “Anais” do Museu Paulista, publicação que projetou o nome desta instituição nos centros culturais de todo o Brasil e do exterior, contribuindo grandemente para firmar nesses centros o renome técnico-científico de São Paulo, estão com as suas edições paralisadas desde 1950.

Desejando a direção deste instituto incentivar as atividades [p.4] de todos os seus setores, não podíamos descurar do caso dos “Anais” cuja publicação vem sendo reclamada por historiadores e instituições especializados do Brasil, das Américas, da Europa e de outras partes.

Caracterizando-se a presente administração do Estado pelo incremento de todas as atividades de caráter científico e cultural, fundamento de todo progresso técnico, industrial, agrícola e comercial de São Paulo, é natural que os “Anais do Museu Paulista” voltem a circular com a regularidade que fez deles a publicação prestigiosa e autorizada de outros tempos.”

O nosso pedido, tanto em relação aos “Anais” quanto à “Revista”, foi aprovado no dia 29 de abril pela Comissão Permanente de Orçamento, da Secretaria de Educação, mas infelizmente no que toca os “Anais”, o tempo se escoou, terminou o ano, e a autorização não foi concedida.

Além de desprestígio que esse fato acarreta diretamente para o Museu Paulista, indiretamente para a Secretaria da Educação e para o Governo do Estado, há a considerar um inconveniente dificilmente reparável que daí decorre. Numerosas instituições de todos os Estados do Brasil, e muitas do Exterior, em vista de não continuarem recebendo os “Anais” do Museu, deixaram de nos remeter as suas publicações seriadas, causando com isso falhas nas coleções, falhas que só em lances de muita sorte serão em pequena parte preenchidas, com aquisições feitas em livrarias especializadas em “livros velhos”. O prejuízo que o Museu Paulista está tendo em virtude desse estado de coisas é impossível de calcular, mormente quando se sabe que a permuta de publicações é que constitui a principal forma de correspondência entre os pesquisadores e o mais positivo fator de progresso dos estudos especializados.

ACERVO HISTÓRICO

Folgamos em consignar que esta Diretoria conseguiu fazer a transferência para o Museu, a título de doação, de todo o valioso acervo remanescente da Exposição de História de São Paulo [p.5] organizada em 1954 no Parque Ibirapuera, com a assistência técnica do signatário deste Relatório. Consiste esse acervo de maquetes de monumentos históricos, de documentos originais, cópias e reproduções de documentos e mapas, fotografias ampliadas de numerosas personalidades da História de São Paulo e do Brasil, moldagens de baixo-relevo, objetos, painéis e material utilizável, tudo num total de 1.855 peças, melhor especificadas no Relatório anexo do Sr. Chefe da Seção de História.

O patrimônio do Museu, no que toca aos setores de História, Numismática, Etnografia e Biblioteca, foi ainda enriquecido com diversas aquisições e doações, a que se fazem referências nos respectivos Relatórios que deste ficam fazendo parte integral.

No que se refere ao acervo, cabe consignar que o Museu perdeu a oportunidade de adquirir uma Banqueta de altar completa, constituída de sete peças valiosas (seis tocheiros e uma cruz central), em madeira entalhada e que pertenceu à antiga Igreja do Colégio. Em 20 de setembro solicitamos autorização para efetuar essa compra, mediante descongelamento de verba na quantia de sessenta mil cruzeiros, sem que fossemos atendidos. À vista disso, preferiu o proprietário vender as peças, a muito melhor preço, a um particular.

VISITAS GUIADAS

Tendo tido oportunidade de verificar o nenhum aproveitamento das visitas de escolares ao Museu, por desconhecerem os professores acompanhantes, em geral, a significação de peças expostas ou de fatos históricos com elas relacionados, resolvemos instituir um serviço de monitores para esses grupos de estudantes, indicando-lhes de preferência os dias em que o Museu não está franqueado ao público. Duas funcionárias foram instruídas para dirigir as visitas das classes, uma para a parte de História e Numismática, outra para a parte de Etnografia. Iniciada em fins de junho deste ano, esta modalidade de visitas propiciou melhor aproveitamento para os estudantes, e apesar de [p. 6] se não ter feito maior divulgação, registrou-se o(s) comparecimento(s)¹⁷³ de 33 estabelecimentos de ensino de vários graus, num total de 1358 alunos.

EXPOSIÇÃO HENRIQUINA

Autorizado por Vossa Excelência, o Museu Paulista colaborou com as entidades promotoras da Exposição histórica em homenagem a D. Henrique e à Marinha Brasileira, presentemente franqueada ao público na “Casa de Portugal”. A colaboração não se limitou à cessão, por empréstimo, de peças e painéis, mas esta Diretoria, atendendo pedido dos promotores, se prestou a escrever o Roteiro pelo qual a Exposição foi montada.

PASSAGEM DO MUSEU PARA A UNIVERSIDADE

Tendo Vossa Excelência exposto as dificuldades que o Museu sempre encontraria em ver os seus problemas atendidos com a presteza necessária pelo titular da pasta da Educação, que (cujo titular), pela natureza do próprio cargo, tem de estar permanentemente atendo às questões do ensino e aos assuntos escolares, motivo porque sugeria a passagem do Museu para a Secretaria do Governo, pedimos-lhe autorização para pleitear o ingresso da instituição no quadro da Universidade, que é o seu ambiente natural.

Assim, autorizada por Vossa Excelência, esta Diretoria teve oportunidade de expor o caso ao Magnífico Reitor, a quem fez entrega de um memorial a ser submetido à apreciação do Conselho Universitário. Nesse memorial dizíamos:

“Desde sua criação em 1893, o Museu Paulista é uma instituição dedicada essencialmente a pesquisas científicas. Basta lembrar o nome de seu primeiro diretor Hermann Von Ihering, sob cuja orientação o Museu alcançava já em fins do século passado renome internacional pelos trabalhos zoológicos, arqueológicos e etnográficos realizados por

¹⁷³ As expressões em parênteses indicam alteração à caneta esferográfica ao texto datilografado do original.

cientistas a seu serviço. A REVISTA DO MUSEU PAULISTA, fundada em 1895, tornou-se em pouco tempo uma das publicações periódicas que melhor representavam a ciência do nosso País no exterior.

Durante a gestão do diretor Taunay, o Museu foi declarado “Instituição Complementar da Universidade de S. Paulo”, [p. 7] desenvolveu o setor dedicado aos estudos da História pátria e iniciou a sua segunda publicação periódica, esta, órgão do referido setor, sob título ANAIS DO MUSEU PAULISTA.

Hoje, o Museu Paulista é um dos Institutos de Pesquisa do Estado, fazendo jus os seus funcionários cientistas ao Regime de Tempo Integral. Cumpre notar que estes funcionários (2 historiógrafos, 1 etnólogo e 1 numismata) possuem formação universitária. No que diz respeito às publicações periódicas, iniciou-se em 1947 a “NOVA SÉRIE” da REVISTA DO MUSEU PAULISTA, órgão da Seção de Etnologia dedicado exclusivamente às disciplinas antropológicas.

Os dados expostos evidenciam que o âmbito mais adequado para o Museu Paulista é o da Universidade e não o de uma Secretaria de Estado circunscrita exclusivamente aos assuntos do ensino primário e secundário, como o é a da Educação, à qual o Museu pertence. Assim o entende também o atual ocupante desta pasta, Exmo. Sr. Dr. Luciano Vasconcelos de Carvalho, ao declarar-se plenamente de acordo com a eventual saída do Museu da sua jurisdição, tendo mesmo autorizado esta diretoria a entrar em entendimentos com a Reitoria da Universidade de S. Paulo a fim de ventilar a passagem definitiva do estabelecimento para ela. Recomenda esta medida especialmente o fato de um instituto do gênero do Museu Paulista representar complemento natural duma universidade, como mostram numerosos exemplos na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, onde os Museus são parte ativa e substancial das universidades. No caso do Museu Paulista, o entrosamento com as cadeiras de História, Antropologia, Etnografia Brasileira, Geografia e Sociologia oferece aos estudantes um campo de aplicação para estudos teóricos e práticos, campo esse, aliás, já muito aproveitado pelos estagiários, incluindo-se bolsistas estrangeiros da Universidade de S. Paulo que trabalharam nos últimos anos no Museu do Ipiranga. Acresce que a vinculação mais estreita do Museu com a Universidade poria à disposição permanente das referidas cadeiras o imenso acervo didático constituído pelas mais de cinco mil peças de sua coleção histórica, cerca de vinte mil peças de etnografia e arqueologia, [p.8] cerca de dez mil documentos de seu arquivo e de quarenta mil obras de sua biblioteca especializada. Não há duvida, portanto, que a incorporação do Museu Paulista na Universidade de S. Paulo, subordinando-se diretamente à Reitoria, contribuiria decisivamente para a intensificação das pesquisas históricas e antropológicas em São Paulo.

Além disso, está a sua atual diretoria providenciando a criação de um Curso de Museologia, especialmente dedicado a alunos e licenciados das diversas cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, curso que terá o caráter de extensão universitária e visará capacitar o aluno a resolver os problemas de planificação, montagem e funcionamento de museus, transmitindo-lhe ainda conhecimentos práticos sobre coleta, classificação, catalogação, conservação, restauração, exposição, etc. do material correspondente a cada gênero do museu. O Curso será mantido por verba federal, já votada para 1959 e 1960, e a diretoria do Museu está em entendimentos com o diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e com a Presidente da Organização Internacional de Museus, da Unesco,

para designação de elementos qualificados que se encarreguem dos primeiros cursos. É ideia também aproveitar para esse fim, no início, alguns professores da Universidade de S. Paulo, o que está dependendo de maiores entendimentos. Espera-se dar início ao Curso em fevereiro ou março do próximo ano, estando já preparado um salão do Museu e encomendado o mobiliário.

É de crer que com a sua vinculação à Reitoria, encontrará o Museu outras formas de entrosamento entre os seus serviços técnico-científicos e as cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mais diretamente interessadas no seu acervo de peças de caráter histórico e antropológico e na sua valiosa biblioteca especializada.”

O Sr. Reitor deu a melhor acolhida à nossa sugestão, prontificando-se até a nos auxiliar no caso de reestruturação do quadro do pessoal, medida que, conforme informamos então a S. Excia., estava sendo pleiteada por esta Diretoria. Se entendíamos, conforme dissemos, que o Museu devia ser antes reestruturado para em seguida passar para a Universidade, como instituto anexo, S. Excia., nos confirmou nessa opinião, por ser mais interessante ao próprio Museu. Postas as coisas nesse pé, a transferência do Museu fica, pois, dependendo da sua reestruturação.

Acreditamos que o Exmo. Sr. Secretário, como homem de espírito cultivado, verdadeiro intelectual que é, compreenderá as vantagens que dessas medidas decorrerão para a vida cultural de São Paulo, e nos dará todo o apoio para a sua concretização. Especialmente tendo em vista que a reestruturação do Museu em nada prejudicará os interesses da Secretaria de Educação, desde que as verbas exigidas para o caso serão criadas de novo.

VISITAS

Além dos alunos incorporados de estabelecimentos de ensino da Capital, do Interior e de outros Estados – para os quais foram reservados dias em que o Museu não abre para o público, as visitas registradas em 1960 assim se distribuíram pelos diversos meses:

Janeiro	37.704
Fevereiro	15.897
Março	25.375
Abril	22.856
Maio	18.397
Junho	21.311
Julho	41.831
Agosto	25.172
Setembro	57.920

Outubro	29.551
Novembro	20.711
Dezembro	32.185
Totais	348.910

MUSEU REPUBLICANO “CONVENÇÃO DE ITU”

No Museu de Itu, dependência desta instituição, não houve ocorrência digna de registro especial. O movimento de visitas em 1960 acusou os seguintes resultados:

Janeiro	1.558
Fevereiro	1.777
Março	1.349
Transporte	4.684
[p.10]	
Transporte	4.684
Abril	2.307
Maio	1.659
Junho	3.549
Julho	3.605
Agosto	1.846
Setembro	1.373
Outubro	1.901
Novembro	1.234
Dezembro	1.045
Total	23.203

VIAGENS

Devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Governador, realizaram viagens de estudos e pesquisas os seguintes funcionários: Prof. Herbert Baldus, Chefe da Seção de Etnografia, na Áustria, França, Alemanha e Itália.

O Sr. Harald Schultz, Assistente de Etnologia da mesma Seção, nos sertões do Araguaia e do Alto Solimões, para coleta de material e registros por meio de filmes e gravação de sons.

A Sra. Vilma Chiara, da mesma Seção, nos Estados Unidos, onde ainda se encontra, freqüentando cursos de aperfeiçoamento em Museologia.

De todas essas viagens dá-se notícia mais circunstanciada no Relatório do Sr. Chefe da Seção de Etnografia, que acompanha este.

QUADRO DE PESSOAL

Verificaram-se durante o ano as seguintes admissões: Sr. Amintas Coelho Vasconcelos, para exercer as funções de servente extranumerário, Ato de 14, publicado do D.O. de 25.12.60; D. Didi Pereira de Toledo para exercer as funções de Assistente de Administração por Ato de 30, publicado no D.O. de 31.1.60 e D. Darcy Ramos de Oliveira, para exercer as funções de Escriurário em estágio probatório, por Decreto de 2, publicado no D.O. de 5.5.60.

São estas, Senhor Secretário, as informações que temos (tenho) a honra de prestar a Vossa Excelência acerca do movimento de [p.11] de 1960, bem como de suas necessidades mais prementes.

Reiteramos (Reitero) a Vossa Excelência os protestos de nossa (minha) alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARIO NEME

DIRETOR SUBSTITUTO

A Sua Excelência o Senhor Doutor LUCIANO VASCONCELOS DE CARVALHO

Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Educação

RELATÓRIO referente ao ano de 1962

Excelentíssimo Senhor Professor Euvaldo de Oliveira Mello

Digníssimo Secretário de Estados dos Negócios da Educação

Senhor Secretário,

A Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de apresentar a Vossa Excelência, no cumprimento de determinação legal, o presente Relatório referente às atividades da instituição no exercício de 1962.

DIRETORIA

Até 31 de Dezembro de 1962, a Diretoria do Museu Paulista continuou a ser exercida pelo signatário deste, na qualidade de Diretor Substituto, em cujas funções fora empossado em 9 de fevereiro de 1960, enquanto o Direto efetivo, dr. Paulo Duarte, passava a executar comissão especial junto ao Gabinete do Sr. Secretário da Educação, na qual permaneceu no decurso do exercício de 1962.

PAVILHÃO ANEXO

Em 19 de Outubro foi encerrado, na Secretaria da Viação (Diretoria de Obras), a concorrência pública para a construção de um Pavilhão anexo ao Museu Paulista e destinado a exibição de veículos, máquinas e aparelhos mecânicos. Em virtude das exigências burocráticas a que teve de submeter-se o andamento do Processo, a construção em causa só poderá ter início no próximo ano, quando se espera que, uma vez pronto o Pavilhão, se poderá tirar dele o maior proveito, já com a utilização de duas galerias do edifício do Museu hoje ocupadas com os mencionados veículos e máquinas.

Reformas no prédio: - Procedeu-se, nos meses de Novembro e Dezembro, à reforma total do telhado de vidro e clarabóia que permitem a iluminação natural da escadaria do “hall” de entrada do edifício do Museu, e que há muitos anos vinham ocasionando transtornos nos trabalhos em virtude de goteiras nos dias de chuva. O Museu teve de contribuir com cerca de 500 mil cruzeiros, de verba federal, para que os serviços de reforma não ficassem por vários meses interrompidos, em razão de se haverem esgotados os recursos de que dispunha no corrente exercício a Diretoria de Obras da Secretaria da Viação.

[p.2]

Instalação de PBX: A Companhia Telefônica Brasileira terminou em fins de Dezembro a instalação de um conjunto de PBX, com o que se espera seja resolvido o problema que vinha prejudicando seriamente os serviços gerais da instituição, por dificuldade nas comunicações rápidas com outras repartições do Estado, firmas fornecedoras, estudiosos, consulentes, estabelecimentos de ensino e público em geral. Para esse melhoramento o Museu também contribuiu com Cr.\$ 293.326,00 de verba federal, importância prevista no Plano de Aplicação da referida verba precisamente para esse fim.

Transferência do Museu para a Universidade: Em data de 31 de Outubro de 1962, o Exmo. Sr. Governador do Estado remeteu à Assembleia Legislativa a seguinte Mensagem, que teve o n. 400 e capeava o Projeto de Lei n. 1278/62:

“Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à alta consideração dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a transferência do Museu Paulista para a Universidade de São Paulo na qualidade de instituto anexo.

O âmbito mais adequado para uma instituição da espécie do Museu Paulista é o da Universidade, então o da Secretaria da Educação, onde atualmente se encontra, e que se circunscreve aos assuntos de ensino primário e secundário.

Com a sua incorporação, como instituto anexo, à Universidade de São Paulo, propicia-se o melhor aproveitamento cultural do acervo histórico, artístico e ergológico do Museu. Ao mesmo tempo, possibilita-se, através de regulamento a ser baixado pelo Reitor da Universidade, com a aprovação do Conselho Universitário, uma reestruturação orgânica mais racional e objetiva e uma administração mais harmoniosa, bem como o seu entrosamento com os demais órgãos da Universidade.

Destarte, o Museu Paulista, que através de longos anos de atividade, firmou uma reputação e uma tradição de saber e colecionou valioso material científico, ficará em condições de servir, de maneira mais eficiente, à formação universitária, e de desenvolver, plenamente, suas altas finalidades culturais.

Como corolário da transferência do Museu Paulista, propõe-se que fique sob a sua posse a administração, o terreno e o edifício que constituem sua sede, com todo o acervo e bens nele existentes, assim como o terreno, o edifício e o acervo do Museu Republicano de Itú, integrante da Seção de História do Museu Paulista. É medida que, obviamente, se impõe, desde logo, [p.3] deixando-se para uma etapa posterior, a transferência daqueles imóveis para o patrimônio da Universidade, tendo em vista a necessidade de estudos mais prolongados quanto à delimitação das áreas a serem transmitidas, por doação, já que no total da área demarcada para o Museu se incluem praças, ruas e logradouros dados a uso público há vários anos.

Finalmente, cuida-se também de transferir para a Universidade os funcionários lotados no Museu, ou os extranumerários que aí se encontram em exercício, desde que julgados necessários aos trabalhos que lhe forem afetos, dentro da nova estrutura a ser estabelecida em regulamento.

São essas considerações que me cabe oferecer à apreciação dessa nobre Assembleia, como justificativa ao projeto.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Governador do Estado”

O Projeto de Lei n. 1276/62 continha os seguintes artigos:

“Lei n.º , de de de 1962

- Dispõe sobre a transferência do Museu Paulista, da Secretaria da Educação, para a Universidade de São Paulo.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica transferido para a Universidade de São Paulo, na qualidade de instituto anexo, o Museu Paulista, de que tratam os Decretos nºs. 3.871, de 3 de Julho de 1925, e 16.565, de 27 de dezembro de 1946.

Artigo 2º - Ficam sob a posse e administração do Museu Paulista ora integrado na Universidade de São Paulo, os seguintes bens de propriedade da Fazenda do Estado:

- a) O terreno e o edifício que constituem a sede do Museu, com todo o acervo histórico, artístico e ergológico, biblioteca, aparelhos, máquinas, veículos e demais bens nele existentes;
- b) O terreno e o edifício onde se acha instalado o Museu Republicano, na cidade de Itu, com todos os seus bens nele existentes.

Artigo 3º - Dentro de 60 (sessenta) dias o Reitor da Universidade após manifestação do Conselho Universitário, baixará o Regulamento do Museu Paulista.

[p.4]

Artigo 4º - O Poder Executivo fica autorizado a integrar no Quadro da Universidade de São Paulo os cargos do Quadro da Secretaria da Educação, lotados no Museu Paulista, necessários aos trabalhos que lhe forem afetos, dentro da nova organização a ser estabelecida no Regulamento referido no artigo anterior, a eles assegurada a qualidade de funcionários públicos.

§1º - Poderá ser transferido para a Universidade de São Paulo o pessoal extranumerário atualmente em exercício no Museu Paulista.

§2º - Dentro de 90 (noventa) dias, o Chefe do Poder Executivo fará publicar no órgão oficial a relação dos cargos e funções e seus respectivos ocupantes que, nos termos deste artigo, passarão a pertencer à Universidade de São Paulo.

§3º - Os funcionários que não forem integrados no Quadro da Universidade de São Paulo serão relatados em outros Órgãos do Quadro da Secretaria da Educação.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei continuarão a correr, neste exercício, pelas dotações consignadas no orçamento vigente da Secretaria da Educação.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos de 1962.”

Auditório para cursos e conferências: - Completou-se no presente no presente [sic] exercício a instalação da sala destinada a cursos e conferências, a qual foi aparelhada com cabine de projeção, máquinas de projeção de filmes, de “slides” e estampas, microfone, etc., aparelhos estes adquiridos com recursos provenientes de verba federal e destinados a esse fim no correspondente Plano de Aplicação. Ao mesmo tempo em que recebíamos o último lote de carteiras para os alunos, tinha início já o primeiro Curso de Museologia instituído pelo Museu e cujos professores puderam dispor do aparelhamento exigido por esse gênero de ensino.

Curso de Museologia: - Teve início este ano, em 10 de setembro, um Curso de Museologia abrangendo duas séries de aulas, uma para Museu de História, outra para Museu de Zoologia. Segundo o programa estabelecido por esta Diretoria, o Curso compreenderá todos os anos matérias relativas a mais de um ramo do museu.

Destina-se o Curso a alunos das matérias correspondentes do ensino universitário, licenciados, professores secundários, estudiosos e pessoas que tenham denotado interesse por [p.5] problemas do museu.

Aos professores foi recomendado que imprimissem caráter prático ao ensino, com o objetivo de transmitir os conhecimentos técnicos da organização e funcionamento de museus.

O Curso de Museologia para Museu de História ficou assim estruturado:

- I. Organização e funcionamento
- II. Classificação e Catalogação
 - Cerâmica
 - Mobiliário
 - Arte Sacra
- III. Conservação e Restauração (obras de arte, pintura, escultura em madeira, gesso, etc. Documentos)
- IV. Utilização cultural (de material de museu)
 - a) Arquivismo
 - b) Pesquisas e estudos
 - c) Exposições didáticas e públicas
 - d) Divulgação por: 1. Imprensa, 2. Fotografia, 3. Cinema, 4. Televisão.
- V. Paleografia prática e tratamento de documentos históricos.

O Curso para Museu de Zoologia compreendeu:

- a) Objetivos (principalmente do Brasil) Científico; Educativo; Popular

b) Estrutura e Funcionamento

2. Coleções de vertebrados (pesquisa)

I. Mamíferos e Aves: coleções secas

- a) Curatoria, conservação, Arrumação, Rotulagem, Catalogação
- b) Coleta
- c) Preparo

II. Répteis, Anfíbios e Peixes: coleções em via úmida

- a) Curatoria, Conservação, Arrumação, Rotulagem, Catalogação
- b) Coleta
- c) Preparo

[p.6]

3. Coleções de invertebrados (Pesquisa)

I. Insetos (coleções secas)

- a) Curatoria
- b) Coleta
- c) Preparo

II. Coleções em via úmida

- a) Curatoria
- b) Coleta: terrestres, água doce, marinhos
- c) Preparo

1. Serviços de Documentação

I. Biblioteca

- a) Constituição
- b) Parte referência
- c) Uso

II. Desenho

III. Fotografia

- a) Preparo de originais
- b) Parte gráfica
- c) Permuta

2. Publicações

- a) Preparo de originais
- b) Parte gráfica
- c) Permuta

3. Exposição Pública

- a) Planejamento
- b) Taxidermia
- c) Ambientes naturais
- d) Rotulagem

4. Vivários

Inscreveram-se no Curso de Museu de História 51 alunos e no de Zoologia 22 alunos. Foram dadas, no primeiro, 12 aulas de Organização e Funcionamento de Museus, pelo Prof. Alfredo T. Rusins, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 18 aulas de Conservação e Restauração, pelo Prof. Edson Motta, da mesma

dependência do Ministério da Educação; 5 aulas de Arquivismo, pelo Sr. Oscar Campiglia, do Serviço de Documentação da Reitoria da USP; 5 aulas de Utilização Cultural do Material do Museu, pelo Prof. Eduardo de Oliveira França, Catedrático de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; 5 aulas de Mobiliário Artístico Brasileiro, pelo Prof. José de Almeida Santos; 4 aulas de Cerâmica (Faiança), pela Sra. Maria Helena Bracante; 4 aulas sobre Arte Sacra, pelo Sr. Pedro Oliveira Ribeiro Neto; 1 aula sobre Artes Menores, pela Sra. Maria Barreto [p.7], Conservadora do Museu Paulista e 11 aulas de Paleografia prática pelo Prof. Rozendo Sampaio Garcia, Historiógrafo do Museu Paulista.

No Curso de Museu de Zoologia foram dadas pelos biólogos do Departamento de Zoologia 2 aulas de Organização e Funcionamento de Museus de Zoologia, pelo Dr. Paulo Vanzolini; 1 aula de Répteis, Anfíbios e Peixes, pelo Dr. Paulo Vanzolini; 1 aula de Taxidermia, pelo Dr. Paulo Vanzolini; 1 aula sobre Aves, pelo Dr. H. Camargo; 2 aulas sobre Documentação científica: Biblioteca, Desenho e Fotografia, pelo Dr. H. Camargo; 2 aulas sobre Vivários pelo Dr. Lauro Travassos Filho; 2 aulas sobre Endoparasitas, pela Dra. G. Rita Kloss; 1 aula sobre Fósseis, pela Dra. Lícia Penna; 1 aula de Ectoparasitas, pelo Dr. Lindolpho Guimarães; 1 aula de mamíferos, pelo Dr. Cory T. Carvalho; 1 aula sobre Insetor, pelo Dr. Karol Lenko.

A experiência demonstrou que o ensino orientado nesse sentido pode atingir a maior eficiência, desde que os alunos preencham os requisitos previstos no esquema, isto é que sejam alunos adiantados ou licenciados na matéria, ou ainda pessoas que, por inclinação ou por profissão, possuam bons conhecimentos delas.

No caso do Curso para Museu de História, dos 51 alunos inscritos, pouco menos de vinte atendiam razoavelmente a essas condições, o que, dadas as circunstâncias adversas em que o curso teve de ser realizado, não deixa de ser um índice satisfatório.

Como somente em 17 de setembro a verba destinada ao curso seria entregue ao Museu, e para que ele tivesse a duração de pelo menos três meses, as aulas tiveram de ser iniciadas no dia 10 desse mês, onze ou doze dias após a notícia de que a referida verba seria paga, nesses doze dias teve-se de convocar professores para estabelecer as matérias, e para dar publicidade pelos jornais, com abertura de inscrições.

O período era desfavorável em virtude do acúmulo de trabalho nas escolas superiores, provocado pelas greves que são de todos conhecidas e que obrigaram a desdobramento das aulas, para recuperação de tempo perdido.

Que essa iniciativa vinha ao encontro de necessidades efetivamente existentes, pode aferir-se pelo interesse do grupo de alunos que desde o início freqüentou com regularidade as aulas ministradas.

Consideramos o curso realizado, com as deficiências sabidas, um ensaio, uma tentativa concreta, um ponto de partida, cujos resultados permitirão ao Museu orientar com maior acerto o desenvolvimento futuro dessa atividade em consonância [p.8] com as necessidades e exigências de São Paulo no campo da Museologia.

Convênio com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: - Foi renovado com essa dependência do Ministério da Educação e Saúde o convênio relativo à aplicação da verba de dez milhões de cruzeiros consignada no orçamento da União para 1962. A aplicação da verba anterior, de quatro milhões de cruzeiros, relativa ao exercício de 1960 e recebida pelo Museu em 17 de setembro deste ano, processou-se

normalmente, conforme se pode verificar dos comprovantes constantes da prestação de contas, feita em 8 de dezembro, ao órgão federal competente.

Arquivo Aguirra: - Procedeu-se à compra do Arquivo organizado pelo Sr. João Baptista Aguirra, rica coleção de documentos de considerável importância para a história da propriedade da terra em São Paulo e para a história paulista em geral. A reorganização desse arquivo está sendo prejudicada por falta de funcionários em condições de executar tal gênero de serviço, já que elementos habilitados não tiveram autorização para trabalhar em comissão no Museu Paulista.

Visitação Pública: - Tendo o Museu recebido parte dos serventes julgados indispensáveis para os fins em vista, pode esta Diretoria determinar, a partir de 20 de dezembro deste ano, a abertura diária do edifício para visitação pública, obedecendo o horário de 12 às 17.30 horas, incluídos os dias feriados e domingos. O Museu apenas permanece fechado nas 2^{as} feiras, para limpezas mais extensas e renovação de vitrinas e painéis.

Visitação pública: Durante o ano de 1962 o movimento de visitantes acusou os seguintes totais mensais:

Janeiro	57.168
Fevereiro	31.537
Março	27.710
Abril	23.796
Maiο	59.805
Junho	20.052
Julho	47.577
Agosto	35.413
Setembro	54.504
Outubro	17.696
Novembro	180
Dezembro	8.251
Total	383.689

No Museu Republicano “Convenção de Itu”, dependência [p.9] desta instituição, as visitas somaram, no mesmo período, os seguintes totais mensais:

Janeiro	1.896
---------------	-------

Fevereiro	2.232
Março	1.841
Abril	2.621
Maio	2.160
Junho	5.522
Julho	1.386
Agosto	1.808
Setembro	2.966
Outubro	2.519
Novembro	4.304
Dezembro	2.292
Total	31.547

Quadro de Pessoal: - Verificaram-se durante o ano as seguintes admissões: D. Ignez Yara Luciano Amorim, redistribuída, para exercer as funções de escriturário extranumerário, Ato de 12, publicado no D. O. de 13.4.62; D. Maria Aparecida Minieri, para exercer as funções de Telefonista, Ato de 20, publicado no D.O. de 21.11.62; e para exercer as funções de serventes extranumerários, Ato de 16, publicado no D.O. de 17.11.62, os Srs. Waldemar Decio Gambaro, Ailton Augusto de Souza, Marcio de Oliveira Rosa, Nicolau Romaniv, Benedito Rosa, Roberto Francisco Leite, Yvone Damiani, Ricardo Martins, Maria Teresa da Silva e Santa Piedade Rochiti Cassador; Ato de 27, publicado no D.O. de 28.11.62, os Srs. João Batista dos Santos, Antonio Fernandes Silva e Antonio Lelis Luiz; e Ato de 6, publicado no D.O. de 7.12.62, os Srs. Dorival Antonio Generoso, Lourival do Nascimento e Antonio Cosme Salvador.

São estas, Senhor Secretário, as informações que temos a honra de prestar a Vossa Excelência acerca do movimento de 1962, bem como de suas necessidades mais prementes.

Reiteramos a Vossa Excelência os protestos de nossa alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARIO NEME
Diretor Substituto

À Sua Excelência o Senhor Professor EUVALDO DE OLIVEIRA MELLO

Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Educação

RELATÓRIO referente ao ano de 1964

[p.1]

São Paulo, 14 de dezembro de 1964.

277

Magnífico Reitor

É com satisfação que apresentamos a Vossa Magnificência o relatório sucinto das principais atividades do Museu Paulista no exercício de 1964.

Viagens e expedições

O Diretor do Museu visitou de 24 de maio a 20 de julho, museus e arquivos históricos existentes em Portugal, Angola e Moçambique, tendo estabelecido as bases para intercâmbio cultural e científico e para o fornecimento, pelos vários arquivos, de documentação microfilmada de interesse para os estudos de história do Brasil.

O Chefe da Seção de Etnologia, Prof. Herbert Baldus participou do XXXVI Congresso Internacional de Americanistas realizado em Barcelona, Madrid e Sevilha, de 30 de agosto a 11 de setembro. Foi eleito vice-presidente do Comitê-Executivo, dirigiu um Simpósio sobre o Estado atual da Etnologia na América Latina e participou de outro, sobre Problemas de Acluturação. Tomou parte, em Saragoza, como membro do Conselho Permanente da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, em reunião desse órgão, acompanhando pesquisas de pinturas rupestres na região de Albarracin, e de aldeia fortificada na região de Caspe.

O Assistente de Etnologia, Harald Schultz, realizou pesquisas etnográficas, a partir de 30 de junho, entre os Waurá, no Alto Xingú, tendo colhido artefatos dessa tribo para o Museu. Produziu filmes científicos e obteve o texto de numerosas lendas e descrições ergológicas. Fez gravações de som e tirou milhares de fotografias.

A Conservadora de (do) Museu, Wilma Chiara, realizou, a partir de 9 de julho, pesquisas na aldeia Krahó de Pedra Branca[p. 2], Alto Xingú, estudando a arte e as diversas técnicas desses índios. Fez gravações de som e coletou numerosas peças etnográficas que vieram completar a nossa coleção Krahó.

A Estagiária Bente Bittmann Simons, arqueóloga dinamarquesa, realizou, em maio, escavações na região de Iguape, entregando ao Museu o material achado.

A Estagiária Sílvia Maranca realizou viagens de prospecção a fim de delimitar área a ser estudada em pesquisa sobre inter-relações entre as culturas arqueológicas do litoral paulista e os fatores geográficos.

Pesquisas

Tiveram prosseguimento as seguintes pesquisas de História e Etnografia:

Sobre Brasil Holandês, encarada a experiência holandesa no Brasil pelo prima[sic] da história das ideias, pelo Diretor do Museu, Sr. Mario Neme;

Caminhos antigos de São Paulo, nas suas implicações históricas e pré-históricas, pelo Chefe de Seção de Lingüística, Prof. Francisco Rodrigues Leite;

O Xamanismo entre os índios do Brasil, e elaboração do 2º volume da Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira, pelo Chefe de Seção de Etnologia, Prof. Herbert Baldus;

A Colônia Senador Vergueiro na Fazenda de Ibicaba, pela Historiógrafa Maria José Elias;

Antecedentes da Revolução de 1930, pelo pesquisador comissionado Nilo Odália;

Estudo sobre a cerâmica arqueológica do Estado de São Paulo, com base nas coleções do Museu Paulista e material por ela colhido, pela Estagiária D. Bente Bittmann Simons;

O ouro em São Paulo nos séculos XVI e XVII, pelas [p.3] bolsistas Arlinda Rocha Nogueira e Lucy de Abreu Maffei;

A Região Bragantina, pela bolsista Beatriz Westin Cerqueira.

No exercício de 1964 foram concluídas as seguintes pesquisas:

Notas para uma teoria do comércio colonial português, pelo Diretor do Museu, a ser publicado no Vol. XVII dos “Anais do Museu Paulista”, no prelo;

Preços em São Paulo Seiscentista, estudo sobre os valores dos metais preciosos e das utilidades, pelo Chefe de Seção de Lingüística, Prof. Francisco Rodrigues Leite;

Pesquisas sobre os índios Waurá e Informações que acompanham 32 filmes científicos produzidos entre várias tribus [sic] brasileiras, pelo Assistente de Etnologia Harald Schultz;

Notas preliminares sobre o sambaqui Cosipa, pelas arqueólogas Niede Guidon e Luciana Pallestrini, em comissão no Museu até 30 de junho.

Publicações

Saiu em meados do ano o Vol. XIII da REVISTA DO MUSEU PAULISTA, da Seção de Etnologia, com 479 páginas, mais de 180 figuras e importantes trabalhos de elementos da Seção e de outros autores.

Encontra-se no prelo o Vol. XVII dos ANAIS DO MUSEU PAULISTA, com trabalhos de História, de pesquisadores do Museu e de fora.

Seminários

Realizaram-se durante o ano Seminários semanais de História do Brasil, a cargo de elementos do Museu, bolsistas e da Profa. Emília Viotti da Costa, da Cadeira de Introdução aos [p.4] Estudos Históricos, da FFCL da USP.

Nos primeiros seis meses, houve também Seminários de Arqueologia, a cargo das Profas. Niede Guidon e Luciana Pallestrini e de bolsistas e estagiárias, em serviço no Museu.

Acervo

O acervo histórico do Museu foi enriquecido com algumas peças valiosas, por doação e compra. Destacam-se uma mobília de sala de jantar estilo D. João V, uma cama no mesmo estilo, que pertenceu ao Conde de Pinhal, objetos que pertenceram a Prudente de Moraes, um canhão de navio pirata, de 1718, além de outros objetos.

O acervo de Seção de Etnologia foi acrescido de centenas de peças colhidas no Alto Xingu por funcionários do Museu, as quais estão sendo desencaixotadas e preparadas para tombamento. Igualmente a coleção de Arqueologia recebeu algumas boas peças, coletadas por uma estagiária.

Restauração

Procedeu-se à restauração de peças do patrimônio histórico, entre as quais um quadro a óleo de Souza Lobo (retrato de D. Pedro II), raridade de grande valor, adquirida há anos em Mato Grosso, várias outras telas, de Pereira da Silva, O. Teixeira, Tarsila e outros. Restauraram-se cadeiras, mochos, maquetes, além de execução de serviços de limpeza e conservação de móveis, liteiras etc.

Doações

A fim de obter do Museu Pigorini, de Roma, a cessão do acervo inicial do Museu de Arte e Arqueologia da USP, o Museu Paulista lhe fez doação de 54 peças de sua coleção etnográfica.

[p.5]

Consultas

Tanto as Seções de História, Etnologia, Numismática e Biblioteca, quanto o Arquivo Aguirre e o Arquivo Histórico do Museu atenderam a numerosas consultas, por pesquisadores e interessados.

Visitas Públicas

Além de grande número de escolas, do grau primário, secundário e superior, que visitaram as exposições do Museu, registrou-se o seguinte movimento de público:

Janeiro	62.250
Fevereiro	50.878
Março	47.244
Abril	54.576
Maio	75.590
Junho	45.643
Julho	72.929
Agosto	66.432
Setembro	149.490
Outubro	41.839
Novembro	64.665
Dezembro (até dia 13)	41.192
Total	772.728

Tais são as principais ocorrências registradas no Museu Paulista no exercício de 1964, das quais esta Diretoria dará notícias mais minuciosas em seu relatório normal.

Prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Mário Neme

Diretor

RELATÓRIO referente ao ano de 1966

[p.1]

São Paulo, 4 de janeiro de 1966

1/66

Magnífico Reitor

Em cumprimento do disposto na Portaria GR-N.º 191, de 18/10/65, a Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de apresentar a Vossa Magnificência o Relatório sucinto das atividades do Instituto no exercício de 1965.

Prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de alta estima e consideração.

Mário Neme

Diretor

Exmo. Sr. Prof. Dr. Luís Antonio da Gama e Silva

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

Cidade Universitária

[p.2]

O Museu Paulista, cumprindo seu programa de trabalho, realizou as seguintes atividades em 1965:

Concluíram-se os trabalhos de pesquisa sobre o Brasil Holandês, Coiro & Pelame, aspectos antigos em São Paulo e o Xamanismo.

Pelo seu Diretor, participou da reunião anual do Comitê Nacional de Organização Nacional do International Council of Museums (ONICOM), a qual teve lugar no Rio de Janeiro a 30 de julho de 1965.

Durante os meses de Abril e Maio promoveu o curso sobre “História do Brasil no Século XIX”, com 131 alunos inscritos.

Por elementos da Seção de Etnologia foram realizadas duas expedições científicas entre os índios Canoeiros no Estado do Mato Grosso e Krahós em Goiás, as quais possibilitaram aquisição de valioso material para as suas coleções.

No setor de publicações, foi editado o volume XIV da “Revista do Museu Paulista”; encontram-se no prelo o tomo XVIII dos “Anais do Museu Paulista” e o volume XV da “Revista do Museu Paulista”, e também o volume contendo as aulas do Curso sobre História do Brasil no Século XIX.

Não deixou este Instituto de colaborar com outras instituições, nacionais e estrangeiras, respondendo a inúmeras consultas feitas por pesquisadores e estudiosos.

Em 1965 visitaram o Museu Paulista 832.372 pessoas, inclusive estudantes dos graus primário, médio e superior.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 1965

Faculdade ou Instituto	Museu Paulista	
a) PESQUISAS	Número	
1. Pesquisas e trabalhos publicados ou realizados	3	
2. Em publicação	5	
3. Em andamento	4	
4. Programados	1	
b) BIBLIOTECAS		
1. Aumento de volumes	1.100	
2. Total de volumes	51.000	
3. Número de consultas	3.477	
c) CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES		
1. Número de formados	--	
d) CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE ESPECIALIZAÇÃO, DE APERFEIÇOAMENTO E LIVRES	Número de cursos	Número de alunos
1. Pós-Graduação:	--	--
2. Especialização:	--	--
3. Aperfeiçoamento:	--	--
4. Livres:	--	--

[p.1]

São Paulo, 10 de março de 1966

45 Magnífico Reitor

A Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de apresentar a Vossa Magnificência o Relatório das atividades desenvolvidas neste Instituto durante o exercício de 1965.

Regulamentação do Museu

Infelizmente, mais um ano decorreu sem que o Instituto tivesse seu Regulamento aprovado, o que continua a nos prejudicar no tocante à programação ao longo prazo e formação de quadros de pesquisa. O mesmo cabe dizer a respeito da aprovação do Regimento do Fundo de Pesquisas do Museu, o qual continua a depender dessa providência para entrar em funcionamento.

Representação

O Museu Paulista se fez representar em diversas manifestações culturais e científicas, por intermédio do seu Diretor ou de pesquisadores do seu Quadro, cabendo referência à Comissão Nacional do Dia de Anchieta, instituída pelo Sr. Presidente da República, e de cujos trabalhos participou, a convite, o Diretor do Museu, emprestando a sua colaboração a várias sub-comissões; ao IV Congresso Nacional de Museus, patrocinado pelo ICOM, no qual tomou parte o Diretor do Museu; à Reunião Anual da Comissão Nacional do International Committee of Museums, da qual faz parte o Diretor do Museu, reunião realizada no Rio de Janeiro, em julho de 1965.

Homenagem

Foi prestada homenagem à memória do Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, que, na qualidade de Presidente da Província de São Paulo, lançou a primeira pedra [p.2] do edifício no dia 10 de Dezembro de 1882. A homenagem constou da colocação de uma placa de bronze alusiva ao fato no Auditório do Museu, em sessão solene realizada no dia 10 de Dezembro de 1965.

Doações

O Museu recebeu bom número de doações consistentes de objetos históricos, etnológicos, artísticos e livros, algumas de apreciável valor e significação. Nos Relatórios das

diferentes Seções do Museu, os quais fazem parte integrante deste, essas doações estão devidamente discriminadas.

Fundo de Pesquisa

Infelizmente, até o momento não nos foi possível contar com a aprovação do Regulamento do Fundo de Pesquisa do Museu Paulista, motivo que não entrou ainda em funcionamento.

Pública

O movimento de visitas públicas acusou no ano de 1965 um total de 832.372 pessoas, tendo assim se registrado um acréscimo de 9.665 pessoas em relação ao ano passado, quando o total foi de 822.707 pessoas.

Visitas escolares

As visitas de estudantes em grupos, acompanhados de professores e instrutores, durante o ano de 1965, assim [p.3] se distribuíram: classes de escolas primárias, 132; de escolas secundárias, 127; de escolas normais, 43; de escolas superiores, 5; outros grupos, como escoteiros, etc. 127.

Seguem-se a esta resenha os Relatórios das diversas Seções do Museu, em que constam as atividades nelas desenvolvidas no ano que se finda.

Prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Mário Neme

Diretor

Exmo. Sr. Prof. Dr. Luiz Antonio da Gama e Silva

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

Cidade Universitária

RELATÓRIO referente ao ano de 1967

[p.1]

São Paulo, 5 de janeiro de 1967

2

Magnífico Reitor

Em cumprimento do disposto na Portaria CR-N.º 191, de 18/10/65, a Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de apresentar a Vossa Magnificência o Relatório sucinto das atividades do Instituto no exercício de 1966.

Prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de alta estima e distinta consideração.

Mário Neme

Diretor

Exmo. Sr. Prof. Dr. Luiz Antonio da Gama e Silva

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

Cidade Universitária

[p.2]

Os trabalhos do Museu Paulista, em 1966, tiveram desenvolvimento nos diversos setores, abrangendo incentivo à pesquisa, remodelação de exposições, orientação de bolsistas e criação de um novo serviço.

No setor de pesquisas, concluíram-se os seguintes trabalhos: “Um Estudo Social-Econômico da Região Bragantina, 1765-1836”, “O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII”, “Cadernos de assentos do cel. Francisco Xavier de Aguiar”.

Com o fito de desenvolver a pesquisa, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, o Diretor do Museu Paulista visitou arquivos de Portugal, realizando pesquisas e selecionando documentação relacionada com a História do Brasil, com objetivo de ampliar o acervo do Centro de Documentação do Museu Paulista, a fim de facilitar aos pesquisadores o acesso às fontes primárias.

Pelo Chefe da Seção de Etnologia foi organizado o 37º Simpósio Interamericano de Americanistas, realizado em Mar del Plata, para o qual enviou um trabalho sobre “Organização Social dos Tapirapés”.

Com orientação e equipamento fornecidos por este Instituto, pode um bolsista, procedente da Áustria, realizar expedição a Mato Grosso, entre os índios Caiabi, com colheita de dados essenciais e coleta de peças etnográficas, 55 dias quais passaram a fazer parte das nossas coleções.

Com a criação de novo serviço, iniciaram-se os trabalhos especializados de Filatelia, com aproveitamento do material existente no acervo do Museu.

A 29 de novembro começou a funcionar o Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, criado por lei estadual de 1959.

No setor de publicações, saíram os volumes XVIII e XIX dos “Anais do Museu Paulista” e XV da “Revista do Museu Paulista”, encontrando-se já no prelo os volumes XX dos primeiros e XVI da segunda. Temos a destacar o número de publicações (980) recebidas pela Biblioteca do Museu Paulista, em permuta com as de nossa edição.

As exposições públicas de História, Etnologia e Arqueologia receberam durante o ano de 1966 a visita de 836.424 pessoas.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 1966

Faculdade ou Instituto	Museu Paulista	
e) PESQUISAS	Número	
5. Pesquisas e trabalhos publicados ou realizados	6	
6. Em publicação	3	
7. Em andamento	5	
8. Programados	--	
f) BIBLIOTECAS		
4. Aumento de volumes	1.300	
5. Total de volumes	52.828	
6. Número de consultas	630	
g) CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES		
2. Número de formados	--	
h) CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE ESPECIALIZAÇÃO, DE APERFEIÇOAMENTO E LIVRES	Número de cursos	Número de alunos
5. Pós-Graduação:	--	--
6. Especialização:	--	--
7. Aperfeiçoamento:	--	--
8. Livres:	--	--

Dados fornecidos por Maria José Elias

Cargo: Historiógrafo

Data: São Paulo, 3 de Janeiro de 1967

[p.1]

São Paulo, 6 de março de 1967

Magnífico Reitor

A Diretoria do Museu Paulista tem a honra de apresentar a Vossa Magnificência o Relatório das atividades desenvolvidas neste Instituto durante o exercício de 1966.

Prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de alta estima e distinta consideração.

Mário Neme

Diretor

Exmo. Sr. Prof. Dr. Luiz Antonio da Gama e Silva

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

Cidade Universitária

MUSEU PAULISTA

RELATÓRIO – 1966

No exercício de 1966, os trabalhos do Museu Paulista tiveram o desenvolvimento programado, abrangendo incentivo à pesquisa, remodelação de exposições, orientação de bolsistas, criação de um novo serviço, serviços de biblioteca, secretaria, almoxarifado e portaria.

REGULAMENTO DO MUSEU PAULISTA

Infelizmente, escoou-se o ano de 1966 sem que o projeto de Regulamento do Museu Paulista, tivesse sido aprovado pelo Colendo Conselho Universitário, o que todavia, não impediu esta Diretoria de orientar todos os setores, serviços e aquisição de material permanente na conformidade dos preceitos contidos no mencionado projeto.

FUNDO DE PESQUISAS DO MUSEU PAULISTA

Por Portaria do Diretor deste Instituto, foi aprovado o Regimento do seu Fundo de Pesquisas, que, instalado oficialmente em 29 de Novembro, entrou na mesma data em funcionamento. O seu Conselho Diretor fora constituído por despacho do Magnífico Reitor em 4 de Junho de 1965 (“Diário Oficial de 9 de Junho do mesmo ano).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Foram concluídos os entendimentos para o primeiro fornecimento, pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, de microfilmes de documentos existentes nesse [p. 2] Arquivo e que interessem à História do Brasil e de São Paulo. A primeira remessa constara de um mínimo de 20.000 imagens.

Selecionaram-se os verbetes de documentos para a segunda encomenda a ser feita ao mesmo Arquivo.

LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO

Com a aquisição de alguns aparelhos imprescindíveis, ficou melhor dotado o Laboratório de Restauração, cujos serviços especializados tiveram por isso maior desenvolvimento, na salvaguarda do acervo histórico, etnográfico e artístico do Museu.

LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA

Também o Laboratório de Fotografia pode ser atendido em várias de suas necessidades de máquinas, aparelhos e material, colocando-se em condições de atender, plenamente, ao serviço da Diretoria e das várias Seções do Museu, bem como às exigências da montagem das exposições públicas e encomendas de instituições, estudiosos e pesquisadores.

SERVIÇO DE FILATELIA

Com o aproveitamento de coleções filatélicas que existem no Museu, resultantes de antigas doações, a Diretoria criou o Serviço de Filatelia cujas primeiras atividades prenunciam auspicioso desenvolvimento, em vista do entusiasmo despertado entre os especialistas, o qual se pode medir por uma série de doações já feitas e por elogiosas referências na imprensa.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Teve prosseguimento no exercício a edição das revistas do Museu Paulista, graças às quais este Instituto recebe em permuta livros e publicações periódicas de instituições científicas de várias partes do mundo. Os volumes [p.3] recebidos em 1966 alcançaram o número de 969, o que representa apreciável economia de divisas para o País, sem falar nos benefícios que este intercâmbio com as maiores instituições científicas do Exterior podem auferir os pesquisadores nacionais.

Foram publicados os volumes XVIII e XIX dos “Anais do Museu Paulista” e o volume XV da “Revista do Museu Paulista”. Encontram-se no prelo os volumes XX dos “Anais” e XVI da “Revista”.

DOAÇÕES

As doações de particulares ao Museu, durante o ano de 1966, compreenderam livros, peças históricas, etnológicas, moedas, selos postais e outras espécies filatélicas. São indicadas, com discriminação, nos Relatórios das Seções e serviços.

DIRETORIA

O Diretor do Museu, autorizado pelo Magnífico Reitor, esteve em Portugal nos meses de julho, agosto e setembro, em pesquisas nos arquivos históricos desse país. Além de examinar os serviços de classificação, catalogação, conservação e outros, nesses arquivos, o Diretor do Museu colheu elementos para o preparo de uma tese sobre o espírito do regime colonial.

Nos meses de maio e junho, o Diretor do Museu participou da banca examinadora de concursos públicos para o preenchimento dos cargos de Chefe da Divisão de Documentação Histórica do Departamento de Cultura, da Prefeitura do Município de São Paulo, e para preenchimento do cargo de Diretor da Casa do Bandeirante, do mesmo Departamento.

VISITAS PÚBLICAS

O Museu continuou franqueado à visitação pública em todos os dias da semana, com exceção das segundas-feiras, mas incluindo os Sábados, Domingos, Feriados e dias de ponto facultativo. O ingresso de visitantes teve [p.4] o seguinte desenvolvimento, de Janeiro a Dezembro de 1966:

Janeiro	92.515
Fevereiro	49.104
Março	45.596
Abril	47.244
Maio	74.446
Junho	73.138
Julho	94.053
Agosto	65.118
Setembro	117.753
Outubro	73.295
Novembro	56.230
Dezembro	46.932
Total	836.424

RELATÓRIOS DAS SEÇÕES

Os relatórios das Seções de Etnologia, História, Numismática e dos diversos serviços são apresentados em seguida e fazem parte integrante deste.

Museu Paulista, 17 de Fevereiro de 1967.

Mário Neme

Diretor

RELATÓRIO referente ao ano de 1968

[p.1]

São Paulo, 7 de Março de 1969.

84/69

rmd

Magnífico Reitor

A Diretoria do Museu Paulista, Instituto de História e Antropologia, tem a honra de encaminhar a Vossa Magnificência o Relatório referente ao exercício de 1968, subdividido pelas Seções, setores e serviços. Devemos esclarecer que as atividades do Museu Paulista foram muito prejudicadas por carência de recursos financeiros e de pessoal, tanto técnico-científico como burocrático.

Pelo seu Diretor, o Museu Paulista participou durante o ano das sucessivas reuniões da Comissão do Instituto de Artes, da qual é integrante; presidiu, na cidade de Piracicaba, a II Maratona “História de Piracicaba”, realizada em Agosto; colaborou com o Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga na montagem da Exposição Cabralina, realizado no mês de Novembro.

No setor de publicações, vieram a lume os volumes XX e XXI dos “Anais do Museu Paulista” e o XVII da “Revista do Museu Paulista”, edições que nos têm permitido receber anualmente em permuta, cerca de 900 publicações científicas periódicas, além de livros e folhetos, de numerosas instituições do Brasil e de outros países.

Organizou um programa de visitas orientadas para escolares dos graus primários e médio, cujos resultados foram bastante satisfatórios, com reflexo favorável nas escolas onde já era aplicado o método experimental de ensino.

A realização de concursos públicos permitiu a admissão de elementos especializados para o setor de Arqueologia, sendo intensificados os trabalhos neste importante campo de pesquisa.

A equipe do Museu Paulista tem localizado sítios arqueológicos no Estado de São Paulo e feito escavações nos municípios de Itapeva, Itaberá e Itararé, permitindo assim o estudo da evolução de culturas pré-históricas [p.2], migrações e contatos culturais. Prepara-se no momento a publicação de um trabalho sobre o sítio arqueológico “Fonseca”, no Município de Itapeva, Estado de São Paulo, com financiamento da FAPESP, e de outro “Nota prévia sobre a Arqueologia do Estado de São Paulo”. Em colaboração com a cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, no segundo semestre as aulas do Curso de Pós-Graduação passaram a ser dadas no Museu Paulista, propiciando-se oportunidade aos alunos de conhecerem e trabalharem com o vasto e rico material arqueológico deste Instituto, além de realizar trabalhos de campo.

O Museu Paulista recebeu visita do arqueólogo Clifford Evans, chefe da equipe arqueológica do Smithsonian Institution, com o qual este Instituto mantém programa de cooperação científica, e depois, já dos Estados Unidos, ofício de congratulação pela boa orientação imprimida ao setor, com votos que a colaboração entre as duas instituições se possa prolongar por muitos anos.

Durante o ano findo, foram realizados concursos públicos para Auxiliar de Assistente de Administração, Técnico de Laboratório, Zelador, Artífice (três modalidades), Contínuo e Servente, com bons resultados. Infelizmente, a carência de verbas não nos permitiu até agora preencher os claros abertos durante os três últimos anos, nem admitir elementos indispensáveis a vários setores.

Em 1968, 914.092 pessoas visitaram as exposições públicas do Museu Paulista, incluindo estudantes dos graus primários, médio e superior, computando-se assim 53.000 visitantes mais do que no ano anterior.

Outras atividades constam dos Relatórios anexos das diversas Seções, Setores e Serviços, os quais ficam fazendo parte integrante deste.

Sem mais, prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Mário Neme

Diretor

A Sua Magnificência Prof. Dr. HÉLIO LOURENÇO DE OLIVEIRA

Magnífico Vice-Reitor em exercício da Universidade de São Paulo.

[p1.]

São Paulo, 9 de janeiro de 1969.

12/68

rmc

Magnífico Reitor

A Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de encaminhar a Vossa Magnificência o Relatório Sucinto relativo aos principais fatos e atividades registrados em 1968.

Sem mais, prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Mário Neme

Diretor

A Sua Magnificência Prof. Dr. HÉLIO LOURENÇO DE OLIVEIRA

Magnífico Vice-Reitor em exercício da Universidade de São Paulo.

MUSEU PAULISTA

Relatório Sucinto – 1968

O Museu Paulista, cumprindo seu programa de trabalho, realizou as seguintes atividades principais:

A realização de concursos permitiu a admissão de elementos especializados para o setor de Arqueologia, sendo intensificados os trabalhos neste importante campo da pesquisa.

A equipe do MP tem localizado sítios arqueológicos no Estado de São Paulo e feito escavações nos municípios de Itapeva, Itaberá e Itararé, permitindo assim o estudo da evolução de culturas pré-históricas, migrações e contatos culturais. Prepara-se no momento a publicação de um trabalho sobre o sítio arqueológico “Fonseca”, no município de Itapeva, SP e de outro, “Nota Prévia sobre a Arqueologia do Estado de São Paulo”. Em colaboração com a cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, no segundo semestre, as aulas do Curso de Pós-Graduação passaram a ser dadas no Museu Paulista, dando oportunidade aos alunos de conhecerem e trabalharem com o vasto e rico material arqueológico deste Instituto e realizar trabalhos de campo.

Pelo seu Diretor, o MP participou das reuniões da Comissão do Instituto de Artes, da qual é integrante; [p.2] presidiu, na cidade de Piracicaba, a II Maratona “História de Piracicaba”, realizada em Agosto; colaborou com o Instituto Histórico Guarujá-Bertioga na montagem da Exposição Cabralina.

Não deixou este Instituto de atender às consultas feitas por instituições nacionais ou estrangeiras. No setor de publicações, vieram a lume os volumes XX e XXI dos “Anais do Museu Paulista” e o XVII da “Revista do Museu Paulista”.

Organizou um programa de visitas orientadas para escolares dos graus primário e médio, cujos resultados foram bastante satisfatórios com reflexo favorável nas escolas onde já era aplicado o método experimental de ensino.

Em 1968, 914.092 pessoas visitaram as exposições públicas do Museu Paulista, incluindo estudantes dos graus primário, médio e superior, computando-se assim mais de 53.000 visitantes do que no ano anterior.

RELATÓRIO referente ao ano de 1969

[p. 1]

São Paulo, 31 de Dezembro de 1969

Magnífico Reitor

Ao apresentar a Vossa Magnificência, nos termos da legislação em vigor, o Relatório das atividades e ocorrências, verificadas no Museu Paulista, Instituto de História e Antropologia da Universidade de São Paulo, cabe-nos consignar, antes de mais nada, que os trabalhos programados para este exercício somente em parte puderam ser concretizados, em razão dos cortes substanciais havidos no Orçamento-Programa elaborado por esta Diretoria.

Esses cortes foram de tal profundidade, que tornaram inúteis os cálculos, mensurações, planos e objetivações a que se procedeu e que se tinha em vista, de tal forma que todo e qualquer planejamento que se podia pretender ficou de antemão anulado. O principal entrave causado por esses pré-cortes – depois de apuradas com a maior ponderação as necessidades, trazendo em consequência a impossibilidade de atender às exigências mínimas do serviço. Esse fato, que foge a qualquer previsão, além de quebra de rendimento, provoca, como é natural, protestos e até revolta nos Chefes de Seções e responsáveis por serviços e setores.

O Instituto prosseguiu até 1969, pelas suas diversas Seções, serviços e setores, na realização de pesquisas, cursos, atendimento de consultas, orientação de estagiários, preparo de material para publicação e divulgação cultural, montagem e remontagem de exposições públicas e itinerantes. Nossas realizações foram, em síntese, as seguintes:

[p.2]

PESQUISAS

Arqueologia

Foram iniciadas e concluídas pesquisas arqueológicas, de levantamento de sítios e escavações, com coleta de material e início de classificação de material coletado e demais trabalhos de laboratório, a saber:

1. Escavações no sítio arqueológico “Sítio Alves”, no município de Pirajá;
2. Prospeção arqueológica no Alto Vale do Paranapanema, com coleta de superfície e cadastramento de 12 sítios e escavações de dois deles.

História

Prosseguiram os trabalhos de pesquisa histórica a cargo dos seguintes historiógrafos do Museu Paulista:

1. Mário Neme, o processo de ocupação de zonas novas em áreas de território paulista;
2. Francisco Rodrigues Leite, reconhecimento de antigos caminhos no território do atual Estado de São Paulo;
3. Maria José Elias, a colônia agrícola de Ibicaba, analisada pelos aspectos social, econômico, geográfico, etc.;
4. Miyoko Makino, o desenvolvimento urbano de Jundiaí – (1850-1920).

CURSOS

Foram realizados os seguintes cursos:

1. Pós-Graduação (Arqueologia), a cargo da Professora Luciana Pallestrini, para formandos do Departamento de Antropologia [p.3] da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; de abril a outubro de 1969, em cooperação com o aludido Departamento.
2. Extensão Universitária (Paleografia), pela Professora Maria José Elias, de setembro a outubro de 1969.
3. Difusão Cultural (Antropologia Cultural), pela Professora Luciana Pallestrini, de setembro a outubro de 1969.

EXPOSIÇÕES

Além do remanejamento de setores das exposições públicas do Museu (História, Numismática, Etnologia), foram realizadas exposições didáticas nas seguintes localidades:

Pirajá – Numismática, por ocasião da II Festa de Café (1 a 7 de setembro), permanecendo aberta por mais um período a pedido de autoridades e professorado locais.

Santo André – Numismática, com ampla repercussão e intenso aproveitamento pelos escolares da região (de 1º a 15 de julho).

Santo André – Arqueologia Brasileira, igualmente com larga utilização por parte de professores dos graus primário e secundário, para fins didáticos (de 22 de outubro a 22 de novembro).

Itú – Arqueologia Brasileira, compreendendo peças Marajoaras e Tupi-Guaranis (de 27 de setembro a 28 de outubro), prorrogada a pedido de autoridades e professorado locais.

PUBLICAÇÕES

Foram publicados em 1969 os seguintes volumes:

1. “Anais do Museu Paulista”, tomo XXII, e respectivas separatas.
2. “Sítio Arqueológico Fonseca”, pela equipe arqueológica do Museu Paulista, chefiada pela Professora Luciana [p.4] Pallestrini, publicação feita com

recursos fornecidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que custeou também os trabalhos de pesquisa no referido sítio arqueológico.

ESTÁGIOS

O Museu Paulista continuou recebendo estagiários alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e encarregados de Museus de todo o Estado de São Paulo.

BIBLIOTECA

Foram recebidas, em permuta com numerosas instituições científicas das várias partes do mundo, 1.405 publicações adstritas às matérias incluídas no programa de ações do Museu Paulista, o que, com outras doações e aquisições, fez elevar-se o acervo da Biblioteca a um total de 58.474 volumes.

Consultantes, cujas assinaturas foi possível obter em meio ao acúmulo de serviços, totalizaram 1.800, com um montante de 7.354 volumes consultados.

VIAGENS DE ESTUDOS

1. O Diretor do Museu Paulista esteve no mês de setembro em visita a Arquivos Históricos de Portugal, realizando observações sobre trabalhos de tombamento, classificação, conservação, etc., tendo acertado em definitivo a forma de proceder com relação a novas encomendas de microfilmes a serem encaminhadas ao Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. Pode, ao mesmo tempo, obter que se completasse o fornecimento de encomenda feita ao referido Arquivo no exercício de 1966. [p.5]
2. O Professor Francisco Rodrigues Leite, Chefe de Seção, esteve na Europa nos meses de março, abril e maio, fazendo observações que melhor se explanam no Relatório da Seção de História que faz parte integrante deste.

COOPERAÇÃO COM ESCOLAS, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

Uma das formas mais construtivas de colaboração do Museu Paulista tem sido com Professores e Estudantes, instituições culturais e firmas especializadas em publicidade, por meio de seu Laboratório de Cine-Foto-Sonografia, para confecção de “slides”, fotogramas e fotografias tendo por objeto personagens, edifícios, objetos de caráter histórico, etnológico, arqueológico, numismático, filatélico, etc. Nesse sentido, o Museu Paulista prestou colaboração ao Gabinete Militar da Presidência da República, no preparo de reproduções da tela “Independência ou Morte”, a várias instituições culturais, firmas editoras e empresas de publicidade, já no preparo de roteiros, já na confecção do próprio material de divulgação.

DOAÇÕES

O Museu Paulista recebeu em 1969 valiosas doações, a saber:

História e Ergologia

1. Material iconográfico do acervo do pintor Benedito Calixto. Deste material salientam-se núcleos de Santos e São Vicente antigos, ruínas de Bertioga, São Vicente, festejos populares, além de alguns estudos de Benedito Calixto para telas e painéis sobre motivos históricos e sacros. Doador: Benedito Calixto de Jesus Neto.
2. Mais de sete mil exemplares de sessenta e oito jornais antigos da Província de São Paulo. Doador: Alice Prado [p.6] de Toledo.
3. Arquivo da Família de Fernando Pacheco e Chaves. Doador: D. Maria Pacheco e Chaves.
4. Tela (retrato) do Barão do Iguape, doação feita em 1955 e somente efetivada em 1969. Doador: Margarida da Silva Prado Pereira Pinto Calógeras e agora efetivada por sua filha Lucile Calógeras, viscondessa de Bretisol Rambures, e suas irmãs Adelina Calógeras, Margarida Calógeras, condessa de Coniac e Irene Calógeras, condessa de Vitton, residentes em Paris.
5. Um aparelho de café de porcelana francesa, vários retratos e um livro. Doador: Sra. Marcela Julian Vergueiro de Lorena.
6. Uma máquina de costura manual do século passado. Doadores: Carlos Despalmes e Nair Despalmes.
7. Legado da senhora Olga de Sousa Queiroz com mais de cento e cinquenta ecass entre móveis, cristais, porcelanas, telas, etc.

NUMISMÁTICA

Recebeu este setor 36 moedas e medalhas e um livro sobre papel moeda.

FILATELIA

As doações recebidas em 1969 totalizaram 231 peças, que se acrescentaram mais de 700 entradas desde a criação do setor, em 1966.

BIBLIOTECA

A principal doação foi feita pelo Dr. Hans Reichardt, compreendendo os volumes 103-133 e os índices dos volumes 103-124, da revista "The National Geographic Magazine", num total de 214 tomos.

[p.7]

VISITANTES

Durante o ano de 1969 as exposições do Museu Paulista foram visitadas por 911.389 pessoas, compreendendo 37.140 estudantes dos vários graus do ensino.

Outras atividades constam dos relatórios anexos das diversas Seções, setores e serviços, os quais ficam fazendo parte integrante deste.

Sem mais, prevalecemo-nos do ensejo de reiterar a Vossa Magnificência os protestos de alta estima e distinta consideração.

Mário Neme

Diretor

RELATÓRIO referente ao ano de 1970

[p.1]

São Paulo, 9 de Fevereiro de 1971.

22/70
rmd

Magnífico Reitor

A Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de enviar a Vossa Magnificência o presente Relatório sobre as atividades deste Instituto no exercício de 1970.

Sem mais, prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Mário Neme

Diretor

À Sua Magnificência

Prof. Dr. Miguel Reale

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

Cidade Universitária

[p.2]

São Paulo, 11 de janeiro de 1971.

9[?]/71

Magnífico Reitor

A Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de oferecer a Vossa Magnificência o presente Relatório sucinto das atividades do Instituto no decurso do ano de 1970.

No exercício de 1970, todas as atividades do Museu Paulista foram prejudicadas por carência de recursos. Mas graças aos esforços e dedicação de chefes e auxiliares, o Instituto pode apesar de tudo realizar parte do seu programa de trabalho, conforme se vê pelo seguinte resumo.

Foram reformadas as exposições de Etnografia e Arqueologia e parte da exposição de História. A de Filatelia instalou-se definitivamente em sala própria.

Prosseguiram os trabalhos de pesquisa nos diferentes setores, com a conclusão de estudos no de História e Arqueologia. O Museu continua destituído de pessoal habilitado para a Seção de Etnologia, há dois anos sem um único Etnólogo.

Mediante convênio, o Museu montou exposições de História, Arqueologia, Etnologia (2) e Numismática nas cidades de Santo André, Presidente Prudente, Ourinhos e Tupã, havendo perspectivas de maior número de realizações em 1971.

O edifício do Museu Paulista passou por um processo de [p.2] desinfecção geral, que vinha sendo reclamado a bem da preservação do seu patrimônio.

Foi preparado o expediente para assinatura de convênio com a Prefeitura Municipal de Pirajú visando instalação pelo Museu, naquela cidade, de um Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas. A minuta já foi aprovada pela Câmara Municipal de Pirajú, estando dependendo a assinatura do Convênio da ultimação das providências da Prefeitura para o preparo de um prédio em condições naquela cidade e designação de dois funcionários para serviços de limpeza e vigilância.

O Museu Paulista recebeu em 1970 doações de diferentes objetos, salientando-se a de uma coleção formada de todos os selos brasileiros do período do Império e dos dez primeiros selos dos dez primeiros países a fazer tais emissões, avaliada em Cr\$. 15.000,00 (Quinze mil cruzeiros), doação feita pela família do Sr. Heitor Sanchez, em homenagem à esposa e mãe dos doadores, Profa. Othilia R. Sanchez.

O Museu adquiriu, com recursos do seu Fundo de Pesquisas (Cr\$. 4.500,00), uma coleção constituída de 162 peças coletadas entre Índios Xikrin (Caiapó), aldeia do rio Caeteté,

afluente do Itacaiunas. Trata-se de material importante, referente a cultura em rápida transformação e desaparecimento.

Pelo Laboratório de Cine-Foto-Sonografia foram atendidas numerosas professores [sic, escolas empresas cinematográficas e de publicidade, no fornecimento de material didático relacionado com documentos e objetos históricos, etnográficos, numismáticos e de outras especialidades.

[p.4] O Setor de Restauração teve apreciável rendimento, referido a telas do Museu Paulista e do Museu Republicano de Itu.

A Biblioteca atendeu a cerca de 4.000 consulentes, na maioria pesquisadores, professores e estudantes. Registrou a entrada de 1.345 publicações nacionais e estrangeiras recebidas em permuta e em doação. Mas não pode adquirir um único volume, por escassez de verba.

Os demais serviços tiveram andamento normal, embora com sacrifício de remodelações e iniciativas úteis por falta de recursos.

Esta Diretoria participou da comissão nomeada pelo DD. Governador do Estado para estudar a remodelação do Parque do Ipiranga em cujo centro se localiza o Museu Paulista, tendo comparecido a todas as reuniões e redigido relatório final, do qual constam nove recomendações a serem consideradas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura da Capital.

Os demais dados constarão do Relatório a ser em breve apresentado.

Prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Mário Neme

Diretor

RELATÓRIO referente ao ano de 1971

[p.1]

São Paulo, 17 de dezembro de 1971.

245/71
rmd

Magnífico Reitor

A Diretoria do Museu Paulista tem a satisfação de encaminhar a Vossa Magnificência, em anexo, o Relatório de suas atividades no exercício de 1971. Outro Relatório será encaminhado a essa Reitoria, contendo os sub-relatórios das Seções, Setores e Serviços do Museu Paulista.

Sem mais, prevalecemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Magnificência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Mário Neme
Diretor

A Sua Magnificência
Prof. Dr. MIGUEL REALE
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária

MUSEU PAULISTA – RELATÓRIO DE 1971

No exercício de 1971, o Museu Paulista cumpriu o seu programa pela seguinte forma:

CURSOS

Foram realizados os cursos de extensão universitária “Arqueologia Brasileira”, “Fotografia de Laboratório”, “Introdução aos Estudos de Dialetologia Brasileira”, no Museu Paulista. Conferências: “A Arte Rupestre Pré-Histórica”, no Museu Paulista; “Segredos do Sub-Solo Brasileiro”, no Museu de Arte de São Paulo; “Arqueologia Brasileira”, no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas de Piraju.

PESQUISAS

História

A propriedade fundiária em São Paulo.

Núcleos coloniais de povoamento.

Legislação sobre terras no Brasil.

Subsídios para a História da Igreja em Rio Claro.

O conceito de Estado de Alberto Torres.

Imigração Chinesa.

Arqueologia

Prospecções na área de inundação das Centrais Elétricas de Ilha Solteira.

Prospecção em jazida lítica na região de Angatuba.

Prospecção e sondagem (Missão Franco-Brasileira) em sítios da região de Lagoa Santa, Minas Gerais.

Escavação arqueológica no “Sítio Almeida”, Piraju, continuando a série de pesquisas anuais que se inserem no Projeto Paranapanema, iniciado em 1968.

“Arqueologia Brasileira”, Luciana Pallestrini.

“Ocupação Humana na Região de Pedro Leopoldo e Lagoa Santa”, Agueda Vilhena de Moraes.

“Considerações sobre a antiga cerâmica peruana”, Vera Penteado Coelho.

Etnologia

Expedição à aldeia guarani de Silveiras, Litoral Norte de São Paulo, com os seguintes resultados: obtenção de peças etnográficas; documentação fotográfica do habitat, do tipo físico, dos itens da cultura material e das técnicas de confecção de diversos objetos de uso diário e de técnicas de subsistência; documentação lingüística, com a gravação de três fábulas em português; documentação etno-botânica: levantamento, coleta e identificação das espécies vegetais plantadas e usadas pelo grupo.

EXPEDIÇÕES

Remanejamento das exposições de História, Arqueologia, Etnologia, Numismática e Filatelia, na sede do Museu Paulista e na sede do Museu Republicano de Itu.

Exposições “São Paulo e a Independência do Brasil”, “Os Incas e suas realizações” e “Máscaras dos Índios do Brasil”, no Centro Cívico de Santo André.

“Segredos do Sub-Solo Brasileiro”, no Museu de Arte de São Paulo.

Material arqueológico, acompanhado de palestra sobre o assunto, no Grupo Escolar de Vila Olímpia, Capital.

“Arqueologia Brasileira”, no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas de Piraju.

NÚMERO DE VISITANTES (Até 13.12.71)

Museu Paulista: 477.563

Museu Republicano de Itu: 30.228

PUBLICAÇÕES

“Anais do Museu Paulista”, Vol. 23.

“Revista do Museu Paulista”, Vol. 18. [p.4]

“Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo”, Mário Neme.

“Dados para a história dos Índios Caiapó”, Mário Neme.

“Fórmulas Políticas no Brasil Holandês”, Mário Neme.

“Sítio Arqueológico Jango Luís”, Luciana Pallestrini.

“Nota prévia sobre o sítio José Fernandes”, Sílvia Maranca.

“História da Moeda no Brasil” e “Descrição do Monumento da Independência”, para firmas particulares, em favor do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista.

Produção de 6.000 cartões postais para venda aos visitantes.

Produção de cromos (série Independência do Brasil).

CATALOGAÇÃO

História

Taubaté – organização, catalogação e verbetes críticos do Arquivo Félix Guisard.

Londrina – organização do Arquivo e Centro de Documentação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

Cuiabá – Arquivo Público de Cuiabá (início).

Arqueologia

Estudo e catalogação da Coleção Max Huhle, do Peru.

Etnologia

Coleção Xikrin, adquirida pelo Museu Paulista.

Coleção Sararé, doada pelo Dr. Desidério Aytai em 1965.

Coleção Guarani (início).

Arquivo fotográfico das coleções (prosseguimento).

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Desinfecção total do edifício do Museu Paulista.

Desinfecções parciais do Museu Republicano de Itu.

[p.5]

Restauração de 30 telas, gravuras e aquarelas do acervo dos dois Museus e do Museu de Sorocaba.

Desinfecção global das coleções Waurá (600 peças), Karajá (300 peças), Xavante (160 peças).

Desinfecção e acondicionamento da coleção Xikrin (160 peças).

Desinfecção de todos os arcos e flechas e acondicionamento em móveis próprios.

Reprodução fotográficas da coleção Santos Dumont (recuperação).

BIBLIOTECA

Publicações (livros e revistas) recebidas em permutas: 1.123. Doações recebidas: 53. Adquiridas: 58. Total: 1.312.

Consultas: 2.746 consulentes (8.500 volumes).

SERVIÇOS À COMUNIDADE

Além das exposições públicas, na sede dos dois Museus, em Santo André (3), no Museu de Arte de São Paulo e num Grupo Escolar de bairro (para a comunidade local), cursos, conferências e publicações, o Museu Paulista colaborou para a montagem de mostras culturais com o Ministério do Exército (Semana da Pátria), Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Turismo e Fomento de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Consulado Geral de Portugal (visita orientada de Acadêmicos de Coimbra), Conselho Estadual de Honrarias e Méritos (cessão de duas vitrines), outras entidades, empresas cinematográficas (6), jornais, revistas, editoras (4), firmas de publicidade (7), estações de televisão (2), e outros interessados.

Prestou assistência técnica ao Instituto de Ensino Superior Senador Flaquer (Santo André), Instituto de Ensino Castro Alves, Escola de Belas Artes de São Paulo, Faculdade de Comunicações Culturais da USP, vários Colégios Estaduais, Instituto de Botânica de São Paulo, Estado Maior da Polícia Militar (5ª Seção), [p.6] Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

DOAÇÕES

Recebidas até 14.12.71: Biblioteca: 53 volumes; Filatelia: 844 peças; Numismática: 2.472 peças.

OUTRAS ATIVIDADES

O Museu Paulista participou, pelo seu Diretor, da Comissão Julgadora de Concurso de Livre-Docência, junto ao Departamento de História da Civilização Brasileira (Candidata Profa. Dra. Maria Thereza Schorer Petrone).

O Arquivo Aguirra (núcleo de documentação sobre a propriedade fundiária de São Paulo) atendeu a grande número de pesquisadores e de interessados e teve o seu acervo enriquecido com cópias dos processos dos Juízes Comissários, por gentileza da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado.

O Centro de Documentação Histórica do MP também atendeu a pesquisadores e prosseguiu nos seus trabalhos de revisão e catalogação do acervo.

Todos os setores técnicos e administrativos funcionaram regularmente com alto índice de eficiência.

Museu Paulista, 17 de dezembro de 1971.

Mário Neme

Diretor

ANEXO B

Conto Donana Sofredora

COLEÇÃO CADERNO AZUL

DIREÇÃO:

SÉRGIO MILLIET, DE PLÁCIDO E SILVA e LUIS MARTINS

♦♦♦♦♦

3

MÁRIO NEME

DONANA SOFREDORA
(CONTOS)

Ilustrações de NOÊMIA

1941

Editora **GUAÍRA** *Limitada*
CURITIBA - S. PAULO - RIO

DONANA SOFREDORA

Donana botou a fatia de pão velho na tijela de leite, foi fazendo carinho com os dedos, depois que estava bem papadinho tirou do leite, passou no ovo batido, despejou na frigideira... Ah! meu Deus, que eu não sei o que que vou fazer... Quéde o açúcar, Nicota?

E depois se lastimando sem fim, ah! meu Deus, que daqui a pouco já é hora da janta...

— Mas não é janta, mamãe, quantas vezes eu já disse, também! E' jantar, jantar!

— Tá bem, minha filha, tá bem...

— E não é tá bem, também. Por que a senhora não há de falar direito, es-tá bem es-tá bem? Isso é preguiça! E a gente é que tem de passar cada vergonha...

— Passe açúcar dos dois lados, e espalhe bem com a colher, menina preste atenção! Mas o que é que eu hei de fazer pro jantar, minha santíssima?

Nicota já estava tão acostumada que nem ligava mais pro desespero da mãe, nem não dava mais palpite nenhum. Deixava ela implorando de manhã à tarde, desconsolada e sofredora.

— Também aquele peste do Chiquito é que tem culpa. Por que não há de dizer o que quer, por que não fala antes de sair? Como é que eu posso adivinhar o gosto dele, santa Odóxia? E depois, um homem que não tem gosto pra nada, que nunca está contente...

Santa Eudóxia comparecia sempre que começava o desespero de Donana. Enquanto o problema ainda não se mostrava muito complicado, para ela era mesmo alucinante, Donana só se lembrava de Santo António e de Maria Santíssima, mãe de Deus. Não sei o que aquela mulher tinha com Santa Eudóxia, que até é uma santa que ninguém gosta dela e nem não é das mais importantes.

— Já chegou Santa Eudóxia, troçava a filha. Pois então faça sopa de vidro moído com...

— Não me amole, menina. Não me apoquente com essas brincadeiras de gente tonto!

— Gente tonta, mamãe, gente tonta!

Mas porem na hora da concordância Donana já estava com a boca atuchada de doce, mastigando selente, o olhar parado, os cinco sentidos atentos pra decisão final.

— De fato não pode ser no azeite mesmo. Outra vez eu frito na gordura, senão chupa muito...

Ela dizia era por hábito porquê logo que juntasse mais pão dormido Donana resolvia experimentar de novo no azeite.

Liquidava o caso da rabanada, e então o problema do jantar assaltava de novo o atribulado cérebro daquela mulher sofredora. Recomeçava, torturante, aquela tremenda luta íntima que fazia relaxar todos os músculos de Donana e até fazia orvalhar suor no buço que ela tinha bem feminino. E a dor de cabeça, igualmente. Donana ficava exausta, morta de cansaço. Ficar parada é que ela não podia mesmo.

— Santa Odóxia, que burro também aquele Chiquito! Que que custa dizer faça isto, faça aquilo? Que que custa?

Daí a pouco não se aguentava mais, puxava a cadeira, sentava. A dor de cabeça então começava a martelar mais forte, cada pancada de deixar a gente louca, minha santíssima! Donana sentia vontade de chorar de tanto desespero, Nicota batendo o piano na sala, pensava no bacalhau, le-

vantava, parava na frente da pia. Aquele pingo de água da torneira, aquele pingo de chumbo do piano, santo Deus!

Avolumava a implicância com aquela torneira ali que havia de acabar pondo ela no hospício... E o Chiquito que nunca mandava o homem vim consertar...

Voltava pra cadeira, sempre acompanhada de Santa Eudóxia e a dor de cabeça apertando cada vez mais. Se ao menos tivesse guardado o arroz que sobrou do almoço, podia fazer bem pichiladinho pro Chiquito, como o Chiquito gosta.

Chiquito agora andava de parêlha com a santa dos pecados dela, os dois de mistura com tudo quanto era gênero do país que havia nos empórios e até com camarão em lata que Donana tirou logo da cabeça por causa do preço.

— Se Chiquito não andasse tão enjoado de batatinha.

Pra fazer tutú com roupa velha não dava tempo, e depois ultimamente estava muito ruim a carne-seca do seu Valério, aquele peste do Chiquito também, por que não fala o que quer?

De repente Donana tomou uma decisão, parafusou a máquina de picar carne, gritou pra Nicota telefonar pro açougue, mandar meio quilo de colchão-mole... se não tiver mais que mandasse patinha mesmo. Principiou limpando pimentão, foi fazendo o jantar com uma fúria de devota atrasada. Com a ajuda de Santa Eudóxia que já ia ficando meio esquecida porque a felicidade faz realmente a gente egoísta. Aquilo foi um peso enorme que Donana tirou dos ombros, se sentindo lepidamente feliz dentro de suas banhas atávicas. Só as pontadas na cabeça, que aquilo agora ia até de noite, nem ligava mais pro chá de erva cidreira, que era bobagem, não fazia efeito nenhum, concordava finalmente com a Joanelha lavadeira.

Em hora e meia estava com o jantar quase pronto, só faltava decidir da salada. Faço alface? Faço agrião? Resolveu fazer alface que, entre parêntese, era mais do gosto

dela, como todo o jantar; começou despregando as folhas, pôs a bacia debaixo da torneira.

A-pesar-do barulho da água Donana ouviu tocar o telefone no corredor da sala, ouviu a filha dizer aiô...

Donana andava com um pressentimento mau, fazia tempo já. Estava pra falar com o Chiquito, ele que desse um jeito, ela não queria mais telefone em casa. Não tinha falado ainda porque sabia que Chiquito vinha com aquelas prosas dele, é, se você sonhou isso é porque no inconciente está desejando que eu morra mesmo, é sim senhora, a psicanálise não falha...

Donana não sabia como explicar aqueles sonhos ruins que ela andava fazendo, Maria Santíssima que perdoasse ela e nos livrasse a nós, mas era sempre naquela horinha de mormaço preguiçoso que ela estava no melhor do sono, de repente a campainha do telefone retinindo soturnamente e uma voz de coveiro falando do lado de lá — foi um desastre imprevisito, minha senhora, o dr. Francisco ainda teve tempo de fazer algumas recomendações, a senhora esteja calma...

Mas como é que ela havia de estar calma, santa Odóxia! Então o Chiquito tinha uma morte horrível daquelas, ficava completamente desfigurado daquele jeito, o corpo todo em pedaços e ela havia de estar calma? Então ela era alguma mulher sem entranhas, então ela era alguma mulher sem religião?...

Mas por que aqueles pesadelos agora no fim da vida dela, Deus Onipotente? Por que agora aqueles castigos do céu se ela era uma devota às direitas, por que agora aquelas psicanálises, por que?

Não tinha por donde, precisava mesmo falar com o Chiquito, ele que tratasse de mandar o telefone embora dali. Pelo menos ela ficava livre de receber uma notícia tão horrível assim e nem o Chiquito não havia de morrer daquelas maneiras. De nenhum jeito, se Deus quisesse. E Deus

havia de querer naturalmente, porque o Chiquito era um pai de família que fazia muita falta no governo daquele lar cristão. Como é que ela havia de se arrumar se faltasse aquele chefe (pelo sinal da Santa Cruz), ele que era a alma daquela casa? Como é que ela se arranjava depois, a Nicota ainda por casar, a casa hipotecada... Aqueles livros que o Chiquito tinha tanto ciúmes, aquela papelada toda que ele ficava tão furioso quando ela punha em ordem... Meu Deus, que aquilo era um pecado mortal só da gente pôr no pensamento. Havia de ver ele o resto da vida sentado na cadeira, curvado, escrevendo, escrevendo. De repente se virando pra ela, apontando o dedo, com fogo nos olhos, labareda na boca, acusando ela: A senhora é uma criminosa, uma assassina! Assassina! E' a psicanálise! Não falha, não falha! E não sabia mais o que...

Nessa hora Donana já estava lavando agrião, quase pensando alto, coitado do Chiquito, ele gosta tanto de agrião... eu sei que ele não vai comer pimentão cheio... Destampou a panela, abriu mais o bico de gás, pegou a espumadeira foi puxando até ver o alumínio do fundo. O arroz já estava grudando, sorriu feliz...

* * *

Nicota disse duas vezes sim-senhor, sim-senhor, pendurou o fone no gancho e gritou pra Donana do corredor:

— Mamãe, papai avisou que vai jantar na cidade...

COLEÇÃO
CADERNO AZUL

Dirigido por: SÉRGIO MILLIET, DE PLÁCIDO E SILVA E LUIS MARTINS

3

MÁRIO NEME

*Donana
Sofredora*

Editora **GUAÍRA** Limitada

CURITIBA - S. PAULO - RIO

ANEXO C

Conto Mulher que sabe latim...

MÁRIO NEME

Mulher que sabe latim...

CONTOS

FLAMA

MÁRIO NEME

MULHER QUE SABE LATIM...

Contos

Capa de Oswaldo Sampaio

Editora FLAMA Limitada

Rua 15 de Novembro, 150 - 8.º andar

São Paulo

**MULA QUE FAZ HIM, MULHER QUE
SABE LATIM...**

DERREPENTE a porta abriu de sopetão, e Ernestina saiu do quarto andando depressa, atravessou a sala de jantar e foi varando prá cozinha arrastando a barra do penhoar descorado fazendo harmonia com a cara dela que estava verde azeitona, era de raiva.

Chi, eu logo que vi ela daquela côr andando aquêlê andar de muito valentona enfiei a cara na chierinha de café, sem responder prá Belica reclamando da água-suja que estava mesmo muito cheio de pó aquêlê café! Com a Ernestina ninguém brincava naquela casa, aquilo era quenem ventania de

furacão; mas como a negra Marília não respeitava mesmo grãfinismo de branca, volta e meia era aquêle pega brabo na cozinha, sua negra atôa, branca sem valia, sua desaforada, cachorra, tu é que é, cadela!

Nessas horas de tormenta eu tratava de pirar logo, ia dando o fora, levava a Belica junto quando ela estava meia pronta, senão trancava ela no quarto, até logo, já volto. Não que fôsse própria-mente medo, isso não porquê a gente não tinha nada que ver com aquilo alí, nem não dava palpite, não ouvia nada, não sabia de nada nunca, nunca mesmo. Mas era aborrecido de ver a alta importância da Ernestina agrãfinada, essa negra ainda não arrumou o meu banho? acho que preciso pedir favor, pedir esmola, ora! tem graça, muita graça, pois eu estou pagando, e pagando bem, muito bem. Chegava alí assim, se virava pra mim, dois mil réis cada banho seu Alberto! Dois mil réis! O senhor não acha que já é muito? Então não é bem pago?

Eu balanceava a cabeça, resmungava é, um é que me dava raiva depois, ora bolas, porquê que eu não havia de dizer logo claramente que não entendia daquilo não, não sabia se era ou não era, não tinha nada de ver com aquilo, tenha a bondade dona Ernestina de não me pôr nesse negócio, é favor, é um grande favor!

Mas a Belica alí é que me tirava o fio, eu ti-

nha era vergonha, era medo de deixar ela meio falsa, meio enfiada com a Ernestina, aquela bisca ruim, porisso só dizia aquêê é... comprido e apatetado, um é que não era nada no final das contas.

Mas também não dava tempo, que a Ernestina nem não estava ligando prá minha resposta, perguntava aquilo por perguntar, e já estava na porta da cozinha outra vez gritando prá pobre da Marília que ela era uma negra ordinária. Ordinária! — gritava. A negra, essa era interessante da gente ver uma coisa, tinha dia que ela ouvia tudo ficava mucha, quietinha, não dava um pio, de cabeça baixa. Mas tinha dia, ah! era aquela satisfação de ver a negra rubra de ódio replicando prá branca que fôsse chatear a vó, sua cadela! Não está contente com a casa serventia da rua a porta da porta; engasgava, não achava as palavras, vingava dizendo — merda! levantando os braços — procure outra!

— Ô, sua cachorra, então é assim que trata uma hóspede?

— Cachorra é tu, cadela, que eu não admito berro de ninguém, nem de hospede nem de hospa... Vá amolar a mãe, pros quintos que a carregue!

Belica acho que sentia mais vergonha do que eu, avermelhava, ficava meia descolorida, se enfiava no quarto, tremendo, ia tomar água com limão pingado, ah! esta vida de pensão...

Na sala de jantar Ernestina ia continuando

aquelas reclamações dela, que não sei o que, que eu já disse e redisse, não posso, não posso passar sem o meu banho diário, não posso!

Daí a pouco batia na nossa porta — dona Belica! dona Belica! — Belica abria, meia amarela —. Senhora — e a outra ia dizendo logo:

— A senhora já viu que coisa? Então não é da gente perder a paciência? E eu que estou com hora marcada para o médico, imagine... Com o dr. Pires, o especialista... Já ontem foi aquêlê aborrecimento com a costureira por me atrasar o vestido, depois aquêlê judeu que não chegava com o renarde, a senhora viu a que horas êle chegou, não é verdade? Imagine, eim! e ainda que estava pago adiantado, sim porquê eu não gosto de fazer dívidas não, êsse negócio de prestação é muito aborrecido, não é mesmo? ih! eu detesto, absolutamente detesto! E nem o Robertinho permite que eu compre a prestação, sabe? Que a gente felizmente não precisa disso... Mas a senhora viu que hora não é? Reparou no renarde, reparou? Eu preferí aquêlê, apesar-de ser muito mais caro que o da Lucinha, mas nem se compara, não é mesmo? Também, o preço! imagine... oitocentos mil réis...

Belica, não podendo dizer nada, sorria. A outra falava mais um pouco, depois pedia licença, ia indo, e gritando — onde está essa negra?! Meu Deus que casa esta, se não fôsse pela dona Alzira

eu já teria saído daqui. Ah! mas sem o meu banho diário eu não passo, não passo! E' infalível, não passo!

*

De noite dona Alzira se enfiava no quarto com a Belica e punha os podres da outra pra fora. Reduzia completamente a importância da Ernestina.

— Pois eu já dei ordem prá Marília, pode xingar como quiser, que se fôr embora é favor! Eu perco os três meses que ela me deve, mas não faz mal, ainda fico agradecida... Será um alívio, pois não pára ninguém aqui por causa dessa uma aí, Belica! E depois o aborrecimento de atender essa gente o dia inteiro na porta, você tem visto? naturalmente que tem, é o dia inteiro gente batendo na porta, dona Ernestina? dona Ernestina? Ah! irrita, irrita! Mas até sapato, Belica! Até sapato! Ora, sapato... até calcinha ela compra a prestação, até calcinha! Que coisa, nossa mãe! Você já viu que coragem?!

Belica naturalmente que nunca tinha visto, e ficava de bôca aberta, só dizendo: puxa... pu-xa...

Nisso dona Alzira puxava ela mais pra perto, e falava baixinho no ouvido:

— E eu ando muito desconfiada dela com o seu Moreira... não sei não... você não desconfia de nada? Você já reparou que êle sai, logo depois ela sai também... e como êles se olham no jantar,

no jôgo de víspera, mesmo na cara do seu Roberto, eim... não sei não, mas é da gente desconfiar... Também se o marido não fôsse um pamonha, não é mesmo? se não fôsse ela não teria a crista em pé assim... Isso é assim mesmo, quando o marido não presta a mulher toma conta. Você sabe, né? Cavalo e mulher, quem faz é o dono...

A Belica, mulher completamente sem maldade na alma, ela lá no fundo não era contra o seu Roberto; ela sentia era mesmo o perigo da Ernestina ali, e por instinto, ou então por educação religiosa, não perdoava era prá facção feminina. Porisso mesmo que enquanto a outra, mais escolada, se lembrava do cavalo e mulher, quem faz é o dono, pra boa da Belica vinham no pensamento dela aquelas coisas da Sebastiana da fazenda: — Mula que faz him, mulher que sabe latim, raramente tem bom fim...

*

Um dia lá, a gente estava principiando o almoço, e como era segunda-feira tinha batatinha ensopada com carne-sêca, o que me punha muito azedume no corpo e na alma e me fazia refletir seriamente na alta conveniência de morar numa casa de arrabalde, com galinheiro, pomar, horta e jardim na frente. Malemal a gente tinha arrumado o prato (a Belica muito nervosa por me ver com aquela cara de enjoado), o seu Roberto da Er-

nestina estourou na sala quemem bomba. Surgiu ali de repente, todo descabelado, em mangas de camisa, soltando um bafo de pinga cozinhada no estômago, com uma cara que era ver de louco furioso, levantando os braços pra cima, como quem chama Deus, e dando aquêles berros de sujeito muito desgraçado, o mais desgraçado dêste mundo, como êle estava dizendo. Era mesmo de cortar o coração da gente, o pobre do homem dizendo aquelas coisas de dar vontade de sumir dali, desaparecer da frente daqueles outros.

— Que crime cometí, eu? ó grande Deus! Que grande crime foi para merecer êsse castigo? Por que hei de ser assim desgraçado? Então eu mereço tôda essa infâmia? Não fui sempre um homem honrado, trabalhador, não fui? Ó Deus!

Depois se virando pros que estavam ali, com o almôço meio suspenso:

— Todo o mundo deve saber a minha infelicidade, precisa saber. Aquela mulher é uma indigna, que não merece viver aquí... Deshonrou o meu lar com a mais baixa infâmia que uma mulher pode cometer... E' uma indigna, uma infame!

Tomou um fôlego, com os braços levantados pro céu, depois olhou muito devagar pra todos nós, e foi repetindo com voz amortalhada, mas sempre se esforçando por fazer frases de grande efeito:

— Eu sou um homem enganado, minha mu-

lher me traíu... me traíu... não é a primeira vez... não é a primeira vez... Essa mulher indigna... Todo o mundo deve saber a minha desgraça... é uma mulher sem honra... deshonrou o meu lar... maculou meu nome... de homem honrado, homem trabalhador... está tudo acabado para mim... não tenho mais vida... foi-se... indigna...

Depois deu uma risadinha de sujeito meio louco, assim, éééé... é, e batendo as mãos no peito ia falando, se virando pra um, se virando pra outro:

— Minha mulher é uma meretriz... minha mulher é uma meretriz... minha mulher é uma meretriz... deshonrou o meu lar... deshonrou o meu lar...

Aí então me subiu o sangue na cabeça, e começou me esquentando o corpo que estava gelado. Acho que de lembrar que o lar deshonrado dêle era a pensão, que era assim como que a minha casa também. Coisa engraçada como de um momento pra outro passa o medo da gente. Me enchi de coragem uma hora lá, levantei, fui abraçar o desgraçado dêle, chamando com muito carinho:

— Seu Roberto, seu Roberto...

Mas porém aquêle seu Roberto não combinava com o carinho fraternal que eu punha na voz, quis dizer só Roberto, Roberto; nisso sentí que fi-

caria meio vago, então continuei dizendo: ô Roberto, ô Roberto, calma...

Derrepente comecei a sentir um certo medo que a Ernestina aparecesse ali e me visse naquela atitude, muito solidário com o marido ultrajado, e ficasse sendo minha inimiga... Ah! não valia a pena não, inda mais que logo que o homem disse que a mulher era uma meretriz, repetindo: uma meretriz, não sei porquê me passou pela idéia uma certa esperancinha muito vaga de conseguir com bons modos os favores dela, um dia.

Por sorte minha o homem me deu um repelão, saíu assim de banda, e se pôs a falar muito alto, gritando, gritando, animado naturalmente com aquela minha solidariedade:

— E' uma mulher indigna... sem caráter, sem brio... Anda aí com uma francesa, freqüentando apartamentos...

Ah! aí então não esperei mais nada, fui depressa sentar no meu canto, muito atribulado, com o cérebro pegando fogo e aquelas palavras pulando de cá prá lá: meretriz... francesa... apartamento...

Então me veio um amarguíssimo arrependimento de não ter parado mais na pensão todo aquele tempo... quem sabe se não teria visto por ali a tal francesa amiga da Ernestina...

(Os senhores podem dizer que tudo não passa de uma vontade ordinária de espezinhar o pobre

homem, mas eu sou capaz de jurar que o Robertinho estava feliz naquele momento, sentindo assim uma espécie de prazer de falar pra todo mundo que a mulher dêle era uma dessas tais, e êle um marido enganado, sabedor).

*

Mas como não há bem que sempre dure daí a pouco Robertinho foi serenando, falando cada vez mais baixo e mais engrolado, soltando pela bôca aquela baba grossa, foi serenando, serenando e se saindo meio assim de cara enfiada, naquele andar de velho emperrado, empurrando as pernas, foi indo, mastigando aquelas falas dêle. Quando chegou na porta da sala virou no pé e se enfiou no quarto — deixando nós meio absolutamente sem apetite, olhando prá carne-sêca do ensopado de batatinha. Espiei assim com o rabo dos olhos, o pessoal estava todo mais ou menos de ânimo derrotado, intimamente lastimando aquêlê pobre infeliz de marido bem informado de todos os detalhes.

Nesse momento a porta se abriu de novo, e Ernestina veio vindo, atravessou a sala de jantar, passou no meio de tôda aquela gente contristada — mas passou a diaba da mulher foi mesmo de cabeça erguida, com desprêzo nos olhos, muito digna andando decidida que dava gôsto ver, chegou na

porta do corredor da cozinha, e berrou muito alto e bem soante, mostrando pra todos que ela era mesmo uma mulher de raça, mulher que sabe latim:

— Essa negra ainda não arrumou o meu banho?

ANEXO D

Texto Utilização Cultural de Material de Museu

ANALIS DO MUSEU PAULISTA

AS
TOMO XVIII

**BIBLIOTECA
HISTÓRIA - FFLCH
USP**

Tôda correspondência relacionada com os "Anais do Museu Paulista" deve ser endereçada ao Diretor do Museu Paulista, Sr Mário Neme.

Caixa Postal, 8032
São Paulo
Brasil

SÃO PAULO
1 9 6 4

UTILIZAÇÃO CULTURAL DE MATERIAL DE MUSEU

MÁRIO NEME

INTRODUÇÃO

A expressão "utilização cultural de material de museu" sugere uma das duas funções que primordialmente competem a esse gênero de instituições; sendo a primeira a coleta de peças, organização de coleções e sua conservação; a segunda o uso dessas coleções para os fins a que se destinam.

Nas duas funções mencionadas estão compreendidas todas as atividades culturais dos museus: a formação do acervo de peças e o emprêgo adequado desse acervo. Justifica-se assim que, a bem da clareza e de uma compreensão mais direta do assunto, se diga "utilização cultural de material de museu" e não simplesmente "utilização de material de museu".

Este primeiro exemplo nos deve advertir de que em matéria de museu, como ainda no concernente a numerosos ramos de conhecimento, nunca é demais insistir no óbvio, no evidente, no já-sabido. Com efeito, nesta classe de fatos — óbvios, evidentes, já-sabidos — inclui-se com certeza a maior parte do que se pode ou se há de dizer acerca das atividades culturais do museu. Assim sendo, não nos furtaremos a expor em minúcias como encaramos o assunto que nos compete relatar, apesar de repetidamente nos arriscarmos a incidir no cediço e no enfadonho. Trata-se aqui não somente de propor soluções, mas de dar ênfase às necessidades e exigências que tais soluções impõem.

. . .

Como relator do sub-setor de História, do grupo de Artes e História do III Congresso Brasileiro de Museus (1962), cabe-nos oferecer sugestões relativas à "utilização cultural

de material de museu". Devendo tais sugestões representar o máximo que se possa obter na matéria dispômo-nos a alinhar em seguida tôdas as formas de uso que nos ocorram, com base na experiência pessoal, na bibliografia especializada, em idéias próprias e de companheiros de trabalho. (A nossa experiência pessoal provém do trabalho desenvolvido na montagem e funcionamento da Exposição da História de São Paulo no quadro da História do Brasil, comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1953-56), na instituição da Casa do Bandeirante, em São Paulo (1953), na remontagem e funcionamento da Exposição de Artes e Técnicas Populares (1956-57), na Junta Coordenadora dos Museus Municipais, da Secretaria de Educação e Cultura da Municipalidade de São Paulo (1958-59) e no Museu Paulista (a partir de 1960).

O MATERIAL DE MUSEU E AS POSIÇÕES QUE ASSUME

Para que nos conformemos ao tema que nos foi confiado, cumpre-nos proceder a uma explanação na qual o objeto destacadamente pôsto em foco não seja o museu propriamente dito, nem as suas diferentes e importantes funções, mas o conjunto de peças e coleções que se identificam como "material de museu". Assim sendo, a utilização cultural de material de museu deve pressupor, como fato a considerar, a posição em que se encontra este material no momento de ser utilizado. Não será demais, portanto, tentar estabelecer uma correlação entre a posição ou estado do material, num momento dado, e a modalidade de utilização que dêle se faz, nêsse dado momento.

1. Segundo imaginamos, são três os estados em que se encontra o material de museu, referido aos fins culturais a que se destina, correspondendo cada um dêles a uma forma, modalidade ou estágio de uso. Diremos, então, que o material encontra-se, conforme a modalidade de utilização a que se presta, em estado *quiescente*, em estado *latente*, em estado *atuante*.

2. Esta classificação, com que se procura realçar o material de museu, conferindo-lhe o caráter de entidade, não tem valor metodológico; apenas nos vai permitir expor o as-

sunto de maneira mais consentânea com o tema que nos foi proposto, e na explanação do qual teremos, portanto, de nos ater às três divisões estabelecidas.

Assim, fixadas as três posições assumidas pelo material de museu, em relação ao seu uso e ao momento de uso, tentemos analisá-las em face dos fins culturais a que respondem e correspondem.

ESTADO QUIESCENTE DO MATERIAL DE MUSEU

Com relação ao material de museu, falamos de estado quiescente como a lembrar as águas paradas de um lago; posição de quietude, de imobilidade que não exclui absolutamente a impressão de vida, como a que nos transmite um ser vivente em repouso e adormecido. Tal o estado das coleções de museu quando se acham na situação que lhes é própria, situação que diríamos normal, conservadas em armários, estantes, arquivos, caixas, etc. Embora não estejam em uso, em uso real e atual, em uso no sentido curial do termo, elas mantêm integralmente os seus predicados, as suas aptidões, a sua capacidade de uso. Daí exatamente o valor que se lhes atribui: elas valem pelo que são, pelo fato de existirem, pelos atributos que conservam. No estado quiescente em que existem e permanecem, elas são a razão de ser do museu.

A CONSERVAÇÃO COMO UTILIZAÇÃO CULTURAL

As coleções dão a razão de ser ao museu, determinam a sua existência e a sua manutenção, exigem que ele funcione. E nisto consiste a primeira forma de utilização cultural de material de museu. Trata-se exatamente da função precípua dos museus, aquela que se define pela obrigação de conservar o seu acervo de peças. Função cultural das mais importantes, a conservação das coleções é a atividade a que por definição se destinam as instituições do gênero.

Este o seu primeiro dever, a missão para a qual devem estar atentas, em permanente vigília, desde que se compenstrem de que as coleções que lhes estão confiadas destinam-se tanto às gerações presentes quanto às gerações futuras. Estamos aqui diante de um patrimônio cultural — seja de caráter histórico, seja de caráter antropológico, zoológico, físico-químico, seja de que caráter for — que interessa não apenas a estes grupos de cientistas e curiosos que nos cer-

cam, a estas parcelas de povo que nos visitam, mas a toda a comunidade, a toda a nacionalidade, a toda a humanidade.

Conservar as peças e transmiti-las às gerações futuras, no seu estado de autenticidade e pureza original, é pois a primeira modalidade de utilização cultural a que tem de dedicar-se o museu.

1. Sem pretender analisar aqui, por descabido, a imensa significação política, social, artística e científica de que se reveste esta forma de preservação e transmissão de espécies de bens culturais — representativas da marcha das idéias e das ciências, do desenvolvimento das artes, dos estágios de civilização de um povo, de fases da sua história — podemos dizer que esta tarefa é tão importante, tão essencial e insubstituível, que na eventualidade de uma opção necessária, no âmbito da economia doméstica de um museu, tudo o mais se deve sacrificar para que ela não o seja. Não dizemos que se sacrifiquem, como ponto de programa, como norma de ação, as demais modalidades de utilização do material de museu em benefício de sua preservação e resguardo; apenas que, no caso de prevalecerem circunstâncias adversas, seja esta atividade a última a sofrer restrições. E, ainda que, se por escassez de meios a conservação do material de um museu tiver de ser prejudicada, em favor, por exemplo de mais ricas exposições públicas, isto não se fará sem grave delito contra os altos interesses da cultura.

Assim resumindo o que consideramos a primeira modalidade de utilização cultural de material de museu, queremos sugerir que numa Carta de Princípios dos museólogos brasileiros que se venha a adotar um dia seja incluído, pela melhor forma, o que diga que a conservação das coleções, para preservação do estado original das peças e sua transmissão às gerações que se hão de suceder, é o primeiro e principal dever do museu.

2. Não nos cabe inquirir dos processos técnicos de conservação do material de museu. Mas é sabido que a complexa atividade museológica que se resume e se condensa no termo “conservação” exige entre outras coisas a defesa das coleções contra ataques de agentes de destruição físicos, químicos e biológicos. Esta defesa implica o emprego de técnicas especializadas e de pessoal adestrado. Implica a existência de aparelhamento especial, de câmaras de expurgo, de estufas, condicionadores de ar, instalações de aquecimento e

resfriamento, e outros mais. Implica a atividade, constante, diligente, vigilante, de pessoal habilitado nestes diversos tipos de trabalho, no manejo de drogas, de máquinas, de aparelhos especialmente construídos para os fins de defesa e preservação.

Temos, pois, que o "material de museu", como é conhecido, precisa passar por uma série de estudos, exames, medições, a fim de "organizar-se". Depois de organizado, para que se mantenha no estado que lhe é próprio e peculiar, tem de ficar sujeito a permanente atenção, cuidado e tratamento. Restringindo-se ao exemplo do museu de história, podemos dizer, resumindo, que para um e outro conjunto destes trabalhos é necessária não só a presença mas a continuidade de serviços especializados, a cargo de pessoal altamente habilitado. Estes dois gêneros de trabalho exigem a colaboração de um grupo de servidores aos quais se costuma dar o nome de "conservadores de museu", e que têm de possuir conhecimentos extensos sobre as várias classes de material de museu, como: armaria, indumentária, adôrnos, mobiliário, vitruras, ourivesaria, cerâmica, iconografia, numismática, documentação manuscrita e impressa (bibliográfica).

Cada um destes "conservadores", no quadro de um mesmo estabelecimento, tem de especializar-se no trabalho de identificação, classificação e catalogação de uma, duas ou mais classes de material.

3. Para que em seguida o material possa manter-se íntegro, organizado e acessível, exige-se o trabalho de outro grupo de servidores, como sejam licenciados em física e química, conservadores especializados, restauradores, bibliotecários, fotógrafos, etc.; e para todos estes, assim como para os do primeiro grupo, o número conveniente de auxiliares.

Impõe-se, portanto, a pergunta: Dispõem os museus brasileiros dêsse aparelhamento técnico e dêsses servidores especializados em número necessário?

Todos sabem que não. Não há talvez um único museu em todo o Brasil que possa orgulhar-se de possuí-los em quantidade e qualidade que lhe permitam cumprir, como deve, a sua missão precípua de colecionar peças e conservá-las, para preservação disto que representa o mais autêntico patrimônio cultural do povo brasileiro.

Para esta situação de deficiência e estrangulamento em que vivem os museus contribuem: a insensibilidade dos homens de governo para os problemas da cultura nacional; a inadequação do sistema fazendário dos governos da União e dos Estados à cada vez mais imperiosa necessidade de decisões rápidas no tocante à compra de interesse museológico, de maneira que os governos, juntamente com os seus Tribunais de Contas, cada vez se mostram mais cegos ante a relevância da missão dos museus referida à aquisição e acumulação de bens de valor histórico, artístico e científico; a falta de noção ou consciência dos altos interesses da Cultura nos líderes das chamadas classes dirigentes e nos responsáveis pelo desenvolvimento espiritual da nação; e, em consequência de tudo isso, a ausência de uma política oficial de museus, pela qual se garantisse a estas instituições um mínimo pelo menos de organização racional, de recursos em meios materiais e em elemento humano, e um mínimo indispensável de liberdade de ação.

SUGESTÕES PARA UMA POLÍTICA DE MUSEUS

A ausência de uma política oficial de museus, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, é pois o núcleo gerador de grande parte dos males de que padecem as instituições do gênero no Brasil.

1. O problema talvez se encaminhasse para uma solução satisfatória se, no quadro de uma tal política, os museus fôssem transformados em autarquias, subvencionadas pelo poder público, mediante porcentagem obrigatória sobre determinado imposto. (Isto não excluiria a possibilidade de serem auxiliados por organizações particulares, como entidades representativas das classes produtoras, comerciais, bancárias, e por entidades do tipo Rotary, Lion's, e ainda por Associações de Amigos do Museu que se viessem a criar). Muitos dos entraves burocráticos que cerceiam as atividades do museu seriam automaticamente eliminados, ou atenuados, além de que passariam eles a gozar de maior autonomia de ação e decisão. Assim, a transformação dos museus em autarquias constituiria o ponto cardial de uma política oficial de museus, política que é, a nosso ver, o mais alto objetivo para o qual devem os museólogos brasileiros voltar no momento a sua atenção.

2. Os museus de maior expressão cultural, de mais rico patrimônio, passariam a fazer parte integrante das Universidades, como institutos, encaminhando-se assim para cooperar na melhoria do ensino especializado e beneficiando ao mesmo tempo da colaboração de Faculdades, departamentos e cadeiras.

3. Os de menor campo de ação, como os regionais e municipais, se congregariam num sistema de auxílio mútuo, em redes de cooperação e assistência, sob a proteção dos Estados e dos Municípios, além da eventual ajuda de entidades particulares locais. A este assunto voltaremos adiante.

4. Mas para a eficácia de uma política oficial de museus é necessário antes de tudo que se crie e se desenvolva, em todas as comunidades, em todos os Estados, em todo o País, uma consciência museológica. Como, porém, alcançar este objetivo, se os museus dos quais deve partir a iniciativa, o apelo para a consciência popular — permanecem entoados, inermes e refratários ao contacto e ao esclarecimento da opinião pública, como envergonhados da própria desdita?

Não sabemos de nenhum movimento coletivo, solidário, dos museólogos brasileiros no sentido de despertar a simpatia popular para o museu, de atrair para o seu convívio os artistas e intelectuais, de inculcar no espírito dos políticos e das autoridades a idéia de que o museu presta serviços inestimáveis e insubstituíveis na preservação e revivência das tradições mais altas da Nação, serviços inestimáveis na difusão artística, na educação popular, na democratização da cultura. Nada se faz em favor da instituição como tal, nem para mostrar que ela constitui uma tarefa do Estado, da Nação. Não sabemos sequer de uma campanha de cartazes em favor dos museus, como a que a Unesco realizou na Europa em 1956 por ocasião do seu décimo aniversário. Não sabemos de uma Semana do Museu, com o seu ciclo de publicidade na imprensa, no rádio, na televisão, no cinema, entrevistas, conferências, recepção a governadores e ministros, flâmulas, distintivos, paradas de escolares, alocações nas escolas, dissertações pelos alunos, cinema educativo, brindes, maratonas e coisas assim.

O PROBLEMA DOS MUSEUS MUNICIPAIS

Não pretendíamos — nem nos competia — aprofundar estes diversos aspectos do problema, que apenas abordamos por interferirem com o assunto que nos cabe relatar. Acreditamos, porém, que é chegado o momento de provocar a discussão em torno de questões que, embora situadas num âmbito mais restrito, estão efetivamente na base do problema mais amplo e mais geral da museologia brasileira. Referimo-nos à necessidade da ação dos Estados no incremento da criação de museus municipais e na assistência efetiva a essa classe de instituições, como primeiro fundamento de uma Política Oficial de Museus. Desejamos transpô-lo para aqui, na esperança de vê-lo debatido e esclarecido em plano nacional — tão considerável é a importância que lhe atribuímos.

1. Nota-se em certos Estados, por influência de elementos estrategicamente colocados nas Secretarias de Educação, a tendência a criar nas cidades do Interior uma série ou cadeia de museus supostamente articulados com o sistema oficial de ensino primário e secundário. Conforme nos foi solicitado em face de um caso concreto, dissemos em dada oportunidade que o Estado deveria, ao contrário do que vinha permitindo que se fizesse, fomentar a criação de verdadeiros Museus Municipais, entregando-lhes as sedes dos museus já por ele, Estado, criados, e dispondo-se a prestar-lhes auxílio e assistência técnica e científica indispensável à sua organização e funcionamento. Para isto, o Estado criaria e manteria cinco ou seis Museus Regionais, de tal modo distribuídos pelo território do Estado, que deles se pudesse dar assistência pronta e direta aos Museus Municipais de cada região.

Justificávamos esta proposta, em resumo, encarecendo o seguinte: Não basta criar museus, sem lhes dar a organização e os recursos indispensáveis não só ao seu crescimento, mas ao aproveitamento do seu acervo e à sua conservação — e era isto o que estava acontecendo com cerca de trinta museus já criados pelo Estado em cidades do Interior.

2. A criação de um museu pressupõe a existência e organização de valiosas coleções que devam ser preservadas e mereçam constituir início de um cometimento no gênero. (Neste sentido, o próprio arquivo municipal representa um

patrimônio a exigir a constituição de um órgão encarregado da sua guarda, da sua conservação, do seu aproveitamento). Quanto à organização, para que possa, bem ou mal, cumprir as suas funções de museu histórico, ou melhor dito, de um museu de História, teria ele de se constituir organicamente, com direção, com órgãos científicos, órgãos técnicos, serviços auxiliares, funções próprias e objetivos definidos.

3. Um museu precisa de catalogação, compreendendo arrolamentos, fichas identificadoras, descritivas, analíticas, de consulta, etc., para fins administrativos, de estudos, de exposição, de informação; isto exige o trabalho de especialistas dotados de conhecimentos específicos, aptos a lidar com grupos de objetos como documentos, pintura, gravura e escultura, louças e cristais, ourivesaria, numismática, armaria, indumentária, espécies folclóricas, etc. Estes técnicos têm de conhecer e reconhecer, para cada grupo dos referidos objetos, os dados referentes a natureza, uso e procedência, estilo, valor, raridade, autenticidade, etc., o que em geral exige buscas demoradas de vária espécie.

Os objetos de um museu têm de ser conservados integralmente, protegidos contra os agentes naturais de destruição. Eles se constituem de madeira, de tecidos, de ferro, de papéis, de tintas, etc., permanentemente sujeitos à ação de cupins, papirófilos, poeiras, calor, umidade. Exigem-se para esse trabalho: câmaras de expurgos, banhos de luz, estufas, materiais de laboratório, etc. Para tais serviços requer-se permanente atenção de pessoal habilitado.

Um museu necessita de restauradores, instalações, material e aparelhos que permitem o diagnóstico preciso das avarias, alterações, adulterações sofridas pelos objetos (telas, gravuras, móveis, tecidos, manuscritos, armas, etc.) na sua natureza, textura, forma, estilo, para devolver-lhes o caráter original.

Um museu precisa de depósitos convenientemente instalados e apropriados aos vários gêneros de objetos, para que estes fiquem dispostos de maneira a atender às conveniências de segurança, manejabilidade, ordenação, com vistas a preservação, consulta e estudo. Para tal serviço é necessário pelo menos um trabalhador habilitado, por menor que seja o acervo.

Um museu precisa de oficina de carpintaria e eletricidade, de decoração, desenho, pintura e paginação (montagem).

Precisa de serviço de fotografia (laboratório) e microfilmagem, para vários fins.

Precisa de uma biblioteca especializada, de uma sala de reuniões, cursos e conferências, com projetor cinematográfico, projetor de "slides" e reproduzidor de som.

Precisa de uma secretaria, de um almoxarifado e seus funcionários.

Precisa de um corpo de servidores de limpeza, transporte, comunicação.

Precisa de móveis, estantes, máquinas de escrever, calicular, etc., fichários, mapotecas. E de muitas outras coisas.

4. Sabe-se que os Estados, incluídos os de maior riqueza e prosperidade, não fornecem — e tradicionalmente não fornecem — os recursos necessários ao desenvolvimento de um ou outro museu que mantêm em suas Capitais, condenando-os, em muitos casos, a uma vida meramente vegetativa, sem possibilidade de criar serviços, de ampliar os existentes, de cumprir, enfim, as suas funções. Nisto não vai nenhum derrotismo; é um fato corriqueiro e por demais sabido.

Se, pois, ao lado desse antigo museu, localizado na Capital do Estado, já dono de algum renome, já dotado de alguma organização, já possuidor de um acervo digno de apreço e de aproveitamento, o Estado passa a alinhar trinta, sessenta, cem outros, distribuídos por cidades do Interior, qual a perspectiva de progresso que se oferece tanto à antiga como a estas novas unidades? Diante de tão larga (e insensata) safra de museus do Estado, podemos afirmar com a mais absoluta convicção que nunca haverá condições para um razoável funcionamento, não dizemos de todos, mas de apenas alguns deles, e isso mesmo que numa situação especialmente favorável se viesse a verificar uma espantosa guinada na administração pública em favor das atividades culturais desinteressadas.

Encarando-se pois a questão com espírito prático, é forçoso reconhecer o grave erro que o Estado comete com a criação indiscriminada de museus no Interior, quando, antes

de invadir a área municipal, compete-lhe favorecer e estimular a criação de verdadeiros Museus Municipais. Estes são da responsabilidade dos municípios, nêles o Estado não tem ingerência, nêles se reúne, como a parte mais substancial e valiosa do seu patrimônio, a documentação histórica das comunas e, principalmente, como museus municipais, êles têm missão muito mais modesta, muito mais exequível, muito mais consentânea com o meio a que devem servir. Por pouco que façam, não comprometem a administração, ao passo que um museu custeado e gerido pelo Estado, da responsabilidade do Estado, não deve e não pode ser proposto a fins menos consoantes com a alta função cultural que lhe cabe desempenhar na civilização moderna.

5. No quadro de uma Política Estadual de Museus, em que se encaixariam cinco ou seis museus regionais que seriam os focos de concentração de estudos e irradiação de estímulos e de assistência aos municipais, não há lugar para aqueles ditos museus do Estado pretensiosamente vinculados ao seu aparelhamento escolar, museus que, nascidos de um equívoco, só poderão apresentar resultados contraproducentes, quando não totalmente nefastos.

O equívoco se demonstra facilmente, diante do fato de êles terem sido criados a pretexto de servirem como museus de interesse e da economia interna das escolas estaduais localizadas no Município, embora nada contenham que sugira orientação, estrutura ou objetivo pedagógico. De modo sumário, o aparelho educacional do Estado se compõe de escolas e de serviços administrativos auxiliares. Todo êste aparelho existe em função das escolas, escolas que têm seu caráter próprio, assim como os museus, tomados no sentido curial, têm a sua própria natureza e seus fins específicos. A escola tem uma vida íntima, recolhida, como instituição destinada ao ensino curricular e à formação de uma consciência escolar, ou mesmo educacional. Os museus, notadamente os históricos, são propostos à população de todos os níveis de idade, e sua função educativa, que é de índole cívica, moral e ética, se exerce, pelo exemplo e pela sugestão, sobre todas as camadas do povo. Basta esta caracterização de um e outro organismo para que se veja como os museus destinados ao grande público não se encaixam com propriedade nos interesses, nas atividades e nos objetivos do aparelho educacional do Estado.

Êste primeiro equívoco tem levado a outros, não menos graves, como o de se pretender que os escolares participem das atividades de tais museus. Mas os trabalhos de um museu têm de obedecer forçosamente a uma linha de continuidade e desenvolvimento; um único objeto para ser catalogado constitui muitas vezes um problema cuja solução demanda longas pesquisas até que chegue a ser convenientemente classificado. Como pois pretender que tarefas dêsse tipo possam ser cometidas a escolares?

6. Talvez tenha servido para alimentar tais idéias sobre museus o fato de escolas, cadeiras, professores haverem sempre estimulado atividades "parecidas" com as de um museólogo: herbários, coleções de insetos, gabinetes de história natural sempre implicaram em atividades de coleta, de estudo, de exposição e coleção, permitindo a participação de alunos no processo educativo inerente à tarefa. Isso — como as práticas da escola ativa, com a formação de centros de interesse — vem servindo para que as crianças e os adolescentes tenham uma atuação mais viva no aprendizado, mas sempre no âmbito das escolas. E no âmbito delas também é que se têm desenvolvido museus escolares, que, porisso mesmo, se constituem tão somente em função do currículo escolar e são formados de recortes, estampas, reproduções e objetos sem valor intrínseco — nunca envolvendo uma peça rara, importante e singular, que tenha pertencido a uma personalidade de relevo ou que diga respeito a um fato de significação para a vida do País. O típico museu escolar nunca pretendeu sair do âmbito da escola, único lugar onde devem estar os museus do aparelho educacional, despojados de propósitos que a rigor não são os seus.

7. De toda a errônea insistência em criar museus sem condições de vida, sem organização, sem coleções, sem nada mais que algumas peças obtidas de favor, têm decorrido efeitos nefastos, em contrário à formação de uma consciência museológica, tão exigida pelo desenvolvimento material, científico e artístico do País. É fácil imaginar, quanto a isto, o efeito que êsses museus estão exercendo na mente e no ânimo das populações locais. Cada um dêles tem sido confiado a um elemento do magistério primário ou secundário, sem formação museológica, prevalecendo assim, logo de saída, um caráter de diletantismo incompatível com a seriedade dos trabalhos que se executam nêsse gênero de estabelecimentos. E qual o grau de confiança que êste museu desper-

tará na população da cidade, se é voz corrente que o Professor Fulano “cavou” o lugar de encarregado ou diretor do museu, sem nada entender disso, apenas para ficar livre de dar aulas? Se, além desse por assim dizer beneficiário da situação, ao museu só se destinam, em matéria de funcionários, um ou dois serventes para limpezas e serviços equivalentes?

Diante de tais exemplos, pouca gente acaba compenetrando-se de que além da função aparente, que é a arrumação de peças em mostruários, para exposição pública, um museu significa organização, significa coleções de objetos valiosos e representativos, significa estudos e pesquisas, serviços técnicos e científicos, consciência da relevante missão a desempenhar.

8. Um Museu — seja qual for o seu caráter, seja qual for o seu ramo, tem que se distinguir por duas qualidades essenciais com relação aos seus visitantes: a capacidade de impor respeito e a capacidade de despertar emoção. É da essência educativa de um Museu que, nele, a pessoa de imediato sinta estar num ambiente de seriedade, num lugar de estudo e trabalho, num recinto impregnado de evocação e dignidade. Isto deriva da própria presença dos objetos expostos, do caráter de reverência que lhes passa a ser inerente pelo simples fato de estarem colocados em tal ambiente; deriva da atmosfera peculiar que nele se forma, em que a própria circumspecção dos funcionários, guias e vigilantes, sendo uma decorrência dessa atmosfera, ao mesmo tempo contribui para lhe acentuar os efeitos.

Mas para que esta influência de ordem moral e psicológica se exerça, é preciso que os objetos sejam de uma tal qualidade que correspondam à expectativa do visitante; que eles se apresentem por forma condizente com a dignidade de que se revestem, e isto não só pelas suas qualidades intrínsecas ou aparentes, mas ainda pelas qualidades que se lhes acrescentam precisamente por se encontrarem neste ambiente. Uma coisa é ver o retrato de um personagem ilustre numa sala de residência, outra coisa é ver esse retrato num museu.

Este ambiente, esta atmosfera não se criará jamais numa sala ou série de salas onde se reúnem pequenas fotografias familiares, exemplares de jornais, recortes de revis-

tas, objetos dispare de ourivesaria, cutelaria, cerâmica, marcenaria, telas sem valor artístico ou histórico, móveis sem dignidade artesanal e todos esses pobres e disparatados objetos que têm sido obtidos de favor.

O vínculo entre um museu de História e o seu público está assentado em bases afetivas e racionais: há uma relação de causa e efeito, de ordem psicológica, que é cumprida e tem a sua consequência lógica no momento da visita, com resultado positivo ou negativo. Será positivo se o museu tiver correspondido à expectativa do visitante, negativo em caso contrário. Assim; a pessoa que se dispõe a visitar um museu de História está psicologicamente preparada — com a “vontade de crer” referida por W. James — para encontrar nele ambiente e representações que lhe falem dos fatos históricos, das tradições maiores, de feitos gloriosos, dos grandes homens da nacionalidade. E isto se aplica tanto ao homem do povo quanto ao escolar.

Que ambiente e que representações — referidas à História do Brasil — podem oferecer estes museus que não contam com um mínimo do complexo aparelhamento indispensável às instituições do gênero? E se isto tem sido assim até hoje, quando existem cerca de trinta desses museus, presume-se que à medida que aumente o seu número, menos ainda virão a receber a ajuda necessária do Estado. Nunca poderá o Estado, obediente a uma sã política financeira, despendar com cinquenta, cem, duzentos museus de sua responsabilidade o numerário suficiente para garantir a cada um deles as condições mínimas de manutenção e desenvolvimento; mesmo que o faça, será não só um desperdício injustificável, mas uma dispersão de verbas, serviços, esforços que não se coaduna com as boas normas da administração. Mas como isto nunca poderá acontecer, os museus já criados e outros que, a continuar a presente marcha, hão de surgir (por motivos de prestígio ou conveniência pessoal) estarão destinados a exercer esse triste papel que lhes foi reservado até agora, servindo apenas para comprometer os foros de adiantamento das cidades que os abrigam. Mais do que isso, estarão condenados a cumprir um papel verdadeiramente criminoso, usando do prestígio oficial para angariar e coletar peças, objetos, documentos, em alguns casos talvez insubstituíveis, e com isso condená-los ao desaparecimento ou ao perecimento, por deterioração, corrupção, extravio — desde que

não dispõem nem de guardas e vigilantes suficientes nem de meios de preservação contra a insidiosa ação de cupins e papirófilos. E ao mesmo tempo estarão condenando, por falta de destinação apropriada, tanto o acervo histórico municipal (documentos, livros, papéis avulsos), como peças e objetos de propriedade e responsabilidade do Município — e isso de uma forma tanto mais irrecorrível, quanto mais com a sua mera presença contribuirão estes pseudos-museus para retardar a criação de autênticos museus municipais.

9. Já no caso de um autêntico museu municipal, para o público e para o escolar que o visitem, numa cidade do Interior, não haverá decepção em face de falhas e deficiências, porque a sua expectativa sempre será de alguma forma satisfeita. E nisto é que o museu municipal, além de muitas outras conveniências, tem de vantajoso sobre os arremedos de museu que se tem criado. Iriamos longe se quiséssemos relacioná-las; limitemo-nos, pois a referir apenas uma. O museu municipal encontrará com muito maior facilidade o apoio e o auxílio de pessoas da localidade, de industriais e comerciantes, bem como de toda a população, simplesmente porque, por definição, o Estado é rico e o Município é pobre. E terá muito maiores possibilidades de cumprir com fidelidade o seu papel, que esse sim, repetimos, interessa ao Estado e à Nação.

É do interesse da Nação e do Estado que os documentos de índole e propriedade municipal, peças e objetos que testemunhem acontecimentos, épocas ou fases da história da comuna, bem como os elementos representativos da evolução da cultura local, sejam preservados para se transmitirem às gerações futuras; que sejam conservados, organizados e postos à disposição dos estudiosos, para que a todo tempo possam ter a utilidade a que se destinam.

10. As instituições — quer no campo sociológico, quer no campo político — nascem de necessidades. Se a criação de um desses museus do Estado em cidade do Interior decorresse de uma imposição político-social, ou político-educacional, ou político-administrativa, se ela não fôsse uma criação meramente arbitrária, nunca surgiria o problema que, com relação a esses museus, vem preocupando as autoridades responsáveis: que fazer deles, que funções atribuir-lhes, como dar-lhes utilidade. Não se tratasse de uma criação arbitrária, e estas questões não teriam razão de ser.

Por este aspecto, aliás, é que vemos nos arremedos de museu que se tem criado em cidades do Interior, mas fora da área íntima e restrita das escolas oficiais — o desacerto da idéia que os gerou, cujas más conseqüências estendem-se, para maior mal, ao próprio âmbito da competência e dos deveres do poder municipal, fazendo que o Estado não apenas lhe negue auxílio neste setor de preservação do seu patrimônio histórico (que é de interesse nacional), mas ainda lhe empece a realização, por ele próprio, deste desiderato. Pois a verdade é que a proliferação de Museus do Estado em cidades do Interior torna progressivamente mais difícil, em cada uma delas, o aparecimento de autêntico Museu Municipal, em virtude do desvio, feito e consumado, de peças, objetos, documentos oficiais e familiares, e ainda de dedicações voluntárias individuais, de contribuições pecuniárias particulares, de recursos e esforços, etc.

11. Falamos de Museus Regionais, sob a égide do Estado. Estes seriam cinco ou seis em todo o Estado, e nêles se procuraria retratar toda a vida da região respectiva, abrangendo: história, geografia, geologia, fauna e flora, demografia e etnografia, produção, economia, costumes, artes e técnicas populares, etc. Estes Museus Regionais se constituiriam em centros de estudo dos vários aspectos da vida regional, e com o auxílio de bom serviço de estatística poderiam continuamente fornecer um conhecimento completo das condições de vida, da capacidade de trabalho e produção, da atividade e das possibilidades de cada região e seus municípios e, por conseguinte de todo o Estado.

Os museus regionais, que teriam ainda por função obrigatória prestar assistência técnica aos Museus Municipais, para fins de coleta, classificação, catalogação, exposição, restauração, cópias fotográficas, microfilmes e de gravação de som — tudo sem dispersão de esforços, de recursos, de pessoal e aparelhamento técnico-científico — teriam de ser criados na conformidade de um plano de longo alcance a ser elaborado e proposto por uma comissão de especialistas.

O MATERIAL DE MUSEU APLICADO AOS ESTUDOS

ESTADO LATENTE DE MATERIAL DE MUSEU

O estado latente do material de museu, referido à sua utilização cultural, é aquele em que as coleções, estando perfeitamente organizadas, tornam-se objeto ou meio de estudos e pesquisas.

Quanto a isto, é de salientar que os fins de estudo requerem das “peças de museu”, mais que quaisquer outros, a capacidade de responderem prontamente ao apelo que se lhes dirija num momento dado; para o que, além de perfeitamente organizadas, as coleções devem ser facilmente acessíveis. Isto acontecendo, pode dizer-se que para o objetivo dos estudos estas peças mantêm em estado latente as suas qualidades, os seus atributos, as suas aptidões, a sua potencialidade.

Em certo momento, um determinado objeto de museu, ao ser manuseado pelo estudioso, ao ser analisado pelo cientista, ao ser examinado por um grupo de estudantes, é tirado do seu estado de quiescência; nesse momento este determinado objeto afirma-se como entidade dotada de vida, de vida latente, como um indivíduo em posição de repouso mas plenamente acordado, com os sentidos despertados, prontos a reagir.

Vida latente porque esta determinada peça, em tais circunstâncias, não vive por si mesma, mas pelo estímulo que recebe; o que se verifica é uma agitação, um estremecimento, um frêmito de vida passageiro, provocado pela ação do observador; ela reage, não atua. Mas ao reagir, ela sai da situação quiescente em que permanentemente se encontra e põe em funcionamento todos os elementos que, sendo-lhe os seus próprios, lhe permitem dar um testemunho, uma prova, o fio de ligação, o indício necessário, o dado esclarecedor, a informação capaz de que se vai enriquecer o estudo ou a pesquisa. Para isto precisamente ela existe como “peça de museu”, como peça dotada de propriedades latentes, de valor cultural.

A expressão acima — fins de estudo — sugere como se sabe grande número de aplicações. Tomada no sentido corriqueiro, ela traz à lembrança o ensino escolar, nos seus três graus de conhecimentos, o primário, o médio e o superior. Em todos estes casos o material de museu encontra oportunidade de utilização. Mas a expressão refere-se ainda aos estudos extra-escolares, aos estudos feitos por especialistas, no campo das ciências naturais e humanas, das artes, da literatura; estes especialistas podem pertencer ao quadro do museu ou ser estranhos a ele.

Do ponto de vista da utilização cultural de material de museu, os estudos extra-escolares e os estudos escolares de grau superior, ou universitário, situam-se numa mesma categoria de atribuições e preocupações, das mais sérias e relevantes. Delas trataremos, por isso, em primeiro lugar, e conjuntamente.

1. Esta classe de cometimentos — estudos especializados — representa o que podemos apontar como a segunda forma de utilização cultural de material de museu, a primeira referida ao seu estado latente. Caracteriza-se assim, com isso, outra função primordial das instituições do gênero. O museu realmente digno dêsse nome é aquele que funciona como centro de estudos, propiciados e estimulados pelas coleções que possui. Seria sem dúvida praticamente inútil, ou pelo menos incongruente, coletar peças, descrevê-las e classificá-las, organizar coleções e conservá-las, se estas peças e coleções não se destinassem a servir de instrumento e meio para o progresso da disciplina ou das disciplinas a que se vinculam.

Por conseguinte:

O museu deve ser, principalmente, um instituto de pesquisa.

2. Daí decorre, por dedução lógica e natural, que o estudo a que de preferência se deve prestar o material de museu é aquele que se coloca no mais alto nível de especialização; daí o dizermos:

O material de museu deve servir, precipuamente, ao estudo especializado.

3. Este axioma, que, obrigando à reflexão, põe ao vivo a situação desatualizada da grande maioria dos museus brasileiros, implica a existência de uma *política oficial de museus*. Política oficial que pelo menos determinasse as diretrizes gerais de aproveitamento, por forma constante e eficiente do patrimônio cultural dos museus. Política que, fornecendo aos museus os meios necessários, lhes fixasse a obrigação de proporcionar, favorecer e estimular as pesquisas e os estudos especializados.

4. Como já acima lembramos, o material de museu deve estar votado a três principais grupos de interessados:

dos especialistas do próprio museu;

dos especialistas e estudiosos estranhos ao museu;

dos estudantes universitários.

Não nos ocuparemos das relações entre o museu e os especialistas estranhos ao seu quadro, matéria que requer o exame de cada caso em particular, já que entram em linha de conta muitas condições circunstanciais, como p. ex. o volume e a qualidade do acervo do museu em causa, a existência ou não na mesma localidade de institutos de pesquisa dedicados ao ramo desse museu, e, assim, muitas outras peculiaridades.

Quanto aos especialistas do próprio museu, a pequena soma de trabalhos que têm sido realizados nas instituições do género, avaliável num balanço geral de suas atividades em todo o País, é o melhor testemunho de que se deve cuidar de aumentar consideravelmente o número de pesquisadores em serviço nos museus.

RELAÇÃO COM O ENSINO UNIVERSITÁRIO

Considerando, por um lado, que o museu, funcionando como instituto de pesquisa, se constitui naturalmente, pela acumulação de material e pela concentração de estudos especializados, em um núcleo vital de ensino; considerando, por

outro lado, que é do interesse da Nação formar cada vez maior número de pesquisadores, em todos os ramos de especialização, não hesitamos em afirmar que é com relação à classe de estudantes universitários que o museu pode propiciar o mais amplo e o mais fecundo aproveitamento das suas coleções, nesta forma de utilização cultural.

Porque:

os estudantes universitários constituem uma classe de pesquisadores em potencial que se renova, ou se acrescenta, todos os anos. (As Faculdades trabalham sem cessar para isto);

são eles os elementos mais qualificados a se iniciarem na especialização a que se dedicam e, portanto, na pesquisa (nesta fase encontram-se não apenas suficientemente capacitados, mas num estado por assim dizer de inocência, o mais apropriado e promissor para ingresso na carreira);

com referência a eles, as facilidades (comodidade) de uma pesquisa inicial, séria e bem conduzida, podem servir para revelar vocações que de outro modo permaneceriam encasuladas.

Estes motivos, além de outros que facilmente se imaginam, estão indicando que é da maior conveniência o entrosamento dos museus com as Universidades, entrosamento do qual se beneficiarão os diversos ramos de conhecimento que interessam ao espírito humano.

Não obstante, uma rápida visão do panorama museológico do País mostrará que tal entrosamento não existe. Não existe como objetivo consciente, como programa de ação.

Mas, se é verdade que em geral os museus brasileiros não procuram, nem tentam, estabelecer vínculos de vida e trabalho com as cadeiras e departamentos correspondentes das Universidades, não é menos verdade que isto decorre principalmente da ausência de uma política oficial de museus, tanto no âmbito da União como no dos Estados. E este é, a nosso ver, um desideratum a que deveriam aplicar-se antes de mais nada os responsáveis pelos nossos museus e as organizações interessadas no amparo e desenvolvimento desta classe de instituições. Ainda mais que a falta de uma política oficial de museus pode ser, para este e outros casos,

perfeitamente suprida por uma Carta de Princípios,—em que se apontem os rumos que devem ser buscados pelos museólogos, os seus deveres e obrigações não só de ordem ético-profissional, mas ainda e principalmente no que se refere aos altos objetivos da museologia.

1. Longe de nós a pretensão de querer indicar as normas pelas quais se viria a fixar o entrosamento entre o Museu e a Universidade; mas nem por isso queremos deixar de expor, embora ao sabor das idéias, algumas sugestões sobre o assunto.

Primeiramente, convém deixar esclarecido que a vinculação entre um museu e um departamento universitário, como acima lembramos, não significaria subordinação, nenhuma espécie de subordinação. É essencial, para os bons resultados da mútua colaboração, que as duas entidades mantenham a mais absoluta autonomia, quer no setor técnico-científico, quer no setor administrativo.

A idéia central que nos leva a insistir na colaboração entre os dois organismos pode ser assim resumida: a tendência natural das cátedras — e os exemplos são de todo dia — é no sentido de acomodarem-se à rotina do ensino, cada vez mais prêsas a “programas” pouco susceptíveis de admitir modificações; a isto acrescenta-se que normalmente não dispõem elas de órgãos ou elementos dedicados à pesquisa. E a verdade curial é que a pesquisa é essencial ao ensino, donde o dizer-se repetidamente que não há bons professores sem bons pesquisadores.

A pesquisa intensiva exige a implantação e o funcionamento de um organismo complexo, com objetivos definidos. Tal organismo de pesquisa, entrosado com a cátedra, mas independente dela, representará para o ensino uma fonte permanente de incentivo e esforço solidário, a impulsioná-lo para a frente na atualização dos conhecimentos, para além das barreiras criadas pela inércia e pela rotina. Tal organismo de pesquisa não será nunca outra coisa que o “museu universitário” como o temos definido, não será nunca outra coisa que o museu em que tenham abrigo estudantes e professores para toda sorte de estudos, pesquisas, ensaios, experiências, comprovação de hipóteses.

2. Estas considerações nos trazem à lembrança a existência de coleções ou pequenos museus junto das cadeiras e

departamentos universitários. Empregá-se para eles o termo “museu” por falta de outro que melhormente os defina; daí o fato de ouvir-se muitas vezes dizer: o “museuzinho”. Na verdade, tanto estes como os conhecidos “museus escolares”, dotados de alguns espécimes de aves e insetos, de pequenos herbários, de alguma quantidade de gráficos, gravuras, recortes de revistas e jornais, nunca poderão ter o desenvolvimento, a amplitude, o alcance, a riqueza, a utilidade e, principalmente, a organização e as funções de um verdadeiro museu. Eles funcionam como auxiliar do ensino, pouco ou nada se prestando às pesquisas e estudos que se impõem em profundidade, para o progresso da ciência ou do ramo de conhecimento correspondente. Como auxiliar de ensino, para fins exclusivamente didáticos — e utilíssimo nêsse plano limitado — o museu agregado a uma cadeira universitária, como o museu escolar, nunca terá maior projeção sem o risco certo de sufocar a própria cátedra, com prejuízos para o ensino, para a formação profissional dos estudantes. Sem chegarem a atingir as proporções requeridas por um verdadeiro museu, cujo fundamento está na sua particular estrutura e organização, podem estas coleções desenvolver-se não obstante de maneira muito notável, tornando-se objeto de atenções e encômios generalizados. Mas este “museu” não terá alcançado tal ponto de desenvolvimento sem graves prejuízos para os fins precípuos da cátedra, sem comprometimento do ensino.

O verdadeiro museu universitário só pode ser constituído na forma de instituto autônomo, com organização e vida próprias, integrado na Universidade e entrosado com as cadeiras e departamentos correspondentes.

3. Consoante com a idéia assim resumidamente exposta, propusemos recentemente alguns preceitos como contribuição ao projeto de reorganização do Museu Paulista, em vias de ser incorporado na Universidade de São Paulo. Fizeram no capítulo referente aos Fins do Museu e correspondem aos itens finais “g”, “h” e “i”, assim redigidos:

g) cooperar na realização de aulas e seminários das várias cadeiras de matérias correlatas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo;

h) incrementar a especialização dos alunos das cadeiras correspondentes da Faculdade acima referida, por meio de

curso de extensão universitária, curso especial e por outras modalidades que forem sugeridas pela prática;

1) proporcionar, dentro de suas possibilidades, a especialização, nas várias matérias a que é dedicado, de licenciandos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de estudantes da última série que tenham revelado melhor aproveitamento.

4. Fala-se aí, por motivos óbvios, tão somente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mas o entrosamento de que se cuida deve ser estendido, pela forma que a experiência aconselha, a outras Universidades e instituições congêneres, no caso de existirem, pois o interesse maior desta conjugação de esforços consiste exatamente em aproveitar ao máximo o material e a organização dos museus no sentido do desenvolvimento da pesquisa e do adestramento do elemento humano a ela encaminhado; de todo o elemento humano que se torne a tanto capacitado pelo estudo de nível superior.

Contribuindo, assim, o museu, para ampliar as possibilidades de pesquisas, para revelar vocações e para assegurar o ingresso, bem orientado, na atividade científica a tantos jovens que ao deixarem os bancos escolares não persistem no aprendizado e na especialização por falta de oportunidades ou por carência de meios, estará cumprindo um papel da mais alta relevância para a vida cultural da Nação. E estará propiciando, por uma forma não apenas efetiva, mas altamente condigna e frutuosa, a utilização do material confiado à sua guarda.

5. É evidente que nem todas as formas possíveis de cooperação estão previstas nos três itens acima reproduzidos; procurou-se apenas estabelecer o princípio geral, com referência expressa a três modalidades que devem ser por assim dizer imperativas: a de seminários, a de cursos e a de estágio de especialização.

Dos seminários e cometimentos semelhantes, não de encarregar-se os próprios professores ou assistentes das cadeiras, os quais podem valer-se ou não, mas de preferência sim, da colaboração dos especialistas do museu.

Os cursos, em todas as suas variedades, devem competir ao pessoal técnico-científico do museu, em cooperação com os professores.

O estágio é feito individualmente por estudantes adiantados, bacharéis e licenciados, por iniciativa dos interessados ou a conselho da cátedra, podendo nestes casos a orientação estar a cargo exclusivamente do pessoal técnico-científico do museu, ou ficar dividida entre este e os professores e assistentes das cadeiras.

De tudo quanto acabamos de expor ressalta a alta significação de que se reveste, para o progresso científico, artístico e cultural do País, a mais íntima e ativa colaboração entre o Museu e a Universidade. Disto resulta o que consideramos um postulado digno de figurar na Carta de Princípios da museologia brasileira:

O museu deve estar a serviço dos estudos universitários.

SERVIÇOS DE BIBLIOGRAFIA

Dentre as muitas modalidades de cooperação não incluídas nos três itens acima transcritos, destaquemos a que se prende ao serviço de bibliografia. Pressupõe-se que o museu dedicado a determinada disciplina possui uma biblioteca alentada e valiosa sobre a especialidade em questão, trabalhada por um grupo de bibliotecários dotados de reais conhecimentos não apenas de biblioteconomia, mas também do ramo de que se trata. Com este grupo de trabalhadores, auxiliado por sua vez por outros tantos especialistas na referida disciplina, pode o museu contribuir de maneira excepcionalmente construtiva para o avanço do estudo, da pesquisa e, por conseguinte, do ensino de nível universitário.

1. Lembraríamos o caso de um museu de História do Brasil, detentor daqueles elementos — biblioteca especializada e pessoal capacitado — que tomasse a peito proceder ao levantamento bibliográfico dos trabalhos sobre a matéria, mediante ampla sub-divisão de assuntos, levantamento que seria, a rigor, uma completa recapitulação das obras, dos estudos, das comunicações, das monografias que, realizadas há dez, vinte, cinquenta e cem anos, permanecem não obstante praticamente desconhecidas ou esquecidas, não aproveita-

das, como mortas sepultadas em coleções, livros, revistas e jornais.

Tal recapitulação compreenderia o trabalho de arrolamento, apreciação e confronto de tudo que se escreveu e pesquisou sobre cada período, cada tema, aspecto, fato ou acontecimento da nossa história, a fim de que se saiba a uma simples consulta o que já está feito sobre cada título, em que consistem tais contribuições, o material usado em cada uma, as pesquisas arquivais que tenham sido realizadas, as conclusões propostas, e, enfim, como se desdobram os vários estudos, se se acrescentam ou se repetem, se se completam ou se excluem — para que os interessados, repetimos, possam informar-se, com a segurança que pessoalmente só com penoso esforço alcançariam, do que já existe sobre o assunto que os preocupa, sobre os diversos e numerosos aspectos desse assunto; possam informar-se do que está feito, do que deve ser feito, do que pode ser aproveitado, do que resta a fazer; a fim de que — repetindo o que já em 1902 diziam Caron e Sagnac — “a fim de que certos assuntos importantes não sejam tratados pela metade, de que tais outros não sejam estudados várias vezes e para que não haja tempo nem esforços despendidos em pura perda”.

Não seria um trabalho de crítica propriamente dita, mas de caráter estritamente informativo. Não conduziria a julgamento, mas se esforçaria por reunir todos os elementos mediante uma exposição analítica, de maneira a oferecer ao especialista o resultado da coleta de todos os estudos que seja possível reunir, com a identificação e caracterização de cada um.

É esta uma tarefa a ser executada em três fases, e de tal forma que o serviço se torne o mais possível despersonalizado. Compreenderia: 1.º — Indexação, a partir das Bibliografias gerais e parciais existentes, com o máximo de desdobramento admissível; 2.º — busca e relacionamento dos trabalhos publicados sobre o tema de cada título; 3.º — análise de cada um dos trabalhos e confronto entre os que tratam do mesmo tema, pela ordem cronológica: o que contém o 1.º, documentação utilizada, tipo e gênero, inédita, publicada, oficial, não oficial, manuscrita, impressa; extensão ou grau de aproveitamento; desenvolvimento dado a cada uma das partes em que se divide; conclusões. Confrontação do 2.º trabalho publicado com o 1.º, mediante idêntica aná-

lise; o que acrescenta, em matéria utilizada e grau de aproveitamento, em conclusões; o que repete, completa, acrescenta. E assim com o 3.º e os seguintes. Numa quarta fase do trabalho, este levantamento bibliográfico seria complementado com a indexação por assuntos dos documentos divulgados em coleções, revistas, boletins. Finalmente, onde coubesse, os títulos seriam desdobrados para constituir elen- cos relativos às capitanias-províncias-estados e às vilas-cida- des capitais.

2. Completada a recapitulação das publicações existen- tes, a análise passaria a aplicar-se às que fossem surgindo daí por diante, com menor carga de trabalho e pois, com menor exigência de pessoal. Um serviço deste gênero, pro- fícuo e permanente, seria a nosso ver a mais fecunda e es- sencial contribuição de um museu do ramo mencionado em favor dos estudos, pois a ciência histórica, como qualquer outra, há de progredir e avançar pela acumulação de esfor- ços individuais, de conquistas particulares, de resultados parciais, de dados concretos e positivos, por mínimos que se- jam. E estes dados, estas contribuições — cumpre apurar e reunir por uma forma metódica e sistemática a fim de que possam ser difundidas e assimiladas por toda a imensa fa- mília, imensa e dispersa, de estudiosos e pesquisadores.

3. Em suma, o que propomos nada mais é que um tra- balho de “bibliografia crítica”, não por autores, mas por as- suntos, dentro de um quadro o mais diversificado possível de títulos; um trabalho de “bibliografia crítica” mais desen- volvido que o costumeiro na indicação dos dados, na retrata- ção dos textos. (Quisemos evitar a consagrada expressão “bibliografia crítica”, por nos parecer mal concebida, já que os repertórios a que se dá tal designação nada contém de crítica bibliográfica, não sendo mais que resenhas, súmulas, sinopses. Veja-se que com inversão dos seus termos, a locução passa a exprimir coisa muito diferente da chamada bibliografia crítica, e isto comprova que ela não se aplica com justeza ao gênero de trabalho para o qual tem sido em- pregada. Não teria, aliás, senão um interesse secundário, uma bibliografia realmente crítica, ou melhor dizendo uma crítica bibliográfica destinada a especialistas, pois ao cientis- ta ou estudioso não pode satisfazer o julgamento alheio sô-

bre as obras necessárias à condução de um estudo; e nisto precisamente é que reside, para nós, a diferença entre “estudo” e “ensaio”, de cabulosa definição: enquanto para o ensaio não se usa, nem é de exigir, a crítica das fontes, para o estudo a crítica das fontes é indispensável, condicionante mesmo).

Ainda no capítulo da utilização cultural da biblioteca especializada do museu, em conexão com a Universidade, citaríamos o encargo de preparar bibliografias parciais para atender às necessidades dos pesquisadores. Pode suceder que o levantamento a que está entregue o grupo acima referido venha, num ou outro título já completado, coincidir com as conveniências de um pesquisador ou alguns pesquisadores. Isto não impedirá que, a todo momento, o referido grupo, ou um dos elementos que o compõem, esteja pronto a encetar o levantamento de uma bibliografia particularmente necessária ao trabalho de que tenha sido encarregado um dos estudantes compreendidos no item “i” atrás transcrito, ou necessária ao trabalho de qualquer pesquisador que venha a valer-se da cooperação do museu.

Suponhamos o caso de um jovem paleontologista, interessado em pesquisa de fósseis da Formação Corumbataí. O museu se encarregará imediatamente do levantamento bibliográfico dos estudos sobre essa formação, bem como dos estudos sobre as espécies e gêneros nela encontrados, e com isto estará favorecendo consideravelmente o andamento da pesquisa. Esta bibliografia deve conter, com referência a cada livro ou artigo, um resumo da matéria tratada, resumo dosado segundo a maior ou menor importância atribuída pelo Autor às diferentes partes; de maneira a acentuar tudo aquilo que o Autor tenha porventura apresentado como novidade. Deve conter o mais fielmente possível as respectivas conclusões; e as indicações bibliográficas de praxe.

Dois grandes benefícios advirão desta ajuda do museu ao nosso jovem paleontologista: o ganho de tempo, e, principalmente, a vantagem de poder dispor de um levantamento bibliográfico que ele próprio não poderia talvez realizar de maneira tão pronta e completa, por falta de traquejo, por falta de meios, por falta de conhecimentos mais extensos da bibliografia em questão. Mas não se limitará a esta primei-

na fase a cooperação do museu, porquanto poderá suceder que no decurso do seu trabalho venha o nosso jovem paleontologista a necessitar de novos auxílios, talvez o levantamento bibliográfico dos estudos sobre outras formações do mesmo período geológico, talvez da bibliografia referente a determinadas famílias, para esclarecimento de dúvidas supervenientes. A todo tempo, pois, o museu deverá estar em condições de corresponder, com suficiência e presteza, às exigências bibliográficas da pesquisa.

Referimos um exemplo relacionado com museu de ciência natural — de certo incorretamente formulado — por ser de mais fácil esquematização. No caso de um museu de História (de História do Brasil), o problema das bibliografias parciais é mais complicado, como todo mundo sabe, bastando dizer que documentos, referências, dados, informações úteis a um determinado estudo encontram-se não somente nas obras francamente dedicadas ao tema desse estudo, mas em geral e em número alentado, em livros e artigos que tratam de assuntos diferentes, em citações e transcrições acidentais. Todavia, por mais complexo que seja este trabalho, o museu deve estar apto a executá-lo com a urgência e perfeição desejáveis, porque esta é a maneira de tornar realmente úteis e atuantes a sua biblioteca especializada, a sua mapoteca, a sua coleção de documentos (manuscritos, impressos, fotografados), o seu arquivo de micro-filmes.

4. Pelas duas modalidades de cooperação que temos apontado, poderão responder os museus de outros ramos, notadamente os dedicados com exclusividade às ciências do homem e da natureza e às ciências exatas. É uma idéia para cuja realização bastará o concurso de quatro ou cinco bibliotecários (sem prejuízo dos serviços normais da biblioteca) e de dois ou três especialistas na matéria, com todo o tempo ou boa parte dele empregado neste empreendimento.

Mas qual o museu brasileiro, mesmo o mais bafejado pelo poder público, que poderá contar com o elemento humano necessário a essa tarefa? Quantos deles dispõem hoje de bibliotecários em número suficiente para manter em ordem um índice razoavelmente desdobrado de assuntos?

É muito sabido que entre as deficiências com que lutam os nossos museus, por falta de compreensão e apoio das autoridades, não são menos sensíveis as que impedem o bom

funcionamento de suas bibliotecas, por escassez de verbas para aquisições e encadernações, por falta de pessoal habilitado, pela vigência de normas administrativas que lhes tohem ou dificultam a ação em matéria de assinaturas de periódicos, de importação de livros e revistas, de compra de obras raras e de bibliotecas particulares.

Este é um estado de coisas contra o qual os museólogos precisam lutar, a fim de que venham a conseguir que a biblioteca de museu se transforme efetivamente em órgão auxiliar do estudo, da pesquisa, do ensino, permitindo assim que a utilização cultural desta importante parcela do material de museu se faça em toda a sua plenitude.

CURSOS DE MUSEOLOGIA

Ainda no seu estado latente, e em conexão com a Universidade, pode o material de museu servir para o ensino da museologia. Subentende-se neste caso o material de instituições que mereçam classificar-se, conforme a terminologia usual, na categoria de “grandes museus”; porque quanto mais rico em quantidade e qualidade, quanto mais bem organizado, tanto melhor o material de museu se prestará ao ensino da museologia; há mesmo, com referência a estas condições; um limite abaixo do qual já o material deixa de atender às exigências deste tipo de ensino.

1. Dizemos “em conexão com a Universidade” por entendermos que o museu ideal para o ensino da museologia é aquele que se encontra entrosado no sistema de ensino superior, já que para nós a museologia deve estar situada na área de conhecimentos que se incluem no âmbito da “extensão universitária”.

Assim, o jovem licenciado em História, ou que se ache em vias de diplomar-se na matéria, irá ao museu de história para, numa série metódica de aulas, adquirir os conhecimentos teóricos e práticos que o habilitem a trabalhar nesse ramo de instituições. O museu em questão manterá para tal fim um curso permanente de museologia, no qual admitirá não só os bacharéis, licenciados e diplomados em grau superior, mas ainda todos os que, formados ou não, se dediquem ao estudo de história, e até estudantes do ensino médio que tenham re-

velado decidida vocação para a matéria e demonstrem bom aproveitamento no aprendizado extra-escolar.

Melhor dizendo, o curso não se destinaria a ensinar História em qualquer das suas subdivisões, mas a instruir o aluno (já com suficiente conhecimento de História) sobre os problemas de planificação, instalação e funcionamento de museus de história, e a propiciar-lhe conhecimentos específicos, teóricos e práticos, sobre coleta, classificação, catalogação, conservação, restauração, exposição, etc. do material correspondente.

Além destes ensinamentos básicos, destinados a todos os alunos, o curso dará optativamente, aulas práticas de cada uma das especializações museológicas, para o preparo técnico dos que desejem dedicar-se a coleta, curetagem, classificação, conservação, restauração, etc.

Devemos insistir: este curso de museologia não se destinará a formar diplomados, bacharéis ou licenciados em História, Sociologia, Etnologia ou em qualquer das disciplinas que pertencem ao ensino universitário. Segundo a definição consagrada, “a museologia é ciência que tem por fim estudar a missão e a organização dos museus” (Cf. Georges Henri Rivière, “Stage régional d'études de l'Unesco sur le rôle éducatif des musées”, ed. Unesco, Paris, 1960, pág. 12) A isto deve limitar-se portanto o programa deste curso específico. Ele deve servir aos que, p. ex. formados profissionalmente em Zoologia, pretendam aprender a “missão e a organização” do museu de zoologia. E assim nos demais casos.

Tratando-se de um curso de museologia para Museus de História, o programa compreenderia: I. Organização e funcionamento de museus de história, com aulas teóricas e demonstrações práticas num museu em atividade; II. Organização de coleções, classificação e catalogação do material (em museus de história normalmente não ocorre o problema de coleta de material); as aulas devem ser desdobradas, para abranger os diversos gêneros de material como documentos, armaria, vestuário, cerâmica, peças de arte, artes sacras, artes menores, de heraldica, numismática, etc; III. Conservação e restauração, com aulas teóricas e práticas, com objetivo de selecionar os alunos que possam especializar-se nesse ramo em cursos intensivos a serem dados em separado; IV. Documentação e Arquivo, com demonstrações práticas dos

sistemas de ordenação, arquivamento, indexação, etc.; V. Utilização cultural de material de museu, para fins de pesquisas e exposições; VI. Técnica de exposições, para fins didáticos, comemorativos, para grande público, periódicas, permanentes, itinerantes. Estas aulas, de caráter evidentemente prático, devem servir também para selecionar os alunos que possam especializar-se.

O curso de museologia deve aspirar ao mais elevado nível de especialização, e para isso terá de concentrar toda a sua atenção, todo o seu esforço, toda a sua solicitude nas matérias que lhe são próprias, para que possa realizar um trabalho frutífero. Deve timbrar por revestir-se de um caráter notadamente prático, porque é de ordem prática a maioria das tarefas do museu.

2. Como o museu de história possui quase sempre coleções e até seções de obras de arte, de etnografia, de arqueologia, de ergologia, de geografia histórica, e como o seu ramo se entrelaça intimamente com a antropologia, a sociologia, a geografia humana, a história das idéias e outras disciplinas, ser-lhe-á possível, especialmente enquanto não se estabelecer uma rede de museus especializados, dar aulas de museologia a licenciados e estudantes de ciências sociais, etnografia e antropologia, de geografia nos seus diversos sub-ramos e de outras matérias; e ainda aos que se dediquem à filosofia, à história das idéias, da literatura, do teatro, do cinema.

Em conjugação com institutos e serviços especializados, poderá ainda por meio de cessão de espécimes, material bibliográfico, aparelhos, por meio de duplicação de fichários, catálogos, por meio de deslocações temporárias dos alunos, atender às necessidades da formação de pessoal apto a trabalhar em museus de biologia, zoologia, botânica e outros. Para tudo isto haverá sempre como suporte básico a organização do museu em questão, da organização, do aparelhamento, do espírito de equipe nele vigorante, da consciência da missão museológica.

OUTROS CURSOS COM MATERIAL DE MUSEU

Quais sejam as coleções de um museu — artes plásticas, etnografia, arqueologia, numismática, etc. — justifica-se plenamente e até se recomenda, que esse museu realize cursos

de tais disciplinas, especialmente cursos de história das artes, de numismática, de folclore e ergologia, considerando-se o nenhum ou o reduzido acesso que estas matérias encontram nos currículos universitários.

1. Estes cursos podem revestir o caráter de extensão universitária e, ainda, com maior poder de penetração e mais extenso benefício, o de difusão cultural, com a frequência aberta a todos os interessados, mediante simples prova de suficiência ou capacidade intelectual. Para melhormente atingir seus objetivos, não só as aulas serão dadas ou repetidas à noite, a fim de facilitar o estudo às pessoas que estejam presas a ocupações durante o dia, como serão reeditadas na sede de associações de bairro, de cidades circunvizinhas e assim por diante.

2. Mas não deve o museu avançar muito neste terreno, pois em face da multiplicação de universidades, faculdades e escolas de grau superior, cada vez menos se compreende que o museu pretenda dedicar-se às tarefas que privativamente competem a estas entidades, arvorando-se em escola de ciências do homem e da natureza, indiscriminadamente. Em matéria de ensino especializado, o museu tem um papel supletivo, que há de cessar tão logo surjam em número suficiente as escolas adequadas a este fim, pois elas recebem organização, estrutura e aparelhamento adequado ao ensino, ao passo que o museu se organiza e se adentra para funções diferentes, funções que por sua vez são próprias e exclusivas.

3. Em matéria de ensino sistemático, o museu é sem dúvida uma escola, mas uma escola da ciência da museologia e da técnica museográfica — e nisto insubstituível. Ninguém desconhece que na aprendizagem da museologia é essencial o contacto direto com o objeto — sem o qual será vão o ensino de classificação, de catalogação, de conservação, de restauração, de exposição, de toda a sorte, enfim, de conhecimentos relacionados com o material de museu.

Para que o museu se faça respeitar, para que se consolide uma consciência profissional, é preciso saber resistir às tentações, é preciso saber pôr cada coisa em seu lugar. O “ênfoque” errôneo do problema, a visão enganadora da competência do museu, tanto tem levado alguns deles a usurpar, sem benefício para ninguém, a função precípua da universidade, como tem induzido certos Institutos Históricos,

como o de São Paulo, a patrocinar cursos de museologia, quando de "parecido" com material de museu só possui uma biblioteca e um arquivo de documentos de ínfima expressão. Tão flagrante confusão de competências revela o quanto é deficiente a consciência das próprias funções e isto, que é um sinal de fraqueza torna deficiente a própria auto-defesa. Seria o caso de lembrar o exemplo contido em certas tabuletas que se vêem em bares dos Estados Unidos: "Nós temos um acôrdo com os bancos: eles não vendem bebidas, nós não descontamos cheques".

RELAÇÕES COM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO

Com referência aos jovens estudantes dos graus primário e secundário, há uma grande variedade de emprêgo construtivo, no sentido de difusão cultural, do material de museu. Não vamos certamente tratar aqui de todos os casos possíveis, senão daqueles que devem incorporar-se na rotina de vida do museu como atividade normal, como parte do seu programa de trabalho. (Entre os casos possíveis, não incluídos nesta exposição, citaríamos o de alunos com vocação decidida para a matéria correspondente e aos quais se podem atribuir certas tarefas de menor responsabilidade, e compatíveis com a capacidade de cada um, a serem executadas em certos dias e períodos do ano, sob a orientação e assistência de um elemento do museu).

1. Qualquer que seja a modalidade de utilização de material de museu em benefício dos cursos primário e secundário, qualquer que seja a amplitude que se queira dar a essa espécie de utilização, é preciso que haja no museu um serviço especialmente organizado para tal fim. Serviço que abrangerá funções e servidores na proporção das necessidades impostas pela maior ou menor extensão e profundidade desta atividade. Poderá ter, sendo o caso, um chefe próprio, que seja especialista, os seus próprios auxiliares, decoradores, desenhistas, etc., constituindo-se em órgão auto-suficiente e mais ou menos autônomo. Poderá ser um mero setor de outro serviço, e assim por diante.

2. Há todavia uma exigência que, quaisquer que sejam as condições, terá de ser atendida sob pena de malograr-se este gênero de relações entre o museu e o ensino escolar. Falamos de um corpo de "monitores", subordinado ao serviço ou

setor do museu acima mencionado. Estes monitores devem ser capazes, muito mais que os chamados 'guias', de dissertar com suficiência e segurança sobre as peças expostas em vitrinas (exposições permanentes ou temporárias) e devem estar habilitados a discorrer com facilidade sobre a própria matéria com que tais peças se relacionam, a responder a perguntas a ela pertinentes, a dominar o assunto envolvido em cada uma das exposições especialmente montadas para este fim.

Sendo o caso de uma exposição relativa a fatos e acontecimentos da História do Brasil, a fase ou períodos da história das capitanias, das províncias, dos Estados, os monitores não de ter de tudo isso conhecimento suficiente não só para procederem a explanações sobre o assunto, mas ainda para prestarem todos os esclarecimentos que forem exigidos no decurso da visita de um grupo de alunos.

VISITAS GUIADAS

Do que acabamos de expor, evidencia-se que: 1.º, é indispensável a existência de monitores para a utilização de material de museu dirigida a alunos do ensino primário e secundário; 2.º estes monitores devem estar convenientemente preparados para a função. (Deste item 2.º falaremos na ocasião apropriada).

Quanto ao item 1.º, não haverá desdouro em dizer que os professores, tanto do curso primário como do secundário, não estão em geral em condições de tirar do material de museu, do material que venha a figurar numa determinada exposição de museu, todo o proveito possível em benefício dos alunos. Em casos como o de museus de ciências e artes, é possível que um ou outro professor, notadamente do grau secundário, tenham mais perfeito conhecimento das peças existentes e do que cada uma delas representa em casos de museu de história, já isso dificilmente pode verificar-se. É certo, porém que em todos os casos nunca estarão tão capacitados a fazê-lo quanto os monitores, desde que estes sejam especialmente preparados e treinados para essa função.

Assim, na utilização de material de museu, referida ao ensino primário e secundário, realizada nas próprias dependências do museu, nas salas de exposição pública ou em

salas de aula apropriadas a este fim, é não apenas aconselhável, mas indispensável o emprêgo de monitores do próprio museu.

1. Estabelecida esta condição, que reputamos essencial, vejamos as considerações que nos ocorrem, sempre com relação ao uso de material de museu em benefício de alunos dos graus primário e secundário.

Deve haver o máximo de esforço e boa vontade para estabelecer-se sólido entendimento entre os professores e os elementos do museu, com o objetivo de garantir o maior aproveitamento às visitas de classes ou grupos de alunos; não haverá grande utilidade nestas visitas se os professores não se dispuserem, p. ex., a reviver na escola, em dias subsequentes, as “aulas” tomadas pelos seus discípulos no museu. Para que estes possam aproveitar ao máximo cada lição recebida, é preciso que os professores procedam em seguida a uma série de cometimentos escolares, como questionários escritos e de viva voz, dissertações, descrições, desenhos, etc.

Os grupos de alunos não devem ser muito numerosos; para os de grau médio não mais de vinte; de vinte a vinte e cinco os do primários, a fim de que o expositor possa, sendo o caso, inquirir de todos, conforme o caso, acêrca de aspectos particulares do assunto tratado.

2. Tratando-se de um museu de história, não pode ser muito ambicioso o programa destinado a essas categorias de estudantes. Não se deve pretender, p. ex., dar cursos completos de história; primeiro porque os ouvintes não estão em condições mentais e intelectuais de recebê-los, segundo porque eles têm já de dar conta de uma pesada carga de estudos nas escolas que frequentam. Cumprê limitarse, para os do grau primário, à exibição de peças (objetos, documentos manuscritos e bibliográficos, cartas geográficas, gravuras, telas, desenhos, retratos) relacionadas com episódios históricos de maior ressonância, com personagens de relevo, acompanhada de explanações não profundas. Estas devem ser seguidas de questionários, feitos não só de viva voz, no momento, a um ou outro dos ouvintes, mas principalmente por escritos, na escola, um ou dois dias após, para todos. O museu fornecerá aos professores acompanhantes

as minutas de tais questionários, que poderão ser adaptados, desdobrados, modificados a critério dos mestres — mas sempre dando devido conhecimento ao museu.

3. Insistimos, como se vê, em excluir a idéia de “cursos” com relação aos alunos dos graus primário e secundário. Se os cursos são aconselháveis, e até indispensáveis, aos estudantes universitários — que já se aplicam a uma especialização — não terão eles, para os de ginásio e escola primária, outro efeito que o de provocar distúrbios e desequilíbrio no ciclo de aprendizagem que devem cumprir. Para estes estudantes o museu deve proporcionar “aulas”, ou melhor dizendo “aulas vivas” (das quais falaremos adiante) que complementem, com o auxílio da “imagem” e do “som”, o estudo da matéria ao nível que lhes corresponde no programa escolar — mas sempre representando um avanço sobre este programa. (Não se cogita aqui daqueles que individualmente revelem decidida vocação; para estes o museu oferecerá oportunidades, como já deixamos dito).

4. Para os alunos de grau médio, pode prever-se maior profundidade e extensão. Eles serão esclarecidos — diante por exemplo do quadro “A partida da monção” e de objetos e documentos (m-b) relacionados com o assunto — sobre esse gênero de transporte comercial nos seus vários aspectos, causas que o determinam e que o condenam a desaparecimento, condições de vida e trabalho nas minas cuiabanas, produção de ouro e seus reflexos na vida da capitania de São Paulo, influência demográfica e sociológica nos centros urbanos, pelo êxodo dos moradores, passagem e afluxo de reinóis recém-chegados, formação de núcleos de habitação humana na região das minas, caráter da ocupação do solo provocado pelo surto minerador, etc. De volta à escola, o professor acompanhante solicitará dos alunos uma exposição escrita sobre o assunto, podendo subdividir e distribuir os vários temas da matéria.

Estes alunos serão encarregados de levar ao museu, em dias apazados, pessoas de sua família, amigos e conhecidos, para fazer-lhes por sua vez uma explanação sobre o assunto sob as vistas dos “monitores”. Devem ser estimulados a proporem em seguida, por escrito, questões atinentes à matéria, no sentido de aprofundamento dos conheci-

mentos, para serem respondidas ou pelo professor acompanhante ou pelo especialista do museu.

5. Para esta modalidade de utilização de material de museu de história, dirigida não só aos alunos dos graus primário e secundário, mas ainda a estudantes universitários, de preferência a simples peças expostas em vitrinas, recomenda-se um tipo de exposição montada segundo esquema ou roteiro pre-estabelecido e que corresponda a uma "aula viva" de história. Sabe-se que para este tipo de exposição, fixado o tema e o período abrangido, lança mão de legendas explicativas, gerais e parciais, de desenhos esquemáticos, alegóricos, de painéis ilustrativos, de documentos (m-b), livros, gravuras, estampas, retratos, cartas geográficas, objetos compreendendo vestuário, armaria, mobiliário, usos domésticos, transporte pessoal, peças representativas da cultura artística, científica e literária, representações gráficas diversas, do povoamento, da produção, do comércio, do transporte, das finanças, elementos esclarecedores de costumes, da psicologia social, das artes e técnicas populares. A preocupação dominante será no sentido de recriar, de fazer reviver o ambiente social e cultural em que se desenrola o acontecimento histórico em causa. Estas "aulas" serão completadas, sendo o caso, com projeções, esclarecimentos, questionários, pela forma adequada a cada um dos diversos níveis de estudantes.

Uma exposição deste tipo e com este objetivo limitado não precisa ser muito pretensiosa, mas deve constituir-se de material suficientemente rico e artístico para dotar-se de um teor estético muito especial e de acentuado conteúdo emocional. Há que recorrer-se, na sua montagem, ao emprego dos melhores recursos das artes plásticas e gráficas, bem como de uma discreta linguagem literária.

RELAÇÕES COM O PÚBLICO

Ainda no seu estado latente, o material de museu é utilizado para fins de exposição pública. Neste caso, ao ser examinada por um popular ou grupo de populares, a peça de museu não se torna objeto de estudo, mas de curiosidade, de embevecimento, de emoção, de identificação de sentimen-

to. Nem todas as virtualidades, que permanecem em estado latente, são nesse momento postas em ação ou em evidência. Este visitante verá nela apenas a obra de arte, no caso de uma tela, de uma escultura; para outro, menos que pela emoção estética, ela valerá pela evocação de um acontecimento ou de um personagem histórico; para um terceiro, nem prazer estético, nem emoção cívica, mas a simples satisfação de uma curiosidade vã.

1. São muitas as formas de vida que assume uma peça de museu à vista do homem do povo. Pode falar-se neste caso de utilização cultural de material de museu no sentido da mais ampla divulgação popular. Pode falar-se neste caso da função cultural do museu em benefício de toda a comunidade. Mas esta função somente se exerce com a eficiência desejada, com real proveito para o povo, se o material de museu, tanto pela sua índole como pela forma de apresentar-se, consegue corresponder à "vontade de ver" à "inclinação de aprender" da grande maioria dos visitantes.

Não se trata apenas de vontade de ver, mas ainda, e principalmente, de vontade de crer, de aprender, de ser esclarecido. Entre os milhares de visitantes que o museu acolhe diariamente, muitos haverá movidos tão somente pela curiosidade; mas a grande maioria é sem dúvida impelida pela ânsia de aprender, pela fome e sede de saber, pelo desejo de satisfação estética, de satisfação cívica, bairristica, patriótica.

2. Não basta, pois, que o material de museu seja de qualidade capaz de corresponder à expectativa do visitante: deve ainda exhibir-se de modo tal que, ao ser contemplado, pareça dotado de vida, dotado da capacidade de manifestar as suas virtudes e predicados, de comunicar, de transmitir a mensagem de fé, de amor, de esperança de quem o construiu, de quem lhe deu forma, de quem o utilizou, de quem o conservou com devoção e carinho; deve apresentar-se como meio e instrumento de incentivo à recordação, a meditação, à elevação do espírito; como representação do trabalho e do pensamento criador, do labor do operário, do lavrador, do artista, do cientista, do homem do povo, do governante; como expressão das preocupações e desejos das gerações passadas, dos seus anseios de progresso, de bem estar e justiça social; como prova de permanência do passado no

presente, como estímulo à projeção do presente no futuro. Deve afirmar-se como elemento vivo, como prova visível e palpável da força criadora da tradição.

Não será exigir muito do museu, portanto, pretender que ele seja capaz de conferir às peças que lhe estão confiadas esse "*trémulo afã de vida*", para que não se mostrem ingloriamente nas vitrinas como tristes e miseráveis defuntinhos. Basta, para tanto, imprimir um alento criador a esse ramo de atividade museológica. Nada mais que um simples alento criador.

TIPOS DE EXPOSIÇÃO PÚBLICA

Sabe-se que o material de museu pode ser exposto para visitação pública por diversas formas e de várias maneiras: em vitrinas, armários, prateleiras, aparadores; suspenso em painéis, mostruários, paredes. Estas vitrinas (armários, etc.) devem ser construídas de modo tal que faculte a mais fácil e completa visão de seu interior, por mais de uma face ou lado, sem obrigar o visitante a forçar a posição do corpo, a torcer-se, a debruçar-se para melhor poder ver este ou aquele objeto. Não se deve permitir que o visitante possa tocar nas peças, menos ainda que possa (ou precise) manusear, mudar de posição, fazer girar este ou aquele mostruário, e muito menos que precise (ou possa) abrir e fechar portas, gavetas, compartimentos, escaninhos. Os móveis e acessórios (vitrinas, estantes, plintos, colunas, aparadores, prateleiras, etc.) devem ser artisticamente projetados, devem ser de aparência leve e de linhas sóbrias, ou, como se costuma dizer, de linhas modernas; mas impõem-se aqui uma medida de equilíbrio, se se trata de edifício antigo, em estilo que não se concilie com as linhas modernas. Recorre-se nestes casos a recursos arquitetônicos como apainelamento de paredes, portas, janelas e esquinas em ângulo agudo, para encobrimento de frisos, lambris, cimácios, alizes, molduras, espelhos; redução de pé direito por meio de tetos falsos, etc.

1. A arrumação das peças tem também as suas regras universalmente sabidas. A tendência natural é no sentido de

distribuí-las de forma a agradar à vista, de forma a dar realce às peças mais ricas, mais expressivas, mais significativas; de forma a conferir equilíbrio e harmonia ao conjunto, compreendendo isto toda a sala, e cada parede, vitrina ou mostruário tomado isoladamente. O destaque das peças se faz com o auxílio de retalhos de fazenda (fibra, sêda, veludo), de cartolinas coloridas, blocos de madeira e vidro plástico, bandejas de vidro biselado, fibras diversas, cartões pintados, molduras e outros muitos materiais. Obtém-se ainda o realce pretendido com o auxílio de iluminação dirigida, de música de fundo, podendo aplicar-se esta a toda uma sala, a uma única vitrina ou mostruário, a um só painel, a uma única peça (no caso de uma tela, de uma imagem ou grupo escultórico) ou a um conjunto de peças.

2. A forma de apresentação pode obedecer a vários critérios: agrupamento por gênero, por época, por estilo, por assunto ou tema. (Coloca-se numa vitrina imagens religiosas de diferentes procedências, ou de uma só; de uma só região, Estado ou província; de diferentes épocas ou de determinado século; apenas imagens de madeira, ou de madeira e de outros materiais; imagens unicamente, ou imagens e outros objetos de culto religioso ou da chamada arte sacra). Procura-se estabelecer uma sequência lógica na apresentação das peças, segundo a ordem cronológica de ocorrência, segundo o desenvolvimento histórico da matéria, segundo a nomenclatura de uma ciência ou de um ramo de conhecimento, segundo um tema ou assunto.

Esta forma de apresentação de material de museu por agrupamento de peças, em salas sucessivas ou sucessivos setores de grandes compartimentos, é sempre útil e interessante. Entre outros motivos, por permitir a exibição de grande parte das coleções. Tal seja o volume e variedade do material do museu, ela não deve faltar, a despeito de tudo o mais que a instituição possa oferecer aos seus visitantes. Desde que disponha de um rico e alentado acervo, é com esta forma de apresentação que o museu pode despertar, permanentemente, a curiosidade do grande público, e atrair um número crescente de visitantes.

3. Além da forma acima referida e que na verdade assume numerosas feições, de acordo com o critério e a dimen-

são que se adotem, a instituição pode e deve lançar mão de um tipo de exposição organicamente concebida e montada. Já falamos desse tipo de exposição, que dá conta de uma sequência natural ou lógica de fatos ou acontecimentos, de exposição que "*conta uma história*", de exposição que é, cada uma por sua vez, uma "*aula viva*".

As exposições deste tipo, acrescentemos, devem ser organizadas em obediência a um "*roteiro*" elaborado segundo um plano geral de divulgação e no qual, além dos cuidados exigidos pelo assunto, tem-se que atender a duas condições indispensáveis: elas devem ter um cunho por assim dizer didático-científico, no sentido de que transmitam um ensinamento acessível e assimilável ao homem do povo, mas que constituam ao mesmo tempo realizações interessantes e sugestivas para o estudante, para o estudioso, para o especialista (pela forma de apresentação do tema, pela concepção, pelas possíveis hipóteses de trabalho que proponha); e devem revestir-se daquele cunho artístico que se obtém com o equilíbrio das formas e a harmonia das cores que fazem do bom trabalho arquitetônico uma obra de arte.

No caso de um museu de História do Brasil, as exposições deste tipo, dando conta de sequências de fatos ou acontecimentos, de períodos ou fases da história político-administrativa, da história social, da história econômica, serão tanto mais interessantes e apreciáveis-quanto mais documentos inéditos ou pouco vulgarizados contiverem, documentos manuscritos e bibliográficos, iconográficos, cartográficos. Mas tão essencial e indispensável é a presença de peças como máquinas e aparelhos, instrumentos de trabalho, vestimentas e adornos, material ergológico em geral, armas, viaturas e outros objetos contemporâneos do período focalizado, assim como maquetes, dioramas, etc.

Isso tudo é mais do que sabido.

As soluções são fáceis no papel, mas na prática as coisas são bem diferentes.

4. Quer se trate da primeira modalidade de apresentação, por grupos de peças, quer se trate da segunda, para que se obtenham exibições condignas do material de museu, em que ele se beneficie de um alento criador, e de tudo resulte

uma realização de alto sentido cultural e acentuado teor artístico, é indispensável a colaboração de artistas especializados em desenho, em pintura, em decoração. (Não se deve esperar, nem é de desejar, que o museólogo, quaisquer que sejam atribuições, reúna coincidentemente as aptidões exigidas para esta tarefa: isto seria uma solução de momento, uma solução provisória, uma solução indesejável).

Mas se o museu precisa de decoradores, de pintores, de desenhistas (não os chamados desenhistas técnicos), aqui lhe surge o primeiro empecilho. Nenhum museu oficial pode incluir no seu quadro de servidores um, dois, três, ou mais destes artistas, porque o Dasp, o Dae e os órgãos equivalentes da administração pública, ao organizar a relação ou tabela de cargos exigidos pelos serviços oficiais, tabelas que os próprios presidentes e governadores não podem iludir, não levam em conta as necessidades dos museus como em geral de todas as instituições culturais mantidas pelo poder público. O resultado é que só existem, para serem regularmente preenchidos, os cargos de "artífice", com padrão de vencimentos talvez aceitável para alguns pedreiros e carpinteiros, mas que nunca interessará a um artista decorador ou a um marceneiro de alto nível profissional. E sendo exatamente de elementos como estes que o museu precisa não os pode obter, impedido que se acha de remunerá-los à altura. Restaria o recurso de contratá-los esporadicamente, por empreitada; mas até para isto as dificuldades burocráticas são quase sempre intransponíveis, ou pelo menos desesperantes e desanimadoras - não obstante este tipo de contratação não seja a solução que se deva buscar. O museu precisa de artistas, desenhistas, pintores, decoradores, que lhe prestem serviços contínuos e efetivos, que pertençam ao seu quadro de servidores, que convivam com os seus técnicos e cientistas, que compartilhem os esforços de todos em prol das realizações úteis, que sintam o ambiente e com ele se identifiquem, que sintam as coleções, cada uma das peças que as constituem, que partilhem da preocupação com o estudo e com o deslinde de problemas que se sucedem, do gosto pelo material coletado, classificado, conservado, do desvelo pelo seu aproveitamento, pelo seu enriquecimento.

Estes elementos, estes artistas, pintores, desenhistas, decoradores, imprescindíveis ao museu, têm de ganhar o quan-

to ganha um cientista a serviço do governo; mas qual o homem público capaz de compreender e aceitar isto?

5. Qualquer que seja a modalidade de exibição pública, por grupos de peças ou por exposições orgânicas, o museu necessita, para uma apresentação condigna, de um sem número de material de construção e montagem, de instalações, de serviços. Como ele não dispõe, no seu quadro de servidores, de oficiais capacitados, tem de recorrer a elementos estranhos para construção, no caso de cada exposição, de mostruários especiais, estantes, vitrinas ou painéis apropriados a determinadas classes de peças, de apetrechos diversos, suportes de madeira, ferro, metal, de banquetas, colunas; aparadores; tem de adquirir, sem maiores delongas, uma infinidade de materiais para atender às exigências da montagem: determinados tecidos, ferro, metal, tubos, vidro, material plástico, certas qualidades de tinta e cola, papel de forração, cartolinas, fios, arames e cordas que não possuam em estoque, apetrechos de iluminação; tem de mandar fazer grandes ampliações fotográficas, tem de mandar imprimir e fotografar legendas e etiquetas, além de muitas outras pequenas coisas cujo emprêgo se impõe em todo trabalho de organização de exposições.

Para tudo isso, o museu deve dispor de numerário suficiente e gozar de liberdade de compras e encomendas, obedecidas apenas às precauções indispensáveis. Mas tal não acontece. Para encomendar três ou quatro vitrinas, ou mostruários ou estantes de que tenha urgente necessidade, ele precisa solicitar autorização do Secretário ou do Ministro, apresentar estimativa (e o desenho com especificações técnicas, desenho para o qual não há projetista no museu e que nenhuma firma oferece sem garantia de encomenda); tem em seguida de pedir, ou esperar que pegam por ele, propostas por escrito de três firmas do ramo (forçosamente baseadas em especificações muito gerais, por falta de desenho técnico); aguardar que o processo percorra um caminho sempre excessivamente longo, de uma comissão para outra, desta de novo para a primeira, daqui para uma terceira, a seguir para o Tribunal de Contas, para outra comissão, para um órgão do orçamento, para outro da despesa, para outro de material permanente, para um concilioso e outro contabilista; depois para a Secretaria ou

Ministério da Fazenda; e finalmente, nove, dez, doze meses decorridos, recebe aviso de terem sido encomendadas as vitrinas, encomendadas à firma que as cotou pelo preço mais baixo, a firma que vai, portanto, entregar as vitrinas, três, quatro ou cinco meses depois, tão mal acabadas que o jeito será encostá-las como material inservível. Em com isto ele desiste de montar a exposição tão carinhosamente estudada e preparada, vencido pelo desânimo, ou por já se haver passado a ocasião propícia, ou por não ter conseguido obter a tempo uma peça essencial, às vezes a sua simples reprodução (por moldagem, por desenho, por ampliação fotográfica).

6. Se o museu tem de adquirir uma peça, por ser de grande interesse histórico ou artístico, ou para completar o roteiro de uma exposição, peça de propriedade de um particular, o processo de compra tem de correr todos os demorados trâmites acima apontados, com a diferença de que neste caso o Tribunal de Contas volta, um ano depois, para exigir um laudo de avaliação firmado por três peritos; mas como o museu não dispõe de verba para pagar estas peritagens (e mesmo que dela dispusesse, o pagamento levaria tanto tempo a sair que nenhum perito se interessaria pela tarefa), e como sem o tal laudo o processo fica paralisado e acabará morrendo, tem-se que lançar mão de um "arranjo", obter de favor, por amizade, a assinatura de três especialistas num laudo que a gente mesmo faz, com o que tudo se concilia e a compra é autorizada; autorizada depois de um ano, um ano e meio. Mas se este regime de arranjo e acomodação não convém ao museu, muito menos deve ser do interesse da administração pública: embora atenda a algum dispositivo de regulamento ou lei, não deixa de ser decididamente irregular. E é sempre o primeiro passo para um círculo vicioso, pois admitindo-se que a instituição venha a contar amanhã com verba própria para essas peritagens, novo impasse se criaria com relação ao quantos a ser pagos a tais peritos; pela lógica, ter-se-ia de exigir, em cada caso, um laudo de avaliação firmado por três contabilistas ou economistas estranhos aos órgãos fazendários do poder público.

O que de maneira alguma se justifica, por absurdo e incongruente, é o princípio que se tenta firmar de que um

instituto científico, simplesmente por ser mantido pelo Estado, não-tem competência para dizer e avaliar o que lhe convém. Pois se os seus diretores e especialistas não estão em condições de afiançar qual o valor de um aparelho ou de um espécime pôsto à venda por terceiros, como conservá-los nos cargos que ocupam?

SERVIÇO DE MONITORES

Qualquer que seja a modalidade de exposição de material de museu, exige-se, para maior eficiência do serviço, ou para que se possa realmente falar de utilização cultural, que os visitantes sejam auxiliados, dirigidos e esclarecidos por monitores

1. Este é um dos problemas de mais difícil solução no tocante à utilização cultural de material de museu.

A grosso modo, pode dizer-se que o serviço de monitores dirige-se a três classes de beneficiários do museu:

- a - visitantes estrangeiros, para os quais o monitor é absolutamente imprescindível;
- b - visitantes nacionais, ou da terra, que representam a parte mais considerável da clientela do museu; são eles o que se costuma dizer o grande público;
- c - os visitantes que são levados ao museu na qualidade de escolares e que se dividem, para o nosso efeito, em dois grandes grupos: 1. o dos estudantes universitários; 2. o dos estudantes dos graus primário e secundário.

No caso de estudantes universitários, conforme seja o entrosamento estabelecido entre o museu e a universidade, talvez se possa dispensar o serviço de monitores, desde que todas as relações com este grupo, bem como toda a assistência a lhe ser dispensada, estejam a cargo do próprio pessoal técnico-científico da instituição.

O mesmo se poderá dizer talvez com relação aos visitantes do grupo "a", se não fôr muito alta a sua frequência.

Em caso contrário, ter-se-á que incluir, para esse fim, algumas pessoas conhecedoras de vários idiomas entre os monitores que se aplicarão aos visitantes "b" e "c2".

Para estes dois grupos — grande público e escolares do grau primário e médio — é que o problema tem realmente importância. Para eles é que o serviço de monitores tem a maior utilidade e é insubstituível. E sendo tão essencial, constitui-se no entanto num problema dos mais complicados, donde a nossa impressão de que, qualquer que seja a solução, será ela sempre precária e insatisfatória.

2. Supondo-se o caso de um museu de história, como formar um corpo de monitores dirigido ao grande público e um corpo de monitores dirigido aos escolares do ensino primário e secundário? Não há dúvida que ante a presença de dois públicos tão diferentes, evidencia-se a necessidade de monitores com diferente capacidade. Mas vamos admitir, para simplificar, que se cuide unicamente de um corpo de monitores, o destinado aos escolares, na presunção de que ele, sendo capaz do mais difícil, o será do menos, podendo assim atender tanto aos estudantes quanto aos populares.

Onde arrebanhar os elementos para este corpo de monitores? Entre os professores da matéria? Entre os especialistas?

Os especialistas, segundo sondagens por nós feitas, em diversos níveis, estão fora de cogitação. É, aliás, o que o senso comum estava a indicar. Não se trata apenas do problema de tempo, mas de uma questão de prestígio, ou se quiserem, de vaidade, de susceptibilidades pessoais. Estão dispostos a dar cursos, isso quando muito, e assim mesmo nem todos.

O mesmo poderíamos dizer dos professores, se uma leve tendência favorável não notássemos entre os do curso secundário, mas precisamente da parte dos menos habilitados, que se mostraram mais interessados em saber quanto poderiam ganhar, a forma de remuneração, a demora nos pagamentos. Estamos convencidos de que os elementos desta origem, a terem de trabalhar por uma forma aleatória, que é a única possível com relação a eles, seriam os

menos aconselháveis para o serviço, em razão da carga-de tarefas pela qual já respondem nas suas funções efetivas, das ausências nos períodos de férias escolares (quando aumentam as visitas de estudantes), das faltas eventuais, facilitadas pela ausência de real interesse quanto à remuneração e pela forma por que se faz (por hora ou dia de trabalho), pela inexistência de punições como a perda de “pontos”, e principalmente, por não haver aí qualquer modalidade de estímulo, desde que se trata de função sem maiores perspectivas.

3. O ideal para o museu é um corpo de monitores efetivos.

Mas como conseguiu-lo? Eis um problema que bem merece a atenção dos museólogos brasileiros e que gostaríamos de ver amplamente debatido, no interesse de uma solução razoavelmente satisfatória. A título de contribuição, diremos alguma coisa da nossa experiência no assunto. No relatório referente ao exercício de 1960, do Museu Paulista (destinado a publicação), escrevíamos:

“Tendo tido oportunidade de verificar o nenhum aproveitamento das visitas de escolares ao Museu, por desconhecerem os professores acompanhantes, em geral, a significação das peças expostas ou de fatos históricos com elas relacionados, resolvemos instituir um serviço de monitores para esses grupos de estudantes, indicando-lhes de preferência os dias em que o Museu não está franqueado ao público. Duas funcionárias foram instruídas para dirigir as visitas das classes, uma para a parte de História e Numismática, outra para a parte de Etnologia. Iniciada em fins de junho deste ano esta modalidade de visitas propiciou melhor aproveitamento aos estudantes, e apesar de se não ter feito maior divulgação, registrou-se o comparecimento de 33 estabelecimentos de ensino de vários graus, num total de 1358 alunos”.

Era evidentemente uma solução precária. Basta referir que uma das funcionárias destacadas para o serviço, por motivo de licença, enfermidade e maternidade, esteve ausente do Museu desde janeiro até maio do ano seguinte. Por algum tempo pensamos que o problema se resolveria mediante a contratação, para o quadro do Museu, de licenciados

em História e Geografia, ou por meio de comissionamento de professores do curso ginasial, igualmente licenciados em História. Mas esta também logo se nos afigurou como solução de resultado duvidoso e ao mesmo tempo de difícil obtenção: o governo, agindo com consciência, não permitiria o comissionamento de doze ou quinze professores, além de que eles se aplicariam a um serviço ao qual poderiam não corresponder, impondo-se em consequência a sua substituição parcial ou total; poderia o governo contratá-los especialmente, mas sem dúvida a ordenados abaixo dos que eles venceriam no magistério, carreira em que, além de férias mais dilatadas, teriam possibilidades de progredir e certeza de sucessivos aumentos de padrões. Por esses e outros motivos não insistimos na idéia.

4. Já uma vez tivemos oportunidade de expor oficialmente as nossas reservas quanto a esta forma de solução; idênticas reservas fomos depois encontrar em autores estrangeiros (Cf. Molly Harrison, *“Education in Museums”*, in *“The Organization of Museums practical advice”*, Unesco, Paris, 1960, pgs. 82-4), o que põe de manifesto que o problema é de ordem geral. Vamos repetir as nossas dúvidas até onde caibam neste relatório.

Difícilmente na verdade se encontrariam elementos habilitados, com conhecimentos especializados em História, que se sujeitassem a ficar exercendo a função de monitor, sem possibilidade de fazer carreira e progredir na escala dos padrões de vencimentos. Possuindo suficiente habilitação — como é de se exigir — eles igualmente não se conformariam com receber pequena remuneração; ao passo que constituir um corpo de monitores com altos vencimentos também não atenderia às boas normas de administração, e se isso ocorresse só serviria para criar descontentamentos entre os demais servidores, com todos os inconvenientes que daí costumam gerar. É preciso não esquecer que se exige um grupo numeroso, pois os monitores teriam de formar no mínimo cinco ou seis turmas, trabalhando cada uma três horas seguidas por dia, ou duas vezes duas horas com o intervalo de uma, sendo isto o máximo que se pode exigir de uma pessoa que tenha de percorrer, com atenção concentrada em vinte, trinta, quarenta crianças ou adolescentes, as cinco galerias, as vinte salas do Museu, em três pavimentos, subindo e descendo escadas, dissertando, repetindo, res-

pondendo a perguntas, etc. E é preciso prever os substitutos para os que entram em férias, em licenças, os que adoececem, os que faltam ao serviço com ou sem causa justificada, a fim de que não haja interrupção no programa de trabalho.

Se as normas fazendárias do Estado o permitissem, seria talvez o caso de lançar mão, em larga escala, da fórmula que adotamos em 1954 na Exposição de História no Parque Ibirapuera: o pagamento de pro-labore ou gratificação a estudantes da cadeira de História e Geografia da Faculdade de Filosofia para servirem de monitores, três horas diárias e corridas cada um, em turmas de cinco ou seis, cada uma destas turmas tendo a seu cargo, no mesmo momento, grupos de vinte a trinta visitantes. No nosso caso, poderíamos contar agora com a colaboração de alunos de História do Brasil, de Ciências Sociais, de Geografia Humana, etc., de várias Faculdades de Filosofia em funcionamento no município de São Paulo.

Não seria, é verdade, a solução desejável, embora apresentasse a vantagem da renovação periódica dos elementos encarregados da tarefa — uma tarefa que, bem analisada, não oferece qualquer atrativo.

Mesmo assim, fôra preciso, para esta solução, contar com dinheiro em caixa para o pronto pagamento ao se vencer cada mês — o que não parece possível em face das praxes fazendárias.

ESTADO ATUANTE DO MATERIAL DE MUSEU

Dizemos “*atuante*” ao terceiro estado que o material de museu pode assumir, em função do seu uso para fins culturais. É o que se verifica quando ele passa a agir como que por iniciativa própria, quando ele leva para fora do museu a sua mensagem de emoção e beleza, o seu poder de comunicação, a sua capacidade de instruir e esclarecer; quando ele sai em busca da curiosidade e do interesse do público, do especialista, do estudioso, em vez de permanecer, com as suas faculdades latentes, à espera de visitantes.

Quando isto ocorre, já não se pode dizer que o material de museu se mantém em posição quiescente ou em estado latente, pois que se acha em plena atividade; ele sai

dos arquivos, das gavetas, dos armários, do próprio edifício em que se abriga, para ir cumprir lá fora, em pontos da Cidade, do Estado, do País, ou do Exterior, o papel que lhe compete exercer como instrumento e meio de estudo, de ensinamento, de educação popular, de democratização da cultura.

1. Das numerosas formas de utilização cultural de material de museu, esta é sem dúvida uma das mais importantes e de maior alcance científico, artístico e social.

São muitas as modalidades em que se desdobra, usando-se para tanto de técnicas e meios modernos de comunicação na grande variabilidade de processos oferecidos pela imprensa, pelo cinema, pelo rádio, pela televisão. Além destes meios de comunicação à distância, ou melhor dizendo de apresentação pela imagem e pelo som, o material de museu pode ele próprio exibir-se nos mais distantes e diferentes lugares, no cumprimento da sua missão educativa.

2. Temos, pois, que no seu estado atuante, o material de museu pode lançar mão de três modalidades distintas de comunicação:

- a. aquela pela qual o próprio material de museu se expõe, poderíamos dizer “*em pessoa*”;
- b. aquela em que o material de museu serve de objeto e meio para comunicação à distância, para fins de pesquisa, estudo e divulgação cultural; divide-se portanto esta modalidade em: b 1 (pesquisas e estudos especializados), b 2 (estudos escolares) e b 3 (educação popular);
- c. aquela pela qual o material de museu se apresenta em imagem, ou se representa, nos lugares mais diversos e distantes, valendo-se dos vários processos de reprodução.

Estas três modalidades de apresentação costumam conjugar-se, no todo ou em parte, no esforço de esclarecer, elucidar e educar, segundo a classe de pessoas a que se dirigir o material de museu no seu estado atuante. De acordo com a missão que desempenha — científica, educativa ou de difusão cultural — são igualmente em número de três os meios a que se destina o material de museu: 1. o de

estudos especializados; 2. o de estudos escolares; 3. o de educação popular. E a cada um destes destinos, destas classes de destinatários, o material de museu se dirige sob uma forma diferente.

PARA OS ESTUDOS ESPECIALIZADOS

A primeira e mais valiosa destas formas de atuação do material de museu é a que decorre da existência da entidade como instituto de pesquisa. Para este fim podem conjugar-se as três modalidades de apresentação (a, b, c), ou apenas duas (a, b), ou pode ainda ocorrer apenas a segunda delas (b), na verdade a mais usual e efetiva.

1. Assim, o material de museu pode deixar, ele próprio, a sua sede, para expor-se (a) em mostras itinerantes ou com destinos certos, para fins exclusivamente de estudo especializado; esta atividade pode traduzir-se pela remessa a institutos congêneres, por empréstimo temporário, de coleções ou grupos de peças cujo exame seja necessário a determinados estudos (a); pode o material constituir-se somente de peças originais, ou de peças originais e peças reproduzidas — cópias, micro-filmes, moldagens (c); pode ainda ocorrer que estas peças, ou toda uma exposição, sejam complementadas por comunicações escritas, faladas ou sonoras, comunicações baseadas em análises ou estudos feitos sobre o próprio material (c, b).

2. Há o caso, mais comum, de servir o material de museu de objeto e meio de pesquisas e estudos; temos então que ele atua como fundamento de comunicações científicas, especializadas, escritas, faladas ou sonoras (b), com as competentes ilustrações — reprodução tipográfica, cinematográfica, sonora (c). Há ainda o caso de fornecimento, a pedido de institutos interessados ou de estudiosos particulares, de fotografias, micro-filmes, cópias sonoras, cinematográficas, heliográficas, moldagens e réplicas de material de museu (c).

Estas exposições e comunicações, destinem-se ao pessoal de institutos científicos ou aos estudantes de uma cadeira universitária, estarão cumprindo, por uma forma equivalente, a função mais apreciável a quem se destina o material de museu.

3. As comunicações por escrito assumem a forma de respostas a consultas; de publicações periódicas; de publicações em série; de publicações avulsas. Falamos aqui apenas de publicações de caráter especializado, destinadas a estudiosos de todo o mundo, por via direta ou por intermédio de instituições congêneres e de biblioteca públicas. Este é, como se sabe, um dos meios pelos quais se tem tornado realidade cada vez mais concreta e auspiciosa o progresso das ciências, das artes, do pensamento criador.

As publicações desse gênero, sejam periódicas — revistas, anais, boletins — sejam avulsas, servem não somente para registrar e difundir as conquistas feitas no campo dos estudos especializados, mas ainda para ampliar o intercâmbio de idéias e conhecimentos, o que, além de todas as vantagens que produz, permite que se evite desperdício e dispersão de esforços, de trabalhos, de buscas e pesquisas; e servem ademais para estimular, pelas sugestões e hipóteses divulgadas, novos empreendimentos construtivos.

PARA OS ESCOLARES E O PÚBLICO

As três modalidades atrás descritas (a, b, c) de atividade externa do material de museu, pelas quais se manifesta a sua posição atuante, aplicam-se com real proveito às duas restantes classes de destinatários: o mundo escolar (2) e o grande público (3), da própria Cidade, de outras partes do Estado, do País e do Exterior. É por elas, exatamente, que o museu pode assegurar uma dimensão incomensurável, no espaço e no tempo, à sua função educativa. É por elas, finalmente, que o material de museu, no concernente à sua missão cultural, se habilita a testemunhar a mais generosa e admirável capacidade de vida ativa e atuante, em favor da educação moral e cívica, da emoção estética, da instrução popular.

1. Com relação aos escolares, a ação do material de museu pode abarcar uma larga série de cometimentos, mediante o envio de exposições, publicações, filmes, discos, aos estabelecimentos de ensino primário e secundário, às bibliotecas infanto-juvenis, a campos de escotismo e locais de reuniões de escolares. Verifica-se neste caso o emprêgo das modalidades a, b e c, numa grande variedade de aplicações, todas de inestimável valor educativo.

2. Finalmente, pode o material de museu dirigir-se diretamente ao público, por meio de exposições encaminhadas aos mais variados e distantes lugares em que se verifique concentração de populares, a parques de recreação, a campos de esportes, a grandes estabelecimentos industriais, a lojas de departamentos, a supermercados, a bibliotecas e associações de bairro.

Na magnífica revista "*Museum*" (Vol.X, n.º 1, de 1957), Seiroku Noma publica minuciosa comunicação sobre o êxito alcançado por exposições de arte, organizadas pelo Museu Nacional do Japão e instaladas, pelo espaço de 10 a 20 dias, em lojas de departamentos, de diversas cidades desse país. "Estas exposições — diz êle — acolhidas com grande entusiasmo pelo povo, estão aumentando de ano para ano. A exposição é feita no andar superior dos grandes "*magasins*", em local de 600 a 1000 mts², provisoriamente adaptados para este fim". Como o Museu não pode, por motivos óbvios, estabelecer relações diretas com uma casa comercial, o entendimento é feito por intermédio de um jornal; este, entrando em acôrdo com o "*magasin*", patrocina a exposição, faz a sua propaganda e custeia o empreendimento; a loja fornece o local e responde pela segurança das peças. (Não nos serve absolutamente de consolo surpreender no sr. Seiroku Noma (pg. 42) a seguinte confissão: "Além disso, estas exposições em "*magasins*" dão ao conservador de museu a ocasião de uma apresentação ideal, que seu orçamento não lhe permitiria, de outra maneira, realizar").

3. Ainda no âmbito das suas relações externas com o público, é imenso, como se sabe, o campo que se oferece ao material de museu no tocante às publicações de caráter educativo e de divulgação cultural. Livros, em edições populares e de luxo, guias, catálogos, folhetos, albuns, cartões postais, calendários, reproduções de telas e obras de arte, de quadros vivos, de ambientes reconstituídos, diapositivos, filmes cinematográficos, discos — é realmente grande a variedade de formas de reprodução mecânica a que se presta o material de museu, para fins de difusão cultural, de ilustração, de educação popular.

Nas conclusões da Reunião Regional de Estudos da Unesco sobre a função educativa dos museus, havida no Rio de Janeiro em 1958, figura praticamente tudo o que, com rela-

ção a arte gráfica, fotografias, cinema, rádio, televisão, se pode recomendar neste capítulo; apenas acrescentaríamos a produção de discos de músicas regionais, cantigas de roda, cantos populares, no caso de museus de folclore, de hinos, poesias, alocações patrióticas, no caso de museus de história, para venda popular e fornecimento aos estabelecimentos de ensino, parques infantis, clubes de rapazes. (Não só para este, mas para muitos outros aspectos da museologia brasileira, é de leitura utilíssima aos que trabalham no ramo a resenha publicada por Georges Henri Rivière, Diretor do ICOM, sobre "*Stage régional d'études de l'Unesco sur le rôle éducatif des musées*", Unesco, Paris, 1960).

EXIGÊNCIAS DAS PUBLICAÇÕES

Excetuadas as comunicações científicas, por meio de revistas, anais, boletins, todas as demais formas que o material de museu pode assumir no seu papel atuante de recreação espiritual, de difusão cultural, de educação popular, impõem uma série de exigências.

1. Elas exigem a colaboração de pessoal técnico que normalmente não existe no museu, como roteiristas e cinematografistas especializados em documentários e filmes educativos, fotógrafos artísticos, programadores de rádio e televisão, montadores de albuns e folhetos, desenhistas de capas, vinhetistas, gravadores. Para estes cometimentos, teria portanto o museu de gozar de liberdade de contratação, de retribuição monetária por serviços prestados e de atos equivalentes. Mas isto não acontece.

2. Por outro lado, qualquer das publicações do gênero de que se cuida tem de ser redigida com leveza, com elegância, simplicidade e com certa dose de sabor literário, para o que só por rara coincidência haverá no museu pessoa habilitada. A pobreza em número, a pobreza em qualidade, em expressão literária, em teor artístico que caracteriza a produção gráfica dos museus brasileiros é a prova mais patente de que fatores adversos os impede de realizar neste ramo o de que seriam capazes, tal o adiantamento, o bom gosto, o anti-caipirismo atingido pela nossa arte gráfica.

3. Dêsses fatores, acabamos de referir os que derivam da deformada e mal inspirada organização oficial dos nossos museus — a carência de pessoas habilitadas no seu quadro, o entrave que lhes opõe o regime de administração pública às necessidades de contratação, aquisição, etc. Este mesmo regime se encarrega, por outro lado, de esterilizar por completo toda seiva de entusiasmo, toda decisão, em matéria de publicações e atividades semelhantes, ao obrigar o museu a recolher aos cofres do Estado os resultados financeiros da venda de tais publicações; o que não se faz — trata-se de quinhentos mil ou de apenas cinco cruzeiros — sem o preenchimento de numerosas fórmulas e guias, a serem entregues em prazo certo e que sua vez sujeitam o responsável a ser chamado a contas sob a ameaça de graves penalidades, para justificar atrasos, faltas de “*vistos*” e assinaturas, a existência de um tostão de menos ou um tostão demais.

4. De tudo se conclui que é preciso introduzir modificações nas leis que regem a vida dos museus. Mas se os museus não se movimentam, os poderes públicos continuarão indiferentes à sua sorte.

SÔBRE AS ORIGENS DA REPÚBLICA

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

A VERSÃO DOS CONTEMPORÂNEOS

Uma das tarefas mais difíceis do ofício de historiador é a crítica dos testemunhos. Ao descrever e interpretar o momento que estão vivendo, os homens traçam frequentemente uma imagem superficial e deformada dos fatos. O grau de comprometimento do observador, a qualidade e a quantidade das informações de que dispõe, sua maior ou menor capacidade de análise, a maneira pela qual se deixa empolgar por paixões e sentimentos refletem-se no seu depoimento. É regra elementar da pesquisa histórica submeter a documentação a uma crítica rigorosa e, no entanto, essa regra tão elementar é extremamente difícil de ser posta em prática e principalmente de ser bem sucedida quando se trata de criticar o depoimento testemunhal. A dificuldade é maior quando se estudam as reformas políticas, econômicas ou sociais e os processos revolucionários. Os temas que provocam controvérsias, que envolvem posições opostas, as situações históricas que produzem vencedores e vencidos dão origem a uma documentação testemunhal contraditória. Cada grupo explica a realidade à sua maneira, de forma diversa quando não, oposta aos demais, o que complica o trabalho do historiador e dificulta a crítica histórica. Um mero confronto das opiniões entre si não basta para esclarecer o que se passou. Não se trata de optar por esta versão e não aquela, porque esta nos parece mais lógica. É preciso utilizar outros tipos de documentos mais objetivos para poder julgar o grau de veracidade da informação testemunhal. Para que se possa entender um golpe de estado, ou uma revolução é preciso ter um conhecimento amplo da época, é preciso saber quais as transformações que se processam no quadro econômico, social e institucional. É preciso familiarizar-se